

DOACAO
IPEAD

SÍLVIO GABRIEL DINIZ
(Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais)

981.5
L 385
1965
ME

PESQUISANDO A HISTÓRIA DE PITANGUI

*"E que alma tem a história"
"que a faz nas asas da glória"
"de idade passar em idade!"
"A verdade."*

Bernardes

981.5
L 385
1965
ME

ME
981.5
L 385
1965
ME

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS-UFMG	
BIBLIOTECA - INVENTÁRIO	
7.007	2004
6.000.000	0000

U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



000087678508

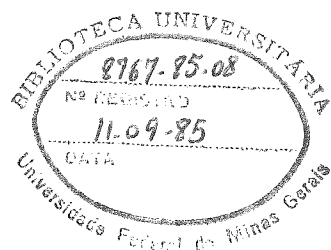
NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

OK/2000

EDIÇÃO COMEMORATIVA DO 250.º ANIVERSÁRIO DE
PITANGUI

BELO HORIZONTE
1965

MC-00006451-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI

Em 6 de fevereiro de 1965

Meu prezado amigo Sílvio Gabriel Diniz:

Aproximando-se a festiva data do duocentésimo quinquagésimo aniversário de Pitangui, as minhas preocupações crescem no decorrer dos dias, no sentido de assegurar aos pitanguienses e ilustres visitantes uma festa digna de tão auspicioso acontecimento.

Acertadamente, pensei no prestimoso amigo, que, com o brilho de sua inteligência e a técnica de pesquisador espontâneo da história de Pitangui, já tem conseguido penetrar na complexidade de nossos velhos arquivos com extraordinária argúcia, investigando com o maior acerto e ponderação, até hoje, os acontecimentos surpreendentes da vida de nossa velha terra. Você, com tais qualidades poderá encerrar em um livro os resultados de suas pesquisas, dando aos pitanguienses do presente e do futuro a oportunidade de conhecer e admirar os feitos dos nossos antepassados.

Confiado em que o amigo possa aceitar tão exagerada incumbência, o que, por certo, será a satisfação de nossos munícipes, sem temer a crítica incorrigível de nossos julgadores medíocres, espero a sua anuência, pois Pitangui só possui até agora as anotações dos ilustres historiadores Comendador Joaquim Antônio Gomes da Silva, em seu livro "Escavações de Pitangui" e os "Respigos" de nosso querido Monsenhor Vicente Soares, além de outras obras esparsas.

A sua obra, meu caro Sílvio, irá tirar-nos desta solidão histórica em que vivemos, engrandecendo ainda mais o brilho dos festejos do nosso aniversário. Assim, confiado na sua compreensão e na expectativa de mais esta valiosa colaboração, deixo-lhe aqui o meu afetuoso abraço.

(a) José Morato, Prefeito Municipal de Pitangui.

MC-00006451-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI

Em 6 de fevereiro de 1965

Meu prezado amigo Sílvio Gabriel Diniz:

Aproximando-se a festiva data do ducentésimo quinquagésimo aniversário de Pitangui, as minhas preocupações crescem no decorrer dos dias, no sentido de assegurar aos pitanguienses e ilustres visitantes uma festa digna de tão auspicioso acontecimento.

Acertadamente, pensei no prestimoso amigo, que, com o brilho de sua inteligência e a técnica de pesquisador espontâneo da história de Pitangui, já tem conseguido penetrar na complexidade de nossos velhos arquivos com extraordinária argúcia, investigando com o maior acêrto e ponderação, até hoje, os acontecimentos surpreendentes da vida de nossa velha terra. Você, com tais qualidades poderá encerrar em um livro os resultados de suas pesquisas, dando aos pitanguienses do presente e do futuro a oportunidade de conhecer e admirar os feitos dos nossos antepassados.

Confiado em que o amigo possa aceitar tão exagerada incumbência, o que, por certo, será a satisfação de nossos munícipes, sem temer a crítica incorrigível de nossos julgadores medíocres, espero a sua anuência, pois Pitangui só possui até agora as anotações dos ilustres historiadores Comendador Joaquim Antônio Gomes da Silva, em seu livro "Escavações de Pitangui" e os "Respigos" de nosso querido Monsenhor Vicente Soares, além de outras obras esparsas.

A sua obra, meu caro Sílvio, irá tirar-nos desta solidão histórica em que vivemos, engrandecendo ainda mais o brilho dos festejos do nosso aniversário. Assim, confiado na sua compreensão e na expectativa de mais esta valiosa colaboração, deixo-lhe aqui o meu afetuoso abraço.

(a) José Morato, Prefeito Municipal de Pitangui.

O DESCOBRIMENTO

Quem fôsse o verdadeiro descobridor dêste veciro, e que recompensa tivesse pela descoberta, não consta de monumento algum arquivado, nem ainda dos livros das repartições de terra e águas minerais, que começaram do ano de 1719 em diante.

Das MEMÓRIAS arquivadas pela Câmara de Pitangui.

Segundo ouço, os paulistas são os próprios para descobridores, e tanto que a algumas pessoas ouvi, serem preciosos para êste fim, e os forasteiros melhores para trabalharem nas catas e lavrarem as terras.

CARTA do Marquês de Angeja — Bahia, 16 de fevereiro de 1715.

... mas a êles também se lhes seguisse o sossêgo sabendo a parte certa onde haviam de fazer os seus pagamentos parecendo de justiça que sendo aquelas minas novas descobertas pelos moradores e naturais de São Paulo e as roças delas plantadas pelos mesmos e mais próximas à Cidade de São Paulo se applicassem à Provedoria da mesma Cidade de São Paulo e Santos...

PROVISÃO de 5 de setembro de 1715, mandada passar pelo Marquês de Angeja.

O DESCOBRIMENTO

*Antecedentes — Carta histórica de D. Brás Baltasar de Silveira. —
Descobridores — Isolacionismo dos paulistas. — Potência aurífera
das minas*

Há probabilidade de a paragem do Pitangui ter sido atingida na era de 1601.

O probo historiador mineiro, Basílio de Magalhães, resumindo o estudo do roteiro de Glimmer feito por Orville Derby, informa que a bandeira de André de Leão "*foi ter às cabeceiras do São Francisco, identificando como o Sabarabuçu uma serra que é provavelmente a de Pitangui.*" (1)

O historiador paulista Alfredo Ellis Júnior, bebendo nas águas de Derby, não põe em dúvida que essa famosa bandeira tenha atingido a região do Pitangui:

"Teria tomado essa entrada o rumo norte do Paraíba, cujas águas teria acompanhado, penetrando pelo Embaú nas Gerais, onde afinal chegaria ao curso do São Francisco, *estacando em Pitangui*, para depois voltar atrás na caminhada e chegar a São Paulo com nove meses de ausência." (2)

Não vamos discutir a opinião dos mestres, mormente quando teríamos que defrontar a autoridade de um Orville Derby.

Transcrevemos a parte final do roteiro de Glimmer que nos transporta àquela enigmática paragem divisada pela malograda bandeira de 1601:

(1) *Expansão Geográfica do Brasil Central* — 2.^a edição, BRASILIANA, 1935 — página 87.

(2) *O Bandeirismo Paulista* — 3.^a edição, BRASILIANA, 1938 — pág. 76.

“Em tôda a viagem até aqui descrita nada vimos que denotasse cultura, não encontramos homem algum, apenas aqui e ali aldeias em ruínas, nada que servisse para alimentação, além de ervas e algumas frutas silvestres; todavia, observamos às vèzes fumaça que se erguia no ar, pois por aquelas solidões vagueavam com suas mulheres e filhos alguns selvagens, que não tinham domicílio certo e não curavam de semear a terra. Junto a êste último rio, encontramos, finalmente, uma aldeia de indígenas, víveres em abundância, que vinham muito a propósito, isto que já estavam consumidos os que conosco tínhamos trazido, e já a fome nos obrigava a comer frutas silvestres e ervas do campo. Tendo-nos demorado aqui quase um mês, abastecidos de virtualhas, prosseguimos a nossa viagem em rumo de Noroeste e, decorrido um mês, sem encontrar rio algum, chegamos a uma estrada larga e trilhada e a dois rios de grandeza diversa, que, correndo do Sul, entre as Serras Sabarabuçu, rompem para o Norte; e é minha opinião que êsses dois rios são as fontes ou cabeceiras do Rio São Francisco. Da aldeia sobredita até êstes rios não vimos pessoa alguma, mas soubemos que além das montanhas vivia uma tribo de selvagens assás numerosa. Êstes, informados (não sei como) da presença de europeus naqueles sítios, despacharam um dos seus para nos espreitar. Caindo êste em nosso poder, demo-nos pressa em arripiar carreira, de mêdo dêsses bárbaros e por nos escassearem os víveres, ficando por explorar o metal por cuja causa havíamos sido mandados; e, quase mortos de fome, voltamos àquela aldeia de selvagens.” (3)

Não é tarefa fácil a identificação dêsse roteiro. Quanto ao ponto final atingido por essa primeira bandeira seiscentista, formulou Orville Derby três hipóteses:

- 1.^a — o espigão entre o Rio Grande e as cabeceiras dos Rios Pará e São Francisco;
- 2.^a — o entre os Rios Pará e São Francisco;
- 3.^a — o entre os Rios Pará e Paraopeba.

Pendendo para a terceira hipótese, concluiu o douto des-trinçador de roteiros bandeirantes:

(3) *Apud* Washington Luís — *Na Capitania de São Vicente* — Martins Editôra, São Paulo, 1956 — Capítulo XVIII, pág. 234.

“O terceiro espigão daria, na hipótese de acompanhar de perto a margem direita do Pará, para cair na forquilha entre êste rio e seu afluente o Rio de São João, na passagem das serras na vizinhança da atual Cidade de Pitangui; e, sem poder pronunciar-se positivamente a respeito, sou inclinado a considerar esta como a hipótese mais provável.”

Nenhum resultado prático e imediato logrou essa bandeira, pois que André de Leão e os 70 ou 80 homens brancos retornaram às pressas, sem averiguar a existência de metais preciosos na Serra Sabarabuçu e sem fazer o reconhecimento geográfico da região. É verdade que, no roteiro, o expedicionário holandês registrou muitas informações curiosas e interessantes. Ressalta dentre tôdas a estupenda notícia de uma “estrada larga e trilhada” que, sem dúvida, era o caminho de uso das tribos indígenas em suas andanças selváticas.

Para a história de Pitangui o único valor dessa bandeira, admitindo-se exata a conclusão de Orville Derby, seria a informação de que a região naqueles remotos tempos era habitada por populosa tribo de *bárbaros*, a qual fêz o bandeirante André de Leão “desandar caminho” com os seus comandados.

Foi o século XVII o de maior penetração bandeirante nos rincões mineiros.

A lenda da resplandescente Sabarabuçu e o preamento do aborígene trariam ao “hinterland” das Gerais os audaciosos sertanistas, em todo o decorrer da centúria do XVIII. Findaria, entretanto, êsse século, sem que assinalasse a historiografia do bandeirismo outra entrada que tivesse atingido as lindes pitanguienses.

Narra o mestre Diogo de Vasconcelos, inspirado na fantasia ou estribado em documentação desconhecida, que Bartolomeu Bueno da Siqueira, associado a Miguel e aproveitando o roteiro das minas da Casa da Casca que lhes entregara Antônio Roiz Arzão, partiu de Taubaté no ano de 1694 e veio aportar em Itaverava. Dêsse ponto, depois de plantadas as roças e colhidos os mantimentos, bipartiu-se a bandeira. Seguiu Bueno da Siqueira para a região do Rio das Velhas, esbarrando no Arraial de Santana; daí se pôs novamente em marcha, guiado por índios, e foi descobrir o rio a que dera o nome de Pitangui (rio das crianças). Corria já o ano de 1696. (4)

(4) *História Antiga das Minas Gerais* — Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 1948 — Capítulo II, págs. 176 a 180.

Não vimos perfilhada essa versão por outro mestre de nossa História. Ao contrário, os que tratam da bandeira de Bartolomeu Bueno da Siqueira, levam-no até ao Rio das Velhas, depois de haver encontrado indícios de ouro na Itaverava. Não fazem alusão ao descobrimento do Rio de Pitangui.

Seja como fôr, não teriam importância essas entradas aos páramos pitanguenses, porque não foram marcadas por povoamento da região e os frutos dela teriam ficado ignorados porque — usando palavras do Padre Simão de Vasconcelos — os tempos haviam *cegado os caminhos, crescendo as matas, e escondendo aos homens estas riquezas*.

Podemos, por conseguinte, asseverar que a região do Pitangui continuou desconhecida e indevassada até o alvorecer do século XVIII. Descobertas estavam as minas do Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Bento Rodrigues, Guarapiranga, Sabará, Roça Grande e tantas outras, enquanto as pepitas do Batatal permaneciam ocultas à “sacra fame” dos pioneiros.

E decorre o primeiro quinquênio do século XVIII sem ser revelado o ouro do Batatal.

Avulta-se a população das minas descobertas. Nascem os arraiais. É o do Ribeirão do Carmo, o de Ouro Preto, o de Antônio Dias, o do Rio das Mortes, o de Sabará, o de Caeté, o de Guarapiranga e muitos outros mais. Povoam-nos paulistas, baianos e reinóis. Formam-se dois partidos nos arraiais: o dos Paulistas e o dos Reinóis. Inimizaram-se aqui e ali. E um dia, no ano de 1708, acende-se o estopim da discórdia entre ambos. Surge a guerra civil entre as duas facções, que na História ficou memorizada com o nome de Guerra dos Emboabas.

Os paulistas, em menor número e pouco conhecedores da estratégia guerreira, são batidos em todos os combates, no Rio das Velhas e no Rio das Mortes. Vencem-nos a experiência militar e o treinamento de guerra do reinol, adquiridos nas velhas e constantes lutas nos domínios ultra-marinos de Portugal.

Terminada a luta, no ano de 1710, os paulistas retornam às minas. Uns são reintegrados na posse de suas propriedades e bens, outros vão devassar novas terras.

E foram os paulistas que, descendo o Rio de Paraopeba e derivando para o Rio de São João, vieram descobrir e apossar-se das minas de Pitangui.

Não são conhecidos os pormenores do descobrimento, além do que vem relatado em carta do Governador Dom Brás Baltasar da Silveira, referida por Feu de Carvalho e publicada por Salomão de Vasconcelos.

Vale essa carta como a primeira crônica da História do Pitangui, razão por que a transcrevemos na íntegra:

“Senhor. Não tornei a dar contas a Vossa Majestade das minas do Pitangui por terem faltado, e entendendo-se serem as de maior grandeza que jamais se viram. Hoje se não tira nenhum ouro nelas; o que se tirou ao princípio não se pôde averiguar, porque nesse tempo não encontrava lá ninguém. Só depois de minha chegada a estas minas é que elles consentiram saber do ouro que se tirou de um buraco a que chamam Batatal, que foi donde se achou a grandeza que os paulistas entendiam ser ouro de Beta, e não pagaram a Vossa Majestade os quintos por serem negros e carijós os que fizeram o descobrimento, e quando os seus senhores lhes acudiram já elles tinham sumido com o que haviam tirado. Mas, no ajuste das 30 arrôbas, pagou aquêle distrito uma arrôba a Vossa Majestade, e me custou grande trabalho fazê-los viver em sossêgo, pois por várias vêzes têm pegado em armas uns contra os outros, tendo-me dado mais trabalho conservá-los em paz que tôdas as vilas destas Minas.” (5)

A carta é datada de 24 de março de 1715, época em que ainda não estava criada a Vila, conforme se deduz do próprio texto da mesma. Não informa a data do descobrimento; todavia, por outra anterior do mesmo Governador dirigida ao Rei, pode ser admitido o ano de 1710 ou 1711 como o do descobrimento:

“Vendo os moradores desta Cidade que os Reinóis nos últimos levantamentos os haviam lançado violentamente das Minas, e despojados dos bens que nelas tinham, tomaram a resolução de procurar outros sertões em que continuassem os seus descobrimentos e, chegando até o sítio chamado Pitangui ou Pará, começaram a descobrir ali algum ouro e, continuando nesta diligência a que os obrigava a sua necessidade, acharam cada vez mais bem logrado o seu trabalho com a abundância de ouro que foram descobrindo, e receosos de que com a entrada dos reinóis.....” (6)

(5) *Bandeirismo* — Biblioteca Mineira de Cultura — Belo Horizonte, 1944 — pág. 66.

(6) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 4:326.

Essa carta, datada de 1.º de setembro de 1713, foi escrita de São Paulo e baseada naturalmente em informações de pessoas conhecedoras das notícias do novo descobrimento. É a primeira notícia que o governador, depois de sua posse, deu a El-Rei das minas do Pitangui.

É tradição que o descobrimento ocorreu no ano de 1709, sendo autores paulistas, chefiados por Bartolomeu Bueno da Silva — o filho de Anhangüera — e vindos das partes do Sabará e Caeté, em demanda do poente. Essa versão ficou conhecida como a Lenda do Velho do Caruru. Foi registrada pelo primeiro Vereador da Câmara da Vila de Pitangui encarregado, em virtude de Ordem Régia do ano de 1782, de escrever as memórias históricas da Vila. (7)

J.A. Gomes da Silva, insigne historiógrafo dos fastos pitanguienses, perfilhou essa tradição em sua monografia histórica. Desconhecia por certo as duas cartas de D. Brás Baltasar da Silveira, o qual por isso pode ser apelidado o primeiro cronista da história de Pitangui.

Salomão de Vasconcelos (8) salientou que *“não é preciso grande esforço de raciocínio para descobrir nessa narrativa o seu caráter de lenda.”*

É segura e cursiva a argumentação do venerando historiador, embora susceptível de reparo no que se refere ao façanhudo Bartolomeu Bueno da Silva. Admite estivesse o segundo Anhangüera estabelecido, desde 1701, *“com sua gente a serviço da mineração em Pitangui, evidentemente bem sucedido, de vez que era o São João, como até hoje, um dos pontos mais ricos do Oeste Mineiro.”*

Apóia-se no mestre Basílio de Magalhães que afirma peremptoriamente:

“O filho de Anhangüera, logo após o descobrimento das minas de Sabará, isto é, por volta de 1701, tinha ido estabelecer-se lá perto em São João do Pará; pouco depois, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, que vieram a tornar-se seus genros, também seguiram para as Minas Gerais, fixando-se o primeiro em Curral d'El Rei (hoje Belo Horizonte) e o segundo em Pitangui.” (9)

(7) Revista do I.H.G.B. — Tomo VI, 2.ª edição.

(8) Obra citada, pág. 65.

(9) Expansão Geográfica do Brasil Colonial — Ed. BRASILIANA, 2.ª edição, 1935 — pág. 213.

Em verdade não há provas de que Bartolomeu Bueno haja estabelecido mineração em Pitangui nessa era. Pelo contrário, as notícias que há dêle até o ano de 1706 não o situam no distrito de Pitangui.

Vejamos, entretanto, as passadas de seus dois genros primeiramente, pois convém ao encadeamento dessa exposição.

João Leite da Silva Ortiz madrugou nas *“Minas Gerais”*. Aparece como povoador de sítios. Já em 1700 tinha descoberto e povoado o *sítio das Sete Lagoas*, que vendera ao Mestre de Campo Antônio Pinto de Magalhães, conforme vem textualmente em carta de sesmaria, datada de 3 de novembro de 1718:

“... que êle comprara um sítio ao Capitão João Leite da Silva nas Sete Lagoas, distante três dias de viagem da dita Vila (do Sabará) de que lhe dera por títulos uma carta de sesmaria passada pelo Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em três de abril de mil setecentos e onze pela qual lhe fizera mercê em nome de Sua Majestade que Deus guarde de duas léguas de terras na paragem chamada Sete Lagoas por se achar nela desde o ano de setecentos com plantas, criações e gado vacuum, começando as ditas duas léguas de terra das cabeceiras da Mata do Sumidouro de um ribeiro que chamam dos Macacos até as Lagoas Grandes e do pé do Sêro onde está a dita fazenda, correndo para a parte do Rio das Velhas até fazer as duas léguas, entrando na dita todos os campos, matas, maninhos, alagadiços e tudo mais que lhe pertencesse e porque até a presente não pudera o dito João Leite da Silva mandar confirmar a dita carta por Sua Majestade...” (10)

Descobrira também o *Sítio do Cercado*, de que obteve sesmaria a 19 de janeiro de 1711 como primeiro povoador, *sito no distrito do Rio das Velhas, começando sua data do pé do Sêro das Congonhas.* (11)

Na sesmaria de José Marques, concedida a 8 de fevereiro de 1711, do *Sítio da Lagoa Dourada*, dá-se como um dos confrontantes o Capitão João Leite da Silva, *“das Sete Lagoas até o dito Riacho dos Macacos”*. (12)

(10) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 12:10.

(11) Apud Abílio Barreto — Belo Horizonte, Memória Histórica e Descritiva — Edição da Livraria REX, Belo Horizonte, 1936 — Cap. IX, pág. 61.

(12) Revista do APM, ano XXI, pág. 293.

Encontra-se mais tarde João Leite da Silva pagando 628 oitavas de quintos sobre 3.140 entradas, a 10 de abril de 1709; 20 oitavas sobre 100 entradas, a 21 de abril de 1711 e 202 oitavas em 1714. (13)

Parece, também, que Domingos Rodrigues do Prado cedo se estabeleceu nas Minas, minerando e povoando sítio. A primeira notícia sua é de 1705, contribuindo com 212 oitavas de ouro e 3/4 de quintos reais, do que vem registro no Livro n.º 15, da Câmara de Sabará, de "*Rendimentos dos Quintos e Confiscos*". (14)

Por esse documento se deduz era assistente no distrito do Rio das Velhas.

Em carta de sesmária concedida a Sebastião Pereira de Aguiar, datada de 14 de janeiro de 1711, do *Sítio da Mata Pequena do Sumidouro*, vem mencionado que teria princípio "*no sítio a que chamam de Domingos Rodrigues do Prado, a entestar com a Serra das Congonhas*". (15)

Essa é mais uma prova de que assistia no Distrito do Rio das Velhas e povoara sítio à imitação de seu concunhado. E podiam até ser vizinhos...

Desconhecem-se notícias dêsse bravo paulista de então até o descobrimento do Pitangui. Onde andou e o que obrou entre os anos de 1705 e 1713 não descobrimos através de documentos.

Vê-se pelo exposto que, até 1705, nem João Leite da Silva nem Domingos Rodrigues do Prado se situaram no Distrito de Pitangui.

Voltemos, por conseguinte, à pista do segundo Anhangüera.

Taunay refere dois documentos em que figura o nome de Bartolomeu Bueno. (16)

O primeiro é a carta de Manuel de Sousa, Juiz da Casa da Moeda do Rio da Janeiro, dirigida ao Rei e datada de 10-XI-1705, contendo em anexo uma relação das pessoas de quem o guarda-mor Garcia Rodrigues Pais pretendia obter auxílio para os seus trabalhos nas minas. Estava arrolado o nome de Bartolomeu Bueno da Silva.

(13) *Apud* Abílio Barreto — *Obra citada*, pág. 61.

(14) *Apud* Salomão de Vasconcelos — *Como Nasceu Sabará*, in *Revista do SPHAN* — Rio de Janeiro, 1945, n.º 9.

(15) *Revista do APM*, ano XXI, pág. 286.

(16) *História Geral das Bandeiras Paulistas* — Edição da Imprensa Oficial, São Paulo, 1950 — Tomo XI, Capítulo II, página 11.

O segundo documento é uma carta de Felipe de Barros Pereira, do ano de 1706, relativa aos descaminhos do ouro e os meios de evitá-los, na qual vem mencionado o segundo Anhangüera.

Afirma Taunay, sem citar fontes, que êle minerou nas vizinhanças do Sabará. Fundamentou-se, possivelmente, em Abílio Barreto que sustenta o segundo Anhangüera *senhorou imensa faixa de terras que ia do Rio das Velhas ao Pará, onde montou fazenda*. (17)

Não sabemos em que documento abichou o eminente historiador essa notícia de difícil comprovação geográfica.

Isso, porém, não exclui a possibilidade de êle estar assistindo e minerando na região do Rio das Velhas.

Carvalho Franco assevera que, *consoante encontrou em documentação coeva*, o segundo Anhangüera em 1701 estabeleceu-se em Sabará e daí foi para São João do Pará, perto de Pitangui, de onde passou a este último lugar. (18) Quando passou para São João do Pará e onde se localizava esse topônimo, não esclarece o notável historiador paulista.

O topônimo *São João do Pará* não figura na cartografia antiga do Distrito de Pitangui e não vem referido em carta de sesmarias e datas de terras minerais conhecidas.

Pará, nos primeiros tempos, era denominação aplicada ao Rio de São Francisco. O Rio de São João, reveladas as minas do Pitangui, tornou-se conhecido como tributário do Rio de Pitangui — o atual Rio Pará. Ver-se-á isto mais à frente.

Encontramos documentos que nos fazem admitir tenha Bartolomeu Bueno da Silva se estabelecido com mineração no Distrito de Pitangui antes do descobrimento das minas do Batatal:

— Carta de data de terra mineral concedida a José Antônio Forte de Magalhães e João Dias da Silva, a 2 de dezembro de 1750, no Córrego da Ponte Alta, "*que verte da sesmária de Bernardes Alves, na Aparição*." Consta do termo da data: "... e porque se acha devoluto o Córrego chamado a Ponte Alta, me pedem lhe faça mercê conceder-lhes por carta de data o dito Córrego até o córrego donde trabalhou Bartolomeu Bueno..." — Provisão de água concedida a José Antônio Forte de Magalhães e João Dias da Silva, no Córrego da Ponte Alta, a 27 de janeiro de 1751: — "... as águas de corzinhos vertentes à dita Ponte Alta da parte do sul por

(17) *Obra citada*, página 36.

(18) *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* — São Paulo, 1954.

baixo do córrego que lavrou Bartolomeu Bueno e os mais que daí para baixo se acharem que se possam conduzir às ditas terras que foram concedidas.” (19)

O Ribeirão da Ponte Alta é um afluente do Rio Paraopeba. Margeia a Vila de São José da Varginha, no Distrito de Pará de Minas. Suas cabeceiras nascem na paragem chamada Aparição. Está, por conseguinte, na picada aberta pelos pioneiros em direção ao Pitangui.

Não identificamos o *córrego onde lavrou Bartolomeu Bueno*, embora até os dias atuais os moradores conservem a tradição das antigas atividades extrativas de ouro na região.

Não é absurda a hipótese de ter o segundo Anhanguera mineração na paragem da Ponte Alta. Pelo contrário, é lógica. Está conforme os poucos documentos divulgados.

Os paulistas penetraram o Distrito do Pitangui lavrando aqui e acolá, descendo o Rio Paraopeba. É o que se pode inferir da ordem do Governador Antônio de Albuquerque dada a 14 de setembro de 1711, ao Tenente-General Borba Gato:

“Porquanto tive notícia que nos Distritos de Pitangui e Paraopeba se vão situando muitos moradores e nêles estão lavrando, e se tem descoberto vários ribeiros de ouro, e ainda nas margens dos rios principais, de que se não tem dado parte, como dispõem o Regimento e ordens de Sua Majestade e tenho disposto depois que cheguei a estas minas, e outrossim me noticiou, que entre os tais moradores começa a haver algumas discussões, de que podem nascer muitas desordens por falta de quem o possa evitar; e dar-me pt. e o que necessita de remédio, ordeno ao Ten.te Gn.al M.el de Borba Gato, pois é morador e tem faz. naquelas p.tes, que logo passe ao Distrito de Pitangui, e faça diligência por saber, e falar com todos os moradodres, que ali se acharem, ajuntando-os, e sabendo dêles o como estão situados, e o número dêles. (20)

Foi impedida a entrada de reinóis, conforme se viu em carta do sucessor de Antônio de Albuquerque. Os paulistas, com os ânimos exaltados ainda contra os que os expulsaram pela violência das armas de *suas conquistas*, estavam firmemente dispostos a não

(19) APM — Seção de Avulsos da Delegacia Fiscal — *Livro de Guardamoria de Pitangui*, Códice 4.

(20) *Revista do APM*, ano II, Fascículo IV, pág. 796.

permitir que os reinóis ou forasteiros usufruíssem dos novos descobertos. Para melhor isolar as novas minas intentaram abrir um caminho direto da Cidade de São Paulo a Pitangui, do qual tratou o Governador D. Brás Baltasar da Silveira, em carta de 18 de setembro de 1713 e de que copiamos excertos que mais de perto interessam:

“Pelo que respeita ao Caminho que os moradores desta Cidade pretendem fazer dela para as Minas novamente descobertas, me pareceu ser mi. o conveniente que V. Maj.de lho conceda porq. sendo êles os descobridores das Minas se se lhes negasse seria desanimá-los para não continuarem nos descobrimentos que têm sido utilíssimos à fazenda de V. Maj.de e ficarão m.to prejudicados, porque podendo fazer a jornada desta Cid. e para as Minas novas em quinze dias, se fôssem pelas Gerais gastariam mais de dois meses... e quanto ao Caminho que há das Minas Gerais para as novas não me parece conveniente se cerre porque seria uma total separação entre os Reinóis, e Paulistas e inquietaria os ânimos dos primeiros e suscitar novas alterações...” (21)

Esse caminho era certamente o que intentava abrir Amador Bueno. Em carta de 10 de setembro do referido ano, o Governador ordenou-lhe suspendesse a fatura da picada e “*que não se innovasse cousa alguma sem ordem sua.*” (22)

Agiu o Governador Dom Brás Baltasar da Silveira com sabedoria e habilidade em ordem a abrandar o ânimo dos paulistas moradores nas novas minas. Não sabemos se foi levada a cabo a construção do projetado caminho. Certo não ficou cerrado o “*Caminho das Gerais*” para as novas minas. Ao contrário, depois da chegada do Governador às “*Minas Gerais*”, êle foi franqueado aos reinóis.

Possivelmente o malôgro do primeiro descobrimento do Batatal tenha contribuído para o êxito das providências apaziguadoras do Governador.

As minas do Batatal não confirmaram a “grandeza” anunciada. Desvaneceu-se o ouro a ponto de os moradores não terem onde lavar. Essa informação o próprio Governador dava ao Ouvidor da Comarca do Sabará, em carta de 11 de junho de 1714:

(21) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — Códice 4:330.

(22) *Idem, idem* — Códice 9:3.

“Senhor meu, no ajuste que em minha presença celebraram os Procuradores das vilas que são cabeças das Comarcas destas Minas nesta ocasião me representou Antônio Mendes Teixeira que era justo concorressem com alguma porção os moradores de Pitangui, ao que lhe respondi que no tempo presente me parecia impraticável atendendo a miséria em que se acham, sem ter onde lavrarem ouro, por se haver desvanecido o pr.o descobrimento...” (23)

Nesse mesmo ano, Bartolomeu Bueno da Silva participou a Dom Brás a ocorrência de novos descobrimentos que *prometiam grandes interesses* e não eram *como o primeiro, que poucos aproveitaram*. Houve disputa pela posse e exploração dessas novas minas. De armas na mão, procuraram os descobridores impedir o acesso dos vindícios a essas lavras.

O Engenheiro Pedro Gomes Chaves, nomeado Regente do Distrito, teve a difícil incumbência de resolver as discórdias. Recebeu do Governador instruções explícitas e por escrito. Embora não fôsse empreendida de acôrdo com as instruções recebidas, em julho estava feita a repartição das datas e serenadas as pendências no distrito.

Caso único que ainda perdurava era a animosidade contra o bastardo Gervásio de Campos. Estava coagido por alguns moradores que queriam impedi-lo de realizar novos descobrimentos. Encaminhou petição ao Governador e obteve despacho favorável:

“O suplicante pode continuar os descobrimentos e, achando-os, me dará logo parte, e ordeno que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja se intrometa nos ditos seus descobrimentos, nem embarace por nenhum caminho a que os continue, e fazendo-o me dará o suplicante conta para ter com as ditas pessoas as demonstrações que parecerem.” (24)

Posteriormente, confirmou o Governador a posse de Gervásio de Campos na data que lhe concedera o Guarda-mor Francisco Jorge da Silva; suspendeu a ordem de arrematação que havia ordenado ser feita para El-Rei, e mandou aviso às pessoas que desejavam tirar a data ao intrépido bastardo, sendo principal delas o paulista Domingos Dias da Silva:

(23) APM — Seção Colonial — Códice 9:3.

(24) Feu de Carvalho — *Obra citada*, pág. 18.

“Que se metam pelo mato e façam descobrimentos próprios, não que queiram usurpar o que não lhes pertence, e, se Gervásio de Campos era bastardo, nada importaria porque El-Rei se serve dos procedimentos e não das nobrezas, porque êle é senhor delas e pode dá-las e tirá-las.” (25)

Pretendia o Governador Dom Brás Baltasar, com essa medida enérgica e justa, incentivar os descobrimentos de minas muito convenientes à Real Fazenda.

Não trouxeram abundância nem paz ao distrito, as novas lavras reveladas.

Na repartição das 30 arrôbas, que os moradores das Minas ajustaram pagar pelos quintos reais, couberam aos de Pitangui somente três arrôbas. Não puderam cumprir o ajustado, em consequência do esgotamento de suas minas. Para não serem incriminados de rebeldia, começaram a abandonar o distrito. E os moradores remanescentes chegaram a ameaçar o abandono total e completo do distrito no caso de persistir a cobrança das três arrôbas. Esses fatos são conhecidos através do termo da Junta realizada em 8 de março de 1716, especialmente para tratar desse caso, e dêle transcrevemos o seguinte trecho:

“... mas que como as lavras da d.a v.a tinham falhado, depois do tal assent.o e pelas inquietações destas minas se não puder fazer a cobrança logo no d.a tempo, nem se assentar se se haviam de cobrar os quintos pelo d.o ajuste, se foram retirando da d.a v.a todos os m-es q. hoje apenas se acharam sessenta pelas informações que tinha, sendo impossível cobrarem-se d.as três arrôbas de ouro ainda arrematando-se os bens de todos os moradores, e que sendo mandadas repetidas ordens para a dita cobrança se não têm executado, antes um ajuntamento de povo fizeram os d.os moradores seus requerimentos à Câmara e protestos, mandando a êle ouv.or gl. seus Procuradores, avisando que não se lhe deferindo deixavam todos aquela conquista em termos de se perderem as conveniências de S. Maj. e q. Ds.G. e e q. êle ouv.or gl. lhe parecia que a d.a V.a quando muito podia somente pagar uma arrôba de ouro pelo pouco n.o de seus habitantes e p.la diminuição daquelas minas e q. as duas arrobas se deviam repartir por tôdas as V.as das Minas”... (26)

(25) *Idem, ibidem*, pág. 27.

(26) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 6:53.

No ano de 1717 estavam os moradores devendo cinco arrôbas, das quais duas do ano anterior. Competia à Câmara providenciar a arrecadação dos quintos reais, no que vinha a de Pitangui encontrando os maiores obstáculos. Conseguiu, no ano de 1718, arrecadar apenas a quantia de 1.600 oitavas de ouro e esperava saldar todo o débito, merecendo do Conde de Assumar a seguinte advertência, em carta de 25 de abril:

“Fica entregue o ouro dos quintos que v. mercês remeteram, e quando esperava ter muito que agradecer a v. mercês nesta matéria, acho mais que estranhar-lhes, pois vejo que abusaram muito do meu bom termo, e da minha compaixão, fiando-se nela para querer satisfazer aos quintos de dous annos com mil e seiscentas oitavas de ouro, e devem v.m. ter entendido que ainda a pobreza dos moradores dessa vila, me tenha feito entender que não era justo pagassem as cinco arrôbas, que se tinham lançado, contudo não tinham feito conceito de que baixassem tanto, que cinco arrôbas que reduzissem a pouco mais de doze libras, com que se faz preciso que v. mercês cuidem no modo com que isto se há de fazer, de sorte que nem êsses moradores, com a demasiada carga, fiquem oprimidos, nem fique também tão prejudicada a fazenda de S. Maj., e espero obrem v. mercês de modo que não fique lugar para cuidar-se em semelhante procedimento, antes tenha muito que lhes agradecer.”
(27)

Confirmada fica a notícia de que, no primeiro decênio de seu descobrimento, as minas do Pitangui não deram a “grandeza” que se supunha. Por isso houve discórdias, motins, lutas armadas, derramamento de sangue e mortes.

A MINERAÇÃO

“... nesta ocasião me representou Antônio Mendes Teixeira que era justo concorressem com alguma porção os moradores de Pitangui, ao que lhe respondi que no tempo presente me parecia impraticável atendendo à miséria em que se acham sem ter onde lavrarem ouro por se haver desvanecido o primeiro descobrimento.”

CARTA de D. Brás Baltasar da Silveira, de 11 de junho de 1714.

“Descobrimdo-se depois cascalhos auríferos (minas diluvianas e aluviais) nos ribeiros Bromado, São João, Onça, Guardas, São Joanico etc., os novos povoadores, que ocuparam tumultuariamente êstes ribeiros, lavraram onde quer que se antecipavam ou queriam, na falta absoluta de ministros autorizados para a polícia e para a repartição das datas minerais.”

Das MEMÓRIAS arquivadas pela Câmara.

“Nos mais descobrimentos que houver se informar a v.m. com tôda certeza de quem foram os descobridores e depois de vir no conhecimento dêles lhes ordenar a sirvam de guarda-mores dos descobrimentos, e que nomeiem escrivães que devem ser aprovados por v.m., de uns e de outros remeterá v.m. listas para se ordenar a Garcia Roiz lhes passe as provisões...”

Das INSTRUÇÕES de que há de usar o Sargento-Engenheiro Pedro Gomes Chaves.

A MINERAÇÃO

Generalidades — Guarda-mores — Primeiras minas — Datas de terras minerais e provisões de água — Outras notícias

Poucas notícias há relativamente à mineração no Distrito de Pitangui.

Sabidamente, o primeiro ouro deu proveito a poucos. Extraíram-no à revelia do Regimento Mineral. Não houve repartição de datas nem designação de guarda-mor. A oportunidade era dos audazes. Não há exagêro na assertiva de ter prevalecido a *lei do mais forte*.

Houve desordens, por isso mesmo.

Bartolomeu Bueno da Silva informou ao Governador Dom Brás que os moradores pretendiam lavrar os novos descobrimentos juntamente com os descobridores, mas êstes, empunhando armas, não lhes permitiam isso.

As datas não eram repartidas; eram conquistadas.

Viu-se o Governador na contingência de mandar Regente para o Distrito. Foi escolhido o Engenheiro Pedro Gomes Chaves, que recebeu especificadas instruções relativas à difícil missão.

Tanto estavam exaltados os ânimos dos moradores que o item 1.º da INSTRUÇÃO determinava:

“Logo que v.m. chegar a Pitangui, usará de todos os meios que lhe ditar a sua prudência para conseguir a quietação daqueles moradores, procurando acomodá-los uns com os outros, fazendo desvanecer tôdas as parcialidades que são o que perturbam as repúblicas, e quando haja alguma pessoa que seja mais teimosa em se acomodar, v.m. me dará parte dela para a exterminar como inimiga do bem...” (1)

(1) Feu de Carvalho — *Ocorrência em Pitangui* — São Paulo, 1931, página 12.

Conhecido o descobrimento e relacionadas as pessoas presentes com fábrica de escravos, prescrevia o Regimento Mineral, no seu artigo 5.º, devesse o guarda-mor separar a primeira data para o descobridor em local de sua escolha, em seguida uma data para a Real Fazenda e mais outra para o descobridor como simples lavrador e, finalmente, as datas restantes fôsem distribuídas segundo a capacidade de minerar de cada um.

Quem tinha doze escravos, ou mais, recebia uma data de trinta braças; às pessoas com menos de doze escravos repartiam-se datas de duas braças e meia por escravo.

“E para que não haja queixa nem de pobres, nem de ricos, por dizerem que na repartição houve dolo repartindo-se a uns melhor sítio que a outros, por amizade ou respeito”, estabelecia o Regimento Mineral: — “O Guarda-mor mandará fazer tantos escritos quantas forem as pessoas com quem se houver de repartir, com o nome de cada um os deitará em um vaso embaralhado, por um menino de menor idade que se achar mandará tirar cada um dos escritos, e o primeiro que sair lhe assinará a sua data logo na que se seguir a que na forma dêste capítulo se tiver dado ao descobridor como lavrador, e pela mesma ordem se irão seguindo as demais que forem saindo, e nas datas de cada uma pessoa se porão marcos para que não possa vir em dúvida a parte que lhe foi assinada.” (2)

Punham-se marcos, também, na data da Fazenda Real.

Coube ao Regente do *Distrito*, Engenheiro Pedro Gomes Chaves, harmonizar os moradores e repartir as datas de terras minerais nos novos descobrimentos.

Presume-se não haja obrado no estilo do artigo 5.º do Regimento Mineral, pois, fôra censurado pelo Governador D. Brás e recebera ordem para lançar um bando anulando tôdas as repartições de datas. Deviam os mineradores, que estivessem lavrando no nôvo descobrimento, retirarem-se dentro de vinte e quatro horas com os seus escravos. Mas êles estavam satisfeitos com a repartição, conforme representaram ao Governador. Êste acabou aprovando-a, considerando que aquela gente se achava acomodada e submissa.

Como procedeu Pedro Gomes Chaves na repartição das datas, é *fato* desconhecido.

(2) Idem, ibidem, página 19.

Desapareceram os primeiros livros de guardamoria, dos quais só temos conhecimento através de certidões transcritas, por petição de interessados, no livro de 1750.

Presumimos Francisco Jorge da Silva tenha sido o primeiro guarda-mor de Pitangui, como preposto do Guarda-mor-Geral *Garcia Rodrigues Pais*. Seria êle o primeiro repartidor de datas de terras minerais nas “*novas minas*” do Pitangui. Estava em exercício no ano de 1714. Não conhecemos seu sucessor imediato.

Em fins do ano de 1718, não havia guarda-mor em Pitangui, competindo à Câmara conceder, por alvará, terras e águas minerais.

Joseph Corrêa de Miranda era o guarda-mor em 1720, tendo o Conde de Assumar, em carta de 13-III-1720, mandado o Ouvidor-Geral da Comarca do Rio das Velhas prendesse “*o seu escrivão, porque isto talvez fará exemplo aos outros a que se não descuidem.*” (3)

Encontramos em 1724/1725 o Capitão Miguel de Faria Sodré no exercício do cargo de guarda-mor, tendo como escrivão Lourenço Corrêa Bernardes.

No ano de 1733, exercia o cargo o Guarda-mor Capitão Fernando Nogueira Soares, que assinou a carta de data de terras minerais, no Paiol Velho (Onça), concedida ao Padre João de Sá e Barros. Era escrivão Miguel de Faria Machado.

Exercitava o cargo, em 1740, o reinol José Antônio Forte de Magalhães, que concedeu data de terras minerais e provisão de água ao Capitão Alexandre Afonso Veloso, no Morro onde era morador. João da Rocha Gandavo servia o officio de escrivão.

Topa-se José de Campos Monteiro exercendo a guardamoria, de 1750 a 1753, tendo como escrivão Antônio Mendes Ribeiro.

Desaparecidos os primeiros livros de guardamoria, não é fácil tarefa localizar as primeiras *minas* e *catas* de ouro.

O ouro apresentou-se no Pitangui em faisqueiras, tabuleiros e grupiarias. O primeiro ouro descoberto pensou-se *era de beta* e a mina *ser a de maior grandeza que jamais se vira*. Fôra achado à superfície da terra à semelhança de “*reboleiras de batatas*” e, por isso, chamaram o morro do descoberto — BATATAL —, consoante anotações de Silva Pontes no resumo das *Memórias da Câmara de Pitangui*.

Não deu a mina os proveitos esperados. Informou Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, ao Governador Dom Brás Baltasar, em carta já referida, “*que poucos aproveitaram, resultando ficar a maior parte daqueles moradores na expectativa e diligenciando novos haveres mas sem ter onde lavrassem.*” (4)

(3) Arquivo Público Mineiro — Seção Colonial, Secretaria do Governo — Códice 11:213 v.º.

(4) Feu de Carvalho — *Obra citada*, página 12.

Esgotada a primeira mina do Batatal, nos dois primeiros anos de exploração, somente no ano de 1713 novas minas foram descobertas, voltando a azáfama da mineração no distrito. As novas minas, segundo informava Bartolomeu Bueno, prometiam mais do que as primeiras, *que poucos aproveitaram*.

Sob a denominação *Morro do Batatal*, naqueles primeiros anos, abrangia-se uma área de terreno muito mais extensa do que a conhecida atualmente. Conforme anotações existentes à margem de um velho mapa da Capitania, que provavelmente data do ano de 1718 ou 1720, o Morro do Batatal ia afocinhar *em distância uma légua no Rio de São João, perto da donde o dito Rio de São João faz barra no tal (?) Rio de Pitangui*. (5)

Foi o *Morro do Batatal* a área mais intensivamente explorada e lavrada no “descoberto” do Pitangui, talvez porque nele se tenha revelado o ouro que se supunha ser de beta. E ficou, por isso mesmo, conhecido pela denominação de *Morro do Batatal e Lavrados*.

No ano de 1720, o Governador Conde de Assumar tivera notícia de estar sendo organizada uma sociedade para lavar o Morro do Batatal e mandava ao Regente da Vila incentivasse essa organização por ser de interesse da Fazenda Real. Não há documentação que informe a existência dessa sociedade, se realmente foi organizada e se chegou a entrar em atividade; entretanto, no fim do Século XVIII e princípio do XIX havia a *Sociedade do Morcêgo*, que explorava a mina do Engenho do Morcêgo, no Batatal, de que até hoje existem reminiscências.

O Guarda-mor-Geral Garcia Rodrigues Pais era possuidor de uma data de meia légua de terra mineral no Batatal, dada sem prejuízo de terceiro pelo prazo de dois anos, com a cláusula obrigatória de que só poderia manter *fábrica de fogo*. A Câmara, em 1718, protestou contra a concessão dessa data, alegando que *um só homem se senhoreie de toda a terra*. A data fôra concedida no ano anterior, no mês de novembro, e na provisão não se impedia que outras pessoas minerassem no mesmo morro, dentro da meia-légua, *no modo usual destas Minas*.

O Conde de Assumar defendeu a provisão da data em termos veementes e persuasórios, conforme se vê no seguinte trecho da carta dirigida aos camaristas:

“... pois atendendo eu que era mui útil tanto para El-Rei, como para os seus vassalos que se estabelecesse esta fábrica pela grande utilidade que dela se pode tirar, e pelo muito que abreviará o trabalho dos negros, será

sem razão que por frívolos temores se malogre aquilo que pode ser benefício comum, e que depois de estabelecida a dita fábrica e se lhe achar conveniência, qualquer de V. Mercês que daqui a um ano e quatro meses me peça a mesma licença, lha hei de dar, não só por aí, mas por qualquer parte da mesma forma que a dei a Garcia Roiz, e se neste meio tempo houver algum curioso que o queira fazer, também não duvido que o Administrador por viver em paz o conceda, em cujos termos deixem V. Mercês ver se a fábrica pode ser de alguma utilidade, que eu lhe dou a minha palavra de que ninguém fique prejudicado, e brevemente despacharei uma pessoa de toda a satisfação e desinteresse para ver com os seus olhos a razão de cada um, e se então necessitar de se emendar em alguma cousa a provisão, o farei com grande gosto, pois bem podem V. Mercês ter conhecido das minhas ações que o maior que me acompanha é aumentar, e não destruir essa Vila...” (6)

A *fábrica* de Garcia Rodrigues deve ser a mesma que estava sob a administração de um mulato, por nome Antônio Rodrigues Mendes, arrolado entre os sublevados de 1719. Depois de dominada a rebelião, o Guarda-mor Garcia Rodrigues esteve em Pitangui a fim de tratar dos negócios de sua mina.

Parece que esse processo de minerar, tão esperançosamente defendido pelo Conde Governador, não deu os resultados prometidos. Em carta a El-Rei, datada de 20 de outubro de 1720, informando ser falsa a notícia sobre a existência de pedras no Rio das Mortes com grande quantidade de ouro, o Conde de Assumar condena de maneira categórica, o *processo de fábrica a fogo de pólvora*...

“... porque no Rio das Mortes nem em parte nenhuma destas Minas há pedras de que se possam tirar semelhantes interesses; no Rio das Mortes, onde se chama o morro, ou socavões, que se abre para extrair o ouro, são da altura de cem palmos, e muitas vezes mais fundos, e estes não se podem abrir, senão no tempo das chuvas, porque recolhem as águas em tanques que se fazem, e desmontam a terra com a força de água, que se larga até chegarem a altura que acima digo, onde se acha a formação de ouro, e nela muito acaso se acha

alguma pedrinha que a natureza lhe misturou algum ouro... No Distrito do Pitangui é mais usual acharem-se pedras com algum ouro; porém é também na mesma altura de palmos que acima digo, e rompendo-se primeiro muita pedraria com fogo, e esta forma de minerar dá pouquíssimos interêsses, assim pelos gastos que se faz com a pólvora como pelos muitos meses que se trabalha com muitos negros, primeiro que se cheguem às formações do ouro, onde se acham algumas pedras cravadas dêle, que se pisam com grande trabalho de que se tiram poucos lucros, a respeito do grande gasto que se faz..." (7)

Nesse morro, teve Antônio Rodrigues Velho — o Velho da Taipa —, de sociedade com outros, um serviço de mineração com engenho de socar pedras, regos e tanques, ainda em atividade no fim do Século XVIII.

Havia, na mesma época, outra mineração conhecida por *Mina da Máquina*, que deu nome ao córrego que a servia e desaguava no então Córrego do Pilar (atualmente denominado da Lavagem).

É presumível que essa *Mina da Máquina* fôsse a mesma da sociedade do Vigário da Vara, o Doutor Felipe de Lacontria, que no ano de 1738 litigava com o Sargento-mor Manuel Jorge Azere, Crispim dos Santos e *mais moradores de Pitangui* pela posse da *água que tem suas nascentes na roça de Gaspar Teixeira Guimarães por um valo que seus antepassados fizeram há mais de dezesseis anos* para o mister de minerar. Esclarece o sargento-mor em sua petição que o Reverendo Dr. Felipe de Lacontria, e seus sócios, *lha foram cortar para uma chamada "máquina" em que tem levantadas quatro mãos de pilão*" (8). Enquanto o sargento-mor e sócios mineravam com 60 escravos, a sociedade do Vigário Lacontria trabalhava com apenas oito. Seria êsse número diminuto de escravos consequência da eficiência da "máquina", de que se utilizava?

* * *

No sítio da Olaria, que ficava na parte leste da Vila e por detrás da Matriz Nova, cêrca de 250 metros, havia, no ano de 1743, um tanque artificial de ajuntar água para o exercício de minerar. Pertencia a Pedro Fialho do Rêgo, *homem mineiro*, que o houvera por herança. Esse sítio foi fundado antes da criação da Vila. (9)

(7) Idem, *ibidem* — *Códice* 23:124 v.º.

(8) Idem, *ibidem* — *Códice* 59:27.

(9) Idem — Livros avulsos — Livro do Tombo da Câmara de Pitangui, ano 1804/1806.

O Córrego do Pilar, depois dito da Lavagem, era também faisqueira antes da demarcação da sesmaria da vila e, como tal, ainda na metade do Século XVIII continuava comum ao povo.

Os terrenos laterais e do lado de baixo da Matriz Nova foram minerados, do que era testemunha *um muito grande rasgão de mineração*. Cortava êsse rasgão a chamada Rua do Pilar (atual Rua do Dr. Jacinto Alvares), na direção norte-sul, e ficava em seguida à casa que impedia o seguimento da rua que vinha da Capela do Rosário (atual casa n.º 68). No ano de 1754, o proprietário e construtor da casa assobradada, contígua a êsse rasgão (casa n.º), Manuel Mendes da Silva, fêz com o Senado da Câmara o *contrato de encher o referido rasgão e fazer o caminho franco para passarem os viandantes seguros de perigo e conservar o caminho a todo tempo nesta forma, dando-se-lhe isento de foros e livre dêste ônus o território que mediava entre a sua casa e a anterior*. (10)

* * *

Situavam-se na Paciência as lavras do Padre Manuel Serrão de Oliveira. Ele foi um notável minerador. Desde os primeiros descobrimentos das minas do Pitangui aparece como contribuinte dos quintos reais. Assim, em janeiro de 1715, vem registrado no Livro da Delegacia Fiscal o pagamento de 105/8.as de ouro de datas que arrematou no Pitangui. (11)

Foram sucessores do Padre Serrão, o Coronel Manuel Cabral Teixeira, Serafim Vieira Vasconcelos (por herança do anterior), o Licenciado Pedro Fialho do Rêgo e, por último, Antônio Dias Teixeira das Neves, por cabeça de casal.

No Rio de São João, nas proximidades do Ribeirão da Onça, ficavam as lavras confiscadas a Bento Pais da Silva e Sulpício Pedroso, ambos companheiros de Rodrigues do Prado na rebelião de 1719.

No Ribeirão da Onça teve Fernando Pais Leme, filho do Guarda-mor-Geral Garcia Rodrigues Pais e Regente da Vila do Pitangui, as lavras *com serviço de água* que no ano de 1724 vendeu ao Padre João de Sá e Barros. Constavam essas lavras de *tudo o velo d'água do dito Ribeiro com seis braças de terra por banda*. (12)

Pode-se ter uma idéia da proporção dos serviços dessas lavras através da petição do Padre João de Sá e Barros:

(10) Idem, *ibidem*.

(11) Idem — Seção Colonial — Livros Delegacia Fiscal — *Códice* 1.

(12) Idem — Livros avulsos — *Códice* 4:8 verso.

“Diz o Padre João de Sá e Barros que êle tem comprado um serviço para minerar do veio de água do Ribeiro da Onça, do distrito desta Vila do Pitangui, ao Capitão-mor Fernando Dias Pais, o qual serviço por ser de muito custo e trabalho, levando canais abertos necessita de tôda a água que vem no dito ribeiro para lhe dar vazão às areias e entulhos que vêm aos ditos canais e para que não haja quem lhe divirta alguma água ficando o dito serviço sem poder dar vazão às areias necessárias, quer haver provisão de tôda a água do dito ribeiro...”

Foi a petição despachada favoravelmente pelo Guarda-mor Geral, no seu sítio da Paraíba, aos 11 dias de julho de 1724. E a provisão de água foi assinada pelo Guarda-mor Miguel de Faria Sodré. Essas lavras da Onça, em 1736, foram adquiridas, por compra, por José Antônio Forte de Magalhães e Miguel de Faria Sodré.

Bartolomeu Bueno tivera lavras na Ponte Alta, na velha picada de penetração dos primeiros descobridores, conforme se viu no texto da carta de data e na provisão de água concedidas a José Antônio Forte de Magalhães.

Mineravam em 1718, no Bromado, pelo que sabemos, o Capitão Domingos Vicente Garcia e seus sócios, o Capitão Miguel de Faria Sodré e João de Almeida Siqueira, moradores na Vila do Pitangui. Na petição de carta de data, disse o Capitão Domingos Vicente:

“Possui um sítio no ribeiro chamado Bromado, donde pretende junto com os nomeados acima tirar o dito ribeiro da sua porta do seu sítio e lavrarem por terra firme...”

(É interessante êsse documento, que reconstitui o verdadeiro nome do ribeirão e distrito do Pitangui — hoje dito e grafado *Brumado*. *Bromado* é a grafia certa. Deriva-se de *broma*: grosseiro, ordinário).

Por certo havia outras minerações no Distrito do Pitangui; todavia, delas não temos conhecimentos exatos e pormenorizados.

Informações exatas sobre as minas de Pitangui podem ser colhidas na metade do Século XVIII, pois existe o livro de guarda-moria dessa época. Esse livro está guardado no Arquivo Público Mineiro, codificado sob o n.º 4 entre os livros avulsos da Seção Colonial. Tem o termo de abertura datado de Sabará, 4 de julho de 1750. Possui numerosas páginas parcialmente danificadas. Os estragos foram provocados pela umidade, de modo que algumas

páginas estão em parte destruídas e outras manchadas, o que impossibilita a leitura pelos meios comuns. Faltam páginas, também. cremos que, com o correr do tempo, as partes ainda legíveis serão atingidas, isto é, terão suas letras apagadas. Aachamos, por isso mesmo, conveniente trasladar nesse capítulo os extratos das cartas de datas e provisões de água que pudemos ler no encardido e precioso códice.

PÁG. 1 (VERSO): Carta de ratificação de água concedida a Miguel de Afonseca Pereira, no Córrego do *Paiol Velho*, um rêgo tirado “mais baixo do remanescente de água limpa do rêgo do Capitão Miguel de Faria Sodré, abaixo do seu açude no córrego chamado o *Paiol Velho*”. (Foi empossado aos 7 de julho de 1750).

PÁG. 2 (VERSO): Aos 30 de junho de 1750 foi dada carta de retificação de terras minerais e água a José de Oliveira Sande. Consta do termo de posse: “... neste Córrego do *Caxing'o* com um braço chamado João de Almeida, que é têrmo da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui”, onde *foi ido* o escrivão Antônio Mendes Ribeiro para efeito de retificar a posse das terras e águas do dito córrego chamado João de Almeida, na pessoa de José de Oliveira Sande em virtude da compra que havia feito do dito sítio a Teodósio de Moraes...”

PÁG. 3: Vem o registro da carta de data concedida a José Homem do Amaral e Antônio Cabral Gamboa, no Córrego da *Cacunda*. (É pouco legível êsse registro, em virtude de estar quase apagada a escrita).

PÁG. 4: Provisão de água — *idem*, de todo o Córrego da *Cacunda*.

PÁG. 5: Carta de data e retificação de posse concedida ao Capitão Manuel Alves do Lago: “... que êle e seu sócio José Alves de Campos alcançaram por carta de data com posse judicial, nas beiradas do Pará e Ribeiro de São João, terras minerais e porque o dito seu sócio desertou desta Vila e seu têrmo, deixando a dita sociedade sem nela trabalhar há muitos anos, quer êle suplicante haver carta de data e ratificação na parte que pertencia ao dito seu sócio.”

PÁG. 5 (VERSO): Carta de data concedida a 4 de agosto de 1750 ao Capitão Manuel Alves do Lago, no Rio de São João: — “... desde a data e repartição que faz com José Dias Maciel até Antônio Dias Teixeira e o licenciado Antônio Ferreira, debaixo do seu rêgo que tem tirado.”

PÁG. 6 (VERSO): Carta de data concedida a Manuel Marques Guimarães, à beira do Rio de São João.

PÁG. 7 VERSO: Provisão de água e datas minerais concedidas a Romão da Mota Botelho, na “passagem do caminho que

vai para o Ribeiro da *Onça Brava*, chamado o *Caxingó*, por umas capoeiras até suas nascenças, de uma e outra parte.”

O termo de posse foi lavrado aos 31 de agosto de 1750.

PÁG. 8 VERSO: Carta de data do Capitão Miguel de Faria Sodré, na qual consta

“que êle comprou um serviço de rebaixo do veio de água ao Capitão Manuel de Sá Figueiredo, em o *Ribeiro da Onça*, do distrito desta Vila de Pitangui, o qual começa na Cachoeira correndo rio acima até à Lagoa Sêca onde se extrema com marco com o Capitão Fernando Nogueira Soares, com seis braças de terra por banda, o que tudo lhe foi concedido como consta de certidões que junto oferece, como também de uma e outra parte os tabuleiros e grupiaras que começam da parte de cima dos regos do andaime onde se extrema com marco com o Reverendo Padre Luiz Cardoso de Avelar...”

Por petição do mesmo vem a cópia da data e auto de posse que se deu ao Padre João de Sá Barros, extraída do livro de Guardamoria, a qual começa da forma seguinte:

“Diz o Padre João de Sá e Barros que êle tem comprado um serviço de água ao Capitão Fernando Dias Pais em o Ribeiro da Onça, do distrito desta Vila de Pitangui, o qual pelo dito serviço lhe ter custado considerável cabedal tinha posse de todo o veio d’água do dito ribeiro com seis braças de terra por banda, o que tudo lhe foi concedido como consta da carta de data que junto oferece. Consta da carta “... lhe disse a concedesse todo o veio da água com seis braças de terra por banda na forma que o possuía seu antepossuidor, o Capitão-mor Fernando Dias Pais, no Ribeirão da Onça.”

Está datada de 12 de julho de 1724, sendo escrivão Lourenço Corrêa Bernardes e guarda-mor, Miguel de Faria Sodré. E a posse foi dada a 13 de novembro de 1725.

Transcrita, vem, a seguir, outra carta de data e auto de posse que se deu ao Padre João de Sá e Barros, cujo teor é, verbo *ad verbo*:

“Diz o Padre João de Sá e Barros que êle pretende fazer um serviço de água tirada no Ribeiro da Onça para lavar ouro nas capoeiras que foram de Bento Pais e estão por diante de suas casas, das quais o suplicante

está de posse para plantar e porque o dito serviço é de grande trabalho, a despesa lhe não satisfará esta somente uma data de terra, como também se quer aproveitar de toda a terra que cobrir a dita sua água. Pede a vossa mercê que, atendendo ao dito serviço, lhe faça mercê conceder-lhe toda a terra que cobrir a dita sua água por estarem devolutas e que o escrivão das datas lhe dê posse judicialmente e receberá mercê. — (.) como pede — Faria.”

Seguem a carta de data, datada de Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, aos 6 de março de 1725, servindo de escrivão Lourenço Corrêa Bernardes, e o termo de posse, lavrado no Distrito da Onça, nas Capoeiras que foram de Bento Pais, na mesma data acima.

A fôlha 13, ainda por petição do Capitão Miguel de Faria Sodré, transcreveu-se outra data de terra mineral do Padre João de Sá e Barros:

“Diz o Capitão Miguel de Faria Sodré, que êle suplicante comprou ao Capitão Manuel de Sá e Figueiredo, os serviços da Lavra da Onça, como consta de uma escritura e títulos que junto oferece, pelos quais títulos é senhor de água do Ribeiro da Onça...” E, em seguida: “Diz José Antônio Forte de Magalhães e o Capitão Miguel Faria Sodré, que para bem de suas súplicas e (.) requerimentos que têm, lhes é necessário que o escrivão desta guardamoria lhes passe por certidão do Livro do Registro o teor da provisão pelo qual se concedeu ao Padre João de Sá e Barros a água do Ribeiro da Onça e juntamente declare o dito escrivão se *foi ou não a primeira* que se concedeu em o dito ribeiro, como o teor também da petição e auto de posse que tomou o dito padre.”

O escrivão João da Rocha Gandavo cumpriu o despacho da petição, aos 30 de janeiro de 1736. A referida provisão é do teor seguinte:

“Diz o Padre João de Sá e Barros que êle tem comprado um serviço para minerar do veio de água do Ribeiro da Onça, do distrito desta Vila de Pitangui, ao Capitão-mor Fernando Dias Pais, o qual serviço por ser de muito custo e trabalho, levando canais abertos, necessita de toda a água que vem no dito ribeiro para

lha dar vazão às areias e entulhos que vêm aos ditos canais e para que não haja quem lhe divirta alguma água, ficando o dito serviço sem poder dar vazão às areias necessárias, quer haver provisão de toda a água do dito ribeiro..." — "Passe provisão de toda a água do Ribeiro da Onça por me constar ser necessária ao suplicante na forma que pede. Onze de julho de mil setecentos e vinte e quatro — Garcia."

Segue a provisão, assinada pelo guarda-mor, o Capitão Miguel de Faria Sodré.

PÁG. 15 (VERSO): Carta de data de 15 de maio de 1750 concedida a José Antônio Forte de Magalhães, João Martins Gomes, Manuel de Sá Figueiredo e Antônio, no veio de água do Rio de São João, desde a Cachoeira de Antônio de Sousa até donde faz barra o Rio dos Guardas.

PÁG. 16 (VERSO): Vem o seguinte:

"Senhor Guarda-mor, as datas de que os suplicantes fazem menção se acham concedidas ao licenciado Manuel da Gama Lôbo e mais sócios, Domingos Borges de Carvalho, João de Medanha Benevides, Bartolomeu Corrêa Leite, Jerônimo da Costa Teixeira, Domingos de Sousa Aguiar, Domingos Fernandes Antunes e Domingos Gonçalves Guimarães, com carta de data passada no ano de 1747, 7 de agosto."

PÁG. 17: Carta de ratificação de terras e águas minerais concedidas a Antônio Antunes e Silva e Caetano Miguel, na Aparição Velha, "no córrego chamado Restinga, no caminho velho que ia desta Vila para o Sabará, por compra que fizera a Bernardo Alves." Vem datada de 2 de setembro de 1750.

PÁG. 18: Carta de retificação concedida a Miguel de Afonseca Pereira, na *Córrego da Laje*, sítio de José Pires e pé da barra do Onça, aos 12 de setembro de 1750. Consta da carta:

"... de umas terras sitas em São João, da outra parte do poente, as quais houve por arrematação, neste Juízo dos Ausentes, e juntamente um rêgo de água limpa, segundo consta na carta de arrematação, que cobre as ditas terras e como a dita é limitada, ignorando o suplicante de seu primeiro possuidor, José Pires de Camargo, a quer haver por sua provisão com mais todos os lacrimais e corguinhos..."

PÁG. 19: Provisão de água concedida a Antônio Rodrigues Coelho, aos 20 de novembro de 1750, no *Córrego da Cachoeira*, "que parte com o Sargento-mor Francisco Marques Viana e Antônio Dias de Abreu."

PÁG. 19 (VERSO): Carta de retificação dada a Manuel da Silva Carneiro, no Rio de São João. Consta:

"... a água do Ribeiro do Bromado, junto à estrada real, no açude que sempre conservara os seus anteposuidores, para com êle a lavrar as terras minerais onde compreendem seus títulos, que todos me foram apresentados e começam as ditas terras da parte da estrada, as que cobre com a água do seu açude e tinha em um, digo, onde se divisa com o Capitão Alexandre Afonso Veloso e pela parte dalém do Rio de São João, onde chamam o *Jataí* e correndo rio acima até o córrego chamado o *Cacunda*, de uma e outra parte, e a água do dito córrego e como também o veio de água do Rio de São João, dentro do limite de suas terras e nesta forma fica o dito suplicante judicialmente reabilitado na forma declarada." (Está datada de 12 de outubro de 1750).

PÁG. 20 (VERSO): Provisão de água concedida ao Alferes Manuel Pereira Castro, morador na *Boa Vista*, termo da Vila do Pitangui, que consta:

"... que êle tem e é senhor e possuidor de fábrica competente de minerar e fazer serviços de extrair ouro para pagar os reais quintos a Sua Majestade, que Deus guarde, e porque se acham devolutas há anos umas lavras velhas na paragem chamada *Pihumhy*, deixadas dos primeiros moradores por serem perseguidos de negros fugidos e gentios bravos, as quais lavras velhas tem o ribeirão e outro que se mete nêles suas nascenças em uma serra para a parte do sul e desemboca para a parte do norte do Rio de São Francisco... Pitangui, vinte de outubro de mil setecentos e cinquenta anos, e eu, Antônio Mendes Ribeiro, Escrivão desta Guardamoria, que o escrevi..."

PÁG. 22 (VERSO): Provisão de água e carta de data concedidas ao Capitão José Leme da Silva:

"... um corguinho limitado, o qual tem suas nascenças da chapada da Serra do Ribeiro da Onça para a

parte do nascente e desemboca no Ribeiro de São João, na estrada real, fronteiro às casas d'êle suplicante." O termo de posse foi dado aos 25 de outubro de 1750.

PÁG. 23: Carta de data concedida a Manuel Gomes de Abreu, Francisco de Almeida Lima e Antônio Fagundes da Costa, na *Chapada de Santo Antônio*, no morro:

"... que êles terão descoberto na chapada do morro que verte para o Capitão Alexandre Afonso Veloso e da outra parte para o Córrego do Bromado, correndo pelo caminho velho que vinha para esta Vila; uma limitada faisqueira em pedras e como têm gasto muito tempo e serviços e várias pessoas os querem perturbar de fazerem mais exames, querem que eu lhes conceda duas datas de terras, principiando dos seus buracos, correndo pela chapada ou espigões do dito morro para a banda do Bromado, cada dita de trinta braças, que é o que se costuma nesta Comarca pelas guardamorias e superintendente dela nos morros em que se descobre semelhantes faisqueiras, ainda muito mais ricas como foi a do Papa Farinha, Raposos, Santa Rita e Morro Velho e outras da mesma marca." (O termo de posse foi lavrado aos 28 de outubro de 1750).

PÁG. 24: Carta de retificação passada ao Licenciado Miguel de Afonseca Pereira, Brás Gomes da Mota e Francisco de Matos Rabelo, da metade de uma lavra "*sita no Córrego da Restinga*, chamado *Aparição Velha*." O termo de posse tem a data de 2 de novembro de 1750.

PÁG. 25: Carta de data concedida a Miguel de Afonseca Pereira e Brás Gomes da Mota, na "*Aparição Velha*" em um riacho que verte à Ponte Alta, em terras de sesmaria de Bernardo Alves, conforme consta do termo de posse datado de 3 de novembro de 1750. Consta da carta de data:

— "... que andando êles suplicantes na diligência de faisqueira, para ocuparem as suas fábricas que têm desacomodadas e examinando vários córregos nos pastos de *Aparição Velha*, que competem a Bernardo Alves, acharam em um riacho que nasce ao norte e deságua no Ribeirão da Ponte Alta, cujos matos colheu roça um morador cujo nome ignoram os suplicantes, uma limitada faisqueira que só fazendo os suplicantes serviço de talha aberto no dito riacho com grande custo e despesa poderão fazer jornais limitados..."

PÁG. 27: Provisão de água concedida em 4 de outubro de 1750 ao Licenciado Miguel de Afonseca Pereira e Gomes da Mota, no Riacho da *Aparição Velha*, dentro da sesmaria de Bernardes Alves.

PÁG. 27 (VERSO): Data de terras concedida a Antônio Machado Lisboa e Antônio Veloso (prêto fôrro), aos 9 de novembro de 1750: — "... *descobriram uma faisqueira no Morro do Caxambu*", e nêle querem duas datas de preferência, como descobridores.

PÁG. 28 (VERSO): Carta de duas datas de terras minerais concedidas ao Licenciado Domingos Maciel Aranha, na sua roça do *Rio do Peixe*. Consta do termo de posse, datado de 23 de novembro de 1750:

"... nesta paragem do Rio do Peixe e beiradas do Morro do Caxambu, que é termo da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui."

PÁG. 29 (VERSO): Carta de ratificação de tôdas as terras e águas minerais que o Capitão Miguel de Faria Sodre possui no Ribeiro da Onça, *desde a demarcação que fêz judicialmente com o Capitão Fernando Nogueira Soares, correndo ribeiro abaixo até demarcar com os compradores do Capitão-mor Francisco da Costa Ribeiro, tudo por determinação judicial como dos títulos consta e assim mais é senhor e possuidor do córrego chamado o Paiol Velho*." (Foi empossado aos 24 de novembro de 1750).

PÁG. 30 (VERSO): Carta de data de terras minerais concedida a Bernardo Alves, no Córrego da Restinga da *Aparição*, da qual consta:

— "... o dito córrego chamado Restinga, sito no Sítio da *Aparição Velha*, perto da estrada velha que algum dia seguia vindo do Sabará para o uso comum desta Vila do Pitangui, que havia vendido a Antônio Antunes e Caetano Miguel" — Posse a 25-XI-1750.

PÁG. 31 (VERSO): Carta de ratificação a Miguel de Afonseca Pereira, no Córrego da Restinga da *Aparição Velha*, que houve por compra o Bernardo Alves (6 de novembro de 1750).

PÁG. 32 — Carta de data de terras minerais e provisão de águas concedidas a Jorge Moreira Garcia e Garcia Rodrigues Velho:

"... e como mes veio a notícia que por detrás do Morro do Caxambu, corre um limitado córrego chamado do Frei Jorge e êle se acha sem título algum e devoluto..."
O termo de posse foi lavrado aos 11 de setembro de 1750.

PÁG. 33 — Carta de data concedida a Antônio Cabral Teixeira e sócios, Antônio Veloso (prêto fôrro), Antônio da Silva Ribeiro e

Jorge Moreira Garcia. Obtiveram dez datas no Córrego do Caxambu. Posse a 12 de dezembro de 1750.

PÁG. 34 — Carta de data concedida a Antônio de Castro Soares e João Pereira de Castro, Domingos Ferreira Macedo, Amaro da Costa, Manuel Martins Sales, Manuel Monteiro Santiago, por detrás do Morro do Caxambu:

— "... um córrego sêco que verte nas cachoeiras do córrego que serve de aguada a Antônio Veloso e tem suas nascentes no alto do Caxambu."

PÁG. 35 — Carta de data de terras minerais concedida ao Capitão Antônio Rodrigues Velho e Manuel Gonçalves Giraldes, da qual consta:

"... como lhes consta estar devoluto um córrego sêco que nasce do Morro do Caxambu e verte ou deságua para o córrego donde tem posse Jorge Moreira Garcia e seus sócios, junto da casa de Antônio Veloso, e como pretendem fazer açude e tanque nas cabeceiras do dito Córrego Sêco para nas águas poderem trabalhar e extrair ouro." O termo de posse foi lavrado aos 11 de dezembro de 1750; entretanto, há uma nota ao pé do mesmo: *Não teve efeito.*

PÁG. 36 — Provisão de água concedida a José Pinto Ferreira e Manuel Pinto Ferreira, "*no Distrito do Caxambu em um sítio que foi da viúva Branca de Sousa se acha um córrego com algumas vertentes de pouca consideração e que se juntam tôdas em breve distância, cujo córrego se acha devoluto...*" (13-XII-1750).

PÁG. 36 — VERSO — Carta de data concedida aos mesmos, no mesmo local.

PÁG. 37 — VERSO — Carta de retificação de terras e águas minerais concedidas a Antônio Mendes Ribeiro, no seu sítio junto à barra do *Ribeirão da Onça*. Houve o sítio por compra feita a Manuel Pacheco Tavira. Consta na carta:

"... tanto as terras minerais como as águas dos córregos que vertem a sua roça, desde donde faz barra no Rio de São João até as suas cabeceiras, tanto os veios de água como tabuleiros de uma e outra parte aos tais córregos pertencentes e assim mais tôda a terra mineral que estiver devoluta desde a divisa de José Antônio Forte de Magalhães, correndo rio abaixo, até a Cachoeira Grande por baixo da casa de Antônio de Souza|||" O termo de posse foi lavrado aos 16 de dezembro de 1750.

PÁG. 38 — Carta de data de terra mineral concedida a José Antônio Forte de Magalhães e João Dias da Silva, a 2 de dezembro de 1750, no *Córrego da Ponte Alta*, que verte da sesmaria de Bernardo Alves, na Aparição:

"... e porque se acha devoluto o Córrego chamado a Ponte Alta, me pedem lhe faça mercê conceder-lhes por carta de data o dito Córrego até o córrego donde *trabalhou Bartolomeu Bueno...*" O termo de posse está datado de 27 de janeiro de 1751.

Consta do mesmo:

"... desde onde faz barra em outro que vem das Pedras Pretas e correndo pelo Córrego acima até donde os ditos suplicantes têm começado um rêgo que atravessa o dito córrego de uma parte e outra em cujo lugar se fez uma cruz em um pau de hiperoba..."

PÁG. 39 — VERSO — Provisão de água concedida a José Antônio Forte de Magalhães e João Dias da Silva, no *Córrego da Ponte Alta*:

"... as águas de dois córregozinhos vertentes à dita Ponte Alta da parte do sul por baixo do córrego que lavrou Bartolomeu Bueno e os mais que daí para baixo se acharem que se possam conduzir às ditas terras que lhe foram concedidas." (27 de janeiro de 1751).

PÁG. 40 — Provisão de água e carta de data de terras minerais concedidas a Bernardo Alves, na *Ponte Alta*, a 22 de dezembro de 1750. A posse foi dada aos 28 de janeiro de 1751, na forma seguinte:

"... fôsse empossado das terras minerais e veio de água e terras, de uma parte e outra, as que a dita sua água cobrir, que nasce a maior parte dela na sua roça e finda se indo córrego abaixo onde José Antônio Forte e seus sócios levantaram um açude para minerar as terras que lhes foram concedidas por títulos, ficando o dito açude de nenhum vigor pelo impedimento ao serviço do suplicante, que logo o dito guarda-mor mandou fôsse demolido para evitar dúvidas diante: e era o dito açude fronteiro a um pau de *l'Peroba* onde mandei fazer uma cruz no dito pau por ser o melhor da paragem: ficando daí para cima pertencendo as terras e águas ao dito suplicante, exceto as que foram concedidas a José Antônio Forte de Magalhães e seu sócio."

PÁG. 41 — Provisão de água concedida a Bernardo Alves, no *Córrego do Curralinho da Aparição*, aos 16 de fevereiro de 1751:

“... que para efeito de minerar lhe é de dois córregozinhos (.) que nascem na sua digo que nascem dentro dos matos de sua roça do Curralinho, um tem o seu nascimento para a parte do noroeste e o outro para a parte do sudoeste, e assim mais me pede o dito suplicante dois riachos na entrada do dito mato vindo da Ponte Alta para esta Vila, que tem seu oriundo na parte do sudoeste.” Posse a 17 de novembro de 1751.

PÁG. 42 — Provisão de água concedida a Bernardo Alves, morador na Aparição, no *Córrego chamado das Antas*:

— “... Dizendo-me que para bem de minerar carece de tôda a água de um córrego chamado o Córrego das Antas e seus lacrimais nas cabeceiras do Ribeiro das Lajes, que sai dos pastos dêle suplicante e tem seu oriundo no Capão chamado Mato Grosso...” (30-I-1751)

PÁG. 42 (verso) — Provisão de água concedida ao Capitão Miguel Faria Sodrê, no seu *Sítio do São João*. Consta:

— “... dizendo-me que dentro do seu sítio é um córrego de água que deságua no Rio São João, acima da Venda Velha, no qual córrego tem um serviço de talho aberto para o que rebaixou uma cachoeira e da mesma água tem um tanque e rêgo com grande trabalho nas margens do Rio de São João...” Vem a seguir a posse dada aos 26 de fevereiro de 1751, “*neste Córrego da Venda Velha, no sítio de Miguel de Faria Sodrê, que é termo da Vila do Pitangui.*”

PÁG. 43 (verso) — Provisão de água concedida a Francisco Leite de Faria, “*no córrego de sua roça que deságua no Rio de São João*”, e que “*nasce do poente, da qual água quer o suplicante haver título para conduzir para os tabuleiros de crupiaras do São João*” (26-I-1751). A posse foi dada em fevereiro.

PÁG. 44 — Data de terras minerais de José Antônio Forte de Magalhães aos 15 de março de 1751:

— “... que por cima do *Ribeiro da Paciência* se acha um tabuleiro devoluto por cima do dito rêgo por cima das casas de Manuel Simões Rocha e o quer haver por carta de data desde um lacrimal da passagem do dito Ribeiro da Paciência até o focinho do morro por cima da barra donde se mete no Ribeirão dos Guardas...” (*Nota: no termo de posse a passagem do Ribeiro da Paciência é chamada de “passagem velha”*).

PÁG. 45 — Ratificação e carta de data concedida (15-III-1751) a Luís José Pinto Coelho, no Córrego da Restinga, no Sítio da Aparição Velha, por compra a Francisco de Matos Rebelo, de sete datas de terras minerais.

PÁG. 46 — Carta de ratificação concedida (22-III-1751) a Luís José Pinto Coelho, nas terras do Córrego da Restinga, no Sítio da Aparição Velha.

PÁG. 47 — Provisão de água concedida a Luís José Pinto Coelho “... *houve por título de compra de Miguel da Afonseca Pereira e Brás Gomes da Mota a metade da água do Córrego da Restinga e tôda a água do riacho que nasce ao norte e deságua na Ponte Alta.*” Posse a 22 de março de 1751.

PÁG. 48 — Provisão de água concedida a José Antônio Forte de Magalhães, no Ribeiro da *Paciência da Onça*, “para tirar água a fim de lavrar os tabuleiros que tem acima das casas de Manuel Simões Rocha nas margens do Ribeiro da Paciência.” No termo de posse consta:

“... remanescentes todos da água do açude de Manuel Dias Ferreira, os quais foram tirados “em um tabuleiro logo acima da passagem do dito Ribeiro que vai das casas de Manuel Dias Ferreira para casa de Luís Leite de Brito”.

PÁG. 49 — Provisão de água concedida ao Capitão Manuel de Sá e Figueiredo, no *Ribeirão chamado do Quilombo*:

“... Dizendo-me que com trabalho grande e despesa considerável fôra tirado um rêgo de água do Ribeiro chamado o *Quilombo*, com o qual trabalha atualmente há três para quatro anos, sem lhe ser possível descobrir faisqueira alguma de nome, por cuja razão quer continuar com o dito serviço de rêgo de água para adiante até a passagem velha do defunto Borba, para ver se com ela pode descobrir alguma faisqueira em que possa ressarcir o serviço perdido de sessenta escravos que tem no seu sítio chamado os Guardas, para cujo efeito se lhe faz preciso que eu lhe conceda por provisão a dita dos corgozinhos e lacrimais que vertem dos seus matos e capoeiras para aumento e conservação do dito serviço de água...” (A posse foi dada aos 26 de março de 1751).

PÁG. 49 (verso) — Provisão de água e carta de data concedidas ao Capitão Manuel de Sá Figueiredo, no *Ribeiro da Jaguará*:

“... pela provisão junta consta ser senhor e possuidor de toda a água do Ribeirão chamado a Jaguará, e como nêle trabalha há quatro anos com vinte escravos, sem utilidade alguma, com grande prejuízo de sua fazenda e de presente se acha todo o dito córrego e água devolutas do seu açude para cima e a água que tem tirada lhe não cobre terra onde faça conveniência alguma quer o suplicante tirar a dita água mais acima onde mais cômodamente lhe fizer conta para com ela poder buscar ouro pelo dito ribeiro acima e pelos seus tabuleiros de beira e outra parte.”

PÁG. 50 (VERSO) — Ratificação feita a Leandro Ferreira e Siqueira e Francisco Manuel Braga:

“... compraram ao Capitão João da Rocha Gandavo um sítio, lavras e águas várias e mais serviços a êle pertencentes na margem do Rio de São João da parte de além do rio que se divisa da parte de cima em um córrego que faz barra no dito Rio de São João bem fronteiro às casas do Sítio da Gameleira e correndo rio abaixo serve de divisa ao dito sítio.”

PÁG. 51 (VERSO) — Retificação feita a Leandro Ferreira e Siqueira e Companhia, e Francisco Manuel Braga, nas terras e águas do *Sítio da Boa Vista*, no *Rio de São João*:

— “... dizendo-me que êles compraram ao Capitão João da Rocha Gandavo um sítio, lavras e águas, terras e mais serviços a êle pertencentes na margem do Rio de São João, da parte de além do rio que se divisa da parte de cima em um córrego que faz barra no dito Rio de São João bem fronteiro às casas do Sítio da Gameleira e correndo rio abaixo serve de divisa ao dito Sítio (ilegível) defunto Francisco Gomes da Rocha”, pediam fôsse retificada a posse “dos ditos serviços, águas e terras minerais a saber: água de três córregos que um dêles faz barra como dito fica bem fronteiro às casas do Sítio da Gameleira e outro seguindo rio abaixo (.) antes de chegar às casas de vivenda do dito sítio que os ditos suplicantes compraram, chamado a Boa Vista, e as terras minerais de veios de água dos ditos três córregos e suas margens e os de tabuleiros e grupiarias que se acham do mencionado córrego que se acha fronteiro às casas da Gameleira e correndo rio abaixo até o último córrego donde morou o defunto Francisco Gomes da Rosa.”

PÁG. 51 (VERSO) — Retificação feita ao Capitão Miguel de Faria Sodré do veio de água no *Rio de São João*:

“... fazendo-lhe sua demarcação da bôca de um rasgão abaixo da dita cachoeira até donde chamam o Córrego da Barroca, com todos os tabuleiros de uma e outra parte do dito Rio de São João...” (28 de março de 1751).

PÁG. 52 (VERSO) — Data de Miguel de Faria Fialho e mais sócios:

“... a dizer por sua petição Miguel de Faria Fialho e o Doutor Garcia Rodrigues Pais Leme e mais sócios, dizendo-me que êles se acham com escravos bastantes do uso de minerar, se acha devoluto o Rio de São João desde a Cachoeira do Engenho até testar com Manuel Prêto Rodrigues, querem êles suplicantes havê-lo por carta de data com os seus tabuleiros de uma e outra parte do rio e seu veio de água...” Foram empossados a 28 de março de 1751.

PÁG. 53 (VERSO) — Carta de data concedida a Francisco Leite Faria e Inácio Viera de Barros, no *Rio de São João*:

“... foram empossados aos 28 de março de 1751, nos tabuleiros e veio de água do Rio de São João, desde a Capoeira da Barroca até a Cachoeira do Engenho.”

PÁG. 54 (VERSO) — Ratificação de terras e água minerais feita a João Ferreira de Carvalho. Foi dada a posse aos 2 de abril de 1751, no sítio do “defunto Francisco da Rosa, dividindo com terras dos compradores do Capitão João da Rocha Gandavo”.

PÁG. 55 (VERSO) — Provisão de água concedida a José Antônio Fortes de Magalhães, nas margens do São João, onde chamam a Cachoeira, da banda do sul “*donde mora Domingos Rodrigues se acha um lacrimal de água devoluta de que o dito se serve para um monjolo e o suplicante tem dado principio a um serviço de grande custo desviando o Rio de São João e carece da dita água para lavrar no bolinete.*” Posse aos 3 de abril de 1751.

PÁG. 56 — Data concedida a José Antônio Forte de Magalhães, na *Onça*:

“... e que no Ribeiro da Onça se acham umas terras devolutas defronte de umas casas de telha do Capitão Miguel de Faria Sodré... principiando em um córrego sêco fronteiro às ditas casas de telhas para cima de um rêgo tirado do Capitão Miguel de Faria Sodré até donde

faz acabamento o dito rêgo no alto donde chamam o Paiol Velho..." A posse foi datada de 3 de abril de 1751.

PÁG. 57 — Retificação feita a José Tavares de Araújo, no *Córrego da Restinga*, na Aparição Velha:

"...sitadas no Córrego da Restinga da Aparição Velha que se demarcam da parte de cima com Luís José Pinto Coelho e findam donde faz barra o dito córrego no riacho que faz barra na Ponte Alta..." (22 de março de 1751).

PÁG. 57 (VERSO) — Provisão de água concedida a Manuel dos Santos Lisboa e sócios, Antônio Pereira Barreto, João da Silva Ferrão:

"... que o Córrego do Frazão que deságua para o Pará e nêle faz barra e passa por terras do Capitão Miguel de Faria Morato está devoluto." (15 de março de 1751). Posse aos 6 de abril de 1751.

PÁG. 58 (VERSO) — Provisão de água concedida a Antônio Ferreira Barreto, Manuel dos Santos Lisboa, João de Souza Costa e João da Silva Ferrão no "*Córrego chamado Palmital que deságua no Rio do Pará, acima donde faz barra o Córrego do Capuaba que vem do Engenho Alferes Manuel Ferreira Funchal e tem uma ponte no caminho e nas cabeceiras do dito córrego tem roça o Capitão Manuel da Mota...*" (Dada a 5 de abril de 1751). Posse aos 6 de abril de 1751.

PÁG. 59 (VERSO) — Carta de data concedida a Antônio Ferreira Barreto e Manuel dos Santos Lisboa e mais sócios:

— "... tinham obtido a água de dois córregos que desaguam no Rio do Pará, chamado o Frazão e outro, o do Palmital, para trazerem para o Rio de São João..."

Requereram terras à beira do São João, desde as casas de Manuel Gonçalves até a extrema da partilha que foi do Capitão João da Rocha Gandavo com Manuel Brito Rodrigues. Termo de posse lavrado a 6 de abril de 1751.

PÁG. 61 — Retificação a João Ferreira de Carvalho dos "*remanescentes da água do córrego donde morou Francisco Gomes da Rosa, no Sítio chamado o Campinho, que foi do mestre de Campo Nicolau de Souza Deça, a qual água corre até as terras do "Tenente Francisco Alves Gondim"*", (7 de abril de 1751). Posse aos 10 de abril de 1751.

PÁG. 62 — Carta de data de Manuel Simões da Rocha, morador na Paciência:

— "... as ditas terras de uma e outra parte desde a *estrada velha* do Paciência até a cachoeira do Rio dos Guardas" (22 de março de 1751). Posse aos 27 dias de maio de 1751.

PÁG. 62 (VERSO) — Retificação de terras e águas minerais concedidas a Felipe de Abreu, na *Capoeira Grande*, que houve por título de compra a Domingos Teixeira de Carvalho, concedidas a 14 de junho de 1751. Posse aos 14 de junho de 1751.

PÁG. 63 (VERSO) — Carta de data de Dona Gertrudes de Campos Veloso e seu sócio Tomás Marques Ferreira, na paragem chamada a Paciência, das terras *que se principiou a medir da parte debaixo ao pé do rêgo por onde corre água da dita Gertrudes de Campos, correndo a medição à beira da Capela velha do Rosário por cima da do Bom Jesus, até findar em as ditas quatro datas de terras, as quais demarqueei no meio e nos ângulos donde findaram as quadras e sobrequadras, e indo correndo a dita cêrca saiu José de Abreu Lima dizendo que dentro da sua casa tinha a posse de um buraco, o qual eu Tabelião vi e medi diante das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas e achei ter de altura doze palmos e de largo dez.*" (15 de julho de 1751 — Termo de posse). Consta do termo que pediram "*se concedesse-lhes quatro datas de terra em faisqueira que tinham descoberto na Paciência desta vila e por terem água para trabalhar e se achar devoluto.*" (13 de julho de 1751).

PÁG. 64 (VERSO) — Carta de data concedida ao Capitão Domingos Moreira Granso, no *Córrego do Pilar*, havendo o mesmo declarado na sua petição:

"... e nesta vila não tinha terras e águas minerais em que pudesse fazer serviço para extrair ouro para a satisfação dêles e porque lhe constava que da barra do *Cararu* no *Córrego do Pilar* principiando da dita barra correndo pelo dito Pilar acima até aonde faz barra o Córrego da Paciência do dito Pilar estar devoluto..."

(17 de julho de 1751). No termo de posse, lavrado a 17 de julho de 1751, em que Garcia Rodrigues Velho serviu de testemunha e de escrivão, João Cordeiro, consta:

"... posse das terras minerais da barra do Córrego chamado o *Cararu* pelo Pilar acima até a barra do Córrego chamado da Paciência e das ditas terras dei posse."

PÁG. 65 (VERSO) — Provisão de água concedida ao Capitão Domingos Moreira Granso, no Córrego chamado a Ponte Alta, a 13 de julho de 1751:

“... lhe constava que o Córrego da Ponte Alta e um braço que para êle verte, o qual nasce de uma pequena serra do (*) chamado o Frazão e passa pelo sítio do Barnabé e abaixo do dito faz barra no dito Córrego da Ponte Alta.”

PÁG. 66 (VERSO) e 67 — Retificação de carta de data concedida ao Capitão-mor Manuel Jorge Azere e seu sócio Bento de Magalhães Ribeiro em “o Córrego chamado o Bom Sucesso”, sem prejuízo de terceiros (13 de julho de 1751). Posse aos 25 de julho de 1751.

PÁG. 67 VERSO — Carta de data concedida ao Capitão-mor Manuel Jorge Azere e Bento de Magalhães Ribeiro, no Córrego do Bom Sucesso.

PÁG. 68 VERSO e 69 — Carta de data concedida a Leandro Ferreira Siqueira e sócios nas “terras minerais de Tabuleiros e Grupiaras que se acharem devolutas e cobrir a dita água dos suplicantes, principiando na divisa do sítio do Manuel Simões Rocha da parte de baixo e correndo Rio de São João abaixo até findar donde faz divisa o sítio que houvera por título de compra do Capitão João da Rocha Gandavo da parte do rio abaixo que é no córrego donde morou Francisco Gomes da Rocha.” (13 de julho de 1751). Posse aos 11 de agosto de 1751.

PÁG. 70 — Provisão de água concedida a Antônio Lopes de Carvalho. Consta do termo de posse, lavrado a 3 de setembro de 1751:

“... de água do córrego que verte dos matos de Domingos Fernandes e verte do Ribeiro chamado o Jacuba, e a tem tirada por um rêgo, Antônio Lopes de Carvalho para com ela lavar no exercício de minerar.”

PÁG. 71 — Carta de data concedida a Tomás Teixeira, no Córrego da Jacuba, no São João acima, cuja posse foi dada a 14 de setembro de 1751.

PÁG. 72 — Provisão de água concedida a Tomás Teixeira, junto ao Ribeiro Jacuba, em um córrego da parte do poente e que verte ao dito Ribeiro, no São João acima.

PÁG. 73 — Data de terra mineral concedida ao Sargento-mor Gabriel da Silva Vieira, ao Ajudante Antônio Lopes de Carvalho e a Manuel Pinto Madureira, no Ribeiro da Jacuba, “começando a medição na barra do córrego em que tirou água Tomás Teixeira e correndo ribeirão acima findará dezesseis datas pelo ribeiro acima, passando um limitado córrego que verte ao dito ribeirão da parte do nascente acima do dito córrego na entrada do mato.” A posse foi dada a 14 de setembro de 1751.

PÁG. 74 — Provisão de água do Ribeirão da Jacuba concedida ao Sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, morador em São João Acima, a 11 de junho de 1751. A página seguinte vem o termo de posse da água “de um córrego que verte ao Ribeiro da Jacuba e nasce ao poente e corre por baixo da estrada que vai para o Quilombo.”

PÁG. 75 VERSO — Carta de datas (20 datas) concedida a Cristovam Borges de Faria, Coronel João da Silva Souto Maior e José Corrêa de Sousa, “no Rio do Peixe, vertentes do Caxambu, os quais lhe principiei a medir e demarcar principiando a medição na barra do córrego donde mora Manuel Gonçalves de Macedo e correndo Ribeiro do Peixe abaixo...” (24 de setembro de 1751). A seguir vem o registro da provisão de água dos mesmos, do córrego de Manuel Gonçalves de Macedo, que desemboca no Rio do Peixe, vertentes do Caxambu.

PÁG. 76 VERSO — Provisão de água concedida a José Pinto Ferreira e Manuel Pinto Ferreira, atrás do morro vizinho do Caxambu:

“... uns córregos devolutos que têm suas nascentes do Morro chamado o Caxambu para a parte do Poente e desemboca em o Ribeirão chamado o Jaguará e tôdas suas vertentes e as sobras da água e rêgo do Coronel João Gonçalves Fraga que é do Sítio do Jaguará, Sítio do Jatobá e o Córrego do Pé do Morro onde fazem êstes ribeirões abaixo do sítio de Cristovam Borges.” (11 de abril de 1751).

PÁG. 77 VERSO — Carta de data concedida ao Sargento-mor Manuel de Sousa Portugal, na Vila, no Morro do Rosário Velho:

“... e como é assistente na Paraopeba e estavam para se mudar para esta Vila por naquela não ter terras em que faça conveniência como também aqui não tinha terras suas aonde se pudesse estabelecer e minerar e tinha notícia que para cima da Capela Velha que se faria para a Senhora do Rosário, onde findam as datas concedidas a Tomás Marques e a seu sócio, se achavam terras devolutas”, queria dez datas de terras “correndo a medição pelo caminho que vai para o Morro de Santo Antônio...” O despacho foi dado na Barra da Onça, em 3 de novembro de 1751.

PÁG. 78 VERSO — Termo de posse de 15 datas de terras minerais concedidas ao Sargento-mor Manuel de Sousa Portugal, cuja medição principiou “na paragem chamada a Capela Velha, donde se queria fazer a de Nossa Senhora do Rosário, onde acabam as de Tomás Marques e seus sócios, correndo quatro datas do dito marco de Tomás Marques e seus sócios para cima da estrada que vai para

cima para o Bromaddo pela parte direita que (...) valo entre umá tapera do Adão e um capão de terras adonde mandei (.) a cruz, e do marco do dito Marques da mesma estrada pela parte de baixo onze datas de terras, correndo até o pé do morro junto ao fim de uma capoeira, caminho que vai para Santo Antônio, que tôdas fazem quinze datas..." (Do termo de posse, lavrado de novembro de 1751.)

PÁG. 79 — Carta de ratificação de títulos que requer Antônio Dias Teixeira das Neves, como cabeça de sua mulher Dona Gertrudes de Campos Veloso, mulher que foi do licenciado Pedro Fialho do Rêgo. No termo de posse, lavrado a 9 de novembro de 1751, consta:

"... o rêgo e terras de que os títulos fizeram menção, concedidos no Córrego da Paciência ao Padre Manuel Serrão de Oliveira e dêste passaram ao Coronel Manuel Cabral Teixeira e dêste os houve por herança Serafim Vieira Vasconcelos e dêste passaram por compra ao licenciado Pedro Fialho do Rêgo, marido que foi de Dona Gertrudes de Campos Veloso, mulher que hoje é de Antônio Dias Teixeira das Neves, como também as sobras de água do dito Córrego da Paciência que verte do seu mesmo açude e mais outro limitado córrego que aí deságua para cujo efeito tinha feito açude e rêgo seu constituinte digo antecessor com tôdas as suas pertenças e terras."

PÁG. 80 — Provisão de água concedida a Manuel Fernandes Fróis e Manuel Fernandes Pereira, no córrego do suplicante junto ao Rio do Peixe:

"... a água do dito córrego devoluta a correr limpa a um açude que os ditos suplicantes tinham feito e tirado a água por um rêgo junto a um pau grande chamado *deixa-me gentar*, no qual se fez uma cruz..." (22 de novembro de 1751).

PÁG. 82 — Carta de ratificação concedida a Dona Gertrudes de Campos da metade de um serviço de água que vem da Cachoeira, em que é sócia com Antônio Velho Cabral:

"... a dizer por sua petição Dona Gertrudes de Campos dizendo-me que no inventário que se fez por morte de seu marido, o Capitão-mor João Veloso de Carvalho, houve Antônio Velho Cabral, genro da suplicante, na sua fôlha de partilha os bens que dêle constam em pagamento de oito mil cruzados que se lhe prometeram de dote..." (23 de novembro de 1751). Posse aos 23 de novembro de 1751.

PÁG. 82 VERSO — Data de terras concedida a Dona Gertrudes de Campos e a Manuel Veloso de Carvalho (seu filho), nos tabuleiros de Santo Antônio e Pará, junto ao Córrego do Pará, aos 23 de novembro de 1751:

"... que eles são possuidores de braços competentes para fazerem serviços de água (algumas palavras ilegíveis) Córrego do Pilar e Córrego de Santo Antônio, buscando o tabuleiro(.) do caminho que vai para José Dias Maciel, buscando para o sítio do dito correndo o tabuleiro para a margem do Rio chamado o Pará até a barra do Pilar, buscando faisqueira de ouro e tôda a barra que a água cobrir, ficando o direito aos suplicantes de quadras e sobrequadras..." (22 de novembro de 1751).

PÁG. 83 — Carta de data concedida a Domingos Ferreira de Macedo, João de Freitas Silveira, Manuel Martins Sales, Manuel Monteiro Santiago, Manuel Gomes de Abreu, José Fernandes Vieira e Manuel Guimarães, no Rio do Peixe, aos 21 de novembro de 1751.

PÁG. 84 — Provisão de água concedida a Domingos Ferreira Macedo e João de Freitas Silveira, "*de três corquinhos, um chamado Córrego dos Porcos, de Manuel Gonçalves de Macedo, que nasce na Serra de São Joanico da banda do nascente e dois que têm duas nascentes em terras de Manuel Gomes, que todos desaguardam no mesmo Rio do Peixe.*" (20-X-1751). Termo de posse lavrado a 23-XI-1751.

PÁG. 85 VERSO — Ratificação de título do Tenente Faustino Alves Gondim, das "*águas e terras que eram do seu antecessor, o Coronel Afonso de Melo, de cujas águas e terras está o suplicante de posse e trabalhando há nove ou dez anos pouco mais ou menos.*" (24-XI-1751).

PÁG. 86 VERSO — Ratificação feita a Caetano Mascarenhas:

— "... que era senhor e possuidor de sítio e mais terras anexas na paragem do Bromado, por título de compra ao testamenteiro do defunto Miguel de Matos da Costa..." (26 de novembro de 1751).

PÁG. 87 VERSO — Datas de terras concedidas a José Francisco Rodrigues, Antônio da Silva Ribeiro, Sargento-mor Domingos Martins da Fonseca, Antônio Jorge Franco, Capitão João da Rocha Gandavo, Capitão Manuel da Silva de Afonseca, Capitão Manuel dos Santos Lisboa e Alferes Antônio Ferreira Barreto das terras devolutas "*por cima das terras que hoje são de Antônio Dias Teixeira Neves, correndo um rumo direito o caminho que sai desta Vila para Manuel Alves Lago até o alto da chapada tudo o que fôr águas vertentes ao Córrego do Pilar e seguindo para a barra de Santo Antônio até passar o*

primeiro córrego seco onde é mais fechado o mato do cerrado, tudo o que do espigão desaguar ao Córrego do Pilar dentro das paries confrontadas desde o Córrego do Pilar até o alto da chapada, os que se acharem devolutos..." (26 de novembro de 1751). Posse a 1 de dezembro de 1751.

PÁG. 88 VERSO — Ratificação a José Francisco

— "... que êle é senhor e possuidor de vinte e uma datas de terras minerais sitas no Córrego da Restinga da Aparição Velha, as quais houve por título de compra de Luis José Pinto Coelho, as quais contíguas a outras que possui no mesmo córrego por título e ratificação..." Termo de posse foi lavrado a 18 de fevereiro de 1751.

PÁG. 90 — Data e provisão de água concedidas a Miguel de Afonseca Pereira:

"... datas de terra com as suas quadras em sua grupiara que está defronte da barra dos Guardas, da parte do poente, a qual cobre o suplicante com sua água." Foram-lhe concedidas quinze datas, das quais tomou posse a 26 de fevereiro de 1752.

PÁG. 91 — Carta de data concedida ao Capitão Manuel da Silva Afonseca e Antônio Antunes Silva e Brás Gomes da Mota, no Córrego chamado o *Caelé*, que verte ao Jaguará:

"... as terras do mencionado córrego desde o sítio e aguada de Manuel Ribeiro, chamado o Barreiro, até as suas cabeceiras..." Posse aos 6 de março de 1752.

PÁG. 93 — Carta de data concedida ao Sargento-mor João Cordeiro, no Córrego da *Anta*, em São Joanico:

"... terras que cobrir a dita água especialmente o tabuleiro chamado o Palmital Grosso" (12 de outubro de 1751). Posse aos 8 de março de 1752.

PÁG. 94 — Provisão de água concedida ao Sargento-mor João Cordeiro, no Córrego da *Anta*, na "*paragem chamada a Mata, distrito desta Vila, terras da roça de Manuel Pinheiro da Silva.*" Posse a 8 de março de 1752.

PÁG. 94 VERSO — Carta de data concedida a Francisco Muniz, no Córrego das *Duas Pontes*, em São Joanico:

"... todo o veio de água e seus tabuleiros de uma parte e outra no Córrego chamado as Duas Pontes, que nasce acima do curral de Jacinto de Barros, ao poente,

adonde faz barra o Córrego chamado das Lajes, daí até as suas cabeceiras..." (11 de março de 1751). Posse a 8 de março de 1752.

PÁG. 96 VERSO — Retificação feita a Santos Ferreira Gomes, no Córrego de Santo Antônio, em terras e águas do sítio que foi do defunto Capitão João de Sousa Pôrto, concedida a 12 de março de 1752.

PÁG. 97 VERSO — Carta de retificação concedida a João da Silva Ferrão e *Ventura Estêves Roiz*, no Santo Antônio:

"... são senhores e possuidores de uns títulos e provisão de água do córrego que desce pelo sítio do defunto João de Sousa Pôrto e deságua no Córrego de Santo Antônio, como consta dos títulos e cessão que aos suplicantes fizeram o licenciado *Garcia Rodrigues Velho* e João Moreira (.) que juntos oferecem..." (20 de março de 1752).

PÁG. 98 VERSO — Carta de data concedida a João Pereira Barros e João Pinto da Silva, Bento de Magalhães Ribeiro, e Manuel de Magalhães, o Capitão-mor Manuel Jorge Azere, Mateus Mourão e José Francisco Rodrigues:

— "... têm feito serviços e dado buracos em o *Sítio do Bom Sucesso* do dito Bento de Magalhães e do Capitão-mor, e como querem juntar todos os buracos que têm dado para fazerem serviço junto..." (22 de março de 1752).

PÁG. 99 VERSO — Data de terra concedida ao Reverendo Doutor Vigário-Geral *Lourenço José de Queiroz Coimbra* e André Moreira de Carvalho, nas vertentes do Córrego do *Caxingó*:

— "... a sua notícia lhes chegou que na paragem chamado o Caxingó, dêste distrito, se acham algumas terras devolutas... principiando a medição do monjolo de José de Faria para cima até as cabeceiras do córrego e dos mais campos e capoeiras contingentes, a saber vinte datas pelo veio do córrego acima de trinta braças cada uma delas com suas quadras e sobrequadras" (12 de abril de 1752).

PÁG. 101 — Carta de data concedida a José da Rocha Bahia, no *Morro do Bom Sucesso*, a 13 de abril de 1752.

PÁG. 101 VERSO — Data de terra concedida a João Nunes da Cruz, no *Bom Sucesso*:

“... tinha seu serviço junto à *Serra do Bom Sucesso*.” (13 de abril de 1752). Foram demarcadas quatorze braças entre as datas de João Bahia da Rocha e João Pereira Barreiros e sócios.

PÁG. 102 — Retificação de terras e águas minerais feita a Bento Carvalho, na sua lavra de São João:

“... no Córrego chamado do Camargo, beira do Rio de São João”, que houve por compra a Manuel Alves do Lago e ao Reverendo Padre Bernardo Vieira Rabelo (13 de abril de 1752).

PÁG. 103 — Carta de data de João de Moraes Navarro, no Córrego chamado o Camargo, vertente ao *Rio de São João*:

“... como se acham umas devolutas por cima do açude de Bento Carvalho em um córrego que deságua logo abaixo da ponte do Rio de São João.” (14 de abril de 1752).

PÁG. 104 — Provisão de água concedida a João de Moraes Navarro, no Pará:

— “... no engenho e sítio dêle suplicante se acha um Córrego chamado Indaiá que vem pela sua roça e capoeiras e se difunde ou faz barra no Rio Pará, acima da Cachoeira chamada do Inferno, o qual córrego se acha devoluto.” (14 de abril de 1752).

PÁG. 104 VERSO — Carta de data concedida a João de Moraes Navarro:

“... dizendo que no seu engenho e sítio que tem no Pará se acham tôdas as terras minerais sem o título competente e pedia por carta de data as terras pertencentes ao dito seu sítio que é o da Cachoeira chamada do Inferno, correndo rio acima até um pouso que está defronte do engenho e Sítio de Francisco José Corrêa Melo” (14 de abril de 1752).

PÁG. 105 VERSO — Data ao Sargento-mor Manuel de Souza Portugal, Alferes Antônio Ferreira Barreto, João de Sousa Costa, e João da Silva:

“... as terras que a sua água cobrir desde o Córrego Calhamares que deságua no Rio de São João até donde mora Bento João, salvando as terras que estiverem concedidas”, tudo na paragem e ponte do Rio de São João (15 de abril de 1752).

PÁG. 106 VERSO — Ratificação feita a Manuel da Mota Leite e sócios:

“... a metade de uma lavra e águas que pertenciam ao Capitão Manuel da Silva da Afonseca” na barra do Onça “desde a cachoeira onde faz divisa com o Capitão Miguel de Faria Sodré, correndo Rio de São João acima de uma parte e outra do mesmo rio e seu veio de água até a cachoeira grande junto às casas donde mora o pardo Antônio de Sousa Afonseca, tudo o que cobrir a sua água que vem do Onça e a água que vem da roça de Antônio de Sousa, donde tem o dito sua roça...” (16 de abril de 1752).

PÁG. 107 — Ratificação feita ao Alferes Manuel Dias de Carvalho, na *Barra do Paciência dos Guardas*:

— êle era “morador na barra da Paciência, têrmo desta Vila.” E era “senhor e possuidor do sítio, terras e águas minerais que foram de Manuel Fernandes Reis e se quer ratificar em sua própria pessoa os mesmos títulos e assim mais carece das terras que à margem do rio se acham devolutas, dentro da divisa do seu sítio de uma parte e outra até a divisa de Teodósio de Moraes, rio acima, e com José Antônio Forte de Magalhães, rio abaixo” (16 de fevereiro de 1752).

PÁG. 108 — Carta de provisão de água concedida a Tomás Marques Ferreira, na Paciência, bairro da Vila:

“... que êle tem por carta de data as suas terras minerais sitas no *Bairro da Paciência* desta Vila, em que tem descoberto ouro e dado princípio a serviço para extração do dito ouro, com fábrica de escravos competentes, para cujo serviço não tem água nativa nem donde a possa tirar, mas sim lhe poderão servir as águas vertentes nas chuvas para o que tem tanques feitos de custo, pelo que quer tomar por provisão as ditas águas vertentes do *Morro do Adão*, da mesma parte para a serra e tôdas outras quaisquer que se puderem dirigir e encaminhar para o dito tanque e serviço do suplicante.” (Despacho em 17 de abril de 1752, pelo Capitão Manuel dos Santos Lisboa, Juiz ordinário e guarda-mor interino).

PÁG. 108 VERSO — Carta de data concedida a José Bahia da Rocha, no Bromado:

— “... o córrego que passa por junto à venda da negra Josefa, que vai desaguar no Bromado, principiando a medição do sul para o norte, junto da estrada que

vai do mesmo Bromado para o Arraial da Onça, correndo e serviço de uma ruína (.) do suplicante junto das datas que pede.” (27 de abril de 1752).

PÁG. 109 — Carta de ratificação dada a Tomás Marques Ferreira, na *Paciência da Vila*. Consta de sua petição:

— “... Diz Tomás Marques Ferreira, morador na Vila de Pitangui, que éle e Dona Gertrudes de Campos, no tempo que ela era viúva, tomara de sociedade no lugar da *Paciência da mesma Vila*, quatro datas de terra e casando logo depois a dita com Antônio Dias Teixeira, moveram letígio ao suplicante sobre as mesmas terras, o qual pleito está finalizado por composição amigável e transação feita entre os ditos e o suplicante, ficando este em virtude da dita transação com as terras *insolidum*, do rasgão antigo para cima...” Queixa-se o guarda-mor, por lhe ser desafeiçoado, não queria despachar os seus papéis (8 de abril de 1752). O termo de posse que lhe foi dado a 28 do mesmo mês:

— “...e começaram as ditas terras sua medição da parte debaixo, no canto do quintal das casas que estão nas catas das casas digo que vão por detrás da *Capela do Senhor Bom Jesus* e andam pela estrada acima donde estão fincadas umas estacas, como delas se está vendo, e nesta dita forma fica o dito suplicante judicialmente retificado nas ditas terras.”

PÁG. 110 — Carta de data concedida a José Bahia da Rocha, junto ao Bromado:

“... quer haver dez datas de terras na paragem que fica entre Manuel da Mota Botelho, buscando o córrego que passa por junto da venda da negra Josefa que vai desaguar no Bromado, principiando a medição do sul para o norte, tanto da estrada que vai do mesmo Bromado para o Arraial da Onça, cobrindo o serviço de uma mina do suplicante junto das ditas que mede...” O termo de posse foi passado a 28 de abril de 1752.

PÁG. 111 — Provisão de água concedida a Antônio Rodrigues Nogueira, Francisco José Corrêa e Melo, no Palmital, que verte para o Pará “*O Capitão Manuel dos Santos Lisboa, cidadão e juiz ordinário que serve de guarda-mor por impedimento do atual, faço saber aos que esta minha presente provisão de água virem que a mim me enviaram a dizer por sua petição Antônio Rodrigues Nogueira e Francisco José Corrêa e Melo dizendo-me que eles querem tirar as sobras da água do Palmital que deságua no Rio do Pará, a qual têm*

tirado nas cabeceiras o Licenciado Antônio (.) e o Capitão Manuel dos Santos Lisboa...” (2-V-1752). O termo de posse foi lavrado a 5 de maio de 1752.

PÁG. 112 — Carta de data concedida a Antônio Rodrigues e Francisco José Corrêa e Melo, nos tabuleiros do Palmital:

“... que eles querem buscar ouro nos tabuleiros do Pará com a água do Palmital, a qual querem tirar por um rêgo o qual tem bastante distância e impossíveis despesas que há de fazer, e querem terras para buscar ouro nos tabuleiros do Pará e como seja a terra inútil querem que v. mercê lhes conceda as terras que o dito rêgo cobrir até o rio, da barra do Palmital para baixo até o fim do engenho do suplicante, por estarem devolutos...” (2-V-1752). O termo de posse foi passado a 5 de maio de 1752.

PÁG. 112 VERSO — Ratificação de carta de data concedida a Manuel da Mota Botelho e seu filho Antônio da Mota Botelho e a José Bahia da Rocha, de tôdas as terras e água do Córrego do Caxingó, que já há anos possuíam por carta de data e vinham lavrando (10-V-1752).

PÁG. 103 VERSO — Carta de data concedida ao Sargento-mor Manuel de Sousa Portugal, Licenciado Antônio de Faria Barreto, Capitão Manuel dos Santos Lisboa e João de Souza Costa, nas terras do São João, que estavam devolutas, entre as concedidas a Manuel da Costa Moreira, Manuel Gonçalves Carvalho, Manuel da Silveira Carneiro e Leandro Ferreira Siqueira, comprador do Capitão João da Rocha Gandavo (8-V-1752).

PÁG. 114 VERSO — Provisão de água e carta de data concedidas ao Reverendo Padre Luís Cardoso de Avelar, no córrego que vem da Serra da *Paciência*:

“... encostado para a Serra da *Paciência* se acha um córrego pequenino e com limitada água na sêca, que vem do engenho de Pedro Francisco Dias, devoluto onde éle suplicante tem suas lavras” (13 de março de 1752). O Padre Luís era morador no Ribeiro da Onça, termo de Pitangui.

PÁG. 115 VERSO — Provisão de água concedida a Antônio de Afonseca Sousa nas vertentes do Morro chamado o *Frazão*, “em cujo córrego tem feito um açude” (22 de abril de 1752).

PÁG. 116 — Provisão de água concedida ao Licenciado Antônio Ferreira Barreto e Antônio Dias Teixeira das Neves:

"... que eles se acham com dois serviços reais de talho aberto, nos tabuleiros do Rio de São João, em os quais estão trabalhando com a água do Bromado, do Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes, aonde fizeram um rêgo que terá perto de uma légua e um tanque grande de (.), cujo tanque digo cujo rêgo começaram donde tinha chegado o rêgo do dito Sargento-mor para diante no mesmo nível, cuja água se servem os suplicantes de noite, quando o dito Sargento-mor acaba de trabalhar, para correr pelo rêgo dos suplicantes, donde vem a seu tanque em o qual (.) de noite a água para trabalharem de dia e logo pela manhã se tira do dito rêgo e corre pelo ribeiro abaixo." Pediam fôsem concedidas as sobras da noite (15 de maio de 1752).

PÁG. 117 — Provisão de sobras de água concedida ao Licenciado Antônio Ferreira Barreto e Antônio Dias Teixeira das Neves:

"... que eles têm dois serviços a talho aberto nos tabuleiros do Rio de São João, aonde tem muita falta de água e como Manuel da Silva Carneiro tem a água tôda do Bromado tomada em baixo com, a qual em cima trabalham mais de sessenta negros e o suplicado a tem em baixo tôda e trabalha com vinte e três ou vinte e quatro escravos e juntamente em um monjolo em o qual trás água bastante fora a que se lhe desperdiça (.) no rêgo e no andaime por onde passa a dita água, e porque havendo falta aos mineradores de água para os seus serviços e havendo água em abundância em outros se devem repartir..." (9 de maio de 1752). Posse aos 15 de maio.

PÁG. 118 — Carta de data concedida a Manuel da Mota Botelho e seus filhos, nas terras do São João:

"... sua petição Manuel da Mota Botelho e seus filhos, Miguel, Antônio, Romão e Manuel, moradores no termo desta Vila... e como se acham devolutas as testadas do seu sítio desde a divisa do Capitão Manuel da Silva Afonseca, correndo rio abaixo até o Ribeiro do Bromado onde tem a sua tapera... tôda a terra desde o Ribeiro do Bromado da estrada para baixo, tanto grupiarias e tabuleiros do Rio de São João excetuando a parte da partilha que coube a José Bahia da Rocha e lhe conceda mais todos os lacrimais da água que se acharem dentro da dita demarcação e testada do seu sítio..." (16 de maio de 1752).

PÁG. 119 — Data de terra concedida a 17 de julho de 1752 a Inácia Maria do Espirito Santo, "*no seu sítio que tem à margem do Rio Pará onde apareceu uma limitada fisqueira no veio de água do rio.*"

PÁG. 120 — Termo de medição de terras minerais feita entre parte Manuel da Mota Botelho e seus filhos Antônio, Manuel, Miguel, Romão e seu genro José Bahia da Rocha, à margem do Rio de São João, desde a barra do Bromado até a extrema das terras do Capitão Manuel da Silva de Afonseca, sendo vinte e três ditas para os primeiros e outras vinte e três para o segundo:

"... ficam pertencendo ao dito José Bahia da Rocha desde a barra do Bromado, onde está a TAPERA até o caminho que vai da estrada para o Sítio e Pôrto da Canoa, que foi do Tenente Faustino Alves Gondim, no dito caminho faz divisa as ditas quarenta e seis ditas onde mandei fincar uma cruz de pau de lei e da dita cruz para rio acima ficam pertencendo até a divisa do Capitão Manuel de Afonseca ao Capitão Manuel da Mota e seus filhos" (18 de junho de 1752).

PÁG. 120 VERSO — Carta de data de um corte de terras do Córrego da *Paciência da Onça*, concedida a 28 de julho de 1752, ao Capitão Manuel Gonçalves Geraldês:

"... nesta paragem chamada da *Paciência*, termo desta Vila... que ele suplicante é senhor e possuidor da água de um córrego que passa pelo meio da sua roça, sita nas cabeceiras do *Ribeiro da Paciência*, a qual tem (.) tirada por um rêgo... pretende o suplicante tirar novamente com serviços de muito mais além da extrema da sua roça, correndo ribeiro abaixo da parte da mão esquerda pelo (.) até o Sítio de *Manuel Dias Ferreira* para o efeito de lavrar as grupiarias que se acharem devolutas por cima do rêgo de Luís de Brito e do dito Manuel Dias..."

PÁG. 121 VERSO — Carta de ratificação concedida a Manuel Gonçalves Geraldês na *Paciência da Onça*, *das águas de dois corquinhos que nascem na roça de Antônio Dias de Castro.*" A posse foi dada a 28 de junho de 1752.

PÁG. 123 — Data de terras e de retificação concedidas a José Antônio Forte de Magalhães, João Martins Gomes e José Fortes de Bustamonte e Sá e Antônio Mendes Ribeiro:

"... e trespasse de título de compra que fez do sítio da *Barra dos Guardas* a Domingos Fernandes Antunes a Domingos Gonçalves Guimarães lhe trespassou

a posse de um corte de Rio de São João desde a barra do Guardas até a cachoeira donde mora Antônio de Sousa." (20 de agosto de 1752).

PÁG. 124 VERSO — Provisão de água concedida a Luís Leite de Brito, a 5 de março de 1752:

"... a água do córrego que faz extrema no sítio de Manuel Ferreira Funchal e do suplicante", no Pará.

PÁG. 125 — Provisão de água concedida ao Sargento-mor Gabriel Rodrigues Tavares e sócios a 21-XII-1752, no Ribeirão da Onça "*acima do açude abaixo da cachoeira do Capitão Miguel de Faria Sodré, com aquela posse antiga em que estava o dito Capitão-mor e seus antepossuidores.*" Houveram por compra ao Capitão-mor Francisco Costa Ribeiro.

PÁG. 126 — Carta de data concedida a Antônio de Brito Monteiro:

"... por sua petição, Antônio de Brito Monteiro, filho legítimo do defunto Herônimo da Veiga Monteiro e de sua mulher Maria Pedrosa de Meira (?), que o dito defunto pai do suplicante era senhor e possuidor de uma data de terra em quadra, terras minerais, sita no *Batatal*, que principia defronte das casas do Licenciado José de Campos, correndo para baixo até defronte as casas de Antônio da Silva, que por estarem as ditas terras devolutas muitos anos, pela impossibilidade da dita mãe do suplicante e com concessão dela, e como herdeiro do defunto seu pai tem o dito suplicante feito serviços nas ditas terras com notável dispêndio de sua fazenda..." (20 de dezembro de 1752).

PÁG. 126 VERSO — Carta de data concedida a Miguel de Faria Morato e Manuel Pacheco Taveira, no *Ribeiro da Paciência*, aos 6 de janeiro de 1753:

"... as terras minerais que cobre a sua água que tem por serviço de rêgo tirada pela parte dalém do Ribeiro da Paciência, cujas terras são as que cobre a dita água daquele rêgo, e estão superiores do rêgo de *Manuel Dias Ferreira* e porque os suplicantes querem continuar com o seu serviço de rêgo para baixo até donde chamam a Passagem Velha, lugar que serve de divisa das ditas terras pedidas e concedidas a eles suplicantes a vinte de junho do ano passado de mil, setecentos e cinquenta e dois, das quais não tomaram posse até o presente por andar o escrivão desta guardamoria ausente dêste Pitan-

gui, que declarará sendo necessário por certidão sua e porque querem tomar posse...", reza o termo de posse lavrado a 8 de janeiro de 1753.

PÁG. 127 — Retificação feita a Miguel de Faria Morato:

"... êle é senhor e possuidor dos serviços e terras minerais e águas que constam dos títulos que junto me oferece no *Córrego* chamado *Água limpa* que deságua no *Córrego da Paciência*, no termo desta Vila, por compra que fêz a Luís Gomes da Mota..." (8 de janeiro de 1753).

PÁG. 128 — Retificação a Miguel de Faria Morato e Manuel Pacheco Taveira, no Ribeirão da Paciência (16 de janeiro de 1753):

"... terras e águas e mais serviços do *Ribeiro da Paciência*, desde o córrego que faz barra no Ribeiro da Paciência e desce do sítio que foi de João Gomes da Mota, correndo ribeiro acima até donde está formado o açude velho, tanto as águas e rêgos e terras do veio da água e grupiaras e tabuleiros de uma e outra parte..."

PÁG. 128 VERSO — Provisão de água concedida a Miguel de Faria Morato e Manuel Pacheco Taveira, no Ribeirão da Paciência, "*donde têm as suas lavras e serviços em que ocupam a fábrica que possuem e porque se faz preciso aos suplicantes, para melhor poderem minerar, as sobras da água que verte do açude para baixo, as quais se acham devolutas.*" (8-I-1753).

PÁG. 129 VERSO — Termo de ajuste que se faz no Ribeirão da Onça a requerimento de Manuel Luís Coimbra e seus sócios. Consta do termo:

"... e sendo aí na dita paragem (Cachoeira do Paiol Velho) e em o mesmo rêgo acima do dito açude defronte a dita cachoeira, em virtude de uma petição com seu despacho nela pôsto o dito guarda-mor, dei posse de retificação da dita água no referido rêgo ao dito Antônio Carvalho Coimbra e seus sócios Manuel Luís Coimbra, Antônio Martim da Silva, Manuel da Mota Leite e João Alves, aos quais houve o dito guarda-mor, junto comigo, por ratificados e empossados na sua antiga posse e de seus antepossuidores", ficando de nenhum vigor a posse dada ao Sargento-mor Gabriel Rodrigues Tavares e seus sócios por injustamente a terem requerido..." (17-I-1752).

PÁG. 131 — Retificação feita a Antônio Carvalho Coimbra e Manuel Luís Coimbra "*de uma lavra sita na Barra da Onça, que houveram por compra que fizeram ao Capitão-mor Francisco da Costa Ribeiro*" (18 de janeiro de 1753).

PÁG. 131 VERSO — Data de terra concedida a João de Moraes Navarro, “*acima do açude de Bento Carvalho, em um córrego que deságua, abaixo da ponte do Rio de São João... desde o dito açude até as cabeceiras por serem terras inúteis para nelas fazer a experiência e lavar a baleia até lhe fazer conta...*” (3 de fevereiro de 1753). O córrego era chamado do Camargo.

PÁG. 132 VERSO — Provisão de água concedida ao Capitão Alexandre Afonseca Veloso, no seu Sítio do Morro, onde morava:

“Diz Alexandre Afonso Veloso, morador no termo desta Vila de Pitangui, que pelas capoeiras de seu sítio passam três córregos, todos com pouca água, os quais têm suas nascentes no morro donde passa a estrada que vai para a Vila e incorporados em um desaguam no Rio de São João, juntamente um lacrimal que verte das mesmas capoeiras chamado o Córrego da Sensa (Sic), e assim mais tôdas as vertentes que se acham verter para o córrego principal e porque não pode usar das ditas águas sem título competente. Pede a mercê seja servido mandar-lhe passar provisão de tôdas as águas acima mencionadas...” Despacho: “Passe provisão das mencionadas águas, sem prejuízo de terceiro e se lhe dê posse //Forte.” O termo de posse foi dado pelo escrivão João da Rocha Gandavo, a 14 de junho de 1740.

PÁG. 133 — Retificação de data concedida ao Capitão Alexandre Afonso Veloso, no Sítio do Morro:

“... êle suplicante é senhor de um título de terras minerais que foram pertencentes ao Capitão Júlio César Moreira, os quais houve por compra a sua mulher Mariana de Freitas e Bento Ribeiro da Silva, filho da dita, cujo título junto oferece...” (Nota: A carta de retificação lhe foi dada pelo Guarda-mor José Antônio Forte de Magalhães, a 18 de julho de 1740).

PÁG. 134 — Título de concessão de Caetano Gonçalves Mascarenhas e Antônio Ferreira de Sá, no Bromado. O título foi concedido por alvará da câmara.

PÁG. 135 — Retificação feita ao Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes, no Bromado.

PÁG. 135 VERSO — Termo de amigável composição entre partes o Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes e o Licenciado Antônio Ferreira da Silva e o sócio Caetano Gonçalves Mascarenhas, na forma seguinte:

“... que levantariam açude no Ribeirão do Bromado, donde mais conveniente lhes parecer, entrando o dito Sargento-mor e Caetano Gonçalves Mascarenhas e seu sócio direção comum e uniforme, com tantos negros de uma parte como de outra, e levantando o dito açude a satisfação de todos, farão na mesma forma um rêgo por onde se conduza tôda a água do dito ribeiro pela parte do poente até a extrema das terras do dito Sargento-mor, cuja extrema é um córrego sêco que está na mesma extrema e adonde lhes parecer aos ditos interessados mais convenientes, o dito Mascarenhas e seu sócio para (.) pelo qual se repartirá a dita água em duas partes iguais para que cada um possa dispor da sua parte o que lhe parecer como senhores que são cada um da sua parte nas suas partes de terras, e para a parte do nascente poderão os ditos Mascarenhas e seu sócio levar a sua parte de água com a sua igualdade acima declarada, fazendo rêgo com seus escravos os ditos dois sócios para lavar as suas terras que têm para a parte do nascente sem mais contradição alguma e o açude e rêgo da parte do poente serão conservados a custa dêles todos a extrema como fica dito e nesta forma fizeram amigavelmente a dita composição...”

PÁG. 136 VERSO — Provisão de água e carta de data concedidas ao Licenciado Antônio Ferreira da Silva e seu sócio Caetano Gonçalves Mascarenhas, no Bromado:

“... da metade da água do Ribeirão do Bromado de que são senhores e possuidores por uma amigável composição que fizeram com o Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes.” A posse foi dada a 31 de março de 1753.

PÁG. 137 — Carta de data concedida a Francisco de Sousa de Afonseca, no Pará:

“... as terras minerais de um lacrimal que tem o suplicante no seu sítio no Pará Acima com João de Sousa Pôrto e seus herdeiros, onde faz extrema o sítio do suplicante e rio acima faz divisa no primeiro barreiro abaixo do córrego da extrema do sítio que é hoje do ajudante Sebastião José Pereira e rio abaixo até o sítio que foi do defunto Cristovam Roiz.” Termo de posse lavrado em 2-4-1753.

PÁG. 137 VERSO — Ratificação de uma provisão de água e carta de data concedidas ao ajudante Sebastião Barbosa Pereira,

morador no Pará Abaixo, "*que houve por título de compra, à viúva Helena Maria de Robendo (?)*". Foi empossado a 2-IV-1753.

PÁG. 138 — Carta de data concedida ao Capitão Fernando Nogueira Soares:

"... que êle é senhor e possuidor de um rêgo de água tirada nas cabeceiras do Ribeirão da Onça... e como quer trazer a dita água para lavrar umas terras de grupiarias que tem aonde chamam o Baio (?), princípio da barra do Córrego do Pé da Serra, vertendo ao espigão e campo que vai para a roça do Padre Luiz Cardoso, e como estas são (.) e o rêgo que o suplicante quer continuar é de muito custo e beirando tôda a Serra da Onça da parte do nascente pelas cabeceiras do Córrego do Pé da Serra, razão por que hoje pede seja (.) mandar-lhe passar carta de data das ditas suas terras e das mais digo tôdas as mais que se acham devolutas dos rêgos que estão tirados para cima por não terem águas superiores e tudo o que achar devoluto sem água por cima até o Córrego chamado o Paiol e a água do suplicante cobrir, para por devolutas as poder lavrar e nelas poder a grande fábrica que tem de escravos, atendendo, digo atendendo a grande despesa que há de fazer com o dito rêgo." A posse foi dada a 2-IV-1753.

PÁG. 139 — Retificação ao Sargento-mor Manuel Soares Braga, da água do Córrego do Jatobá, atrás do Morro:

"... que êle houve por título de compra que fêz a Cristovam Borges de Faria da água de um córrego que verte da roça que foi de Luís Ferreira dos Santos, chamado o Jatobá e está tirada por um rêgo há muitos anos (26 de abril de 1753).

PÁG. 139 VERSO — Data de terra concedida ao Sargento-mor Manuel Soares Braga:

"... como no Rio do Peixe, no Córrego chamado a Jaguará, que verte da Serra da Onça ao Rio do Peixe, por cima da medição das terras que foram concedidas a Manuel Pinto Ferreira e seu sócio, se acham terras devolutas..." (26 de abril de 1753).

PÁG. 140 — Provisão de água concedida ao Sargento-mor Manuel Soares Braga, no Córrego do Jatobá, atrás do Morro:

"... que é senhor e possuidor por carta de data na paragem chamada o Rio do Peixe, carece dos rema-

nescentes da água que emana do açude de Manuel Pinto Ferreira e seus sócio, tirada no Córrego do Jatobá." Termo de posse datado de 26-IV-1753.

PÁG. 140 VERSO — Carta de data concedida a Domingos Ferreira Machado e sócios, no Rio do Peixe:

"... querem êles suplicantes com a dita água fazer suas experiências na barra do Ribeirão que vai do sítio de Cristovam Borges fazer barra no Rio do Peixe, por estarem devolutas..." Posse aos 26 de abril de 1753.

PÁG. 141 — Ratificação de data concedida a Antônio Pereira "*da metade de um quarto de uma lavra sita no Ribeirão da Onça, que houve por título de compra a João Pereira Alves*." Foi empossado a 28 de julho de 1753.

PÁG. 142 — Data de terras concedidas a Caetano Pereira de Matos e Antônio da Silveira Gularte, começando na barra do Córrego dos Macacos no Ribeirão dos Guardas, e subindo pelo córrego (23 de julho de 1753).

PÁG. 143 — Carta de data concedida a Caetano Pereira de Matos, Antônio da Silveira Gularte, Antônio Garcia de Andrade, Bento Ferreira da Silva e Manuel Gomes da Cruz:

"... que êles eram senhores e possuidores de uma Fazenda chamada o Bom Jardim, na qual se acha um Ribeirão chamado os Guardas, devoluto, no qual já os suplicantes têm tirado seu rêgo de água para o exercício de minerar e como o não podem continuar sem títulos querem que se lhes conceda no dito ribeirão cem datas de terras, reservando os (.) e principiando a medição na barra do Córrego chamado os Macacos e correndo ribeirão acima até completar as ditas cem datas de terras com suas quadras e sobrequadras, como também lhes conceda a água do dito ribeirão." A posse foi dada a 2 de agosto de 1753.

PÁG. 143 VERSO — Carta de data e provisão de água concedidas a Caetano Pereira de Matos, Antônio da Silveira Gularte e Antônio Garcia de Andrade, junto ao Sítio do Bom Jardim, nos Guardas, "*no qual se acha um córrego devoluto que corre por baixo das casas dêles suplicantes e faz barra no Ribeirão dos Guardas e como se acham os suplicantes com fábrica competente para o exercício de minerar, querem que lhes conceda vinte datas de terra no dito córrego*..." Foram empossados em 2 de agosto de 1753.

PÁG. 144 — Provisão de água concedida a Inácia Maria do Espírito Santo, na Cachoeira do Inferno. O termo de posse foi lavrado a 7 de agosto de 1753.

PÁG. 145 — Provisão de água concedida a Manuel Simões Rocha:

“... que êle para poder trabalhar e buscar faisqueira em que ocupe os seus escravos necessita de água e como acima de suas casas se acha um pequeno córrego e outro maior alguma cousa, que deságuam ambos no Rio de São João da parte do poente mais acima da Cachoeira Grande, e da parte do nascente se acha outro córrego pequeno, que também deságua no Rio de São João acima da mesma Cachoeira Grande e todos se acham devolutos, quer o suplicante que se lhe concedam por provisão...” Termo de posse lavrado a 8 de agosto de 1753.

PÁG. 145 VERSO — Carta de data concedida a Manuel Simões Rocha nas suas roças e terras do São João. Posse a 9 de agosto de 1753.

PÁG. 146 — Ratificação de terras e água concedida a Antônio Ferreira Barreto, “no Pará, que partem da banda de cima com terras de Antônio de Abreu Guimarães em um córrego (.) roça de José Dias Maciel e partem da parte de baixo na Cachoeira chamada a Pedra Branca, com tabuleiros e grupiarias e assim mais três regos de água e tudo o mais pertencentes aos ditos títulos.” Posse a 6-IX-1753.

PÁG. 147 VERSO — Carta de data concedida ao Licenciado Antônio Ferreira Barreto, nas margens do Rio São João:

“... e é terras devolutas pertencentes (.) São João, quer que eu lhe conceda as terras que estiverem (.) e sem título por cima das concedidas para a parte do morro desde o Córrego de Alexandre Afonso até a barra do São João o que cobrir a sua água, salvando os que estiverem demarcados (26 de maio de 1753).

PÁG. 133 — Carta de data concedida ao Capitão Alexandre Afonso Veloso, em seu Sítio chamado Morro:

“Diz o Capitão Alexandre Afonso Veloso que êle suplicante é senhor de um título de terras minerais”.

* * *

As notícias alcançadas no século XIX são unânimes em apontar o abandono do labor extrativo do ouro no Distrito do Pitangui. Poucas eram as minas em exploração e os mineradores, em grande parte, ocupavam-se em relavrar velhas minas que já não rendiam.

O Doutor José Vieira Couto, no ano de 1801, passou em Pitangui, no seu roteiro às minas de Galena do Abaeté. É dêle essa informação, que vale como um depoimento:

“... Ao chegar à Vila todos os córregos e rios, como o Pará, que é o principal dêles, viam-se todos lavrados e correrem muito enrolados. A maior parte dos mineiros não se ocupavam senão em relavrar as terras, e em aproveitar algumas restingas, que esqueceram aos antigos, ou que as desprezaram então por pobres. Muitas destas lavras eram nos rios, seus tabuleiros e grupiarias. Também as havia em os morros, e a mais célebre destas, e ainda boa, era a chamada do Batatal(nome muito vulgar em Minas às lavras ricas, e que indica uma lavra onde o ouro é grosso e abundante como batatal), fronteira e próxima à Vila, e a primeira que ali houve, e foi causa da sua fundação.” (13)

Decorridos dezoito anos, o Barão de Eschwege também percorreria a região pitanguiense. Como testemunha ocular, deixou as suas impressões do estado da mineração no Pitangui. Praticamente havia cessado a atividade mineradora e não mereceu dêle maiores atenções:

“O oligisto micáceo, a hematita vermelha e o ferro magnético, que freqüentemente se encontram esparsos na base da serra, fazem presumir a existência destas rochas nos pontos mais elevados, como também a grande quantidade de lavras de ouro situadas embaixo na encosta e na base da serra permitem inferir a existência aí das formações auríferas geralmente ocorrentes nas vizinhanças de Vila Rica. Se no alto foram exploradas essas jazidas, não me é isto conhecido e somente na base da Serra foram lavradas algumas grupiarias. Rico principalmente era o Rio de São João, que não longe da Vila desemboca no Rio Pará, e aí é que no comêço das descobertas se levantaram tais contendias que degeneraram em uma pequena guerra civil. A atual decadência das lavras de ouro têm feito com que os habitantes de Pi-

(13) José Vieira Couto — *Memórias sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais* — 1801 — In Revista do A.P.M., ano X, 1 e 2, pág. 90.

tangui se entreguem mais ao comércio, sobretudo ao dos tecidos de algodão, que lhes têm dado maior interesse que as suas ricas lavras de ouro. Entendidos há entretanto que asseguram que com o emprêgo de meios mais eficazes poderiam ser tirados tesouros ainda extraordinários do Rio São João.” (14)

Em outra parte de sua valiosa obra, o Barão de Eschwege registrou o seguinte:

“Esta Vila já teve também os seus dias de opulência com a exploração dos cascalhos do Rio São João, que passa em suas proximidades, cuja riqueza extraordinária excitou por mais de uma vez renhidas lutas e morticínios. Hoje, porém, a mineração aí cedeu lugar à indústria pastoril e à fiação e tecelagem do algodão.” (15)

Já no fim do século XIX, os camaristas de Pitangui, respondendo ofício do Governo da Província, acompanhado de uma petição de Francisco José Pedro Leça e do Engenheiro José Tomaz de Aquino e Castro para explorarem ouro e outros minerais no município, diziam:

“É agradável à Câmara informar que este município, especialmente neste distrito, contém ricas minas de ouro, hoje abandonadas por falta de práticos, de forças, e o de que ainda mais se ressenste, é a falta de braços de associação. Os antigos mineiros, eminentemente esforçados, eram, a par desta boa qualidade, baldos de recursos e de meios hoje empregados na mineração. Trabalhavam na superfície do solo e, quando o intentavam perfurar e apareciam obstáculos insuperáveis, por não serem conhecidos nas máquinas, hoje tão vantajosamente empregadas na mineração, abandonavam êsse grande ramo de indústria extrativa, com grande prejuízos de colossais trabalhos começados. Além da riqueza em ouro que o distrito da Cidade encerra em seu solo, possui o município outro que a Câmara julga maior: o minério de ferro. É indeficiente a jazida dêste mineral, principalmente no distrito da Cidade, onde se levantou uma pequena forja para a extração de ferro, resultando o conhecimento de que o minério, que aqui existe na maior profusão, é de grande rendimento.” (16)

(14) Barão de Eschwege — Contribuições para a *Geognóstica do Brasil* — Publicação do centenário em Minas Gerais — Belo Horizonte, ano 1932 — Volume II, pág.

(15) Idem, ibidem, página 175.

(16) Papéis avulsos da Câmara de Pitangui.

O POVOAMENTO

Dois anos depois do descobrimento de Pitangui, a fama de grande cópia de ouro e da facilidade com que se extraía da superfície do monte, atraiu de S. Paulo e das novas povoações uma emigração numerosa.

Das MEMÓRIAS arquivadas pela Câmara de Pitangui

Sòmente as (sesmarias) que (dei) nos sertões de Pitangui para os currais de gado foram com mais largueza, tanto porque naquelas partes era tudo inabitável, se fazia preciso convidar os homens com esta abundância a que as povosassem...

Carta de D. Brás Baltasar da Silveira a El-Rei, de
28 de abril de 1716

Raiando então a aurora dos tempos mais bonançosos a população de Pitangui cresceu grandemente...

Das MEMÓRIAS arquivadas pela Câmara de Pitangui

O POVOAMENTO

Penetração paulista — Primeiros povoadores — Sesmarias

Antes do descobrimento das minas do Batatal, andavam os paulistas explorando as terras auríferas da bacia do médio Paraopeba.

Nessa penetração abriram picada no rumo oeste. Continuando o caminho do Borba e do Mateus Leme, atingiram o Córrego da Ponte Alta, a Aparição Velha, os Guardas, o Rio de São João e, finalmente, o Morro do Batatal.

Reveladas as minas do Batatal, a picada ficou servindo por algum tempo de caminho que punha a Vila do Sabará em comunicação com os novos descobertos. Vem essa informação, de maneira sugestiva, expressada em carta de ratificação de terras e águas minerais concedidas a Antônio Antunes Silva e Caetano Miguel, na Aparição Velha, no ano de 1750: — "... que êles suplicantes são senhores e possuidores do córrego e terras minerais e serviços situados no Córrego chamado a Restinga *no caminho que ia desta Vila para o Sabará...*" (O grifo é nosso). (1)

Na carta de data de terras minerais dadas a Fernando Alves, a 23 de outubro de 1750, a mesma referência está registrada em estilo curioso e não deixa dúvida quanto à antiguidade dêsse caminho: — "... o dito Córrego chamado a Restinga, sito no Sítio da Aparição Velha, *perto da estrada velha que algum dia seguia vindo do Sabará para o uso comum desta Vila de Pitangui...*" (O grifo é nosso). (2)

Nas *Memórias* arquivadas pela Câmara de Pitangui atribuiu-se o descobrimento a uma *Bandeira*, sem contudo delinear o itinerário da mesma.

As *Memórias* foram resumidas pelo Guarda-Mor Manuel José Pires da Silva Pontes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Percebendo nelas se omitia o roteiro da *Bandeira*,

(1) APM — Seção Colonial, Livros Avulsos — Códice 4:17.

(2) *Idem*, *ibidem*, pág. 30.

solicitou *notícias no País* e ouviu que ela “partindo da Serra do Tombadouro ao pé do Sabará, tomara por faróis a Serra Negra ao noroeste, depois o morro de Mateus Leme a oeste; daqui por diante a Serra da Aparição ao noroeste; e finalmente a serra sobranceira a Pitangui a oeste.” E como remate, registrou a informativa de que já *não existia o roteiro*; entretanto, a opinião geral era que o ponto pretendido pela *Bandeira seria o das minas do Paracatu*. (3)

Não adotamos a versão de que a conquista das minas do Batatal foi obra de uma *Bandeira*. Citamos esses informes históricos a fim de conferi-los com os dados extraídos de documentos rebuscados nos arquivos.

Façamos breve pausa para esclarecimentos necessários. A tradição histórica não é infalível nem impassível de erros. Ao contrário, ela já na origem se enfeita ou se desfigura consoante a imaginação dos informantes e a linguagem dos narradores. Não é o espelho da verdade histórica. Recontada de geração em geração, ganha matizes novos, exagera-se sob a influência da fama, transmuda-se ao sabor da ficção, acaba atingindo as raías do lendário. Por isso, pode servir ao historiador somente como fonte de orientação na exegese dos fatos históricos pesquisados e documentados. Orienta o pesquisador nos rumos de seus trabalhos.

Continuemos, agora.

Estão referidos no primeiro capítulo os documentos e os fatos esclarecedores do descobrimento das *minas novas* de Pitangui. Conduzem-nos a uma conclusão peremptória. Não foi empreitada de uma *Bandeira*. E, por isso, não se pode falar em roteiro, nem tão pouco desvendá-lo na carta geográfica da região.

Não há contestar, as paragens da Serra Negra e Morro de Mateus Leme eram palmilhados e já povoados naqueles tempos. Qualquer *Bandeira* saída de Sabará no rumo da Serra da Aparição, poderia trilhar caminhos certos e batidos até o Morro de Mateus Leme.

Topam-se com algumas sesmarias distribuídas nessas paragens já no primeiro decênio do século XVIII. Como pioneiro sobressai o Tenente-General Borba Gato, com a sua de seis léguas de comprido e cinco de largo, “entre o Rio Paraopeba e a Cordilheira de Itatiaia e de Mateus Leme até fechar na barra do último ribeiro dêle”, povoada desde “o tempo em que por estas partes começou os seus descobrimentos”. (4)

(3) *Rev. do I.H.G.B.*, Tomo 6.º, 2.ª ed. — 1865 — página 284.

(4) *Revista do A.P.M.*, Ano II, Fascículo 2, página 258.

Cedo começaram os paulistas a penetração na mesopotâmia demarcada pelos Rios Pará e Paraopeba, ambos confluindo para o fabuloso Rio de São Francisco. Nessa avançada, alcançaram as lindes pitanguienses provavelmente no ano de 1709.

De fato, pela ordem do Governador Antônio de Albuquerque enviada ao Tenente-General Borba Gato, a 14 de setembro de 1711, se conhece que os paulistas haviam adentrado a mesopotâmia e se situaram no *Distrito de Pitangui*, lavrando e descobrindo ouro “de que se não tem dado parte como o dispõe o Regimento e ordens de Sua Majestade.”

Qual seria o *distrito* chamado de Pitangui?

Não há informações exatas sobre as delimitações do mesmo; entretanto, só poderia ser a região da bacia do *Rio de Pitangui*, tal como o *Distrito do Paraopeba* era imensa região compreendida na bacia do rio dêste nome.

O então rio chamado de Pitangui é o atual Rio Pará. Comprovam os documentos:

— Sesmaria de Domingos Dias da Silva, dada a 26 de março de 1716: — “... que êle havia mais de um ano tinha fabricado três fazendas de gado no Distrito das minas do Pitangui... hei por bem fazer mercê ao suplicante em nome de Sua Majestade de três léguas de terras em quadra na referida parte que começam no curral do ribeirão que deságua no Paraopeba, e légua e meia para baixo correndo para a parte do *Rio de Pitangui* (o grifo é nosso) pelo curral do Ribeirão do Peixe abaixo até fazer barra no dito Rio de Pitangui se até aí se dilatar a distância de três léguas...” (5)

— Sesmaria de Joseph de Campos Bicudo, dada a 12 de janeiro de 1715: — “... hei por bem de fazer mercê ao suplicante em nome de Sua Majestade de quatro léguas de terra em quadra de sesmaria, que principiam da Lagoa dos Patos junto do Rio do Pará verdadeiro até chegar ao Rio Indaiá, a qual fica rio acima da outra banda do *Rio de Pitangui* (o grifo é nosso), fazendo frente com a sesmaria que pediu Antônio Rodrigues Velho, compreendendo também a parte de campo que fica da mesma banda do rio até se inteirar das ditas quatro léguas em quadro.” (6)

(5) *A.P.M.*, Seção colonial, Livros da Secretaria do Governo — *Códice* 9:194.

(6) *Idem*, *ibidem*, página 165.

— Sesmaria de Joseph de Campos Bander Borth, dada a 12 de janeiro de 1715: — "... as quais principiarão no Rio do Peixe onde chamam a Lagoa Verde, e vai correndo rio abaixo da mesma parte que pediu Antônio Rodrigues Velho até ir acabar no Ribeirão de Santo Antônio, que faz barra no mesmo *Pitangui* (o grifo é nosso), compreendendo (se tanto abranger a dita distância das quatro léguas) a parte do campo que fica da mesma banda do rio..." (7)

Desnecessária é a transcrição de mais comprovantes, mormente quando se pode verificar no *Mapa da Maior Parte da Costa do Sertão do Brasil*, do Padre Jacobo Cócleo, o traçado de um *Rio de Pitangui* correndo paralelo ao do Paraopeba e fluindo para um grande rio sem nome que é, incontestavelmente, o Rio São Francisco. (8)

O cartógrafo F. de Mesquita atribui a esse mapa a data do ano de 1700. Sem dúvida alguma é anterior ao ano de 1704. (9)

Percebe-se nitidamente que o jesuíta cartógrafo não tinha conhecimento nem informações corográficas da região, em consequência de a mesma não estar ainda desvendada e povoada.

Assinalam-se no mapa os caminhos então existentes. São poucos. Nenhuma picada é pontilhada em direção à mesopotâmia pitanguense. Estava virgem ainda, embora o Rio de São Francisco, desde suas nascenças, fôsse o velho *caminho* para a Bahia, denominado *do Mestre de Campo Matias Cardoso*.

Em outro mapa, já referido no capítulo anterior, vem também esboçado ou maltraçado o *Rio de Pitangui*. Esse mapa (*) foi divul-

(7) Idem, ibidem, página 165.

(8) Moacir Silva — KILÔMETRO ZERO, Rio de Janeiro, 1934.

(9) Cf. DOCUMENTOS HISTÓRICOS, volume X.

(*) Parece-nos, é autor desse mapa o Engenheiro Pedro Gomes Chaves. Em 1714 era regente da Vila de Pitangui, época em que se dava ao Rio Pará o apelido de *Rio de Pitangui*.

Deixou a Vila, por determinação do Governador D. Brás Baltasar da Silveira, encarregado da fatura de um mapa da Capitania de São Paulo e Minas (APM, Seção colonial, Livros da Secretaria do Governo — *Códice* 9:30 verso).

Antes, em 1711, houve ordem régia para que ele fizesse um mapa traçando os limites da Capitania. A C.R. é datada de Lisboa, 5 de junho de 1711. Porque "palavra de rei não volta atrás", acredita-se haja levado a cabo a incumbência. E, somente em 1718 recebeu ordem para recolher-se a praça do Rio de Janeiro (*Códice* 23:18 v.º).

Dos mapas antigos da Capitania, o referido tem muito probabilidade de ser o de sua autoria.

gado parcialmente pelo historiador Miguel Costa Filho in *REVISTA AÇUCAREIRA* e dêle temos cópia fotográfica. (10)

É posterior ao do Padre Cócleo. Presume-se seja do ano de 1718 pois nêle figura a Vila de São José del-Rei, criada pelo Conde de Assumar a 19 de janeiro de 1718.

Fica identificado com o auxílio desses mapas o *Distrito do Pitangui*, onde se situaram muitos paulistas descobridores de *vários ribeiros de ouro* e grupiarias nas *margens dos rios principais*.

A carta do Governador Albuquerque não *batiza* os ribeiros descobertos nem os rios principais. Para quem conhece a região e haja investigado os remanescentes das labutas minerativas ali existentes, não é tarefa difícil nominar os ribeiros trabalhados pelos paulistas pioneiros.

Córrego da Ponte Alta, Córrego da Aparição Velha ou da Restinga e Ribeirão dos Guardas foram, dentre todos, os primeiros escavados pelo almocafre e esmiuçados pelas bateias paulistas nos rincões pitanguenses.

Logo foram abandonados por pobres e porque as minas do Batatal e do São João prometiam mais frutos.

Sucessivamente, novas minas se iam revelando na Onça, no Bromado, no Alto do Morro, na Paciência, no Caxingó, no Cacunda etc., depois de manifestadas as do Batatal.

Entre o ano de 1711 e o de 1713 ocorreu o *rush* de povoadores (11).

A afluência de gente, tumultuada e desordenada, confundiu os pioneiros com os recém-entrados de sorte que não tem sido possível joeirar os nomes dos desbravadores e, conseqüentemente, primeiros povoadores.

Respigamos aqui e ali, em documentos e em obras dos mestres, nomes de moradores do Pitangui, aos quais podemos atribuir os méritos de povoadores.

Ei-los:

Antônio Alves Cardoso — Ajudante da Companhia do Têrço de Auxiliares de Pitangui. Passou, mais tarde, às minas de Goiás. — (*Códice* 9:141).

(10) *Revista Açucareira*, Ano XXI, volume XLI, n.º 3, página 79.

(11) *Escavações ou Apontamentos Históricos da Cidade de Pitangui*, por Joaquim Antônio Gomes da Silva, in *Revista do A.P.M.*, ano VII, fascículo 3 e 4.

Antônio de Almeida Lara — Filho de Tomé de Lara de Almeida e neto de Lourenço Castanho Taques. Casado em Pitangui com Dona Custódia Pais ou Bueno de Camargos, filha de Joseph Rodrigues Betim e de Mariana Bueno. Em 1718-1719 figura no rol dos moradores da Vila. Informa Pedro Taques que, descobertas as minas, passou a morar em Goiás. — (Código 38, da Delegacia Fiscal).

Antônio Furquim da Luz — Obteve sesmaria no Sumidouro, Distrito de Mariana, em 1711. Foi dos primeiros conquistadores das “minas gerais”. Transferiu-se com toda a sua família para as “minas”. Era sógro de Valentim Pedroso de Barros e pai de Sulpício Pedroso de Moraes. Faleceu no ano de 1718, em Pitangui. — (*Silva Leme*, Tit. Funquins, 6, página 258 — *Rev. do APM*, ano II, fasc. 2, página 267).

André Gomes Ferreira — Situou-se primeiramente no Rio das Velhas, no ano de 1706 a 1707, com Sítio chamado da Sela Gineta (no atual Município de Sete Lagoas). Por provisão de 28 de abril de 1714, foi nomeado Mestre de Campo de um Têrço de Auxiliares do Distrito de Pitangui. — (*Documentos interessantes*, III, página 178 — *Código* 9:241 verso, Livros da Sec. do Governo).

Antônio Leme do Prado — Em 1718 era vereador e deu auxílio para a entrada do Brigadeiro João Lôbo de Macedo na Vila. Em 1724 morava ainda na Vila. — (*Código* 9:241 v.º, Livros da S.G. — *Código* 11:54, S.G. — *Dicionário de Bandeirante e Sertanistas do Brasil*).

Antônio do Prado da Cunha — Em 1703 foi eleito e tomou posse do cargo de almotacel da Vila de São Paulo, tendo servido nos meses de julho e agosto. Eleito juiz ordinário, exercitou o cargo durante todo o ano de 1708. Em 1711 era mestre de campo e marchou com sua companhia em socorro do Rio de Janeiro, na invasão dos franceses. Não é por isso um dos descobridores de Pitangui; entretanto, lá assistia já em 1713. Foi provisionado a 16 de junho de 1714 no ofício de Procurador da Coroa e Fazenda Real do Distrito de Pitangui. Concedeu-se-lhe, em 1719, a patente de guarda-mor dos descobrimentos do Tocambira e Itituberaba, por um ano, onde “tinha descoberto um ribeiro com amostras de ouro no sertão do Morro do Frio em parte deserta, no qual pela experiência que fizera reconhecia suficiência para se lavrar” e ali se achava “cultivando há três anos”. Escrevera-lhe o Vice-Rei Vasco Fernandes, em outubro de 1722, a respeito desse descobrimento, de que fôra encarregado, e no qual andara cêrca de sete anos. Deduz-se que desde 1715 ou 1716 peregrinava nos descobrimentos de Tocambira sem que “resultasse o efeito que prometiam”. Faleceu na

Bahia. — (*Código* 12:75, S.G. — *Documentos históricos*, XLIV, página 346).

Antônio Pompêu Taques — Em 1711 era assistente no Distrito de Antônio Pereira, onde requerera sesmaria. Foi senhor de terras nos Currais da Bahia, de onde, por morte de sua espôsa, passou ao Distrito de Pitangui e contraiu segundas núpcias com uma filha de Joseph Rodrigues Betim. Em 1720, regressou a São Paulo, e dali foi para Goiás, onde vivia em 1763, no Arraial da Anta. — (*Revista do APM*, X, 3 e 4, pág. 966 — *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*).

Antônio Rodrigues de Andrade — Era sócio de Bento Pais da Silva numa cata de 20 braças no Morro do Batatal, a qual limitava com as de José Ferraz, João Gonçalves Filgueira e João Lôbo de Macedo. Possuía nas mesmas lavras, casa coberta de telha, com senzalas e bananal, confiscada por haver pegado em armas contra o Ouvidor de Sabará, no levante chefiado por Domingos Rodrigues do Prado. (*Anais da Biblioteca Nacional*, LV).

Antônio Ribeiro da Silva — Reinol, natural de Barcelos. Casou-se em São Paulo com Catarina Bueno de Freitas, filha de Joseph Rodrigues Betim e de Mariana de Freitas Azevedo. Deixou geração em Pitangui.

Acompanhou o sógro ao Pitangui, onde, em 1718, figura como Procurador da Câmara. Prestou ajuda à entrada do Brigadeiro João Lôbo de Macedo na Vila. Morador na Vila, no ano de 1724. (*Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* — *Código* 38, D.F. — *Silva Leme*, Títulos Camargos, 1, pág. 390).

Antônio Rodrigues Velho. — Ficou na história de Pitangui com o cognome de *Velho da Taipa*. Em 1705, casou-se, em Itu, com Margarida de Campos, filha de Joseph de Campos Bicudo.

Coloca-se, juntamente com seu sógro, entre os descobridores da região pitanguiense. Residiu na Vila até sua morte, em 1765. Povoa fazendas, devassou os sertões do outro lado do Rio de S. Francisco e teve numerosa fábrica de mineração. Foi um homem bom do povo. Serviu o cargo de Juiz Ordinário diversas vezes. Deixou nobre e numerosa descendência no Pitangui. (*Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* — *Código* 38, D.F. — *Código* 9:166, S.G.).

Arcângelo da Silva Oliveira — Foi provisionado no pôsto de Sargento-mor das Ordenanças de Pitangui, a 4 de agosto de 1715. — (*Código* 9:187 v.º, S.G.).

Bartolomeu Bueno Calhamares — Foi um dos revoltosos de Pitangui, em 1719-1720. Recebeu carta do Conde de Assumar que, “por julgá-lo em o número dos principais da Vila”, esperava se

esforçasse para a entrada do Brigadeiro João de Lôbo Macedo em Pitangui. Passou-se a Mato Grosso, em 1721.

Casou-se em 1706, na Vila de Parnaíba, com Luzia Furquim filha do Capitão Antônio Furquim da Luz. — (*Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* — *Códice* 11:49, S.G. — *Silva Leme*, Título Furquim).

Bartolomeu Bueno da Silva — Por alcunha o *Anhangüera*, foi o mais notável sertanistas do século XVIII. Cita-se entre os descobridores de Pitangui. Em 1713, aparece como um dos homens principais do distrito, a quem o Governador D. Brás Baltasar da Silveira escreveu diversas cartas a respeito do estado do descobrimento e da situação dos moradores. Foi encarregado da governança do distrito, antes da fundação da vila. Pode-se garantir que deixou Pitangui antes do ano 1718. (*Ocorrências em Pitangui* — *Códice* 9:7 e 19, S.G.).

Bento Pais da Silva — Irmão de João Leite da Silva Ortiz e de Bartolomeu Pais de Abreu. Em 1705, povoou uma fazenda na Comarca do Rio das Mortes, a mandado de seu irmão Bartolomeu. De lá se passou ao descobrimento de Pitangui. Em 1718, era segundo Juiz Ordinário da Vila. Morava, então, no Distrito do Ribeirão da Onça. Possuía minas no Batatal e no Ribeirão da Onça. Foi um dos levantados em 1719-1720, e teve todos os bens confiscados. Estava na Vila em 1722, onde, parece, foi assassinado nesse ano. — *Códice* 11:181, S.G. — *Códice* 7:17 v.º, S.G. — *Códice* 38, D.F. — *Dicionário de Bandeirantes* — *Anais da Biblioteca Nacional*).

Bernardo de Campos Bicudo — Aparece como um dos descobridores de Pitangui, ao lado de seu irmão Joseph de Campos Bicudo. Serviu o posto de Capitão das Ordenanças de Pitangui, onde faleceu com descendência. — (*Silva Leme*, Título Campos, 4, pág. 195).

Bernardo dos Santos — Capitão do Têrço de Auxiliares do Distrito de Pitangui, por patente de 8 de agosto de 1714. — (*Códice* 9:14, S.G.).

Custódio da Silva — Capitão das Ordenanças dos Mercadores do Distrito de Pitangui, por patente de 27 de novembro de 1715. — (*Códice* 9:179 v.º).

Diogo da Costa Fonseca — Povoador do Sítio dos Guardas, em 1711. Provavelmente um dos desbravadores da região. Era oficial da Fazenda Real. Prestou ajuda ao Brigadeiro João Lôbo de Macedo para entrar na Vila, em 1718. Tinha loja na Vila. Assassinado, em 1719, quando sua residência foi invadida pelos revoltosos chefiados por Domingos Rodrigues do Prado. — (*Dicionário de Bandeirantes* — *Códice* 11:54, v.º 109 e 114, S.G. — *Códice* 38, D.F.).

Diogo de Lara e Morais — Foi Capitão da Ordenança da Vila de Pitangui e “prestou alguns serviços a Sua Majestade nos sertões destas Minas”. Em 1710, requereu e obteve sesmaria de terras entre as Vilas de Itu e Sorocaba. Promovido a Sargento-mor do Distrito de Guarapiranga, em 14 de agosto de 1718. — (*Códice* 7:2 v.º. — *Códice* 12:61 — *Dicionário de Bandeirantes*).

Dionísio de Almeida Lara — Capitão de uma Companhia do Têrço de Auxiliares de Pitangui, por provisão de 8 de agosto de 1714. Transportou-se para as minas de Cuiabá, onde encontrou propícia fortuna. Lá faleceu em estado de solteiro. — (*Códice* 9:141, S.G. — *Silva Leme*, III, pág. 544).

Domingos Alves de Carvalho — Provisão a 6 de março de 1715 no ofício de Escrivão das sesmarias de Pitangui. — (*Códice* 9:180, S.G.).

Domingos Dias da Silva — Pertencia a uma das principais famílias paulistas. Em 1701 povoou os Sítios do Sumidouro e Jequitibá, no Distrito do Rio das Velhas abaixo. Tomou parte na Guerra dos Emboabas. Assinou o termo de vereação de 1 de abril de 1709, em que o povo da Vila de São Paulo aclamou o Capitão Amador Bueno por cabo dos paulistas. Obteve a patente de Brigadeiro de toda a Cavalaria da Capitania de São Paulo, em setembro de 1710. Marchou de São Paulo em socorro do Rio de Janeiro, em 1711, no posto de Capitão-mor. Em 1714, assistia em Pitangui, onde obteve sesmaria. Foi abridor do caminho dos currais, isto é, do caminho de Pitangui aos currais da Bahia. Retirou-se para São Paulo, onde faleceu a 22 de março de 1718. — (*Dicionário de Bandeirantes* — *Códice* 7:42 v.º e 68 S.G. — *Códice* 8:14, S.G. — *Códice* 9:18, S.G. — *Idem*, 144 v.º e 177 v.º).

Domingos Maciel Aranha — Teve a provisão de escrivão das sesmarias de Pitangui em 20 de agosto de 1714. Serviu em 1743 de ajudante-de-piloto da demarcação da sesmaria da Vila. — *Códice* 9:142 v.º, S.G. — *Livro do Tombo* da Vila de Pitangui, 1805).

Domingos Pimenta — Mestre de Campo do Distrito de Pará e Pitangui, por patente de 19 de maio de 1719. — (*Códice* 12:77 v.º).

Domingos Rodrigues do Prado — Em 1705 minerava no Distrito de Sabará. Povoou sítio na Mata do Sumidouro, Comarca de Sabará, de onde saiu para o Distrito de Pitangui, provavelmente acompanhando seu sogro Bartolomeu Bueno da Silva. Devia estar nesta região, em 1709, uma vez que não se encontra seu nome como participante da Guerra dos Emboabas. Homem turbulento e genioso, era, no dizer do Conde de Assumar “por natureza matador insigne”. Foi um dos governadores do distrito, antes da criação da Vila.

Desde 1714, era Capitão-mor do Distrito de Pitangui. Foi provido, em 1718, no cargo de Provedor dos Quintos Reais. Fêz deixação do cargo nesse mesmo ano, e regressou a São Paulo. Voltou a Pitangui, no ano seguinte e promoveu desordens, de que resultaram o assassinato de Diogo da Costa Fonseca e do Juiz Ordinário Manuel de Figueiredo Mascarenhas. Quando o Ouvidor do Sabará, se dirigia para devassar tais mortes e tumultos, Domingos do Prado levantou cêrca de quatrocentos homens armados, "em sua maioria carijós e negros", e, entrincheirado à margem do Rio de São João, duas léguas distante da Vila, deu combate às fôrças que acompanhavam o Ouvidor-Geral. Derrotado, evadiu-se para local ignorado, sua cabeça estêve a prêmio. Sua casa foi arrasada e queimada, a 10 de fevereiro de 1720, e seqüestrada a sua roça de milho no Ribeirão de São João. Anos depois, apareceu entre os descobridores de ouro de Cuiabá, "com grande séquito e poder de armas." — (Livro da Câmara de Sabará, *Códice* 15 — *Códice* 11:23, 174, 181, 192 e 193. — *Dicionário de Bandeirantes*. — *Anais da Biblioteca Nacional*, LXV. — *História Geral das Bandeiras Paulistas*).

Estêvam Furquim Camargo. — Participou dos primeiros descobrimentos de ouro nas Minas Gerais. Tomou parte no levante de Pitangui, em 1719-1720. (*Dicionário de Bandeirantes*).

Félix Pimenta das Neves — Sargento-mor dos Auxiliares do Distrito de Pitangui e Pará, de que era Mestre de Campo Domingos Pimenta, por provisão de 19 de maio de 1719. — (*Códice* 12:17, S.G.).

Fernão ou Fernando Dias Falcão — Foi o primeiro juiz ordinário da Vila de Pitangui, da qual levantou o pelourinho em 1715. Sobre êle escreveu Pedro Taques: — "... foi mandado por D. Brás Baltasar da Silveira, Governador e Capitão-General de São Paulo, a criar a Vila de Pitangui, cujo arraial se fornecia de criminosos, turbulentos e régulos. Fernando Dias Falcão com o grande respeito e muita bondade que tinha, convenceu com máximas prudentes, pôs em sossêgo e quietação os sediciosos ânimos daqueles moradores. Levantou-se pelourinho e criou-se a Vila, da qual êle foi o primeiro Juiz Ordinário e de Órfãos e Provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes, que tudo executou com os seus costumes acertos."

Residiu poucos anos em Pitangui. Em 1718, passou-se para Mato Grosso, na chefia de uma bandeira, com 130 homens de guerra, sendo um dos descobridores de ouro de Cuiabá. Eleito Capitão-mor do recém-fundado Arraial de Cuiabá, foi confirmada pelo Governador D. Rodrigo César por patente de 27 de abril de 1724. — (*Apostamentos Históricos da Província de São Paulo*. — *Dicionário de Bandeirantes*. — *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo X).

Francisco Alves de Castilho — Descobriu ouro entre os Rios Jaguari e Boqueirão, no ano de 1710. Foi provisionado a 26 de novembro de 1714 no officio de escrivão das execuções de Pitangui. (*Dicionário dos Bandeirantes*. — *Códice* 9:155 v.º, S.G.).

Francisco de Faria Brandão — Capitão de uma Companhia de Auxiliares de Pitangui, por carta patente de 8 de agosto de 1714. — (*Códice* 9:141, S.G.).

Francisco Bueno de Camargo — Em 1700, situava-se no Ribeirão do Carmo, na barra do Guarapiranga. Era sógro de Joseph Rodrigues Betim. Residiu algum tempo em Pitangui, tendo prestado auxílio ao Brigadeiro João Lôbo de Macedo para sua entrada na Vila. Ausentou-se em 1719, provavelmente acompanhando os paulistas nos descobrimentos de Goiás, onde foi guarda-mor por provisão de 20 de fevereiro de 1731. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Códice* 11:49 e 54 v.º, S.G. — *Códice* 38, D.F.).

Francisco Jorge da Silva — Primeiro (?) guarda-mor do Distrito de Pitangui. Deve ter vindo para Pitangui no ano de 1712, como foragido, por haver tomado parte na assuada contra o Desembargador Sindicante, Antônio da Cunha Soutomaior. Designado por D. Brás Baltasar da Silveira, foi um dos governantes do Distrito de Pitangui, antes da fundação da Vila. Era primo de Garcia Rodrigues Pais. — (*Dicionário de Bandeirantes* — *Códice* 9:18 v.º, S.G.).

Francisco Pedroso de Almeida — Possuía sítio na Ponte Alta e nos Guardas. Foi um dos levantados de Pitangui, em 1719, do que resultou a confiscação, de seus bens em fevereiro de 1720. Fundou o Arraial de Araraquara, quando andava em busca de ouro. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Anais da Biblioteca Nacional*, LXV).

Francisco do Rêgo Barros — Natural de Pernambuco e cunhado de Valentim Pedroso de Barros. Sua espôsa chamava-se Arcângela Furquim da Luz. Foi dos levantados de Pitangui, em 1719-1720. Era vereador da Câmara de Pitangui, em 1720. Ocupou o pôsto de Sargento-mor. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Códice* 11:181, S.G.).

Garcia Rodrigues Pais Beting — Foi Procurador dos moradores de Pitangui nas Juntas realizadas a 1 e 3 de fevereiro de 1713, convocadas e presididas pelo Governador D. Brás Baltasar da Silveira. Em 1719, colocou-se ao lado dos paulistas contrários ao revoltoso Domingos Rodrigues do Prado. "Tinha um grande séquito de parte com armas." Convidado a participar da rebelião, res-

pondeu “os que vinham com o Ouvidor não eram seus inimigos, pois eram vassallos do mesmo príncipe.” — (*Código* 6:43, S.G. — *Código* 4:793, S.G.).

Gaspar Barreto — É considerado como desbravador da região pitanguiense. Em 1718 prestou ajuda para a entrada do Brigadeiro João Lôbo de Macedo na Vila. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Código* 11:54 v.º, S.G.).

Gaspar de Godói Moreira — Natural de Pernambuco. Assistiu durante muitos anos no Ribeirão do Carmo, onde obteve sesmaria em 26 de março de 1711. Dali, passou às minas de Pitangui e nelas tomou parte nos motins chefiados por Domingos Rodrigues do Prado. Refere o Conde de Assumar, em carta a Francisco Duarte de Meireles, que Godói evitara vários danos na Vila de Pitangui por ocasião das desordens promovidas por Domingos do Prado; entretanto, não confiava nêle e julgava devia ser vigiado. Passou-se para Mato Grosso, onde surge em 1723 entre os homens principais de Cuiabá. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Revista do APM*, II, 2, pág. 266. — *Código* 7:81 v.º, S.G. — *Código* 9, S.G. — *Código* 11:181 e 218, S.G. — *História Geral das Bandeiras Paulistas*).

Gaspar Gutierrez da Silveira — Filho de Carlos Pedroso da Silveira. É considerado desbravador da região pitanguiense. Foi partidário de Domingos Rodrigues do Prado. Obteve da Câmara de Pitangui o privilégio do corte da carne verde, em 1718. Teve patente de sargento-mor. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Anais da Biblioteca Nacional*, LXV. — *Código* 11:181, S.G. — *Código* 14:8, S.G.).

Gervásio de Campos Bicudo — Bastardo, não figura na genealogia paulistana.

Foi um dos desbravadores de Pitangui e descobridor de minas auríferas. Obteve sesmaria de 4 léguas em quadra na região pitanguiense. Em 1718 já não residia na Vila. — (*Código* 9:33 v.º, 34 v.º, 26 v.º e 164 v.º. — *Dicionário de Bandeirantes*).

Jerônimo Pedroso de Barros — Coronel da Cavalaria da Ordenança de Pitangui, por patente de 24 de agosto de 1714. Consta de sua carta patente: — “... e atendendo ao particular serviço que tem feito a Sua Majestade no govêrno do Distrito de Pitangui, de que o encarreguei, e igualmente na cobrança dos quintos reais do mesmo distrito, que estando duvidosa por alguns embaraços, o **escrivão** seria obrigado acusá-lo, fazendo carga ao **Tesoureiro** foi voluntariamente fazer e executou com tanta suavidade dos povos daquele distrito que não houve a mínima queixa e cobrados os quintos o conduziu a esta Vila a sua custa.”

Estabeleceu-se nas “minas” primeiramente no Distrito de Caeté. Foi motor, juntamente com seu cunhado Júlio César Moreira, das hostilidades entre paulistas e reinóis naquele distrito. Em consequência da Guerra dos Emboabas, recolheu-se a São Paulo.

Em 1712, participou da assuada ao Desembargador-Sindicante, Antônio da Cunha Soutomaior. Transferiu-se para o Distrito de Pitangui, fugindo à prisão.

Era Juiz Ordinário da Vila, em 1717. Encarregado da cobrança dos quintos, foi envolvido em tumultos chefiados por Domingos do Prado e Sulpício Pedroso Xavier. Seu irmão Valentim Pedroso, vindo em seu socorro, foi cruelmente assassinado. Retirou-se, então, para Mariana, onde segundo Pedro Taques “teve grandes estimações do Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, que as governava como governador Capitão-General que era da Cidade de São Paulo; porque, sendo acometido em seu próprio palácio de residência pelo corpo tumultuoso, que formou o partido do régulo Pascoal da Silva, se achou o dito Conde-General com Jerônimo Pedroso, além de outros paulistas de primeira nobreza de São Paulo para o defender”.

Obteve, em 1724, uma sesmaria no Distrito de Santa Bárbara, junto ao ribeirão que deságua acima do Sumidouro. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Silva Leme*, III, 460. — *Código* 9:143, S.G. — *Código* 22:186 v.º, S.G. — *Código* 4:493, S.G.).

João de Borba — Ajudante de uma Companhia de Auxiliares do Distrito de Pitangui, por patente de 8 de agosto de 1714. — (*Código* 9:141, S.G.).

João Leme da Silva — Foi morador em Pitangui até o ano de 1719 e se transferiu, com seu irmão Lourenço Leme, para os descobertos de Goiás. — (*Código* 38, D.F.).

João Lopes de Carvalho — Capitão de uma Companhia de Auxiliares do Distrito de Pitangui, com patente assinada aos 8 de agosto de 1714. — (*Código* 9:141, S.G.).

João Henrique de Alvarenga — Eleito procurador de barrete da Cidade de São Paulo e empossado a 19 de janeiro de 1713. Capitão de Auxiliares de Pitangui, por patente de 24 de fevereiro de 1718. Por ausência de Antônio do Prado Cunha, foi provisionado mestre de campo do Têrço de Auxiliares do Distrito de Pitangui, a 25 de maio de 1718, mas não requereu confirmação do posto “por sua pobreza”. Vereador da Câmara, em 1719. — (*Rev. do APM*, VII, 3 e 4. — *Código* 12:33 e 45 v.º, S.G. — *Atas da Câmara de São Paulo*, VIII).

João Moreira da Silva — Capitão de uma Companhia do Terço de Auxiliares do Distrito de Pitangui, por patente de 8 de agosto de 1714. — (*Códice* 9:141, S.G.).

João da Veiga Bueno — Era irmão de Amador Bueno da Veiga, o cabo-maior dos paulistas na Guerra dos Emboabas. Por patente de 8 de agosto de 1714 foi elevado ao posto de Capitão de uma Companhia dos Auxiliares do Distrito de Pitangui. Em 1739, a mandado de D. Luís Mascarenhas, comandou uma bandeira em Goiás. Atingiu o Rio Caiapó, onde descobriu ouro. Perdeu-se depois no sertão. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Códice* 9:141, S.G.).

Joseph Rodrigues Betim — Exerceu o ofício de guarda-mor no Distrito de Vila Real de Sabará. Nessa época, morava no sítio de Francisco Duarte de Meireles, no Rio das Velhas. Em 1711, obteve uma sesmaria no Distrito de Paraopeba, onde se fundou o Arraial da Capela Nova do Betim, hoje Cidade de Betim. Mudou-se para as minas de Pitangui. Foi elemento pacificador na Vila. Em 1718, auxiliou a entrada do Brigadeiro João Lôbo de Macedo na Vila. Em 1722, estava ausente da Vila. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Revista do APM*, X, 3 e 4, pág. 918. — *Idem*, III, 1, pág. 30. — *Códice* 11:54 v.º, S.G.).

Joseph de Campos Bicudo — Sôgro do Velho da Taipa e um dos desbravadores da região pitanguiense. Foi o fundador da Capela de Nossa Senhora da Penha, sita no Bairro do Batatal, cuja posse e administração trespassou a Antônio Rodrigues Velho e ao Capitão-mor Luís de Serqueira Brandão, por escritura pública, lavrada a 16 de junho de 1725. Retirara-se, então, para povoado, isto é, para Itu (São Paulo). Em 1714, dizia-se morador na Vila de Itu, quando requereu sesmaria no Distrito de Pitangui. Serviu o cargo de Juiz Ordinário na Vila de Pitangui, em 1720. Povoou fazendas e manteve grande mineração no distrito. Com seu genro, devassou os sertões do Rio de São Francisco. Tinha muitas posses e grande escravatura no Distrito de Pitangui. — (*Dona Joaquina do Pompéu*, pág. 123. — *Dicionário de Bandeirantes*. — *Silva Leme*, II, 183. — *Rev. do APM*, II, 2, pág. 634).

José de Campos Brander Bourg — Era filho de Domingos Jorge da Silva e Margarida de Campos Bicudo. Bartolomeu Bueno da Silva era seu cunhado. Residia em Pitangui em 1714. Obteve sesmaria de 4 léguas de terras em quadra no distrito. — (*Rev. do APM*, II, 2, pág. 634).

José Dias Maciel — Tabelião do Público e Notas da Vila, por provisão de 31 de outubro de 1718. — (*Códice* 12:69, S.G.).

José Ferraz de Araújo — Casou-se em 1704, em Paranaíba. Figura entre os desbravadores do Pitangui, onde teve o posto de Capitão de uma Companhia do Terço de Auxiliares. Auxiliou a entrada do Brigadeiro João Lôbo de Macedo na Vila. Mudou-se em 1720, e surgiu, no ano seguinte, entre os descobridores de ouro do Mato Grosso. (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Códice* 9:14, S.G. — *Códice* 11:49 e 54 v.º, S.G.).

José Moreira da Silva — Neto de Fernão Dias Pais. Teve o posto de Sargento-mor e, depois, de Coronel do Regimento de Ordenança de Guarapiranga. Tomou parte na Guerra dos Emboabas e foi um dos escolhidos para expor ao Governador D. Fernando Mascarenhas os vexames e agravos que vinham sofrendo os paulistas residentes nas "Minas Gerais". Foi provido a 8 de agosto de 1714 no posto de Capitão de uma Companhia de Auxiliares de Pitangui. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Códice* 9:141, S.G.).

José Pires Monteiro — Em 1701, estava estabelecido no Sabará, tendo arrematado datas de terras minerais. Em 1707, estava em São Paulo, onde foi eleito e serviu na Câmara. Na de Pitangui, em 1718, serviu o cargo de vereador. Ausentou-se em 1719. — (*Códice* 5:9 v.º, D.F. — *Códice* 38, D.F. — *Atas da Câmara de São Paulo*, VIII. — *Rev. do APM*, VII 3 e 4).

Joseph Vieira Antunes — Foi provisionado no ofício de contador do gado que entrava em Pitangui, aos 26 de novembro de 1714. Havia uma passagem no Paraopeba com o seu nome. Arrematara essa passagem por 1:345\$000, por três anos, a começar de 15 de junho de 1714. Dessa passagem abriu-se uma picada para Pitangui, a qual ficou denominada *picada de Joseph Vieira*. O Conde de Assumar mandou que dali se retirasse, em 1720, e que o seu sítio fosse vendido. (*Ocorrências em Pitangui*. — *Códice* 9:115 v.º, S.G.).

Júlio César Moreira — Almotacel da Vila de São Paulo, no ano de 1707. Com o seu cunhado Jerônimo Pedroso de Barros, foi o promotor das discórdias entre paulistas e reinóis no Distrito de Caeté, no ano de 1708. Depois da luta dos Emboabas e Paulistas, mudou-se para as minas de Pitangui, onde se encontrava ainda no ano de 1722. Colocou-se ao lado da justiça de El-Rei nos tumultos de 1719-1720. Estêve entre os principais da Vila. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Códice* 11:54 v.º, S.G. — *Códice* 38, D.F.).

Luís Alves Colaço — Sargento-mor da Ordenança de Pitangui. Deu auxílio para a entrada na Vila do Brigadeiro João Lôbo de

Macedo, em 1718. Era genro de Joseph Rodrigues Betim e deixou geração em Pitangui. Seu pai, Francisco Colaço, também residia em Pitangui. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Silva Leme*, Título Camargos, I, 388 — *Código* 11:54 v.º, S.G.).

Lourenço Franco do Prado — Juiz ordinário da Vila, juntamente com Fernando Dias Falcão, em 1715. Era vereador em 1718 e prestou ajuda para a entrada do Brigadeiro João Lôbo de Macedo na Vila. Ausentou-se em 1719. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Código* 11:54 v.º — *Código* 38, D.F.).

Luís Pedroso Furquim — Desde 1672 fez várias entradas no sertão das "Minas do Ouro". É considerado um dos desbravadores do Distrito de Pitangui. Foi na Vila um dos cabeças do motim de 1719-1720.

Era irmão do Capitão Antônio Furquim da Luz. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Silva Leme*, VI, 250. — *Código* 14:69, S.G.).

Manuel Dias da Silva — Filho de Domingos Dias da Silva. Teve patente de Coronel de um Regimento de Ordenança de São Paulo, a 10 de setembro de 1710.

Indicado pelo povo de Pitangui para Capitão-mor da Vila, em 1718, na vaga de Domingos Rodrigues do Prado, mereceu, por isso, severa advertência do Conde de Assumar. Ausentou-se de Pitangui em 1720. Em 1723 era um dos principais no Arraial de Cuiabá. Foi grande sertanista. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *História Geral das Bandeiras Paulistas*. — *Código* 11:47 v.º e 144, S.G. — *Código* 17, D.F.).

Manuel Fernandes Diniz — Sargento-mor da Ordenança do Distrito de Pitangui, por patente de 5 de junho de 1717. — (*Código* 9:251, S.G.).

Manuel de Figueiredo Mascarenhas — Foi assassinado em Pitangui, no fim do ano de 1719. Era, então, juiz ordinário da Vila e um dos homens principais dela. Lamentando sua morte, o Conde de Assumar disse ao Ouvidor-Geral da Comarca de Sabará ele era "um dos homens honrados e quietos e mais bem nascidos da Bahia". Deixou quatro filhas donzelas. Era seu filho o Padre André de Figueiredo Mascarenhas. (*Código* 11:174, S.G.).

Manuel Jorge Azere — Era reinol. Passou às "Minas do Ouro" durante o governo de Antônio de Albuquerque, sendo então provido em Furriel do Terço Pago que se formou em socorro do Rio de Janeiro. Encontram-se notícias suas em Pitangui no ano de 1718. Em 1726 foi patenteado no posto de Sargento-mor do

Terço de Auxiliares da Vila de Pitangui, onde ocupara os empregos de vereador e almotacel com grande zelo e eficiência e fidelidade de bom vassalo, o que já havia mostrado no levantamento dos paulistas, dando alojamento e assistindo com mantimento à gente que foi de socorro à dita Vila. Ocupou mais tarde o alto posto de Capitão-mor da Vila. Serviu o cargo de Juiz Ordinário em 1737. — (*Código* 28:35, S.G. — *Código* 56:174, S.G.).

Manuel de Sousa Coutinho — Escrivão da Câmara e Almotacaria da Vila, por provisão de 20 de março de 1715. — (*Código* 9:181, S.G.).

Manuel Prêlo Rodrigues — Vem citado entre os descobridores de Pitangui. Prestou auxílio para a entrada do Brigadeiro João Lôbo de Macedo na Vila.

Casado com D. Francisca Siqueira de Moraes, deixou geração em Pitangui. Era seu neto o Juiz de Fora José Gregório de Moraes Navarro. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Silva Leme*, VIII, 280 — *Código* 11:54 v.º, S.G.).

Maximiano de Góis — Residia em Pitangui no ano de 1714. Deu notícias ao Governador D. Brás Baltasar da Silveira dos descobrimentos que se principiavam no distrito. — (*Código* 9:19, S.G.).

Miguel de Faria Sodré — Casou-se, em 1708, com Verônica Dias Leite Ferraz. Veio estabelecer-se em Pitangui depois de reveladas as minas, deixando geração. Eram seus filhos: Antônio de Faria Sodré, Miguel de Faria Fialho, José Ferraz de Araújo, Francisco Leite de Faria e Antônio Ferraz de Araújo.

Prestou auxílio ao Brigadeiro João Lôbo de Macedo para entrar na Vila. Foi guarda-mor em Pitangui e dono de muitas minerações. Possuía numerosa escravidão ocupada no mister de minerar. "Foi notável este Miguel de Faria Sodré pelas suas virtudes, pela educação que deu a seus filhos e pelo grande cabedal que obteve na mineração do ouro" — informa Silva Leme. — (*Código* 11:49 e 54 v.º — *Silva Leme*, I, 499).

Pedro de Moraes da Cunha — Enumera-se entre os descobridores de Pitangui. Morava no Ribeirão de São João Acima, onde tinha casas cobertas de telhas e roças. Rebelou-se em 1719, sob a chefia de Domingos Rodrigues do Prado. Todos os seus bens foram confiscados em 10 de fevereiro de 1720. Era genro de Amador Bueno da Veiga. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Anais da Biblioteca Nacional*, LXV. — *Código* 11:181, S.G.).

Simão Bueno da Silva — Era irmão de Bartolomeu Bueno da Silva. Em 1712, encontrava-se nas "Minas Gerais", provável-

mente estabelecido em Pitangui. Acompanhou seu irmão ao descobrimento das minas de Goiás em 1722. — (*Dicionário de Bandeirantes*).

Sulpício Pedroso Xavier — Transferiu-se para Pitangui depois do ano de 1712. Tinha roças de milho e mineração no Ribeirão da Onça. Foi, como Domingos Rodrigues do Prado, contumaz amotinador na Vila de Pitangui, durante o governo do Conde de Assumar, que o responsabilizou pela morte do juiz ordinário Manuel de Figueiredo Mascarenhas. Por provisão de 15-V-1719, foi provido no ofício de Procurador da Coroa do descobrimento e seu distrito de que tivera notícia em uma entrada que fizera no sertão. Depois dos sucessos de 1719-1720, andou foragido. Em 1722 estava de novo na Vila; entretanto, em 1723 ainda não havia conseguido o perdão de suas culpas, pois o tentara negociar com o Capitão-General da Capitania de São Paulo em troca de descobrimentos de ouro que prometia realizar no sertão. — (*História Geral das Bandeiras Paulistas*. — *Anais da Biblioteca Nacional*, LXV. — *Códice* 11:174, C.G. — *Códice* 12:77, S.G.).

Valentim Pedroso de Barros — Estabeleceu-se em Pitangui depois do ano de 1712. Possuía em 1708 um sítio na Itatiaia. Era inimigo ferrenho dos emboabas. Em 1709 estava em Paranaíba e em 1712 foi um dos cabeças da assuada ao Desembargador Sincante, Antônio da Cunha Soutomaior. Foi assassinado em Pitangui no ano de 1717, quando acudia a seu irmão Jerônimo Pedroso, juiz ordinário da Vila, ameaçado de morte por amotinadores contrários ao pagamento dos quintos reais. — (*Dicionário de Bandeirantes*. — *Códice* 4:493, S.G.).

Tomás Gago Raposo — Capitão de uma Companhia do Têrço de Auxiliares do Distrito de Pitangui, por patente de 8 de agosto de 1714. — (*Códice* 9:141, S.G.).

Acreditamos haja lacunas nesse arrolamento de nomes dos povoadores de Pitangui. Há muitos que não tiveram os seus nomes perpetuados em documentos: ficam ignorados. Há outros, entre os referidos, que habitaram temporariamente em Pitangui. Tinham raízes estabelecidas em São Paulo ou, não se fixavam porque eram assinalados pelo espírito de aventura.

A verdade é que poucos dos pioneiros se estabeleceram definitivamente em Pitangui, deixando geração.

Variou desordenadamente a população nos primeiros tempos. Cresceu e decresceu segundo o embate da fortuna e o clímax das turbulências geradas pela fome do ouro.

Correu a notícia em 1715 que os paulistas haviam, todos, abandonado as minas de Pitangui. Isto chegara ao conhecimento do Vice-Rei através de carta do Governador D. Brás Baltasar da Silveira, datada de 30 de dezembro de 1715, e mereceu dêle exprobação justa:

— "... quanto haverem saído todos os paulistas para fora de Pitangui e estar aquêle distrito ocupado de forasteiros não deixar de dizer... a Vossa Excelência que esse é um dos grandes danos e quase tirano que sejam expulsos uns homens dos lugares que nêles descobriram e cultivaram..." (12)

Repetiu-se em 1718 o êxodo dos moradores. O Conde de Assumar, em carta de 14 de julho de 1718, dizia ao Rei que enviara duas pessoas a Pitangui para sindicarem a morte de Valentim Pedroso de Barros, a qual foi motivada por questões particulares e que fôra informado do estado de miséria do povo e que os moradores abandonavam a Vila por causa da cobrança dos quintos. (13)

Mandara, por isso mesmo, lançar bando concedendo indulto geral.

Fato incontestável é que, até então, a maioria dos moradores era constituída de paulistas.

Viviam pobremente. Mais de uma vez referiu-se o Conde de Assumar as suas habitações singelas e paupérrimas. "São como choupanas de pastores cobertas de feno que não têm valor nenhum", dizia ao Vice-Rei em carta de 16 de junho de 1719. (14)

Asseverara o mesmo Governador, em carta de 9 de fevereiro de 1719, dirigida a Sua Majestade, que ia mandando diversos reinóis estabelecerem-se em Pitangui para que ficasse "de todo segura aquela Vila que tinha sido "um flagelo com as contínuas revoluções." (15)

No indulto concedido aos moradores de Pitangui, fêz promessa sedutora, com o objetivo de atrair gente àquelas minas quase desertas e abandonadas:

— "... e com aquêles que entrarem de novo na dita Vila e seu distrito com dez negros ou carijós para

(12) DOCUMENTOS HISTÓRICOS, LXX, página 299-230.

(13) A.P.M. — Seção colonial, Livros da Secretaria do Governo — *Códice* 4:550.

(14) Idem, ibidem — *Códice* 11:141.

(15) Idem, ibidem — *Códice* 4:758.

cima, por êstes dois anos subseqüentes, sômente pagarão a metade dos quintos que lhe pertencerem conforme o lançamento geral que se fizer.” (16)

Esse perdão foi datado de Vila Rica, 30 de maio de 1718.

Não surtiu os efeitos desejados, quanto ao aumento da população. É o que comprova o livro de lançamento de escravos dos moradores da Vila de Pitangui, nos anos de 1718 e 1724. (17)

Figuram poucos moradores com número de escravos acima de dez. Isso demonstra, também, que não eram abastados. É verdade que um dos moradores, o Capitão-mor João Veloso de Carvalho (*), seria tido em 1737 como o homem mais rico de bens da Capitania, embora vivesse “acanhado no Pitangui”.

Percebeu o Governador D. Brás Baltasar da Silveira que sômente a indústria extrativa do ouro não era fator de fixação do homem à terra. Ordenou, por isso mesmo, os moradores tirassem carta de sesmaria das terras *povoadas ou incultas*, “pois com êste título ficarão possuindo legitimamente as terras das quais não poderão ser expulsos em nenhum tempo, satisfeitas as condições compostas das mesmas cartas.”

Datam do ano de 1715 as primeiras cartas de sesmarias concedidas aos moradores do distrito.

Para se chegar ao conhecimento de como essa imensa mesopotâmia foi conquistada e povoada, finalizaremos com o extrato das cartas de sesmarias, dadas no período de 1715 a 1800 e registradas nos códices do Arquivo Público Mineiro:

(16) Fêu de Carvalho — *Ocorrências em Pitangui*, página 39.

(17) A.P.M. — *Seção colonial, Livros da Delegacia Fiscal — Códice 38.*

* Aparece em 1720 com 24 escravos. Era português de nascimento, de Vila Nova de Famelicão.

Foi casado com Margarida de Campos, filha de Antônio Rodrigues Velho — o Velho Taipa. Deixou numerosa geração em Pitangui, onde exerceu o posto de Capitão-mor desde o ano de 1728 ao de 1744. Por motivos de doença, “fêz deixação” do cargo. Possuía fazendas e lavras no Distrito de Pitangui.

A tradição local ingenuamente noticia que o Velho da Taipa teria aplicado nesse genro a *sentença de Salomão*, pelo fato de surgir inopinadamente em Pitangui a sua suposta esposa reinol e reclamar os seus legítimos direitos. Lorotas!

LIVRO DE ARROLAMENTO DE ESCRAVOS DE PIEDADE DO PITANGUI

LISTA DOS ESCRAVOS DOS MORADORES DESTA VILA DE NOSSA SENHORA
DA PIEDADE DE PITANGUI ÊSTE ANO DE.....

NOMES	1718	1719	1720	1722	1723	1724
A						
Cap. Antônio Furquim da Luz	22(morto)					
Antônio Leme do Prado	5	6	6	5	5	2
Antônio Rodrigues de Oliveira	6	2(morto)				
Antônio de Almeida Lara	2	2	2	2	2	2
Cap. Antônio Ribeiro da Silva	6	6	6	10	8	8
Antônio Rodrigues Velho	24	24	34	40	41	40
Antônio Roiz Pais	—	3	3	3	3	2
Antônio Fernandes	—	3	—	—	—	—
Antônio Roiz Casado	—	—	6	6	6	6
Antônio Furquim Ponipeo	—	—	3	3	5	15
André Nunes Pereira	—	—	—	3	3	4
Alberto Duarte	—	—	—	13(ausente)		
Antônio Ferreira Farto	—	—	—	3(ausente)		
Amaro da Costa	—	—	—	1	1	1
Antônio Rodrigues Silva	—	—	—	10(ausente)		
Antônio Guerra da Silva	—	—	—	1	—	—
Antônio Duarte	—	—	—	—	5	4
André Ferreira de Avelar	—	—	—	—	15	12
Antônio Rodrigues Menes	—	—	—	—	1	8
Antônio da Costa Lisboa	—	—	—	—	1(ausente)	
Antônio Rodrigues Nogueira	—	—	—	—	2	2
Antônio de Abreu	—	—	—	—	2(ausente)	
Antônio da Cunha de Azevedo	—	—	—	—	1	—
Antônio de Castro	—	—	—	—	2	2
Antônio Fernandes	—	—	—	—	3	—
André Pereira	—	—	—	—	3	3
Antônio Ferreira da Silva	—	—	—	—	—	3
Antônio Soares	—	—	—	—	—	2
Agostinho de Siqueira	—	—	—	—	—	1
B						
Bento Vieira Barros	9	10	9	15(ausente)		
Bernardo de Campos	8	9	8	9	9	8
Bartolomeu Bueno Calhamares	9	10	—	—	—	—
Bento de Sousa	—	2	—	—	3(ausente)	
Bento Pais da Silva	—	—	—	—	4(morto)	
C						
Cristóvam Rodrigues	2	5	5	5	—	—
Cosme Gonçalves	—	—	—	—	1	1
Caetano Cabral	—	—	—	—	1	1
Caetano de Sousa	—	—	—	—	2	2
Castódio de Azevedo Leitão	—	—	—	—	5	5

NOMES	1718	1719	1720	1722	1723	1724
D						
Diego da Costa Fonseca	10	20(morto)				
Domingos Vicente Garica	12	13	—	13	12	13
Domingos Pereira Guimarães	—	3	2	3	3	3
Domingos Rodrigues da Silva	—	—	—	3	—	—
Domingos Roiz Raposo	—	—	—	6	—	—
Domingos Gomes de Castro	—	—	—	—	5	5
Domingos da Costa Braga	—	—	—	—	5	5
Domingos Franco	—	—	—	—	2	—
E						
Eleutério Barreto	9	10	9	16	16	9
Eugênio Ribeiro	—	—	2	2	2	2
Estêvam Furquim Velho	—	—	3	3	3	—
Estêvam de Barros Pacheco, Pe.	—	—	3	20	20	19
Estêvam Furquim Pedroso	—	—	—	5(ausente)		
F						
Cap. Francisco Bueno Camargo	8	8(ausente)				
Francisco Peres Cardoso	2	2	2	2	1	1
Francisco Pedroso Xavier	—	18	18	18(ausente)		
Francisco Tavares de Sousa	5	6	6	6	6	5
Fernando Ortiz de Camargo	—	4	4	4	4	4
Ten. Francisco Bueno	—	—	4	7	—	—
Pe. Felipe de Campos	—	—	1	6	6	6
Francisca Pedroso	—	—	—	2	2	2
Sarg.-mor Francisco Nogueira	—	—	—	21	21	17
Francisca de Oliveira	—	—	—	1	—	1
Francisco Pimentel Velho	—	—	—	3	2	3
Francisco do Rêgo	—	—	—	15(ausente)		
Francisco da Costa Neto	—	—	—	2(ausente)		
Cap.-mor Fernando Dias Pais	—	—	—	19(ausente)		
Francisco de Sousa Pontes	—	—	—	—	—	7
G						
Gaspar Vaz do Prado	3	4(ausente)				
Gaspar Barreto Leme	—	3	3	9	3	—
Gervásio de Campos	—	5	6	6	5	6
Garcia Roiz Bueno	—	—	2	2	2	2
Cap. Gaspar Pacheco Freire	—	—	—	9	11	10
Gaspar Teixeira de Magalhães	—	—	—	3	3	3
Gonçalo Ribeiro Nilo	—	—	—	—	1	1
I						
Inácio Vieira	—	—	—	2	—	—
J						
Joseph Ferraz de Araújo	14	13	14(ausente)			
Cap. Joseph Roiz Betim	6	7	6	—	—	—
João Paulo de Barros	2	—	—	2	2	—
João de Almeida Siqueira	—	—	—	—	3(ausente)	
Júlio César Moreira	5	5	5	6	—	—

NOMES	1718	1719	1720	1722	1723	1724
João Martins Garcia	—	2(ausente)				
João Henrique de Alvarenga	5	5	5	5	4	4
João Leme da Silva	4	4(ausente)				
Joseph Pires Monteiro	4	4(ausente)				
Joseph de Campos Bicudo	8	31	31	40	40	27
Brig. João Lôbo de Macedo	20(falido)					
Jerônimo de Abreu	—	5	—	5	5	—
João Gonçalves de Siqueira	—	2	—	2	1	—
João Pais	—	3	—	4(ausente)		
João Veloso de Carvalho	—	—	24	24	24	24
João de Veras	—	—	1	1	1	1
João Rabelo de Macedo	—	—	5	5(ausente)		
João Pedroso de Moraes	—	—	1	—	—	—
Frei Jerônimo Roiz	—	—	5	17	17	13
Pe. Joseph Pompeu	—	—	1	—	—	—
João de Matos	—	—	—	1	—	—
Joseph Dias Maciel	—	—	—	1	1	1
Joseph Fernandes	—	—	—	4(morto)		
Joseph da Silva Magalhães	—	—	—	15	—	—
Joseph de Tanas	—	—	—	8	—	—
João de Sousa Melo	—	—	—	3	3	3
Joseph Rodrigues Santiago	—	—	—	3	3	3
João de Caryalhais	—	—	—	2	—	—
João Pais	—	—	—	4(ausente)		
Joseph Pires de Carvalho	—	—	—	3	3	5
Pe. João de Sá	—	—	—	—	—	17
Joseph de Brito Leme	—	—	—	—	2	2
João Teixeira Ribeiro	—	—	—	—	3	2
Joseph do Couto Ferreira	—	—	—	—	5	5
Joseph da Fonseca Mascarenhas	—	—	—	—	4	—
Joseph de Faria	—	—	—	—	8	8
Dr. Joseph Batista Vieira	—	—	—	—	5	—
João de Sousa Pontes	—	—	—	—	6	4
João de Seixas Borges	—	—	—	—	4	4
Joseph Carvalho de Andrade	—	—	—	—	10	7
Joseph de Sousa Benevides	—	—	—	—	6	6
Joseph da Fonseca	—	—	—	—	—	2
João Pereira da Cruz	—	—	—	—	—	2
João Pinheiro	—	—	—	—	—	4
João Batista Pereira	—	—	—	—	—	1
L						
Luís Teixeira de Figueiredo	2	5	3	5	2	7
Sarg.-mor Luís Alves Colaço	4	4	4	4	4	4
Lourenço Cordeiro	2	3	2	2	3	3
Lourenço Franco	—	3(ausente)				
Luís Pedroso	—	4	—	—	—	—
Lôbo Bernardo Rabelo	—	—	—	—	10(ausente)	
Leandro Fernandes Aranha	—	—	—	—	2(ausente)	
Luís Pereira da Costa	—	—	—	—	2	2

NOMES	1718	1719	1720	1722	1723	1724
M						
Miguel Garcia Sardinha	—	—	—	2	2	2
Miguel de Faria Sodrê	7	8	7	16	15	12
Manuel Prêto Rodrigues	2	2	2	2	2	2
Manuel Cabral Teixeira	13	14	14	30	34	32
Manuel da Fonseca Osório	4	—	—	2	4(ausente)	—
Manuel Jorge Azere	—	6	12	12	14	16
Manuel de Aires	—	3	2	2	3	3
Manuel Teixeira	—	4	—	—	—	—
Miguel Rodrigues Garcia	—	—	9	8	—	—
Manuel Lopes Castelo Branco	—	—	42	40	—	—
Manuel Dias da Silva	—	—	2	—	—	—
Maria Furquim	—	—	4	4(ausente)	—	—
Pe. Manuel Serrão de Oliveira	—	—	3	7	9	7
Alfs. Manuel Duarte do Vale	—	—	—	5	—	—
Manuel da Mota Botelho	—	—	—	16	16	16
Miguel do Esp. Santo (prêto fôrro)	—	—	—	4	4	5
Manuel Teixeira Botelho	—	—	—	9	8	7
Manuel Teixeira Chaves	—	—	—	4(ausente)	—	—
Mário Velho Cabral	—	—	—	5(ausente)	—	—
Miguel Coelho	—	—	—	2	2	2
Manuel da Costa Lins	—	—	—	3	2	3
Miguel de Araújo Velho t.	—	—	—	16	17	16
Miguel de Sousa Pereira	—	—	—	2(ausente)	—	—
Manuel de Freitas Corrêa	—	—	—	6(ausente)	—	—
Miguel Roiz Garcia	—	—	—	8	5	8
Miguel de Sousa da Silva	—	—	—	2	1	2
Mateus da Costa	—	—	—	3(ausente)	—	—
Maria Furquim	—	—	—	3(ausente)	—	—
Mariana Bueno	—	—	—	8	4	4
Manuel Carvalho	—	—	—	3	2	2
Manuel Pinto de Melo (Cap.)	—	—	—	18	18	17
Mecia Vaz Pedroso	—	—	—	8(ausente)	—	—
Manuel Gonçalves de Campos	—	—	—	3(ausente)	—	—
Marcos da Silva Morriz	—	—	—	3	2	—
Micael da Cruz	—	—	—	4(ausente)	—	—
Manuel da Silva Figueiredo	—	—	—	44(ausente)	—	—
Manuel Ferreira Tôrres	—	—	—	1	—	—
Manuel da Costa Vasco	—	—	—	1(falido)	—	—
Manuel Francisco Teles	—	—	—	8(morto)	—	—
Miguel Tavares	—	—	—	1	—	—
Manuel de Almeida	—	—	—	5(ausente)	—	—
Manuel Alves do Lago	—	—	—	—	4	—
Maria Velho Cabral	—	—	—	—	8	—
Miguel de Matos	—	—	—	—	2	—

N						
Nicolau Martins	6	6	6	5	6	6
Nicolau de Sousa Deça	—	4	4	5	5	4

NOMES	1718	1719	1720	1722	1723	1724
P						
Pascoal Gil Siqueira	1	—	—	—	—	—
Plácido de Moraes	—	2	—	—	—	—
Pedro de Góis da Veiga	—	4	6	7	7	—
Pascoal Fernandes	—	—	2	2	2	2
Cap.-Mor Pedro da Rocha Gandavo	—	—	30	38	36	—
Pedro de Sousa	—	—	—	2	—	1
Pedro Veloso (prêto fôrro)	—	—	—	4	4	4
Pascoal da Costa	—	—	—	—	1	—
Pascoal da Silva	—	—	—	—	—	3
R						
Roque de Faria	—	—	—	—	1	1
S						
Silvan Cardoso	4	4	4	4	4	4
Salvador Estêves Leme	5	7	7	6	6	6(ausente)
Sebastião Machado Lima	8	8	—	—	—	—
Simão Bueno da Silva	6	6(ausente)	—	—	—	—
Sulpício Pedroso Xavier	8	8	4	—	—	—
Silvestre Fernandes	—	5	7	—	—	—
Sebastião Barbosa Pereira	—	—	10	9	10	10
Sebastião Carlos Leitão (Cel.)	—	—	—	21	22	20
Sebastião de França Tavares	—	—	—	3	3	—
Silvestre Gonçalves	—	—	—	5	—	—
Sebastiana Rondonia	—	—	—	3	3	3
Sebastião de França Camargo	—	—	—	—	—	3
T						
Tomé Luis Cardoso	—	—	2	2	2	2
Tomás da Costa Homem	—	—	2	2	2	2
Tomás Moreira Ribeiro	—	—	—	5	8	6
Tomás Gonçalves	—	—	—	1	—	—
Teodósio de Moraes	—	—	—	—	4	6
U						
Urbano de Castro	—	—	—	—	3	2
L O J A S						
Antônio Guerra da Silva	—	—	—	1	—	—
Amaro da Silva Barreto	—	—	—	—	1	—
Antônio Ferreira da Silva	—	—	—	—	1	—
Antônio Soares	—	—	—	—	1	—
Antônio Teixeira Palha	—	—	—	—	—	1
Antônio de Abreu	—	—	—	—	—	1

NOMES	1718	1719	1720	1722	1723	1724
Antônio Rodrigues Nogueira	—	—	—	—	—	1
Caetano Cabral	—	—	—	—	1	1
Caetano de Sousa	—	—	—	—	1	1
Diogo da Costa Fonseca	1	1(falido)	—	—	—	—
Domingos Pereira	—	—	—	—	1	—
Domingos Ferreira	—	—	—	—	1	—
Esperança Tavares (fora)	—	—	—	—	1	—
João de Siqueira	—	—	1	—	—	—
Joseph dos Santos	—	—	—	1	—	—
João Roiz Pinto	—	—	—	1	1	—
João Barbosa	—	—	—	—	—	—
Luis Pereira da Costa	—	—	—	1	1	—
Manuel Jorge Azere	1	1	1	—	—	—
Miguel de Faria	—	1	1	1	1	1
Manuel Diniz Barbosa	—	—	—	1	1	1
Manuel da Costa Abreu	—	—	—	1	1	—
Manuel de Sousa Ribeiro	—	—	—	1	1	1
Manuel Ferreira (fôrro)	—	—	—	1	1	1
Miguel do Espírito Santo	—	—	—	1	1	—
Miguel de Sousa da Silva	—	—	—	1	1	—
Alfs. Manuel Duarte	—	—	—	—	—	1(falido)
Manuel Nunes de Almeida	—	—	—	—	—	1
Maria Marques	—	—	—	—	—	1
Pedro Góis da Veiga	1	1	1	1	1	—
Sebastião Machado Lima	1	1	1	—	—	—
Salvador Estêves	—	—	1	1	1	1
Tomás Luis Cardoso	—	—	—	—	—	1

CARTAS DE SESMARIAS

1 — *Gervásio de Campos* — “... Hei por bem de fazer mercê ao suplicante em nome de Sua Majestade de quatro léguas de terra em quadra de sesmaria, que principiarão na Lagoa dos Patos, onde acaba a sesmaria de Joseph de Campos Bicudo da outra banda, e vai correndo até dar no Rio do Pará verdadeiro, dali correndo rio acima do mesmo Pará até se inteirar beira rio de quatro léguas de terra, compreendendo nelas a parte do campo que fica da mesma banda... 1715” (Códice 9:164, S.G.).

2 — *Joseph de Campos Bicudo*: — “... Hei por bem de fazer mercê ao suplicante, em nome de Sua Majestade, de quatro léguas de terra em quadra de sesmaria, que principiarão na Lagoa dos Patos junto do Rio Pará verdadeiro até chegar ao Rio de Indaiá, a qual fica rio acima da outra banda do Rio de Pitangui, fazendo frente com a sesmaria que pediu Antônio Rodrigues Velho, compreendendo também a parte de campo que fica da mesma banda do rio até se inteirar das ditas quatro léguas em quadra...” 12 de janeiro de 1715 (Códice 9:165, S.G.).

3 — *Joseph de Campos Bander Borth*: — “... Hei por bem de fazer mercê ao suplicante, em nome de Sua Majestade, de quatro léguas de terra em quadra, as quais principiarão no Rio do Peixe onde chamam a Lagoa Verde, e vai correndo rio abaixo da mesma parte que pediu Antônio Rodrigues Velho, que faz barra no mesmo Pitangui, compreendendo (se tanto abranger a dita distância das quatro léguas) a parte do campo que fica da mesma banda do rio...” 12 de janeiro de 1715 (Códice 9:166, S.G.).

4 — *Antônio Rodrigues Velho* (12 de janeiro de 1715): — “... Hei por bem de fazer mercê ao suplicante, em nome de Sua Majestade, de três léguas de terra em quadra, que principiarão a correr donde chamam a Lagoa Grande indo sempre pelo rio abaixo (Pitangui), por uma parte até onde acaba o Rio do Peixe, se até aquela parte chegar a dita sesmaria das três léguas...” (Códice 9:166, S.G.).

5 — *Domingos Dias da Silva* (26 de março de 1716): — “... três léguas de terra em quadra na referida parte que começam no Curral do Ribeirão que deságua no Paraopeba, e légua e meia

para baixo, correndo para a parte do Rio de Pitangui pelo Curral do Ribeirão do Peixe abaixo até fazer barra no dito Rio de Pitangui...” (Códice 9:194, S.G.).

6 — *Diogo da Costa Fonseca* (Dada em Vila do Carmo, 9 de novembro de 1718): — “... morador na Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, representando-me que êle possuía um Sítio, há oito anos, chamado os Guardas, no distrito da dita Vila, cinco léguas distante dela para a parte de cima, o qual sítio tinha hoje povoado com gado vacum e as mais criações costumadas, e porque do referido Sítio à passagem real do Paraopeba há mais de seis léguas de terras que se acham devolutas e não têm outro préstimo que para criar gados, e êle queria povoar outro sítio sucessivo ao que tem povoado, portanto me pedia fôsse servido mandar-lhe passar carta de sesmaria de quatro léguas de terras, entrando nelas o sítio que já tem com gado, principiando meia légua atrás dêle para a parte da Vila e correndo pela estrada adiante para a parte da passagem do Paraopeba ao Ribeiro das Lajes, até se inteirarem as ditas quatro léguas em quadra, fazendo pião na estrada...” (Códice 12:11, S.G.).

7 — *Nicolau de Sousa Deça* (Dada em Vila do Carmo, 30 de janeiro de 1719): — “... O Mestre de Campo Nicolau de Sousa Deça, assistente na Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, representando-me que, indo em setembro do ano passado para a dita Vila pusera cruz em sinal de posse, como se costuma, em um Capão chamado da Aparição para nela fabricar roça e o mais que lhe fôsse necessário; e porque queria haver por sesmaria o dito Capão, porque se não introduzisse nêle outra pessoa, me pedia... uma légua de terras em quadra na dita paragem, fazendo pião no dito Capão, correndo meia légua para o Sítio chamado os Guardas, e outra meia para o Ribeiro das Lajes...” (Códice 12:13, S.G.).

8 — *Padre André de Figueiredo Mascarenhas* (Dada a 18 de julho de 1719 — “... o Padre André de Figueiredo Mascarenhas, clérigo do hábito de S. Pedro e morador no Distrito da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, representando-me que êle pretendia criar alguns gados no dito distrito para sustentação e aumento daquele povo, e porque para o fazer necessitava de duas léguas de terras e estas se achavam devolutas, principiando onde acabam as terras do Engenho do Coronel Manuel Dias da Silva, correndo pela estrada que vai para a Tapera que chamam a Jaguará, partido sôbre a mão direita com o sítio que no Ribeirão da Onça tem o Capitão Lourenço da Veiga, e com as terras do Sítio dos Guardas, e sôbre a mão esquerda compreendem os matos e pastos que vão até o Rio de Paraopeba...” (Códice 12:16 v.º, S.G.).

9 — *Manuel de Figueiredo Mascarenhas* (Dada a 18 de julho de 1719): — “... Manuel de Figueiredo Mascarenhas, morador no

distrito da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, representando-me que êle pretendia meter alguns gados de criar na dita paragem para aumento e subsistência daqueles povos, para o que necessitava de duas léguas de terras, e porque estas se achavam devolutas principiando no Ribeiro das Lajes um quarto de légua acima da picada que do dito ribeiro para a Vila deixou o Capitão Joseph Vieira Antunes, acompanhando sempre o dito quarto de légua a referida picada até onde se terminarem as duas léguas, com os pastos e matos que correm até o Rio de Paraopeba...” (Códice 12:17, S.G.).

10 — *Joseph de Seixas Borges* (Dada a 19 de julho de 1719): — “... Joseph de Seixas Borges, morador na Comarca de Vila Real, representando-me que êle pretendia meter alguns gados de criar no distrito da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui para aumento e sustentação destas minas, para o que necessitava de duas léguas de terras, as quais... principiando onde acaba a sesmaria de Manuel de Figueiredo Mascarenhas, que começa no Ribeiro das Lajes correndo sôbre mão esquerda um quarto de légua por fora da picada que para a dita Vila deixou o Capitão Joseph Vieira Antunes até onde se termina a sesmaria que pela mesma picada acima tirou o Padre André de Figueiredo Mascarenhas e sôbre a mão direita todos os matos e campos que se compreendem entre o meio de uma e outra sesmaria até o Rio Paraopeba...” (Códice 12:17, S.G.).

11 — *Manuel Lopes de Castelo Branco* (Dada a 26 de agosto de 1720): — “... tinha feito três roças sôbre o Rio Pará, da parte da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, onde tinha suas criações de gado... de três léguas de testada a rumo direito pelo Rio do Pará acima, principiando do sítio de João Veloso de Carvalho até onde chegarem a légua e meia de sertão...” (Códice 12:26, S.G.).

12 — *Eleutério Barreto* (Dada a 26 de agosto de 1720): — “... que êle se achava desacomodado, sem ter terras em que lavar e acomodar a sua família, e porque nas ditas minas de Pitangui se achavam muitas terras devolutas e que ainda não tinham sido dadas, e êle se queria acomodar pelo Rio Pará acima, donde acabam as terras de João Veloso.” (Códice 12:23, S.G.).

13 — *Tomás do Lago Medeiros* (Dada a 11 de junho de 1720): — “... o qual (Sítio da Cruz) povoava e descobrira em matos devolutos, junto do Rio Paraopeba, da parte de Pitangui, correndo rio acima desde o Riacho dos Calhaus, o qual tinha povoado com gado, cavalos e negros...” (Códice 12:22 v.º, S.G.).

14 — *João Jorge Rangel* (Dada a 11 de junho de 1720): — “... êle se achava em um Sítio chamado da Conceição, que des-

cobrir e povoar em matos devolutos, junto do Rio de Paraopeba, no qual tinha feito e cultivado muitas roças e povoado com bastante criação de gados... que começariam da barra do Riacho dos Calhaus e correriam pelo dito Rio de Paraopeba abaixo..." (Códice 12:23, S.G.).

15 — *Luís Fernandes César* (Dada a 7 de abril de 1724): — "... Luís Fernandes César, contratador de gados, me representar em sua petição que ele tinha a posse de um sítio que descobriu para haver de engordar e criar gados para meter nestas Minas, no Distrito da Paraopeba da parte de Pitangui, em uma passagem chamada a do Cego, a qual tem dado principio a povoar com a sua fábrica, principiando no Riacho do Chôro, correndo Rio de Paraopeba acima, distante quatro léguas, que há mister para a dita criação e pastos..." (Códice 21:178 v.º, S.G.).

16 — *João de Sousa Soares* (Dada a 10 de março de 1726): — "... João de Sousa Soares me representar em sua petição que ele há tempo de um ano estava de posse de umas terras no Distrito de Pitangui, que principiam na barra do Ribeirão das Pedras, correndo a beira do Rio Paraopeba acima, a partir com terras do Capitão João Jorge Rangel..." (Rev. do APM, IX, 1 e 2, pág. 433).

17 — *Francisco Ribeiro Couto* (Dada a 4 de maio de 1738): — "... que ele é senhor e possuidor de uma Fazenda chamada os Guardas, sita na beira do mesmo Ribeirão dos Guardas, Distrito da Vila de Pitangui, Comarca de Sabará, a qual fazenda houve por título de compra que fêz ao Sargento-mor José de Araújo Ferraz que a arrematou em praça pública do Pitangui, no Juízo do Fisco... servindo-lhe de demarcação pela parte do nascente o Morro do Facão, cortando o rumo direito pelo alto adiante a Serra da Aparição; e pela parte do sul, até o Capão Grosso, e pela parte do poente lhe serve de divisão o caminho velho do Barbe até chegar à estrada de Pitangui, e para diante cortando pelo alto da Restinga até chegar à ponta da dita Serra, de uma e outra parte de divisão a extrema..." (Rev. do APM, V, 1 e 2, pág. 241).

18 — *Pedro Vieira Alpoim* (Dada a 12 de setembro de 1739): — "... Pedro Vieira de Alpoim da Silva e seu sócio o Capitão José Ribeiro da Silva, que eles tinham descoberto um sítio na Paraopeba, Comarca do Rio das Velhas, idôneo para estabelecimento de criações de gado vacuum e cavalar, o qual sítio partia com o dito Pedro Vieira, e pelo rio acima com o Morro de Mateus Leme, e da parte de Pitangui com a Mata do Defunto Borba e pela outra com o Rio chamado o Guarda..." (Rev. do APM, VI, 2, pág. 686).

19 — *Bárbara da Rocha Martins* (Dada a 15 de agosto de 1740): — "... D. Bárbara da Rocha Martins, viúva de Domingos de Paiva Bulhões, moradora na Vila de Pitangui, que houvera dez

para onze anos comprara em praça o dito seu marido um sítio junto ao Rio Pará, termo da mesma Vila, em que tinha várias lavouras; e porque partiam as terras dêle da parte do nascente com o mesmo rio e o Capitão Manuel Cordeiro Ramos, místico à Cachoeira que chamam do Padre José Gales e do norte com o Capitão-maior João Veloso de Carvalho e Antônio Barbosa, fazendo pião no córrego..." (Rev. do APM, VI, 3 e 4, pág. 1.203).

20 — *João Veloso Ferreira Rabelo* (Dada a 15 de agosto de 1740): — "... João Veloso Ferreira Rabelo, morador em Pitangui, que ele era possuidor de umas terras junto ao Rio Pará, que arrematara em praça seu sógro Domingos de Paiva Bulhões, havia mais de dez anos, que partem do nascente com o Palmital, do poente com o mesmo Rio Pará, do sul com o Sertão de Inhanhi e do norte com fazendas de Antônio Barbosa e outros..." (Rev. do APM, VI, 3 e 4, pág. 1.205).

21 — *Bernardo Alves* (Dada a 24 de novembro de 1740): — "... morador no Sítio da Aparição, termo da Vila de Pitangui, Comarca de Sabará, que ele comprara a José de Araújo Ferraz o dito sítio, que poderia compreender três léguas, partindo do nascente com o da Ponte Alta, que é do Rangel, fazendo com ele divisão desde a entrada da mata pelo Riacho do Curralinho até fazer barra na Ponte Alta, e da parte do poente com Eugênio Lopes da Silva e Manuel Ferreira de Castro, o do norte com o Morro do Jaguarete, e com o do Quilombo, fazendo demarcação pelo campo abaixo com a roça do dito Manuel Ferreira de Crasto, e daí caminhando para os Guardas grandes, com o Ribeirão do Quilombo, da parte do sul com o Ribeirão dos Guardas até a Mata de Mateus Leme, e virando daí para o nascente, parte com terras de Caetano Mendes Santiago, pelo Córrego das Cabeceiras, do Ribeirão das Lajes e Ribeirão da Ponte Alta..." (Rev. do APM, VI, 3 e 4, pág. 1.227).

22 — *Francisco Dias dos Reis* (Dada a 18 de agosto de 1740): — "... morador no sertão, que na paragem chamada o Quilombo se achavam muitas terras devolutas e porque as queria povoar para sustento de sua família, me pedia lhe mandasse passar carta de sesmaria de três léguas de terras na dita paragem, por ser sertão, as quais partiam pela parte do sul com a Cachoeira Grande e da do nascente com o Rio Pará, e das outras partes com sertão por povoar..." (Rev. do APM, VI, pág. 1.206).

23 — *Padre Roque da Silveira* (Dada a 12 de junho de 1741): — "... haver por compra que fizera a Lucas Ferreira do Lago uma fazenda de gado vacuum e cavalar, sita nas extremas do Papagaio e Pitangui, chamada a Passagem, e hoje Monserrate, cuja fazenda se divide das vizinhas principiando por um ribeirão, que está para

cima da casa de vivenda que parte pela banda de cima com o Sítio do Chôro, e correndo por ela acima até um riacho onde finda a ponta da cêrca, que ao dito riacho vem fazer barra no mesmo ribeirão, cujo riacho extrema com a Rocinha, e da barra do dito ribeirão da casa para cima pega daí para baixo correndo a beira do Rio Paraopeba, até a barra do ribeirão que parte com Santa Rosa, e correndo pelo dito ribeirão acima até onde faz um riacho barra, que pega na outra parte da cêrca que vai fazer barra no dito Ribeirão da Santa Rosa, que defronte parte e faz barra à vista do Sêrro do Mato Grosso, que extrema com José de Brito, e daí para cima extrema com a Rocinha que é a própria extrema da cêrca...” (Rev. do APM, VII, 1 e 2, pág. 498).

24 — *Manuel Gomes de Abreu* (Dada a 27 de junho de 1741): — “... que êle possuía por si e seus antecessores uma roça, matos, posses e suas pertenças, sita na Soledade, da Freguesia de Pitangui, Comarca de Sabará, as quais queria haver por sesmaria para evitar dúvidas, fazendo pião no meio de um capão grande chamado o Capão da Soledade, e daí findando para os lados até as posses do suplicante e suas vertentes...” (Rev. do APM, VII, pág. 502).

25 — *Capitão Tomé Luis Cardoso* (Dada a 11 de junho de 1742): — “... morador no têrmo da Vila de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, que êle por si e seus antecessores de vinte e nove anos a esta parte pouco mais ou menos, estava possuindo um sítio de engenho de moer cana e fábrica suficiente, à margem do rio da mesma Vila, que confinava pela parte de baixo com Gonçalo Ribeiro, e pela de cima com os herdeiros de João Pedroso de Moraes, correndo para o poente por um córrego acima, com tôdas as vertentes, o qual parte pelo pé do dito engenho e desemboca no dito Rio de Pitangui...” (Códice 80:43, S.G.).

26 — *Rafael Freire de Azevedo* (Dada a 21 de abril de 1745): — “... morador na Comarca do Rio das Velhas, que êle edificara um Sítio chamado N. S.^a da Conceição do Bom Jardim, sito fora da Mata de Mateus Leme, sendo êle o primeiro povoador, que compreenderá do Córrego da Cachoeira até o Córrego dos Macacos, no Distrito da Vila de Pitangui, Comarca desta Vila Real do Sabará, com grande despesa de sua fazenda...” (Rev. do APM, X, pág. 262).

27 — *Alexandre Gomes Barros* (Dada a 24 de dezembro de 1745): — “... que fazendo experiências por matos desocupados para fabricar um sítio, achara uns devolutos na paragem chamada o Morro de Mateus Leme ou para melhor dizer, correndo do dito morro para a estrada que ia a Pitangui, em que botara algumas posses, mas para agora possuir as ditas terras e matos com título legítimo, queria se lhe concedesse por carta de sesmaria as referidas terras, fazendo pião na lombada que ia da dita estrada para

aquêle Morro, correndo para um e outro lado, pondo-se as ditas divisas e confrontações no auto de posse para se evitar dúvidas e contendas nos tempos futuros para o qual efeito...” (Rev. do APM, XI, 1 e 4, pág. 552).

28 — *Caetano Mendes Santiago* (Dada a 17 de fevereiro de 1746): — “... que êle era senhor e possuidor de uma fazenda de engenho de cana e de criar gado, sita na paragem do Paraopeba, têrmo da Vila de Pitangui, que houvera por título de compra em arrematação que dela fizera no Juízo da Ouvidoria de Sabará, a qual partia e confrontava por uma banda com o Rio de Paraopeba e de outra com Manuel Rangel de Sousa e Bernardo Alves, e da parte do sul com João Dias Lima, pelo Córrego Jacié (sic), cuja fazenda de gado e engenho teria duas léguas de largura e quatro, pouco mais ou menos, de comprido...” (Rev. do APM, XII, pág. 882).

29 — *Alferes José de Queirós Ferreira* (Dada a 17 de fevereiro de 1746): — “... que indo em procura de mato para os fabricar, os achara devolutos no Distrito de Pitangui, Comarca de Sabará, na paragem chamada do Rio de São João, e nêles botara suas posses com grande custo, risco de vida, por ser paragem muito desviada de moradores...” (Rev. do APM, XII, pág. 876).

30 — *João Ribeiro Ferreira* (Dada a 17 de fevereiro de 1746): — “... que indo êle suplicante para o Rio de São João, têrmo da Vila de Pitangui, Comarca de Sabará, a procurar matos e terras para plantar mantimentos e pastos para criações, as achara devolutas, sem cultura alguma, em um córrego que vertia de uns matos, que conquistavam com outros do Pitangui, nos quais tinha botado Manuel Machado e Companhia, suas posses de uma Cachoeira para baixo botara o suplicante outra suas com grande trabalho e risco, despesa, por ser paragem onde não havia ainda morador algum...” (Rev. do APM, XII, pág. 879).

31 — *Manuel Machado e Companhia* (Dada a 17 de fevereiro de 1746): — “... que indo êles suplicantes para o Rio chamado de São João, têrmo da Vila de Pitangui, Comarca de Sabará, em procura de matos e terras para plantar mantimentos e pastos para suas criações, as acharam devolutas, sem cultura alguma...” (Revista do APM, XII, pág. 880).

32 — *Ajudante João da Silva Ferraz* (Dada a 10 de fevereiro de 1746): — “... que em o Rio chamado de São João, têrmo da Vila de Pitangui, Comarca de Sabará, achara o suplicante matos e terras devolutas na diligência em que andava, por serem precisas para plantas, para pasto de criações, onde com efeito botara suas posses com grande risco e despesa, por ser paragem despovoada, onde ainda não havia morador algum...” (Rev. do APM, XII, pág. 883).

33 — *José Gomes Branquinho* (Dada a 30 de junho de 1746): — "... por seu bastante procurador, que havendo comprado umas posses que lançara Manuel Roiz Coimbra em uns matos devolutos, sito ao pé do caminho antigo de Pitangui, nos quais mandara o suplicante fazer uma roça, de que estava há três anos, e querendo agora para realidade de seu título e conservação dela em melhor forma constituir-lo, para que em nenhum tempo se argüísse nulidade da compra que fizera das ditas terras e matos e posses, que nelas tomara o dito Coimbra, vendedor delas ao suplicante, recorria êste, com esta representação expondo o referido fato, querendo se lhe concedesse por carta de sesmaria as referidas terras na paragem de um Córrego chamado das Pedras, que no principio delas corria por elas abaixo, o qual tinha sua nasçença ou cabeceiras por detrás do Capitão do Mato Francisco Simões e ia desaguar no Rio do Peixe, que juntava com o Rio Pará, cujas terras confrontavam de uma parte com outras do dito Capitão do Mato, e da outra com terras do Capitão Antônio Marques Moraes..." (*Rev. do APM*, XII, pág. 993).

34 — *Antônio Francisco dos Santos* (Dada a 17 de fevereiro de 1747): — "... morador no Córrego da Paciência, térmo da Vila de Pitangui, q. êle era senhor e possuidor de uma roça com seus matos, sita no mesmo córrego, paragem em que vivia e era morador há bastantes anos, e com a dita roça e matos plantava êle suplicante mantimentos para a sua fábrica e família, a qual confrontava da parte do norte com a roça de Agostinho Gonçalves e da parte do sul com campo, e do poente com a Serra da Paciência, e da parte do nascente com campo que partia com a Restinga..." (*Rev. do APM*, XII, 878).

35 — *Agostinho Gonçalves da Cunha* (Dada a 12 de abril de 1746): — "... e Manuel Gonçalves Corrêa, moradores no Distrito da Vila de Pitangui, que êles eram senhores e possuidores de uns matos nas cabeceiras do Rio da Paciência onde faziam roças para sustentar a sua fábrica e confrontava com a parte do norte com Francisco Pereira da Luz, e da parte do sul com Antônio Francisco, e do nascente com a Serra da Paciência, e do poente com a Serra da Onça..." (*Rev. do APM*, XII, pág. 911).

36 — *Francisco Pereira* (Dada a 10 de janeiro de 1746): — "... que êle suplicante tinha deitado uma roça chamada a Lagoinha no alto da serra, cabeceiras do Rio da Onça; e para poder possuir com justo título, me pedia lhe fizesse mercê de mandar-lhe passar sua carta de sesmaria de meia légua de terras em quadra na referida paragem, dentro das confrontações acima mencionadas, fazendo pião onde pertencesse..." (*Rev. do APM*, XII, pág. 831).

37 — *Miguel de Faria Morato* (Dada a 12 de abril de 1746): — "... morador no térmo da Vila de Pitangui, que êle era senhor e

possuidor de uma fazenda de engenho de cana e mais fábricas e roçarias, contiguas, sita nas margens do Rio Pará, térmo da mesma Vila, cujas terras houve por título de compra que delas fizera ao Licenciado Antônio de Melo Garcia, a Tomé Luís Cardoso e ao Padre Manuel Serrão de Oliveira, as quais terras umas e outras compradas e em um todo místicas, fazia divisão da parte do rio acima com a Cachoeira chamada da Itapeba, que fazia divisão da parte do rio acima com a Cachoeira chamada da Itapeba, que fazia divisa com Manuel da Mota Botelho, e da outra parte do mesmo Rio Pará abaixo por um Córrego da Extrema que partia com Antônio de Abreu Guimarães..." (*Rev. do APM*, XII, pág. 909).

38 — *Padre Luís Cardoso de Avelar* (Dada a 4 de janeiro de 1746): — "... sacerdote do hábito de São Pedro, morador no Arraial da Onça, Distrito de Pitangui, que êle era senhor e possuidor de uns matos do Quilombo, onde fazia sua roça para sustentar sua fábrica e família, confrontava da parte do norte com o Morro do dito Quilombo e da parte do sul com Bernardo Alves, na Aparição, e da parte do leste com o dito Bernardo Alves e do poente com o Morro da Paciência..." (*Código* 85:71 v.º, S.G.).

39 — *Capitão Fernando Nogueira Soares* (Dada a 27 de agosto de 1746): — "... que êle era possuidor de um Sítio chamado Rio do Peixe, que houvera por compra que dêle fizera, o qual ficava distante da Vila de Pitangui três léguas, fora das contagens, para a parte do sertão, o qual tinha povoado há muitos anos com gados vacuns e cavalar... principiando a dita medição da parte do nascente no Ribeirão da Areia que dividia os pastos de Francisco de Barros, onde chamavam o Bom Jardim, e pela parte do poente no fim do capão, onde o suplicante tinha casa de vivenda, e pela parte do norte onde o Ribeirão da Areia fazia barra no Rio do Peixe, e pela parte do sul com terras de S. Joanico..." (*Código* 90:71, S.G.).

40 — *Manuel Pinto da Fonseca* (Dada a 7 de julho de 1747): — "...morador em Pitangui, onde tinha escravos e fábricas, e com bastante para fabricar, e porque tinha terras e matos em ser no terreno do dito Pitangui, Comarca de Sabará, e nêles queria o suplicante sua sesmaria, principiando a medição na barra do Córrego Fundo, correndo para cima até as posses e matos ou roças do Tenente-Coronel João Gonçalves Fraga, com os rumos para onde tocasse..." (*Rev. do APM*, XIV, pág. 128).

41 — *Tenente-Coronel João Gonçalves Fraga* — Obteve as sesmarias abaixo:

1.º) Dada a 7 de julho de 1747: — "... que êle tinha fábricas grandes de escravaturas e gados, e tinha umas terras de matos e pastos no térmo da Vila de Pi-

tangui, Comarca de Sabará, as quais queria possuir por sesmaria, principiando a medição donde fazia barra o Córrego Fundo no Riacho da Areia, correndo por êle acima e fazendo pião num capão donde o suplicante estava fazendo sua roça, e compeendendo os matos e os pequenos campos que entre êles havia, e as roças para pastos de seus gados..." (Rev. do APM, XIV, pág. 129)

2.ª) Dada a 20 de maio de 1747: — "... que êle era senhor e possuidor de uma fazenda de gados, com matos, terras e engenho, sita no termo de Pitangui, Comarca de Sabará, entre os Rios Paraopeba e Pará, que houvera por título de arrematação que em praça pública fizera na dita Vila de Pitangui, na execução que os órfãos de José Carvalho de Andrade faziam ao Capitão-maior Francisco de Barros Braga, por doze mil cruzados, como constava do mesmo auto de arrematação, que incluso oferecia; e porque a dita fazenda incluía em si cinco sítios sem os quais se não podia conservar pela grande fábrica dela; os queria haver por sesmaria para se livrar de contentas que, sem ter a dita sesmaria, se lhes poderiam mover, edindo-me que em atenção ao referido lhe mandasse passar carta de sesmaria de um dos ditos sítios, chamado da Passagem do Monserrate, fazendo pião no meio dêle, com tôdas as terras que lhe pertencessem, ainda excedendo as determinadas na lei, pelas não pedir de nôvo e as haver arrematado..." (Rev. do APM, XIV, pág. 110).

3.ª) Dada a 20 de maio de 1747: — "... que êle era senhor e posuidor de uma fazenda de gados, com matos, terras e engenho, sita no termo de Pitangui, Comarca de Sabará, entre os Rios Paraopeba e Pará, que houvera por título de arrematação que em praça pública fizera na Vila de Pitangui, na execução que os órfão de José Carvalho de Andrade faziam ao Capitão-maior Francisco de Barros Braga... lhe mandasse passar carta de sesmaria de um dos sítios chamado dos Morrinhos, fazendo pião no meio dêle, com tôdas as terras que lhe pertencessem, ainda excedendo as determinadas em lei, pelas não pedir de nôvo e as haver arrematado..." (Rev. do APM, XIV, pág. 56).

4.ª) Dada a 20 de maio de 1747: — "... que êle era senhor e possuidor de uma fazenda de gados, com matos e engenho, sita no termo de Pitangui, Comarca de Sabará, entre os Rios de Paraopeba e Pará... lhe mandasse passar carta de sesmaria de um dos ditos sítios chamado o Pompeu, fazendo pião no meio dêle, com

tôdas as terras que lhe pertencessem, ainda excedendo as determinadas em lei, pelas não pedir de nôvo e as haver arrematado..." (Rev. do APM, XIV, página 107).

5.ª) Dada a 20 de maio de 1747: — "... que êle era senhor e possuidor de uma fazenda de gado, com matos e engenho, sita no termo de Pitangui, Comarca de Sabará, entre os Rios de Paraopeba e Pará... lhe mandasse passar carta de sesmaria de um dos sítios chamado o da Porteira, fazendo pião no meio dêle, com tôdas as terras que lhe pertencessem, ainda excedendo as determinadas em lei, pelas não pedir de nôvo e as haver arrematado..." (Rev. do APM, XIV, página 109).

6.ª) Dada a 20 de maio de 1747: — "... que êle era senhor e possuidor de uma fazenda de gado, com matos e engenho... lhe mandasse passar carta de sesmaria de um dos sítios chamado o Bom Jardim, fazendo pião no meio dêle, com tôdas as terras que lhe pertencessem, ainda excedendo as determinadas em lei, pelas não pedir de nôvo e as haver arrematado..." (Rev. do APM, XIV, pág. 112).

42 — *Fernando Nogueira Soares* (Dada a 8 de janeiro de 1747): — "... morador em Pitangui, que êle era possuidor de umas terras fora das contagens, chamadas o Saco, onde o suplicante trazia gado de criar, vacuum e cavalar, e partia as ditas terras da parte do norte com o Capitão-mor Francisco de Barros Braga, e do nascente com Tomás do Lago, e terras de São Joanico, e do poente com o Capitão Fernando Nogueira Soares, tio do suplicante, e eram as ditas terras sitas no Distrito de Pitangui e seis léguas distantes das contagens para a parte do sertão..." (Rev. do APM, XIV, pág. 42).

43 — *Manuel Pinto Pereira* (Dada a 6 de julho de 1747): — "... morador em Pitangui, Comarca do Sabará, que êle suplicante era senhor e possuidor de um sítio às margens do Rio Pará, com o qual partia pela parte de cima, com Antônio Velho Cabral, e pela de baixo com o Capitão João de Sousa Pôrto, e pelos outros lados com terras ddesertas..." (Rev. do APM, XIV, pág. 127).

44 — *Francisco Borges Coelho* (Dada a 4 de dezembro de 1747: — "... que êle era senhor e possuidor de uma fazenda de engordar gados, no caminho de Pitangui, Comarca de Sabará, chamada das Lajes e Ponte Alta, que partia pela parte do sul com Caetano Mendes Santiago, fazendo divisa no Ribeirão das Lajes, e do norte com o sítio de Bernardo Alves na vizinhança do Rio Paraopeba, por compra que dela fizera ao Padre Antônio Moreira Barbosa, com tôdas as suas pertenças, logradouros em cuja posse

se conservava mansa e pacificamente por si e cessantes possuidores, havia mais de vinte e cinco anos..." (*Rev. do APM*, XVIII, pág. 658).

45 — *João André Couto* (Dada a 10 de setembro de 1753): — "... morador na povoação nova do Rio de São João, termo da Vila de Pitangui, Comarca de Vila Real de Sabará, que êle era senhor e possuidor dos matos que povoara, no Ribeirão chamado de Santo Antônio, e porque os queria possuir com título justo, me pedia por fim e conclusão de sua petição lhe mandasse passar carta de sesmaria de meia légua de terra, a qual partia pela parte do nascente com matos do Alferes José de Queirós, pela do poente com terras de Domingos André Couto, pela de baixo com Agostinho Alves Barroso e pela de cima com o campo, e que fizesse pião onde mais conveniente fôsse..." (*Códice* 94:204 v.º, S.G.).

46 — *Sargento-mor Gabriel da Silva Pereira* (Dada em Vila Rica a 18 de fevereiro de 1751): — "... morador do Titiyosú (sic), Comarca de Sabará, nas cabeceiras do Rio de São João, do termo de Pitangui da dita Comarca, se achavam umas terras devolutas, suposto se metera nelas Manuel Pinto sem título algum a que era contra as ordens de Sua Majestade, que sendo botada algumas posses depois do ano de mil e setecentos e trinta e dois sem sesmaria manda se dêem à pessoa que os denunciar, o que o suplicante fazia por esta petição, pedindo-lhe concedesse meia légua de terra em quadra na sobredita paragem, fazendo pião onde melhor conviesse, ao que atendendo eu e ao que responderam os oficiais da Câmara da Vila de Sabará a quem ouvi..." (*Rev. do APM*, XIX, pág. 363).

47 — *João Bernardo de Figueiredo* (Dada a 2 de outubro de 1753): — "... que êles eram possuidores de umas terras devolutas que fabricaram, sitas no Ribeirão chamado o Barreiro, freguesia e termo da Vila de Pitangui, as quais vertiam para o Rio Pará, e por uma parte confrontavam com a sesmaria de Antônio Rodrigues Pereira e por outra com as terras do Capitão Francisco de Araújo e Sá..." (*Códice* 106:136 v.º, S.G.).

48 — *Manuel Lopes Ribeiro* (Dada a 3 de março de 1754): — "... e seu sócio Florêncio Ferreira, que êles eram senhores e possuidores de umas posses de matos, sitas no Rio Pará, onde chamam a Cachoeira Grande, das quais se apossaram muito antes das ordens de Sua Majestade e mando de Sua Excelência, e outras posses de que também eram senhores e as houveram por título de compra que delas fizeram a Antônio Coelho Ribeiro e a Francisco de (.), místicas tôdas, umas e outras..." (*Códice* 106:154, S.G.).

49 — *José Antônio Forte de Magalhães* (Dada em Vila Rica, a 29 de agosto de 1752): — "... morador no termo da Vila de

Pitangui, que êle era senhor e possuidor de um Sítio chamado o Boriti, que houvera por título de compra a Cipriana Coelho, na margem do Rio de São João, do mesmo termo, povoado em seus princípios com gado bacuri (sic), o qual partia pela banda de baixo com Bernardo Moreira e Manuel Coelho, e pela de cima com sertões incultos e baldios, tudo a parte do poente do dito rio, e como nêle se queriam intrometer homens fugitivos, sem posses para fabricarem, só a fim de inquietarem ao suplicante, usurpando-lhe direito de sua primeira posse, quando êste o estava fabricando, me pedia..." (*Rev. do APM*, XX, pág. 588).

50 — *Domingos Rabelo* (Dada a 6 de dezembro de 1758): — "... junto ao Rio de São João, termo da Vila de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, estavam terras devolutas que partiam com Domingos Martins, Antônio Dias, Sargento-mor Gabriel da Silva, Manuel Francisco Simeão, Capitão Francisco de Araújo, Estêvam de Arantes e Manuel Antônio..." (*Códice* 122:114 v.º, S.G.).

51 — *Alferes José de Queirós Ferreira* (Dada a 16 de fevereiro de 1767): — "... umas terras no ribeirão que deságua no Rio de São João, termo de Pitangui, partindo de uma parte com as terras que foram do defunto Ajudante João da Silva Ferraz, e pela parte do córrego abaixo com terras da viúva que ficou do Sargento-mor Manuel Soares Braga e do defunto Jerônimo Ribeiro..." (*Códice* 140:239, S.G.).

52 — *Bento da Costa de Oliveira* (Dada a 14 de setembro de 1759): — "... que êle suplicante estava fabricando uma fazenda com seus engenhos, matos, chamados o Sítio do Macuco, no termo da dita Vila... a qual partia pelo norte com terras do Capitão-mor Francisco da Costa Ribeiro e outros, pelo sul com terras do Padre José Gomes, do nascente com terras de Manuel Gomes Silva e do poente com terras de Bento João de Araújo..." (*Códice* 126:134, S.G.).

53 — *Veríssimo Dias de Freitas* (Dada a 1 de setembro de 1759): — "... morador nesta Vila, na paragem chamada o Ribeirão da Areia, fora da contagem, em o termo da Vila de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, estavam terras devolutas de criar gados, as quais por uma parte confrontavam com as de Fernando Nogueira e por outra com as de Antônio Gonçalves Fraga... principiando a medição do dito Ribeirão da Areia, seguindo a estrada que ia para o Pompeu, e que fizesse pião aonde mais conveniente fôsse..." (*Códice* 126:116, S.G.).

54 — *Luís José Pinto Coelho* (Dada a 10 de outubro de 1760): — "... que houvera por título de arrematação uma fazenda e sítio de criar gados, com engenho e planta de cana, na Paraopeba, termo da Vila de Pitangui, que confrontava pelo nascente com

o Rio de Paraopeba, do norte com terras de Francisco Borges Coelho, no Ribeirão das Lajes, do poente com as de Bernardo Alves, e pelo sul com terras de José Vaz da Costa e outros..." (Códice 129:68, S.G.).

55 — *Padre Caetano Mendes Proença* (Dada a 10 de fevereiro de 1762): — "... morador na Vila de Pitangui, que êle se achava atualmente cultivando umas terras de matos e pastos, na paragem chamado o Ribeiro das Areias, no termo daquela Vila, as quais confrontavam para parte do sul com terras de Batista João de Araújo, e de João Antônio, do norte com as de Francisco de Sousa, do nascente com as de Diogo Martins, e do poente com terras devolutas..." (Códice 129:135 v.º, S.G.).

56 — *Manuel Rodrigues do Monte* (Dada a 1.º de julho de 1760): — "... uma fazenda de roça, sita na paragem chamada o Rio de São João Acima, Freguesia de Pitangui, a qual fazenda constava de casa de vivenda, matos virgens e capoeiras, e confrontava pelo sul com terras do Padre Manuel de Siqueira, do poente com Manuel Teixeira Sobreira e do nascente procurando córrego que ia encostado às terras do dito Manuel Teixeira Sobreira até o fim dêle..." (Códice 129:3 v.º, S.G.).

57 — *Padre Manuel de Siqueira* (Dada a 1.º de julho de 1760): — "... uma fazenda que fôra de Manuel Alves dos Santos, sita na paragem chamada o Rio de São João Acima, da Freguesia da mesma Vila, a qual fazenda confrontava pelo sul com Manuel André, do norte com José Pereira e ficava na picada que ia para o Morro de Mateus Leme, do norte com terras que comprara Manuel Rodrigues Monte e do poente com Manuel Teixeira Sobreira..." (Códice 129:4 v.º, S.G.).

58 — *Padre José Gomes da Silva* (Dada a 19 de dezembro de 1760): — "... morador no termo da Vila de Pitangui, que êle estava cultivando umas terras de roça, sitas junto ao Córrego do Coquo (sic), as quais confrontavam com Francisco de Sousa da Fonseca, Paulo Gomes e André Lourenço, e do nascente com o Padre Caetano Mendes Porença, e dasaguava do poente no Rio chamado o Lambari..." (Códice 129:94, S.G.).

60 — *Luís Ribeiro da Silva* (Dada a 22 de dezembro de 1760): — "... morador no Sítio chamado o Capão Grosso, termo da Vila de Pitangui... que êle houvera por título de compra que fizera a Domingos Francisco Rodrigues umas terras e matos, que confrontavam pela parte do norte com as de Bernardo Alves, do sul com a Serra chamada do Bom Sucesso, do nascente com Caetano Pereira e para a parte de baixo com José Teixeira..." (Códice 129:95, S.G.).

61 — *Miguel da Costa Leite*, morador na Freguesia de Pitangui (Dada a 22 de dezembro de 1760): — "... que êle se achava situado na saída da Mata de Mateus Leme com seus escravos, derrubando matos e plantando mantimentos nas terras de uma roça que fabricara para sua sustentação e dos mesmos escravos, as quais terras e sítio já haviam sido possuídas por João da Silva Miranda, a quem o suplicante comprara e confrontavam pelo sul com terras de Antônio da Silveira Cularte, por outra parte com Manuel Gomes, de outra com a Serra chamada do Bom Sucesso e com quem mais diretamente houvesse de partir..." (Códice 129:96, S.G.).

62 — *Manuel Rodrigues Guimarães* (Dada a 20 de julho de 1761): — "... que êle houvera por compra que fêz a José de Andrade de Moraes, uma fazenda de roça, sita no serião do termo da Vila de Pitangui, na qual criava o suplicante seus gados, assim vacuns como cavalaes e mais criações, cuja fazenda confrontava por uma banda com João de Mendonça Lima e Timóteo da Silva Pereira, e da outra com Manuel Pinto de Madureira e Antônio Ferreira, e com terras do Sargento-mor Manuel Soares Braga e Manuel Neto de Melo..." (Códice 129:121, S.G.).

63 — *Antônio Rodrigues Guimarães* (Dada a 26 de fevereiro de 1762): — "... êle se achava com bastante escravos e não tinha terras em que se pudesse ocupar em plantar mantimentos para sua sustentação e como no Termo da Vila de Pitangui se achavam algumas devolutas e sobras que ficaram das que se deram a Manuel Rodrigues Guimarães, as quais confrontavam com João de Mendonça Lima e com Timóteo da Silva Pereira e Manuel Pinto de Madureira, com quem mais verdadeiramente houvesse partir e confrontar..." (Códice 129:134, S.G.).

64 — *João Francisco Grilo* (Dada a 9 de abril de 1764): — "... morador no Sítio chamado o Engenho de Santa Cruz, termo da Vila de Pitangui, Comarca de Sabará, estabelecido e povoado há mais de quarenta anos por seus antecessores e depois arrematado pela Real Fazenda, o comprara o suplicante aos herdeiros do arrematante o Capitão Miguel de Faria Sodré, o qual sítio confrontava do nascente com o espigão por onde passa a estrada real, do norte com os herdeiros de Manuel Prêto Rodrigues ou João Manuel Pinto Coelho, do poente com Antônio de Sousa, cujo sítio compreendia meia légua de terra em quadra..." (Códice 129:217, S.G.).

65 — *Teresa de Jesus*, viúva de Antônio Alves Ribeiro (Dada a 18 de julho de 1764): — "...moradora na Oncinha, termo da Vila de Pitangui, que ela estava cultivando umas terras de matos virgens, capoeiras e campos, que pelo nascente confrontavam com campos e da parte do poente com José Lopes, e do norte com o Sítio chamado do Buriti, e do sul com o Sítio da Oncinha..." (Códice 146:24, S.G.).

66 — *João Alves França* (Dada a 9 de abril de 1764): — "... que êle era senhor de um sítio de criar e engordar gado, onde também plantava para a precisa sustentação de seus escravos, que ficava no termo da Vila de Pitangui, já fora das contagens, na paragem chamada São Francisco, e confrontava de uma parte com terras de Gervásio Gonçalves Ferreira, da outra com terras de Antônio da Silva de Oliveira e das outras com a dita Serra de São Joanico e Rio de Paraopeba, pelos lados dividem as mesmas o Rio Vermelho ou do Andrade e do outro o Riacho Danta, os quais houvera o suplicante por título de compra que fizera do dito sítio à Irmandade do Santíssimo Sacramento da mesma Freguesia e outras mais compras que também fizera a várias pessoas..." (Códice 129:217 v.º, S.G.).

67 — *Antônio José Teixeira* (Dada a 9 de abril de 1764): — "... morador no distrito da Vila de Pitangui, que êle suplicante estava cultivando uns matos, capoeiras e campos na paragem chamada as Cabeceiras do Rio do Peixe e Buritis, que confrontavam com terras de Francisco Pereira da Cruz e de Antônio José Ribeiro, e da parte de cima com as terras de São Joanico e da Paciência..." (Códice 129:218, v.º S.G.).

68 — *Domingos Ferreira de Macedo* (Dada a 10 de abril de 1764): — "... que êle estava de posse de um sítio de roça chamado a Soledade, termo e distrito da Vila de Pitangui, junto ao Ribeirão chamado do Peixe, com terras de planta de uma e outra parte dêle, campos e logradouros do dito sítio, vertentes ao mesmo, em que trazia gado vacuum havia mais de 10 anos a esta parte..." (Códice 129:219 v.º, S.G.).

69 — *Ana Maria Josepha da Silva e sua irmã Bernarda Maria da Silva* (Dada a 9 de abril de 1764): — "... que elas possuíam e estavam cultivando uma fazenda com seu engenho de moer cana, na paragem chamada N. S.ª da Conceição do Pará, termo da Vila de Pitangui, cuja fazenda houveram por título de deicação que lhe fêz seu avô, o Cap. Francisco da Costa Ribeiro..." (Códice 129:221, S.G.).

70 — *João Lopes Fontes*, morador em São Joanico (Dada a 16 de abril de 1764): — "... que êle houve por doação na mesma paragem umas terras em dote que deu o Capitão Francisco Ribeiro para casar o suplicante com uma filha dêle, as quais terras constam de matos virgens, capoeiras e campos... confrontavam da parte do sul com Gervásio Gonçalves Pereira, e do norte com Manuel Gomes Cruz, do nascente com Francisco Alves Tôrres e do doente com a Serra chamada São Joanico..." (Códice 129:227 v.º, S.G.).

71 — *Domingos da Mota Freire* (Dada a 18 de abril de 1764): — "... na paragem chamada o Ribeirão da Areia, em terras devo-

lutas e vertentes, que desaguam em outro chamado o Lambari, Termo e Freguesia da Vila de Pitangui, em que era primeiro povoador... três léguas de terra, fazendo-se-lhe pião onde mais conveniente fôsse..." (Códice 129:231 v.º, S.G.).

72 — *Francisco Pinto Coelho* (Dada a 10 de setembro de 1765): — "... que êle se achava cultivando umas terras de roças, sitas onde chamavam o Ribeiro do Ouro, Distrito da Vila de Pitangui, as quais partiam por um lado com as de Francisco Martins e José Vaz, e por outro com João Francisco e Bernardino de Sena, e com quem mais deve e haja de partir..." (Códice 140:134, S.G.).

73 — *João Francisco das Neves*, morador na Freguesia e Termo de Pitangui, (Dada a 3 de dezembro de 1765): — "... que botara umas posses em terrenos devolutos, junto ao Ribeirão do Ouro, há tempo de nove anos, confrontando com as terras de Bartolomeu Castilho e com as de José Vaz da Costa..." (Códice 140:147 v.º, S.G.).

74 — *Francisco Martins Tristão* (Dada a 13 de julho de 1764): — "... na paragem chamada o Sumidouro, do Termo e Freguesia da Vila de Pitangui, que confrontavam com as de José Vaz, Miguel Alves, Domingos Fernandes e com Manuel Martine Ruivo..." (Códice 140:46, S.G.).

75 — *Gervásio Gonçalves Pereira*, morador em São Joanico (Dada a 15 de dezembro de 1764): — "... que houvera por arrematação terras do defunto Padre Veríssimo de Sousa Rocha, medindo três léguas em quadra..." (Códice 140:76, S.G.).

76 — *Caetano Gonçalves Mascarenhas*, morador no Termo de Pitangui (Dada a 15 de dezembro de 1764): — "... possuía uma fazenda chamada a Jaguará e Pissarão, que houve por título de compra ao Reverendo André de Sousa Leite e a Luzia Gonçalves, viúva de Domingos Lopes, e confrontava a dita fazenda da parte do sul com terras de Francisco Pereira da Cruz, na Serra da Lagoinha, pelo marco da sesmaria do dito Cruz, e do norte com terras de Domingos Ferreira de Macedo, do nascente com terras de Manuel Cabral de Melo e de Manuel Pinto de Afonseca, e do poente com terra do Reverendo José Tavares de Araújo..." (Códice 140:77 v.º, S.G.).

77 — *João de Moraes Navarro*, morador em Pitangui (Dada a 5 de novembro de 1765): — "... que houvera por herança de seu sôgro Gonçalo Ribeiro Nilo, um sítio que consta de capoeiras e matos virgens, dividindo por uma parte com terras do Capitão Fernando Nogueira Soares, da outra com as de João Luís Cardoso, e da outra com as de Bento da Costa de Oliveira e por outra com o Rio Pará..." (Códice 140:157, S.G.).

78 — *João Francisco Fernandes*, morador na Freguesia e Termo de Pitangui (Dada a 27 de julho de 1767): — "... que êle por se achar pobre e cego da vista natural, carregado de obrigações, sem ter terras de cultura para a sua sustentação, lançara umas posses em uns capões, entre campos de matos devolutos, há mais de sete anos, nas vertentes do Ribeiro chamado das Lajes, Termo da Vila de Pitangui..." — Era casado com Clara Maria das Neves. (Código 156:23, S.G.).

79 — *José Luís Rebelo e Antônio de Amorim*, moradores no Ribeiro do Frazão, do Termo da Vila de Pitangui (Dada a 6 de maio de 1767): — "... que êles, por compra que fizeram a Manuel Gonçalves Domingues, são possuidores de uma roça sita na dita paragem, com suas pertenças, que partem de uma banda com terras do Licenciado Francisco Leite de Faria, e da outra parte de Santa Ana, pelo córrego que vem do campo a desaguar no dito Ribeirão do Frazão, e pela de baixo com a estrada que vai para o Pará..." (Código 156:10 v.º, S.G.).

80 — *Padre Antônio Pereira Marques*, morador na Vila de Pitangui (Dada a 7 de novembro de 1767): — "... que êle se achava possuindo por título de arrematação que se fizera aos herdeiros de Manuel Barbosa de Vasconcelos, uma fazenda de criar gado vacuum, chamada a Conceição, termo da mesma Vila, a qual se divisava da parte do nascente correndo pelo Rio de Paraopeba abaixo à barra do Riacho Prêto, e extrema com João Carvalho de Brito, correndo pelo Riacho acima até a Lagoa Preta, e correndo para o poente até às cabeceiras de um buritizal que deságua para o Rio Pardo, que extrema pelo dito acima, com o Coronel João Gonçalves Fraga até um serrote, que se acha nas cabeceiras entre o Rio Pardo e o Riacho das Lajes, que deságua para uma e outra parte, e correndo pelo Riacho das Lajes abaixo até fazer barra no Paraopeba e dêste até a altura do Buracão, e dêste cortando direito ao Riacho das Lajes..." (Código 156:54, S.G.).

81 — *José de Sousa Baião* (Dada a 5 de maio de 1767): — "... umas terras sitas na paragem chamada a Janeba (sic), termo da Vila de Pitangui, confrontando do norte com Sebastião Furtado de Oliveira, do sul com Manuel José Pereira e Antônio José da Silva..." (Código 156:8, S.G.).

82 — *Manuel Gonçalves Domingues* (Dada a 6 de maio de 1767): — "... que vendeu a José Luís Rebelo e Antônio de Amorim, moradores no Ribeirão do Frazão, termo da Vila de Pitangui, uma roça na dita paragem, confrontando com terras do Licenciado Francisco Leite de Faria e da outra parte de Sant'Ana, pelo córrego que vem do campo a desaguar no dito Ribeirão do Frazão, e pela de baixo com a estrada que vai para o Pará..." (Código 156:10, S.G.).

83 — *Lourenço Corrêa dos Santos*, morador na Freguesia de Pitangui (Dada a 22 de março de 1769): — "... que na paragem denominada o Passa Tempo, junto à Capela da Senhora Santa Ana, filial da dita freguesia, se acham terras e matos virgens em que havia lançado posses e edificado sítio em que morava e plantava por achar as ditas terras devolutas, confrontando pela parte do nascente com D. Florência, viúva do Sargento-mor Gabriel da Silva, pela do norte e poente com as de Manuel Francisco Simeão, e pela do sul com as do Alferes Bento Rabelo..." (Código 156:169, S.G.).

84 — *Manuel Antônio Teixeira e Isabel Bueno*, esta como viúva de Antônio de Abreu Guimarães e aquêle como testamenteiro universal do dito Guimarães (Dada a 3 de outubro de 1769): — "... moradores no termo da Vila de Pitangui, que o predito Guimarães em sua vida havia reduzido a cultura umas terras de matos virgens e campos no Ribeirão denominado o Lambari, em sertões do termo da Vila de Pitangui e no referido havia lançado criações de gados e por ser a dita paragem sertões desertos, infestado de negros quilombolas..." (Código 172:16, S.G.).

85 — *Manuel de Sousa Ferreira*, morador no distrito da Vila de Pitangui (Dada a 3 de julho de 1775): — "... que êle era possuidor de uma fazenda sita na paragem chamada o Morro do Facão, que consta de matos virgens e capoeiras, que houve por título de compra a Alexandre Fernandes do Amaral e Antônio de Freitas Silveira, os quais matos e capoeiras confrontam pelo norte com a demarcação da sesmaria do Coronel Luís José Pinto Coelho e do sul com terras que agora possui Antônio de Freitas da Silveira, e com quem mais deva de confrontar..." (Código 206:82 v.º S.G.).

86 — *Bernardo José Marques* (Dada a 20 de dezembro de 1775): — "... é senhor e possuidor de uma fazenda de roça, sita na paragem chamada a Cachoeira, distrito de Pitangui, a qual confronta pelo nascente com terras de Dona Ana Maria da Assunção, sendo a divisa pela estrada que vai da roça do suplicante para o Arraial de Mateus Leme até a porteira que está ao pé de um córrego sêco, ou lhe êste (sic) e dêle por diante com terras do Capitão Silvestre Alves Monteiro, servindo de divisa dois moirões que se enterraram no lugar de um rancho velho que foi de João Fernandes, e outro na beira do caminho que vai para Manuel de Sousa, assim como um pau de jequitibá que está na capoeira da parte do dito rancho velho e daí com terras de Manuel de Sousa até onde tem um açude na cachoeira, e do poente com terras da viúva de Francisco Tavares Dias e com quem mais deva e haja de partir..." (Código 206:90, S.G.).

87 — *Alferes Antônio José Rodrigues*, morador no Bom Sucesso, termo da Vila de Pitangui (Dada a 6 de julho de 1789): — "... que êle possuía bastantes escravos... e como no Córrego chamado o Quilombo, vizinho ao dito Bom Sucesso, aonde o suplicante morava, vertentes ao Rio de São João, se acha uma porção de matos incultos e devolutos, quer o suplicante por sesmaria na dita paragem meia légua de terra na forma das ordens de Sua Majestade, partindo pela parte do nascente com João Antunes da Silva e pelo sul com Antônio José Teixeira da Cunha, fazendo-se pião aonde mais conveniente fôr..." (Códice 256:39, S.G.).

88 — *Custódio Antunes da Silva* (Dada a 20 de julho de 1789): — "... que êle por escritura pública comprou uma fazenda no Distrito de São João Acima, termo da Vila de Pitangui, a qual parte com terras de Antônio José Teixeira da Cunha, João Martins, Morgado, Custódio Vieira Lanhoso e outros por suas antigas divisas, e suposto a dita fazenda se acha cultivada há perto de quarenta anos por seus antecessores..." (Códice 256:40 v.º, S.G.).

89 — *João Fernandes dos Reis* (Dada a 20 de janeiro de 1790): — "... há mais de vinte anos está cultivando umas terras na paragem da Mata, termo da Vila de Pitangui, que confrontam com João de Almeida Medeiros, Bernardo Vieira Fernandes, João Domingues de Almeida e com os herdeiros do defunto Antônio Duarte Borges Quintanilha e Domingos Fernandes Antunes e como os quer possuir..." (Códice 256:79 v.º, S.G.).

90 — *Domingos Fernandes Antunes* (Dada a 20 de janeiro de 1790): — "... há quarenta anos era possuidor de uns matos virgens e capoeiras por posse, no termo da Vila de Pitangui, que confrontam com Bernardino Martins de Sena, ao norte, com João de Almeida e João Fernandes Reis (seu irmão) ao nascente, com Antônio Duarte Borges Quintanilha e depois seus filhos, ao sul, e ao poente com quem haja de partir..." (Códice 256:81, S.G.).

91 — *Antônio José Teixeira da Cunha*, morador no termo da Vila de Pitangui (Dada a 8 de julho de 1790): — "... que era senhor e possuidor de umas terras de roças, sita no Rio de São João abaixo, que houve por título de compra que delas fez ao Alferes José de Queirós Ferreira, as quais confrontam com as do Alferes Manuel Mateus, Tenente Antônio de Magalhães Portilho, João Antunes da Silva e com quem mais deva de partir..." (Códice 256:97 v.º, S.G.).

92 — *Antônio da Silva Parada*, morador na Vila de Pitangui (Dada a 3 de outubro de 1790): — "... é possuidor há mais de

vinte anos, na paragem do Córrego das Jabuticabas, no termo da dita Vila, por compra a Antônio de Freitas Silveira e a Alexandre Fernandes do Amaral e a Félix do Amorim, confrontando pelo nascente com João Antônio e Francisco Jorge Malta, pelo poente e sul com Antônio de Freitas Silveira e pelo norte com Manuel de Sousa Ferreira e Antônio da Silva..." (Códice 256:125 v.º, S.G.).

93 — *Padre José Antunes Moreira*, morador na Vila de Sabará (Dada a 3 de outubro de 1798): — "... que na paragem chamada a Posse dos Alhos e a Posse do Pau Grande, se acham terras devolutas, que se compõem de matos virgens e capoeiras, cujas terras são situadas na beira do Rio Paraopeba, do termo da Vila de Pintagui, as quais confrontam pelo rio acima com as de José Leite Praça, pelo rio abaixo com as do Coronel Luís José Pinto Coelho e Manuel de Sousa Ferreira... meia légua de terra em quadra..." (Códice 285:95 v.º, S.G.).

94 — *Manuel Luis de Sousa* (Dada em Vila Rica, a 21 de maio de 1799): — "... que na paragem chamada Santa Ana do Rio de São João Acima, do termo da Vila de Pitangui, se acham terras devolutas, as quais confrontam pelo nascente com as de José de Siqueira e de Luísa Maria, pelo poente com as de Caetano José de Almeida e João Garcia, pelo sul com as de Antônio Soares e Francisco Alves de Carvalho, e pelo norte com as de Antônio José Velho e com o Rio de São João... meia légua de terra em quadra..." (Códice 285:235, S.G.).

95 — *Davi de Magalhães Coelho* (Dada em Vila Rica, a 11 de julho de 1799): — "... que na paragem chamada Mato Dentro, do termo da Vila de Pitangui, se acham terras devolutas, as quais confrontam pelo sul com as de José Pinto Roiz, com as de Caetano Luís Cardoso, com as da viúva de João Roiz Pais e seus herdeiros, pelo norte com o mesmo Rio de São João até onde faz barra com o Ribeirão dos Guardas, pelo norte com o mesmo rio e pelo poente com as de João Francisco Grilo e hoje de Dona Catarina Violante Sodré... meia légua de terra em quadra..." (Códice 289:26, S.G.).

96 — *José Leite Praça* (Dada a 20 de maio de 1801): — "... que na paragem chamada a Maravilha, da outra banda do Rio Paraopeba, distrito do Arraial do Patafufo, do termo da Vila de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, se acham terras devolutas, as quais confrontam com as de José Pires Moreira, com as de Antônio Alves da Silva e com as de Antônio da Silva... meia légua de terra em quadra..." (Códice 294:78, S.G.).

97 — *Antônio Manuel de Freitas*, morador na Aplicação do Morro Santo Antônio de Mateus Leme (Dada em Vila Rica, a 18

de maio de 1801): — "... que no Distrito de Patafúfio, do termo da Vila de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, se acham terras devolutas, as quais confrontam com as de Antônio Marques Reis, com as de Antônio de Freitas Silveira, com as de Antônio da Silva Parada, com as de Manuel de Sousa Ferreira e com as de Manuel Nunes Assenço... meia légua de terra em quadra..." (Códice 294:78, S.G.).

A VILA

... "Representando-me segunda vez os Paulistas a necessidade que tinham de que o Arraial de Pitangui fôsse erigido em Vila, não só para o bem regimen daqueles moradores, mas para melhor expedição da cobrança dos reais quintos..."

De uma carta do Governador D. Brás Baltasar da Silveira ao Ouvidor-Geral da Comarca de Sabará, em 6 de fevereiro de 1715.

... "Procurará quanto lhe fôr possível que aquêles moradores se situem em partes estáveis e duradouras, e que não andem vagabundos como é costume nos Paulistas..."

Das INSTRUÇÕES a João Lôbo de Macedo para a regência da Vila de Pitangui.

... "Eu vou mandando daqui vários Reinóis a estabelecer-se em Pitangui para que fique de todo segura aquela Vila, que tem sido o meu flagelo com as contínuas revoluções em que tem andado, espero que se lá acharem o cômodo que alguns desejam, que sejam pelo tempo adiante uma das melhores minas dêste Govêrno."

De uma carta do Conde de Assumar dirigida a Sua Majestade em 9.11.1720.

A VILA

1. Criação e instalação
2. A instabilidade da Vila
3. A Regência da Vila
4. A Casa da Câmara e Cadeia
5. A Sesmaria da Vila
6. Descrição Topográfica da Vila

1 — CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO

Denunciada as minas de Batatal, a grande concorrência de paulistas formou povoado capaz de ser *vila*.

Por duas vezes pediram os moradores ao Governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, D. Brás Baltasar da Silveira, fôsse criada a vila.

“As Vilas” — escreve Washington Luís — “deveriam ter termo, com seis léguas de distância uma da outra, teriam jurisdição, liberdade e insígnias, segundo os foros e costumes dos reinos de Portugal.” (1) E mais à frente explica: “A palavra *povoação* não significava *vila*; nem povoar significava fazer *vila*.”

“Vila, povoação de menor graduação que cidade e superior a aldeia tem juiz, câmara, pelourinho,” define Pereira e Sousa no *Dicionário Jurídico*, citado pelo insigne historiador paulista.

Não se poderia chamar *vila* ao povoado que, desordenadamente, os paulistas erguiam fronteiriço ao Morro do Batatal e ao qual deram a denominação de *Arraial de Nossa Senhora do Pilar* ou, simplesmente, *Arraial do Pilar*.

Há tradição que fundaram *vila*, à revelia do Governador da Capitania, com a denominação de *Vila Nova do Infante das Minas do Pitangui*.

(1) Washington Luís — *Na Capitania de São Vicente*, Editôra Martins — São Paulo, 1956 — Cap. IV, Página 52.

Não seria essa manifestação de auto-suficiência e de rebeldia caso único. Em 1660, o povo de Parati, capitaneado por Domingos Gonçalves de Abreu, rebelou-se contra a jurisdição da Vila de Angra dos Reis e levantou pelourinho, constituindo vila que, a 28 de fevereiro de 1667, foi confirmada por ordem régia. Semelhantemente, no ano de 1673, o povo de Campos ergueu pelourinho e, dois anos depois, o Rei D. Pedro II confirmou a nova vila, que foi oficialmente instalada em 1676. (2)

Poderiam os paulistas, de modo próprio, criar a *vila*, esperanças de que, posteriormente, recebesse a confirmação régia. Mas, seria necessário que estivessem unidos e harmonizados. E teriam de implorar ao Rei a confirmação da *vila*.

É fato sabido que os moradores das minas do Pitangui viviam tumultuados, de armas nas mãos, prontos para se baterem uns contra os outros pela posse de catas auríferas. Em razão disso, os paulistas principais do povoado representaram ao Governador a necessidade de ser criada a *vila*.

Levando em consideração a segunda representação dos moradores o Governador D. Brás Baltasar da Silveira ordenou, em carta de 6 de fevereiro de 1715, ao Ouvidor Geral da Comarca do Rio das Velhas que fôsse levantar a *vila*:

— “Representando-me segunda vez os Paulistas a necessidade que tinham de que o Arraial de Pitangui fôsse erigido em Vila, não só para o bom regímen daqueles moradores, mas para melhor expedição da cobrança dos reais quintos, pedindo-me anexasse a dita Vila a essa Comarca, porque além de lhe ser mais vizinha, tinham a Vossa Mercê nela por Ouvidor Geral, cuja retidão os persuadia da igualdade com que havia de deferir parece conveniente que Vossa Mercê vá fazer a dita ereção, pois só com as suas direções poderá ter excelente forma e ficarem satisfeitos aquêles povos, e quando Vossa Mercê queira levar em sua companhia alguns oficiais lhe dou Vossa Mercê permissão para que acompanhem quantos Vossa Mercê quizer, mas no caso que não seja possível que Vossa Mercê vá, mandará as instruções necessárias ao Superintendente Antônio Pires de Ávila para que o faça esta diligência, a quem escrevo siga pontualmente o que Vossa Mercê lhe ordenar, e em tudo que fôr do agrado de Vossa Mercê me achará sempre com as mais pronta

(2) *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil* — Edição José Olímpio, Rio de Janeiro, 1956 — Capítulo V, pág. 97.

vontade; a denominação da Vila há de ser de Nossa Senhora da Piedade, Deus guarde a Vossa Mercê muitos anos. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 6 de fevereiro de 1715.” (3)

6 de fevereiro de 1715, é, portanto a data da criação da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui.

O Ouvidor Geral Luís Botelho de Queirós não quis ou não pôde ir ao Arraial de Pitangui. Delegou poderes do Superintendente e Antônio Pires de Ávila para organizar e presidir o estabelecimento da *vila*.

Desconhece-se o termo de ereção da *vila de Pitangui*, o qual certamente não fugiria à forma e estilo do costume. Acreditamos que o de ereção da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará haja servido de modelo.

Dessa sorte, deveria constar no termo de ereção da *vila de Pitangui*, que, aos 9 dias do mês de junho de 1715, no Arraial das Minas Novas de *Pitangui*, o Superintendente Antônio Pires de Ávila, reunido com as pessoas e moradores principais do dito arraial e seu distrito, declarou que, por autorização do Senhor Governador Capitão-General, D. Brás Baltasar da Silveira, e “na forma das ordens de Sua Majestade, que Deus guarde, estava determinada para levantar uma Vila neste distrito e arraial e que como para esta se erigir era conveniente e preciso concorrerem os ditos moradores para a fábrica de Igreja, e Casa de Câmara e Cadeia, como era estilo e pertencia a todas as Repúblicas, deviam êles ditos moradores, cada um conforme suas posses, concorrerem para o dito efeito com aquêlê zêlo e vontade que esperava de tão bons vassallos do dito Senhor, pois também lhes convinha tanto para o seu aumento e conservação, como para que com todo o sossêgo pudessem melhor tratar de suas conveniências; e assim deviam neste particular dizer o que entendiam, sujeitando-se a viver como são obrigados; o que visto e ouvido por todos êles, uniformemente ajustaram que concordavam que êles desejavam viver neste distrito com vila e forma de República, sujeitos às leis e justiça de Sua Majestade, que Deus guarde, e como leais vassallos concorrerem para se levantar a Vila neste sobredito Distrito e Arraial de Pitangui, por ser o mais capaz, e assim ajudariam para se fazer Igreja, Casa de Câmara e Cadeia, não só os presentes, mas também todos os mais da Jurisdição dêste distrito, o que não deviam faltar, fiados em que Sua Majestade, que Deus guarde, lhe ponha

(3) *Revista do APM*, ano II, fascículo I, página 90.

também boa forma de justiça a que desejam viver sujeitos, e da mesma sorte esperavam do Senhor Governador, que em tudo os ajudasse e protegesse e advertisse para que com todo o acêrto se igualassem os seus procedimentos às obrigações de vassallos; e desejavam que esta sua nova vila se intitulasse Vila de Nossa Senhora da Piedade por ser Padroeira de sua Paróquia”, e de como assim se ajustou, mandou o dito superintendente fazer um termo que todos assinaram.

Nesse mesmo dia, conforme era de praxe, se deitou pregão para a eleição dos “juizes, vereadores e procurador que haviam de servir na Câmara” aquêlê ano.

Elegeram-se dois Juizes Ordinários, três Vereadores e um Procurador, aos quais, depois de empossados, deve ter sido recomendado que, de dois em dois anos, *fizessem ról das pessoas mais capazes dêste Povo para serem Juizes, Vereadores e Procurador da Câmara da nova Vila e que os ditos Juizes haviam de ser com tal suficiêcia que pudessem administrar justiça neste distrito, não só a concedida pela ordenação aos Juizes Ordinários, mas a precisa que a necessidade e falta de Ministros Letrados requer.*

A carta-patente do Mestre de Campo Antônio Pires de Ávila refere explicitamente ter-se efetuado a 9 de junho de 1715 a ereção da Vila, “*com ordem do governador e capitão-general e comissão do ouvidor geral Luís Botelho de Queirós.*” (4)

Não há razões para duvidar-se de que seja esta data, 9 de junho de 1715, a da instalação da Vila. A 20 de março de 1715, Manuel de Souza Coutinho era provido para servir os ofícios de escrivão da Câmara e Almotaçaria da Vila que o governador ordenou se erigisse no distrito de Pitangui, (5) e a 12 de junho dêsse ano Luís de Sousa era provido no ofício de tabelião do Público-Judicial da Vila de Pitangui. (6)

Inferese da mesma carta-patente ter sido realizada a eleição dos juizes, vereadores e procurador da Câmara, em presença dos quais a “22 do dito mês e ano, na casa da Câmara da dita Vila”, o honrado Mestre de Campo “*fêz a entrega de todos os bens pertencentes à Fazenda Real dos defuntos e ausentes e quintos do gado que havia entrado na dita Vila.*” (7)

De fato, a 14 de julho o Governador D. Brás escreveu aos oficiais da Câmara de Pitangui:

(4) Revista do APM, ano II, fascículo I, página 91.

(5) Idem, fascículo 2, página 674.

(6) Idem, ibidem.

(7) Revista do APM, ano II, fascículo I, página 91.

— “Recebi duas cartas de vossas mercês, e quanto a em que me dão conta de serem eleitos para servirem de oficiais na Câmara dessa Vila estimei esta notícia, pois da capacidade e prudência de vossas mercês me não posso prometer mais que acertadas direções para o aumento dêsses moradores, aos quais vossas mercês devem fazer justiça reta, como modo e suavidade, e assim o fio de vossas mercês.” (8)

Os juizes ordinários eleitos foram Fernando Dias Falcão e Lourenço Franco do Prado.

Na qualidade de primeiro juiz ordinário, Fernando Dias Falcão levantou pelourinho, consoante sua carta-patente, dada na Cidade de São Paulo, aos 27 dias do mês de abril de 1724:

— “... e passando às Minas Gerais, serviu no Pitangui de juiz ordinário e dos órfãos, Provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, com notória satisfação e limpeza de mãos, e por ordem do Governador Capitão-General D. Brás Baltasar da Silveira criou vila e laventou pelourinho em Pitangui.” (9)

O pelourinho era a insignia da vila e devia obrigatoriamente ser elevado na criação de nova vila.

“Pelourinho — define Rodolfo Garcia — era uma coluna de pedra, ou madeira, picota, a prumo, pôsto em alguma praça principal da vila ou cidade, à qual se atava pela cintura o prêso que se expunha à vergôntea, ou era açoitado; tinha argola, onde se podia enforcar e dar tratos de polé etc.” (10)

O capitão Lourenço Franco do Prado — informa Silva Leme — foi “por algum tempo morador nas minas de Pitangui logo depois de sua descoberta, sendo eleito juiz na época de sua elevação a vila.” (11)

Não foi a vila confirmada por Sua Majestade. Pediram os camaristas ao Conde de Assumar obtivesse de El-Rei a confirmação de vila.

Em carta de 26 de setembro de 1720, o Conde de Assumar prometeu encaminhar o pedido ao Rei. Não é sabido se o fêz. Fato é que, no ano de 1808 a Câmara pleiteava a confirmação da Vila e disso foi encarregado o seu procurador, Dr. João Antônio da Silva

(8) Arquivo Público Mineiro, Códice 0:42, Seção colonial, Sec. do Govêrno.

(9) Azevedo Marques, Apontamentos Históricos da Província de São Paulo.

(10) Rodolfo Garcia, Ob citada, página 97.

(11) Genealogia Paulistana, São Paulo, 1904 — Volume II, Título Lemes, página 267.

Vieira, enviado à Côrte para beijar a mão de Sua Alteza Real, o Príncipe D. João. Dito procurador cumpriu a missão na parte referente ao beija-mão. Quanto às recomendações da carta de ordens "*nelas não cuidou por ser o tempo impróprio à chegada do Príncipe Nosso Senhor*" e "*a confirmação do foral de vila era desnecessária visto haver sido feita a medição com Ordem Régia do Senhor Dom João V*", explicou o procurador quando interpelado segunda vez pelos camaristas insatisfeitos. (12)

Em 1855, decorridos 140 anos de sua fundação, a Vila de Pitangui era homenageada com o predicamento de CIDADE.

Para isso deve ter concorrido a indicação do Vereador Flávio Máximo Pereira Duarte, lida em sessão ordinária de 5 de maio de 1852:

— "Sendo este Município um dos maiores em população e um dos que mais provas têm dado de sua adesão ao sistema jurado, sendo já considerado em subido grau a sua civilização — por isso — indico — Que esta Câmara, como fiel intérprete de seus Municípios no sentido acima, represente à Assembléia Provincial para ser esta Vila elevada à categoria de Cidade — Título este bem merecido pela sua antiguidade e serviços prestados à Pátria em diferentes épocas. Salas das Sessões, 5 de maio de 1852. Duarte."

Homenagem especial deve ter êsse pitanguiense, no panteão dos homens ilustres e notáveis de Pitangui.

(12) Onofre Mendes Júnior — *Um beija-mão que provoca barulho em Pitangui*, in *Revista do APM*, Ano XXII.

2 — A INSTABILIDADE DA VILA

Antes da criação da Vila, os moradores do *Arraial do Pilar* das minas novas do Pitangui se fizeram representar apenas em duas das juntas convocadas pelos governadores:

— as de 1.º e 3 de fevereiro de 1715, realizadas em Mariana, para a repartição dos quintos e sôbre a forma das ordens que as Câmaras haviam de distribuir aos oficiais encarregados do recebimento. Em ambas Garcia Rodrigues Pais Betting assinou os respectivos termos como representante dos moradores de Pitangui.

Seriam as ausências de representantes nas juntas anteriores uma conseqüência da desorganização social e administrativa dos paulistas povoadores de Pitangui? ou manifestação de rebeldia às exorbitâncias do fisco de Sua Majestade?

Havia *leaders*, homens capazes de governar a terra; mas, não existia estrutura administrativa que organizasse e sujeitasse aquela mineira gente.

Em junho de 1714, o governador Dom Brás Baltasar da Silveira designou Bartolomeu Bueno da Silva, Francisco Jorge da Silva, Domingos Rodrigues do Prado e Jerônimo Pedroso de Barros para servirem na *regência e govêrno dos moradores*. (1)

Essa providência não sossegou os mineradores. Dominava entre êles o *espírito nativista*, cuja filosofia era a posse e o domínio das minas descobertas.

Foram levantados pela Câmara de São Paulo os primeiros problemas relacionados com as *novas minas*, como, *verbi gratia*, o da arrematação dos dízimos.

Pretenderam os paulistas, por todos os meios, separar essas *minas novas*, juntamente com as do Rio Grande e Sapucaí, da jurisdição das comarcas mineiras e jungi-las à Ouvidoria de São Paulo.

(1) APM, Seção colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — *Códice* 9:130.

Obtiveram êxito inicialmente, conseguindo do Vice-Rei, o Marquês de Angeja, duas provisões que vêm referidas em carta aos officiais da Câmara de São Paulo, da qual transcrevemos o seguinte trecho:

— “E para mostrar quanto da minha parte concorro para todos os seus aumentos e conveniências mandei passar duas Provisões, para que os dízimos das novas minas do Pitangui e Pará pertencem à Provedoria da Fazenda de Santos e São Vicente e São Paulo e nela sejam sentenciadas as causas pertencentes à mesma Fazenda Real, e outra para que os pleitos ordinários, crimes e cíveis que à dita Provedoria não tocarem tenham seu recurso perante o Ouvidor-Geral dessa Cidade de São Paulo, cujas Provisões remeto ao Senhor Governador e Capitão-Geral Dom Brás Baltasar da Silveira as mande cumprir e fazer guardar.

Espero que Vossas Mercês e a mais nobreza e povos dessas Capitánias continuem com o mesmo zelo, e atividade em fazer novos descobrimentos, não só de ouro senão também de prata e de outros metais ricos e pedras preciosas que me seguram haver nesses sertões, as quais parecem ter reservado a fortuna para que Vossas Mercês consigam a glória de descobri-los e fazer que os reais dominios de El-Rei meu Senhor cresçam de maneira que com muitos e vários tesouros lhes ofereçam Vossas Mercês um nôvo mundo e posso segurar-lhes que em mim têm um procurador com igual vontade ao afeto de que confesso ser-lhes devedor para tudo o que tocar ao acrescentamento da suas pessoas e utilidades de suas conveniências e se para estas houver na esfera da minha jurisdição alguma cousa que lhes possa dar gosto o terei muito particular de o fazer. Deus guarde a Vossas Mercês. Bahia e setembro de 1713. Marquês de Angeja.” (2)

Vamos copiar, para melhores esclarecimentos, alguns excertos das mencionadas provisões:

— “Faço saber aos que esta Provisão virem que havendo visto as representações que o Juiz e Vereadores e Procurador do Senado da Câmara da Cidade de São Paulo me fizeram, expressando-me nelas o grande detrimento que padeciam em os obrigarem a pagar os dízimos das

(2) Documentos Históricos, Min. da Educação e Saúde, 1945, Vol. LXX, pág. 233.

roças que de nôvo fabricaram nos distritos das novas minas do Pará, Pitangui, Rio Grande Sapucaí ao rendeiro dos dízimos das Minas Gerais, ficando-lhes mais cômodo pagar os ditos dízimos na Provedoria da Fazenda de São Vicente e Santos e São Paulo, e pediam quisessem aplicar a cobrança dêstes dízimos a Provedoria da Comarca de São Paulo, evitando-se por êste modo não só o trabalho que se lhe seguia, mas os pleitos que corriam entre o rendeiro dos dízimos nas Minas Gerais com o de Santos e São Paulo

. lhes pareceu preciso recorrer a mim esperando que eu lhes desse remédio pronto e provisional para que com êle não só evitasse os pleitos que correm sôbre êstes dízimos das minas novas, mas a êles também se lhes seguisse o sossêgo sabendo a parte certa aonde haviam de fazer os seus pagamentos, parecendo de justiça, sendo aquelas minas novas descobertas pelos moradores naturais da Cidade de São Paulo e as roças delas plantadas pelos mesmos e mais próxima à Cidade de São Paulo, se applicassem à Provedoria da mesma Cidade . .

. me pareceu resolver que os dízimos das roças de Pitangui e Pará, que ficarem do dito Rio de Pitangui para a parte do sul, pertençam à Provedoria da Fazenda de Santos e São Paulo e se arrendarão em ramo separado, para se cobrarem na dita Provedoria, cujo Provedor de Santos e São Paulo será seu Juiz em tôdas as causas que se moverem pertencentes aos dízimos ou Fazenda Real daqueles distritos

. e pelo que toca ao pleito e pretensão que o rendeiro dos dízimos das terras das Minas Gerais pretende sôbre os frutos das terras de Pitangui, chamadas minas novas, o rendimento dêstes dízimos se porá em depósito pelo Provedor da Fazenda de Santos e São Paulo para que, ouvindo-se as partes, se hajam de remeter as razões de uns e outros a esta Bahia e Provedoria Geral do Estado para nela se resolver e julgar a dita pretensão, havendo-se procedido até agora nesta parte incurialmente, introduzindo ao Reverendo Bispo do Rio de Janeiro no julgar e dar despachos sôbre êste pleito o que não podia fazer por estarem os dízimos de todo êste Estado do Brasil sujeitos à jurisdição real totalmente separados dos prelados ordinários Bahia de Todos os Santos em os cinco dias do mês de setembro. Ano de mil setecentos e quinze.

— Faço saber aos que esta Provisão virem, que tendo respeito as representações que me fizeram o Juiz, Vereadores e Procurador do Senado da Câmara da Cidade de São Paulo, por serem tôdas dirigidas ao aumento das rendas da Real Fazenda de El-Rei meu senhor, sossêgo e quietação daqueles povos além de outras razões, conducentes ao mesmo fim, me pareceu resolver que os dízimos dos frutos que se cultivam nas minas novamente descobertas no Pitangui e Pará se apliquem à Provedoria de Santos, São Vicente e São Paulo, em a qual hão de ser arrematados e cobrados pelo Provedor da Fazenda daquela Capitania ante o qual hão de correr os pleitos que houver sôbre os tais dízimos ou sôbre qualquer outra coisa pertencente à mesma Fazenda Real que naqueles distritos se moverem me pareceu resolver que na mesma forma em que as causas pertencentes à Fazenda Real hão de ter o seu recurso na Provedoria de Santos, São Vicente e São Paulo, tôdas as mais causas cíveis ou crimes que não pertencerem à dita Fazenda Real terão o seu recurso na Ouvidoria de São Paulo na mesma forma que o tem tôdas as que se movem no distrito pertencente à dita Ouvidoria como se este distrito das minas novas do Pará e Pitangui estivesse já incluído e assinado à dita Ouvidoria de São Paulo Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos em os cinco dias do mês de setembro, ano de mil setecentos e quinze.”

Vinha o Governador Dom Brás Baltasar da Silveira manobrando os paulistas com tato e habilidade, pois sentia sangrar nêles a ferida proveniente da luta contra os emboabas.

Dizia a Bartolomeu Bueno, em carta de 10/II/1714:

— “Da Cidade de S. Paulo escrevi a V. M. dizendo-lhe que em chegando a estas Minas procuraria dar as providências de que necessitasse o País; o meu ânimo não é outro mais que o de procurar a V. M. e a êsses moradores tôda a quietação e o sossêgo em que devo conservar todos os vassallos de Sua Majestade, e para este efeito desejava passar a essas partes sem a menor dilação; mas por razão dos importantes negócios do serviço de Sua Majestade a que devo acudir, não poderei fazer esta jor-

(3) DOCUMENTOS HISTÓRICOS, Min. da Educação e Saúde, 1945, Vol. LXX, págs. 236/42.

nada senão para depois da Páscoa próxima e, no entanto me informará V. M. miudamente do estado dêsses descobrimentos e do de que necessitam para sua conservação êsses moradores, certificando-os de minha parte que não omitirei cousa alguma que possa conduzir ao seu sossêgo e maiores utilidades. Deus guarde a Vossa Mercê. Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, 10 de fevereiro de 1714.” (4)

Ele não contrariava nem contraditava os paulistas. Protelava resoluções quando em desacôrdo com as pretensões dêles. Assim, no caso dos dízimos, havia ordenado ao Procurador da Vila de Santos, em 18-IX-1713, suspendesse a *arrematação dos dízimos das novas minas de Pitangui até segunda ordem*, por ser preciso que êle passasse primeiro às Minas Gerais e se informasse de alguns particulares que tocavam à mesma arrematação.

Escreveu, também, ao Vice-Rei que *tinha intenção de arrematar separadamente os dízimos de Pitangui*. (5)

Por outro lado, não proibiu peremptoriamente que se abrisse a picada de São Paulo a Pitangui. Recomendou jeitosamente a Amador Bueno que se abstinésse da fatura dêste caminho e não inovasse *cousa alguma até segunda ordem*, pois a *abertura dêste caminho pende da resolução de Sua Majestade, que Deus guarde*, a quem dava conta dêste particular, que êle só deve resolver. (6)

Foi benéfica esta política moderadora. No final das contas, tudo se ajustou, sem quizílias, aos interêsses reais.

Pelas datas das provisões do Vice-Rei não se poderá argüir de anacrônicas essas ilações, mormente se se considerar que, entre a representação dos oficiais da Câmara de São Paulo e a lavratura das provisões, decorreu tempo suficiente para mudar o curso dos fatos.

Basta a leitura da carta do Vice-Rei dirigida a Dom Brás, em 30 de março de 1716, para verificar-se como as notícias de cá chegavam atrasadas à Cidade de Salvador e como os atos do Vice-Rei eram recebidos aqui inoportunamente:

— “Recebi a carta de Vossa Excelência de 30 de dezembro em que me dá conta de haver também recebido as minhas provisões sôbre o Distrito do Pitangui, que nêles estava ao distrito da Câmara de São Paulo e Pro-

(4) A.P.M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — Códice 9:7.

(5) *Idem*, *ibidem* — Códice 9:3 verso.

(6) *Idem*, *ibidem* — Códice 9:3.

vedoria de Santos e as razões que para isso tive, dei a Vossa Excelência, as quais foram só pelos requerimentos da Câmara, mas por informes que aqui tomei de pessoas desinteressadas e práticas naquele país, mas para mim sempre é mais certo e indubitável as de Vossa Excelência e, assim me parece, obrou Vossa Excelência bem em não dar cumprimento à minha Provisão, visto os inconvenientes que se lhe ofereceram e as ordens que tem de Sua Majestade, e também vejo que pelas mesmas criou Vossa Excelência a Vila de Pitangui, e arrematou os dizimos reais nessas minas e, como Vossa Excelência obrou em tudo segundo as ordens que tinha, não tendo nesse particular que lhe dizer, senão que siga em tudo as ordens que tem do dito Senhor mas eu sempre aprovarei tudo o que Vossa Excelência obrar, e confessarei por mais acertado as suas disposições.” (7)

Como se viu em capítulo anterior, os próprios moradores solicitaram, por duas vezes, ao Governador Dom Brás criasse vila no Pitangui e a subordinasse à jurisdição da Comarca de Sabará.

Instalada a vila, não mandaram Procuradores às Juntas de 4 de fevereiro, 13 e 18 de maio do ano de 1715, e 22 de julho de 1716, 16 de junho de 1718 e 24 de outubro de 1720, tôdas sôbre a forma de pagamento dos reais quintos.

Perduraria durante quase um decênio o espírito de rebeldia dos moradores parciais de Domingos Rodrigues do Prado.

Prova desta rebeldia é a carta do Governador Dom Brás aos Oficiais da Câmara:

— “Entendo em que V. Mercês, como bons vassalos de Sua Majestade, cediam de sua teima, mandando Procurador ao ajuste dos reais quintos, que se fêz em Vila Rica e a sua repartição que se ordenar nesta, e vendo a sua obstinação, não posso deixar de dizer a V. Mercês, que, cada vez reconheço com maior evidência que são filhos da rebeldia, pois não bastam os exemplos de leais vassalos que se acham nestas minas para V. M. ces pagarem a Sua Majestade o que lhe é devido dos reais quintos, sendo certo que o dito Senhor de nenhuma forma os há de perder, pois devem e pode pagar-se do que é seu e castigar com rigorosa mão quem como VV. Mercês o des-

(7) DOCUMENTOS HISTÓRICOS, Ministério da Educação e Saúde, 1945 — Volume LXX, página 329.

conhece por seu soberano, faltando-lhe com o pagamento que por seu direito natural e político lhe é devido.

V. Mercês já devem ao dito Senhor cinco arrôbas de ouro do ano antecedente e duas do que corre do termo que lhes remeto e assim podem tomar as medidas convenientes, desenganando-se de que Sua Majestade nas fazendas de V. Mercês há de fazer o seu embôlso e não queiram V. Mercês que o dito Senhor a respeito do seu procedimento faça a função de Rei e não de Pai, como até agora tem feito com V. Mercês, perdoando-lhes os repetidos insultos, que tem obrado, o que agora não sucederá. Deus guarde a V. Mercês muitos anos. Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, 2 de maio de 1717.” (8)

Não só por motivo da miséria do País, mas, sobretudo por causa do espírito revoltoso, êles negavam cumprir as obrigações de vassalos.

Era a Vila, por isso mesmo, amotinada.

Senão, veja-se a carta do Conde de Assumar a Sua Majestade, datada de 9 de dezembro de 1717:

— “Senhor como de presente sucede em Pitangui, que depois do meu antecessor lhe buscar todos os meios para os trazer a razão de pagarem quintos, há dois anos que os não pagam, e ultimamente a Valentim Pedroso, a quem se tinha encarregado aquela cobrança o mataram seu sogro e cunhados, porque foi defender a seu irmão Jerônimo Pedroso, Juiz-Ordinário daquela Vila, que também feriram com uma bala por se empregar na mesma diligência, e levantado o povo daquela Vila persistiram em não pagar, e me asseguram que estão com sentinelas pelas estradas, temerosos de que com êles se executem o que merecem, mas eu determino logo fazer com aquêle povo tôda a demonstração possível com o castigo que merece um procedimento tão estranho, porque se não pegue um tal contágio às outras Vilas, tão perniciosos aos interesses de Vossa Majestade...” (9)

Houve tempo em que os moradores foram-se retirando de modo a não restar nela mais do que *sessenta*, pelas informações que tinha o Ouvidor-Geral da Comarca de Sabará. E, premiados pelas

(8) A.P.M., Seção Colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — *Códice* 3:49 v.o.

(9) Idem, ibidem — *Códice* 4:493.

repetidas ordens de cobrança das 3 arrôbas dos quintos reais do ano de 1715, fizeram os ditos moradores seus requerimentos à Câmara e protestos, do que não se lhe deferindo, deixavam todos aquela conquista em termos de se perderem as conveniências de Sua Majestade. (10)

Nesse mesmo ano, repetir-se-ia o abandono da Vila por grande número de moradores, fugidos para os currais da Bahia, impossibilitando-se a cobrança integral dos reais quintos, consoante vem em carta do Governador ao Vice-Rei, Bartolomeu de Sousa Mexia:

— “Por carta minha de 15 de fevereiro de 1718, avisei V. S. as dificuldades que se ofereciam para se cobrar o resto dos quintos que se ficava devendo a Sua Majestade, não só pela visível impossibilidade do povo de Pitangui, como pela má administração antecedente das Câmaras e também pela miséria de alguns, que fugiam e largavam as suas casas no tempo da cobrança, ausentando-se para os currais e outras partes distantes, onde se lhe não pode dar alcance, e suposto parece que alguns bens deixassem de que se pudesse ressarcir esta perda, como estes são negros fogem com êles e as casas são como choupanas de pastores, cobertas de feno, que não tem valor algum...” (11)

Ocorreu no ano de 1718 a mais séria ameaça de destruição da Vila. Os sediciosos não queriam admitir o Brigadeiro João Lôbo de Macedo como Regente da Vila e pretendiam eleger um Capitão-mor que os governasse.

Irritou ao Conde de Assumar essa desobediência a ponto de escrever aos camaristas, em 8 de setembro de 1718, anunciando que mandaria incendiar a Vila para que dela não houvesse mais memória. (12)

Em carta datada de 9 de dezembro, admoestou a Diogo da Costa Fonseca:

— “... que V. M. já como Patriarca dessa Vila procure sossegá-la se a não quer ver destruída.” (13)

Chegou a ordenar ao Ouvidor-Geral da Comarca do Rio das Velhas, em 18 de setembro, que seguisse com tropas para a Vila amotinada, para devassar crimes e punir revoltosos, *porque para Sua*

(10) A.P.M., Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 6:55.

(11) *Idem, ibidem* — Códice 11:141.

(12) *Idem, ibidem* — Códice 11:47.

(13) *Idem, ibidem* — Códice 11:48.

Majestade mais conveniente lhe será que a não haja, que ter ali um contínuo fermento de rebelião.

Era incipiente a Vila. Pouco populosa e mal arranjada, constituída de casas rústicas e, em sua maioria, cobertas de palha ou capim. Não seria tarefa difícil queimá-la ou arrasá-la. Mais tarde, daria o Conde de Assumar provas de que era capaz dêsse feito. Depois de dominar os revoltosos de Vila Rica, mandou incendiar a vila de Pascoal Guimarães, sita no local hoje chamado de *Morro da Queimada*.

Não tiveram os amotinadores receio das ameaças do Governador. Permaneceram sublevados. Assassinarão Diogo da Costa da Fonseca, em fevereiro de 1719, e, no mês de agosto, expulsaram violentamente o Brigadeiro João Lôbo de Macedo, conforme registrou o cobrador dos quintos reais no distrito de Pitangui:

— “... e assim mais João Lôbo de Macedo não pagou também os vinte negros que deu nesta lista por fugir uma noite desta Vila antes de ter pago os ditos quintos por um levantamento que houve nela.” (14)

Por último, assassinaram o Juiz-Ordinário Manuel de Figueiredo Mascarenhas.

Era a revolta.

Não teve o apoio de todos os habitantes. Ao contrário, manteve-se a maioria fiel e obediente às obrigações de vassalos. Constituía-se dos homens principais da Vila, como Antônio Rodrigues Velho, Garcia Rodrigues Pais Betting, Joseph Ferraz de Araújo, Francisco Bueno de Camargo, Lourenço Franco do Prado, Luís Alves Colaço, Antônio Ribeiro da Silva, Manuel Prêto Rodrigues, Antônio Leme do Prado, Miguel de Faria Sodré, Júlio César Moreira, Joseph de Campos Bicudo, Joseph Rodrigues Betim e outros.

Os levantados eram também homens de peso, principalmente o cabeça — Domingos Rodrigues do Prado.

Pegaram em armas com Domingos Rodrigues do Prado:

Sulpício Pedroso Xavier, Bento Pais da Silva, Estevam Furquim, Luís Pedroso Furquim, Gaspar de Godói Moreira, Francisco Pedro Xavier, Pedro de Moraes da Cunha, Francisco do Rêgo Barros, Gaspar Gutierrez da Silveira, Plácido de Moraes, Joseph Tavares, Roque de Faria, Manuel de Freitas e Alexandre Rodrigues do Prado.

Para debelar a revolta e punir os culpados, o Conde de Assumar providenciou forças, sob a chefia do Ouvidor da Comarca.

(14) A.P.M., Seção Colonial, Livros da Delegacia Fiscal — Códice 38.

Traçou os planos de combate, não se esquecendo de mandar segurar as passagens de rios — Passagem do Cego, do Joseph e do Borba — a fim de impedir a fuga dos revoltosos.

Em carta de 5 de dezembro de 1719, explicava ao Ouvidor Bernardo Gusmão:

— "... Eu desejava muito que Pitangui fôsse exemplo vivo à estas minas de como se castigam semelhantes desordens; mas confesso a V. M. que há três ou quatro dias, que ando titubeando sem saber atinar como isto há de ser, e o que me confunde, não é o modo de atacá-los, senão o de surpreendê-los, que vejo ser quase impossível: a idéia que eu tinha, era juntar uns bons mateiros que há no Rio das Mortes e dar-lhes por aquela parte com força, pelo caminho que vai para Pitangui.

A Sebastião Carlos, encomendar-lhe a mesma diligência pela Itabira, marchar daqui a Companhia de Dragões e alguns dias antes mandar daí paisanos fiéis assegurar as três passagens: do Borba, do Cego e a de Joseph Vieira, pondo em tôdas, da parte de cá as canoas e prender o dito Joseph Vieira, para que não desse aviso, porque me dizem que êle é má fazenda.

Nesta forma entraria V. M. a fazer os atos judiciais que fôssem necessários acompanhado da Companhia de Dragões, mas tudo isto fôra mui bem feito em qualquer país, se os paulistas não fôssem *bichos do mato*, que estão agora com o faro acêso e que qualquer fôlha de árvore que bula os fará meter nos matos e pelo Rio Pará acima, que tem navegação para São Paulo, malogrando-se tôda a nossa diligência, fugindo os malfeitores para parte onde se não podem colhêr.

Contudo como o castigo é indispensável e me parece preciso que a Justiça mostre ocasião que nenhuma matéria a detém para mostrar o rigor que merecem aquêles rebeldes; a vista dessa idéia que descubro a V. M. me dirá se descobre outro meio melhor e mais seguro, porque se o houver, não ponho dúvida em abraçá-lo; entretanto, será preciso que o material esteja em segredo, e advirto a V. M. que para esta expedição não convém que João Lôbo tenha parte nela, quando todo êste govêrno está persuadido que se não fôra a sua altiveza e os despropósitos que fêz em Pitangui, nunca chegaria a ver-se tão revôlto, sem mais perturbação que aquela que êle foi causa e pareceria a cousa escandalosa se êle fôsse nesta ocasião, porque entenderiam todos que mais se fomentava

a vingança do que se procurava a justiça; isto suposto, veja v.m. se descobre outro qualquer meio, que neste nunca hei de consentir.

"V.m. lá está mais ao pé da fonte e sabe quais são os fiéis que o podem aconselhar nesta matéria, sem a divulgarem e reconhece a importância da matéria, à vista disto não tenho que recomendar-lhe.

"Se v.m. pudesse achar meio de se agarrar em Pitangui a Domingos Rodrigues do Prado e Sulpício Pedroso, seria cousa mui essencial fazer um exemplo severo naqueles dois cabeças, que tenho para mim, são os maiores de tôda esta desordem, seria um feito soado se tal se conseguisse, para por freio às insolências dos Paulistas..." (15)

Partiu o Ouvidor com os soldados dragões e cêrca de 500 paisanos.

Sua marcha foi tranqüila até chegar ao Rio de São João, duas léguas distante da Vila. Nesse local (hoje conhecido com o nome de Ponte do Barulho) estava Domingos Rodrigues do Prado "fortificado com uma forma de trincheira e na testa dela uma praça forte com uma multidão de gente junta, uns vagabundos, outros carijós do gentio da terra, e outros constrangidos que se tinha convocado." (16)

Antes de dar combate, tentaram as forças do Ouvidor romper os matos em direção à Vila; mas, êstes também estavam tomados por entricheiramentos. Acometeram, então, as trincheiras dos revoltosos e, ao cabo de luta dura e difícil, saíram vencedoras.

"Franqueadas as estradas, entrou o Ouvidor na Vila" e tirou "com todo o sossêgo e quietação as devassas dêstes e de vários delitos antecedentemente cometidos", narra o Conde de Assumar. (17)

Felizmente, foi poupada a Vila.

Tivessem os revoltosos apoio de todos os moradores e pudessem estabelecer nela suas fortificações, ter-se-ia segunda Tróia.

Parece, a Vila não progrediu no correr dos anos e continuou sendo *flagelo dos governadores*.

No ano de 1736, o Governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença sugeriu a Sua Majestade a conveniência de sua supressão:

(15) Apud Feu de Carvalho — OCORRÊNCIAS EM PITANGUI, São Paulo, 1931 — Página 74.

(16) *Idem, ibidem* — Página 98.

(17) *Idem, ibidem* — Página 99.

— “É verdade quanto alega a Câmara de Pitangui sobre a falta de rendas para as despesas mais precisas, porque consistindo nas Minas as rendas dos Conselhos uma imposição de um quarto de oitava de ouro, ou como vulgarmente se aplicam, meia pataca, e nas rendas da aferição e cadeia, está hoje tão diminuta a povoação desta Vila que padecem todos estes efeitos muito tênue quantia. Não pode ter efeito algum a sesmaria em que falam, porque quando com a experiência de se aumentar esta povoação com novos descobrimentos de ouro se erigiu Vila, já estavam ocupadas e cultivadas as terras circunvizinhas. Parecia-me se extinguisse esta Câmara, ficando só por eleição trienal um Juiz, que juntamente o fôsse dos órfãos, conservando-se somente um tabelião e meirinho, porque os cinco ofícios de Escrivão da Câmara, Escrivão da Almotaçaria, Tabelião e Escrivão dos Órfãos, apenas sustentam uma só pessoa, que os serve todos e que o Juiz exerce a mesma jurisdição que usam os do Papagaio e São Romão. Vossa Majestade resolvera o que achar mais conveniente ao seu Real Serviço. Vila Rica, 21 de julho de 1736.” (18)

Não foi extinta. Amparou-a e conduziu-a ao seu auspicioso destino a sua gloriosa padroeira — Nossa Senhora da Piedade.

(18) A.P.M., Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 44:107.

3 — REGÊNCIA DA VILA

Surgiram com Dom Brás Baltasar da Silveira as primeiras providências administrativas no descobrimento de Pitangui visando ao sossego dos moradores e ao estabelecimento das justiças de Sua Majestade.

Em 1.º de fevereiro de 1714, escreveu a Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, comunicando-lhe que, chegado às Minas, tomaria as medidas indispensáveis à quietação das minas de Pitangui e pedia-lhe informações pormenorizadas do estado daquele descobrimento e das necessidades dos moradores. (1)

Prestes lhe chegou a resposta do bravo cabo paulista, pois a 5 de abril, acusava duas cartas dele e prometia mandar o Sargento-mor Engenheiro Pedro Gomes Chaves como observador do governo e encarregado de *definir a justiça a quem couber*. (2)

Na mesma data e sobre o mesmo assunto, escreveu ao Guardamôr Francisco Jorge da Silva, ao Capitão Domingos Dias da Silva e a Maximiano de Góis e outros.

Como havia prometido, despachou a 9 de abril o Engenheiro Pedro Gomes Chaves para o nascente Arraial de Pitangui, com instruções relativas à repartição de datas de terras minerais e ao apaziguamento dos moradores, já referidos em capítulo anterior e de que transcrevemos outros itens, de números 4 a 7:

— “V.m. advirtirá aos ditos moradores, tirem carta de sesmarias das terras que já ocuparem ou pretenderem de novo, pois com este título ficarão possuindo legitimamente as terras, das quais não poderão ser expulsos em nenhum tempo, satisfeitas as condições compostas das mesmas cartas de sesmarias.

— “Porque convém que eu saiba o número de gente que se acha nessa paragem, v.m. me remeterá uma lista de todas com a maior clareza.

(1) APM — Seção colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 9:7.

(2) *Idem, ibidem* — Códice 9:10.

— “Nos despachos que mandou expedir a v.m. se declara que tôdas e quaisquer pessoas devem obedecer a v.m., e para que estejam nesse conhecimento fará v.m. ler em presença das principais os ditos despachos, porém esta instrução terá v.m. em segredo, porque como em muitos particulares ficam as disposições ao prudente arbitrio de v.m., é conveniente para o respeito das suas resoluções que se não saiba que são premeditadas somente por v.m., mas ordenadas por mim e pelo que respeita a algumas dívidas que os moradores destas minas, pretendem cobrar dos de Pitangui, não se intrometerá v.m. nas cobranças, salvo se eu o ordenar, mas quando haja contendas entre os últimos, sobre dívidas poderá v.m. obrigar os devedores à satisfação com pena que lhe parecer, e para a observância das ordens que v.m. expedir, concedo a v.m. permissão para os bandos nos quais imporá v.m. o castigo que tiver por conveniente.

— “Se forem na dita paragem alguns homens de negócio destas minas, v.m. se haverá com tal indiferença entre êles e os moradores que se não mostre inclinado a uma nem outra parte.

E tudo o que não vai prevenido nesta instrução deixo o acêrto à prudência de v.m., tendo por certo que v.m. desempenhará a grande confiança que faço de v.m., mandando-o a tão importante negócio. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 9 de abril de 1714. D. Brás Baltasar da Silveira.” (3)

Fôra, por conseguinte, o Engenheiro Pedro Gomes Chaves encarregado do governo das minas de Pitangui.

A sua comissão era difficilima e trabalhosa, porquanto lavrava no distrito a desordem conseqüente às disputas de terras mineiras. Teria de lidar com homens audazes e decididos, muitos dêles aventureiros *sem Deus, sem Lei e sem Família*.

Talvez, a mais árdua obrigação, que lhe fôra atribuída em Ordem de 12 de abril de 1714, tenha sido recolher *uma arrôba de ouro* dos quintos reais, tributada às minas de Pitangui no ajuste das trinta arrôbas, em Junta de 12 de abril dêsse mesmo ano e na qual, os moradores não se representaram.

Aos moradores de Pitangui, em Ordem de data supra, mandava Dom Brás Baltasar que obedecessem ao Sargento-mor, *observando*

(3) Feu de Carvalho — *Ocorrências em Pitangui*, página 12.

tôdas as suas ordens sem a isso porém dúvida alguma e contra todos que o desobedecessem, procederia muito severamente. (4)

Não procedeu o Regente a contento do Governador; entretanto vê-se, pela documentação já divulgada pelo probo historiador — Feu de Carvalho, que conseguira aquietar os moradores e não insistira na cobrança da *arrôba de ouro*.

Em julho dêsse ano, recebeu ordem de Dom Brás Baltasar para deixar imediatamente o arraial e começar a feitura de um mapa da Capitania do Ouro.

Houve por bem o Governador, em 1.º de julho de 1714, encarregar a *regência e governo dos moradores* a Bartolomeu Bueno da Silva, Francisco Jorge da Silva, Domingos Rodrigues do Prado e Jerônimo Pedroso de Barros, todos paulistas de boa estirpe e arrojados sertanistas. Incumbiu-os mui acertadamente do recebimento da *arrôba de ouro*.

Em carta de 10 de agosto, novamente lhes recomendava preseteza na remessa do ouro dos quintos reais e lhes determinava:

— *para melhor expedição dos negócios é conveniente que V. Mercês em dois dias da semana, quais lhes parecer, se achem todos na casa de algum de V. Mercês para conferirem e despacharem nela os requerimentos que se fizerem e a forma, do despacho referida observarão V. Mercês sem falta, assistindo pontualmente nos ditos dias, pois do contrário se segue um gravíssimo dano às partes e ao serviço de Sua Majestade.* (5)

Constituíra essa *junta governativa* uma espécie de Câmara, tanto que, na mesma data em que designou os governantes, passou provisão ao Sargento-mor Antônio Pires de Ávila para exercer o officio de superintendente do Distrito de Pitangui (6) e a Domingos Maciel Aranha para o officio de escrivão da superintendência e a Antônio da Silva, para meirinho. (Antolha-se-nos aqui uma explicação às referências sobre o estabelecimento pelos paulistas, à revelia do Governo, de uma *vila*, denominada *Vila Nova do Infante*. Na realidade não houve a fundação da vila. É possível que venham confundindo a tradição dêsse *governo provisório* com a suposta criação de uma vila.)

Na data referida, Dom Brás Baltasar escrevia ao Superintendente Antônio Pires de Ávila, ordenando que continuasse cumprindo o exercício do cargo e fazendo justiça reta, *mas com tal modo que*

(4) APM — Seção colonial, Livros da Secretaria do Governo — *Código* 9:22 verso.

(5) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — *Código* 9:35.

(6) *Idem, ibidem* — *Código* 9:35.

não escandalizasse, tendo sempre com as pessoas principais dêsse distrito as atenções que a mesma justiça permite, porque quanto à expulsão dêle ninguém se atreveria, porque não duvidarão do grande procedimento que terei contra eles se a tal se atreverem, e sempre V. Mercês tirará a devassa dêste caso com grande segredo e me remeterá com toda a segurança. (7)

Além dessas obrigações, deveria supervisionar a repartição de datas de terras e águas minerais na parte chamada *bela*, estando presente o Procurador da Coroa, o Mestre-de-Campo Antônio Prado da Cunha (8); e pôr em arrematação a passagem do Rio Paraopeba e estabelecer a contagem do gado que vinha dos currais da Bahia. (9)

Quanto à cobrança dos 50s., o Superintendente não devia meter-se nisso, pois era atribuição dos governadores. (10)

Sabe-se que Antônio Pires de Ávila (*) exercitou o cargo de superintendente *com boa satisfação e muita verdade.*

Com a instalação da *vila*, ao que parece a 9 de julho de 1715, cessou o exercício dos governadores bem como o do superintendente.

Cabia à Câmara governar os moradores. E as funções de superintendência foi substituída pela de Capitão-mor da Vila e seu Termo.

Embora não houvesse Sua Majestade criado êste cargo na Vila de Pitangui, encontra-se Domingo Rodrigues do Prado exercendo-o por provimento do Governador da Capitania, desde dezembro de 1715 (*Apud* carta patente de Custódio da Silva, de 27 de dezembro de 1715).

A 25 de abril de 1718, o Conde de Assumar escreveu ao Capitão-mor Domingos Rodrigues do Prado estranhando haver a Câmara mandado apenas 1.600 gramas de ouro em lugar de duas arrôbas devidas de quintos e recomendava-lhe o exame dêsse *absurdo*. (11)

Em maio de 1718, Domingos Rodrigues do Prado avisou ao Conde de Assumar que ia retirar-se da Vila de Pitangui, como de fato se ausentou, para sua residência na Vila de Santana de Paranaíba.

(7) *Idem, ibidem* — Códice 9:130 verso.

(8) *Idem, ibidem* — Códice 9:33 verso.

(9) *Idem, ibidem* — Códice 9:34 verso.

(10) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 9:33 verso.

(11) *Idem, ibidem* — Códice 11:30 verso.

(*) Antônio Pires de Ávila foi provisionado, em 15 de março de 1716, no ofício de Superintendente do Distrito de Guarapiranga.

Deliberou o povo aclamar e empossar a Manuel Dias da Silva, filho do Capitão Domingos Dias da Silva, no lugar de Capitão-mor, em represália à notícia de que o Brigadeiro João Lôbo de Macedo estava provisionado *Regente da Vila*.

Note-se que o Brigadeiro João Lôbo de Macedo era reinol e contava com notável acêrvo de serviços prestados à Sua Majestade.

Manuel Dias da Silva foi acerbamente advertido pelo Conde de Assumar, em carta de 8 de setembro:

— “*Se não chegasse ao seu conhecimento que êle aceitara o lugar de Capitão-mor para empossar com mais presteza a João Lôbo de Macedo, conforme suas ordens, descarregaria sobre sua pessoa toda a indignação de que estava possuído.*” (12)

Houve tremenda oposição à posse de João Lôbo de Macedo, o qual trazia as instruções que copiamos a seguir:

1.º) Logo que chegar à Vila de N. S. da Piedade de Pitangui, apresentará na Câmara e diante dos homens principais a patente que leva e lhes segurarà que as ordens com que o mando são para melhor estabelecimento daquele povo, e em ordem a sua quietação e sossêgo para evitar as contendas e controvérsias que entre uns e outros pode haver, como também para por sua via ser informado das representações que a Câmara e alguns particulares me fizeram, tanto sobre as cousas em que se oferece dúvida sobre a fábrica de Garcia Roiz Pais, quanto sobre quaisquer outros negócios, que ali correm.

2.º) Segurarà a todos aquêles moradores o grande desejo que tenho de ver povoadas aquelas minas, persuadindo-os de bom ânimo com que nisto estou, suposto o bando e indulto que lá mandei publicar, e com a sua capacidade e bom modo lhes fará persuadir o quanto sou inclinado aos Paulistas para os favorecer em todos os negócios em que tiverem justiça, e o quanto o reconheço os grandes serviços que têm feito a Sua Majestade no descobrimento destas Minas.

3.º) Procurará quanto lhe fôr possível que aquêles moradores se situem em partes estáveis e duradouras, e que não andem vagabundos, como é costume nos Paulistas, porquanto o que será mui conveniente usar com eles, de afabilidade e cômodo, e tratá-los em tôdas as matérias mais com brandura que com rigor, porque, sendo os

(12) *Idem, ibidem* — Códice 11:47 verso.

ditos Paulistas naturalmente temerosos e que facilmente se receam de qualquer cousa, por isso é necessário quanto fôr possível desassombrá-los.

4.º) Fará muito porque os Paulistas façam trabalhos minerais na forma em que se fazem nestas Minas, com serviços de água, porque este será o caminho de estarem mais permanentes e de não andarem sempre divagando pelos matos, para o que será bom ver se se podem associar com os Reinóis para desfazer a oposição que há entre uns e outros, cuja união lhe hei por mim recomendada como matéria das mais importantes, porque das desuniões entre os vassallos se seguem consequências perniciosas à República.

5.º) Procurará que nas eleições da Câmara entre sempre igual número de Reinóis que de Paulistas, havendo-os capazes, advertindo que sobre isto há ordem expressa de Sua Majestade.

6.º) Se concorrerem algumas famílias, que de novo vierem estabelecer àquela Vila na forma do meu bando, procurará que sejam bem tratados e que se lhes franqueiem tôdas as cousas quanto fôr possível, por animar a outros a que concorram para ali e fará guardar inviolavelmente o dito bando, sem que se falte a circunstância nenhuma dêle, por que disto dependerá o concorrer mais gente para ali.

7.º) Como naquela Vila há pessoas que pelos seus crimes vivem receiosos e poderão temer que o dito Brigadeiro os remeta presos, procurará segurá-los que não leva ordem nenhuma contra elles, mas não lhes prometterá cousa nenhuma de positivo.

8.º) Ao Guarda-mor Garcia Rodrigues Pais concedi uma previsão para estabelecer uma fábrica de mineração com fogo no Morro do Batatal, na forma que verá da dita previsão, sobre a qual se tem movido algumas dúvidas na Câmara daquela Vila não lhe querendo dar posse da graça que lhe fiz, com o pretexto de que a dita previsão compreende quase tôdas as terras da dita Vila, e que isto embaraçará os que de novo se vierem estabelecer, e que faz prejuízo aos que já estão estabelecidos, sobre o que terá entendido o dito Brigadeiro, que a mesma previsão diz que será sem prejuízo de ninguém, e assim o administrador da tal fábrica pretendendo lavrar nas terras que algum morador ocupar presentemente lhe consentirá, e como se esta fábrica tiver efeito, há de ser de grande

utilidade não só para a Fazenda Real, mas para os vassallos de Sua Majestade, fará muito por que ela chegue à execução para que a experiência me desengane se convém fazê-la a outros, e por isso quando as dúvidas se ponham em maior questão, militaré terras no dito Morro do Batatal, nas partes que estejam devolutas, ainda que dantes fôsem ocupadas por alguns moradores, porque convém muito que assim se efetue; a outra opposição que se punha à dita previsão sobre as lenhas procurará desvanecer persuadindo àqueles moradores que o tirarem-se as lenhas das suas terras não é dar-se o senhorio delas ao Administrador e sobre tôdas as mais cláusulas da previsão, sobre que houver controvérsia, procurará que as partes se ajustem amigavelmente; e que ambas as partes fiquem contentes, e satisfeitas, sem se perturbarem umas ou outras nos seus trabalhos.

9.º) Tenho notícia que para aquela Vila se vão estabelecer alguns religiosos de diferentes ordens, o que não consentirá de nenhum modo, e quando algum dêles tenha repugnância de sair pela sua ordem, mo remeterá em custódia para serem levados a seus conventos; procurando se tratem pelo caminho com toda a decência devida ao seu caráter.

10.º) Neste princípio convém muito que o dito Brigadeiro João Lôbo se haja com toda prudência com todos os moradores para que elles conheçam que vai de paz e quietação, só a sossegar as suas controvérsias e pacificar as suas contendas, e não com ânimo rigoroso de castigar nem perturbar a ninguém, e esta matéria lhe hei sobre tôdas por mui recomendada, porque só assim se conseguirá o aumento daquele país.

11.º) De tôdas as matérias de consequência e assim mesmo do que ficar resoluto da previsão de Garcia Roiz Pais me dará parte, com declaração que nas matérias em que houver dúvida maior fará que as partes sosseguem até resolução minha.

12.º) Aos moradores que de novo vierem ali estabelecer lhes ordenará que tirem Cartas de Sesmarias da Secretaria dêste Governo para que a posse das terras que ocuparem lhes seja firme e estável.

13.º) E tudo o demais que não vai prevenido nesta instrução se deixa ao bom modo e capacidade do dito Brigadeiro e ao grande zelo com que reconheço serviu sempre a Sua Majestade em todos os empregos e esperan-

do da sua pessoa, de quem faço tôda confiança, que nesta matéria obre tal sorte e com tanto acêrto que tenha muito que lhe agradecer e motivo para representar a Sua Majestade, que Deus guarde, os serviços que nisto lhe fizer. Vila do Carmo, 28 de julho de 1718. Conde D. Pedro de Almeida." (13)

Chegou o Governador a recomendar, em 18 de setembro, ao Ouvidor-Geral da Comarca do Rio das Velhas, que seguisse logo com força armada suficiente, para por ordem na Vila de Pitangui; entretanto, quatro dias depois, comunicava ao mesmo Ouvidor que o Brigadeiro João Lôbo de Macedo havia *entrado na Vila, tomado conta da Câmara e serenado o povo amolinado*. (14) Por êsse motivo deixava ao arbítrio dêle Ouvidor castigar o povo agora ou depois. Finalmente, em carta do dia 27, sugeriu ao Ouvidor o adiamento da diligência.

Não soube João Lôbo de Macedo atuar de modo a apaziguar o povo e desastradamente, contrariando ordens recebidas, indultou os amotinadores.

Foi expulso da Vila em outubro de 1719 pelo povo revoltado.

O Conde de Assumar mandou prendê-lo a fim de averiguar a sua responsabilidade na sublevação dos moradores de Pitangui. Escreveu à Câmara, em 13 de novembro, mandando que elegessem três sujeitos paulistas e três reinóis, dos mais capazes, para dentre êles escolher um para Capitão-mor da Vila.

Estranhou, por outro lado, que a Câmara *com as pessoas principais que antecedentemente serviram nela e outros que pela sua obrigação deviam de atender à de vassalos leais de Sua Majestade se não resolvessem rebater as insolências do povo*. (15)

Indicou a Câmara três pessoas:

— Domingos Rodrigues do Prado, seu irmão Alexandre Rodrigues do Prado e Bartolomeu Bueno Calhamares, que não podiam agradar ao Governador.

Havia Domingos Rodrigues do Prado regressado à Vila e fomentava a rebelião contra o govêrno, tendo como principal companheiro Sulpício Pedroso.

(13) Feu de Carvalho — *Obra citada*, páginas 45/48.

(14) A.P.M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — *Códice* 11:53 verso.

(15) A.P.M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — *Códice* 11:167 verso.

Viu-se o Ouvidor-Geral, Dr. Bernardo Pereira de Gusmão, na contingência de marchar para Pitangui, aguerreado com tropas, paisanas e com os soldados dragões recém-chegados às Minas Gerais.

O Conde de Assumar traçou tôda a estratégia da expedição punitiva, inclusive a tomada das passagens de rios e os caminhos.

Marchou a expedição nos primeiros dias de janeiro de 1720. Cêrca de duas léguas da Vila, em local escabroso e coberto de densa vegetação, sito no caminho e à margem do Rio de S. João, estavam os paulistas entrincheirados e em posição de combate. (*)

O Ouvidor e sua gente não haviam sido molestados até atingir essa altura do caminho. Ele tentou evitar o combate. Na impossibilidade de romper os matos e alcançar a Vila, mandou limpar o caminho a poder de armas.

Os paulistas foram derrotados.

Seguiu o Ouvidor para a Vila e nela se aposentou, abrindo devassa e deferindo a justiça de El-Rei.

O Conde de Assumar historiou para Sua Majestade as alterações dos paulistas, conforme se vê na carta que transcrevemos a seguir:

— "Senhor. Como êste govêrno tem uns braços tão dilatados, não é muito que nas partes separadas do centro e que não podem ser animadas com a presença dos Governadores e Ministros socedam muitas vêzes as desordens de que é causa a mesma distância.

§ Os anos passados estava por Capitão-mor da Vila de Pitangui Domingos Roiz do Prado, natural da Comarca de S. Paulo, homem régulo e por natureza matador insigne e motor principal das revoluções, que sempre houve naquele distrito, e ainda que quando entrei neste govêrno logo me chegaram queixas do seu mau procedimento, na impossibilidade de colhê-lo para castigá-lo ou de retirá-lo dali, usei com êle de tôda a docilidade que me foi possível, obrando nesta parte mais constrangido da necessidade que obrigado da razão; e assim manteve quase um ano, até que por suas conveniências particulares

(*) Esse local está situado em frente à hoje chamada Ponte do Barulho. O apelido da ponte nada tem a ver com a Revolta de 1720. Sua história é outra e prende-se às dificuldades para obter-se permissão de tirar terra necessária ao atêrro da ponte. A ponte situa-se no Rio de São João, abaixo da barra do Córrego da Onça.

êle mesmo se retirou para recôncavo de São Paulo, e eu que não desejava outra cousa, dei graças a Deus da sua resolução porque enquanto ali estava aquêlê homem, não havia forma de executar em cousa alguma o serviço de Sua Majestade, nem cobrar quintos, como era razão, porque cada um pagava o que queria e êle sempre o que se dizia às gentes daquela Vila a que não pagasse e além disso era aquêlê distrito um dos coutos de todos os criminosos dêste govêrno.

§ E nesta conjuntura me pareceu mui oportuna para lá mandar a João Lôbo de Macedo que governasse aquêlê distrito como Capitão-mor, por entender que sendo homem nascido na Província do Minho e haver servido de Ajudante de Tenente em Pernambuco com o Governador D. João de Sousa, e de Capitão de Infantaria no Rio de Janeiro, daria melhor conta de si que qualquer dos dêste país, sem mais práticas que o de minerarem, e era todo o meu fim atrair para Pitangui muitos Reinóis, porque sendo aquela Vila tôda composta de rústicas habitações sempre tem pouca forma, porque a sua vida e a natural propensão que têm de andarem pelos matos, fêz que as suas povoações não sejam persistentes e aquela merecia tôda a atenção por ser umas minas de muito rendimento, ainda que dificultosas, e só os Reinóis como mais ativos podiam animar-se a empreender trabalhos grandes na esperança das conveniências que prometem; mas, passado um ano que Domingos Roiz do Prado se tinha retirado, voltou para Pitangui e não sofrendo ver a João Lôbo no lugar que êle largara e de que tinha feito demissão, por uma leve desconfiança urdiu de sorte as causas com outros da sua facção e muitos levados, pela força daquele Régulo, expulsaram a João Lôbo quase com perigo de sua vida.

§ Dilatei quase quatro meses o castigo daquele atentado na certeza de que com qualquer movimento que fizesse, se retiravam e fugiam os criminosos, antes procurei mostrar-lhes tôda a moderação. Escrevi à Câmara que como aquêlê distrito era tão separado dêste govêrno e eu não tinha conhecimento dos sujeitos capazes, me nomeassem alguns que tivessem capacidades e propósito para os reger como Capitão-mor.

§ A Câmara igualmente receiosa que o Povo, não tomava resolução nenhuma sem a conferir com o dito Prado, os nomeou a êle em primeiro lugar, em segundo a

um irmão seu que pouco havia tinha morto a Carlos Pedroso em Taubaté, homem de muito propósito e que tinha servido a Vossa Majestade na casa de quintos que houve naquela Vila, e em terceiro lugar a um fulano Calhamares do seu séquito.

§ Todos êstes me não acomodavam para o fim que desejava da paz e quietação, demorei o provimento sem o fazer em ninguém e, entretanto, Domingos Roiz do Prado por suspeitas que teve de que o Juiz Ordinário Manuel de Figueiredo Mascarenhas me dava parte das desordens que lá havia, foi a sua casa com bastante gente e nela o assassinou cruelmente, sendo um dos principais da Bahia e deixando quatro filhas donzelas ao desamparo.

§ O Ouvidor do Rio das Velhas, a cuja Comarca pertence Pitangui, pedindo-me lhe desse ajuda para ir tirar devassas de tão inauditas desordens, como aquêlê e outros homens cometiam sem temor de Deus e das Justças de Vossa Majestade.

§ Chegou nesse tempo do Rio de Janeiro o Capitão Joseph Roiz de Oliveira com vinte e três dragões montados em mui boa ordem, e depois de alguns dias de descanso o mandei que fôsse dar tôda ajuda e favor que fôsse necessário ao dito Ouvidor e para assegurar melhor aquella expedição mandei pelo Ajudante de Tenente com alguma gente do país tomar as passagens do Rio Paraopeba, porque já havia notícia que o dito Domingos Roiz do Prado as tinha com guardas temeroso do castigo; o dito Ajudante de Tenente se fêz senhor delas sem achar ninguém que se lhe opusesse e o dito Ouvidor partiu com os dragões e alguma gente mais que o acompanhou e chegando todos ao Rio de São João, duas léguas antes de entrar em Pitangui, acharam Domingos Rodrigues do Prado fortificado da outra parte com uma forma de trincheira e na testa dela uma praça forte, com uma multidão de gentes juntas, uns vagabundos, outros carijós do gentio da terra, e outros constrangidos que se tinham convocado sob pena de morte, e estando as cousas em tom de defesa me avisou o Ouvidor que buscara os meios possíveis para evitar aquela paragem e não se entender que êle ia a dar uma batalha senão a fazer justiça na forma das leis de V. Majestade e que para isto rompera matos para se introduzir na Vila sem estrépito militar, mas tanto os matos como as estradas estavam tomados

com forma de entrincheiramento, o que é facilíssimo de fazer neste país, em breve tempo, onde os caminhos são mui estreitos e de uma e outra banda tem bosques espessíssimos e de infinita extensão; nestes termos foi forçoso ao Ouvidor mandar atacar a trincheira, o que fizeram os dragões com muito valor, ficando um morto, sete feridos, o furriel passado por ambos os braços, e o Alferes Manuel de Barros pelo peito com algum perigo, mostrando nesta ocasião com grande brio e honra, e alguns negros da gente do país foram também feridos.

§ Domingos Roiz do Prado com os rebeldes foi logo desalojado, e pôsto em precipitada fuga para os matos, os que com êle estavam constrangidos uniram-se logo com o Ouvidor e outros se separaram dos cabeças, dos quais era um Manuel Lopes Castelo Branco e um Reinol que ficou prêso; franqueada nesta forma as estradas entrou o Ouvidor na Vila e de presente fica tirando com todo o sossêgo e quietação as devassas dêstes e vários delitos anteriormente cometidos.

§ Bem sinto eu Senhor que o teatro em que êstes oficiais e soldados dragões deram tão boas mostras do seu procedimento e valor fôsse em um país em que os inimigos eram os mesmos vassalos de Vossa Majestade, contra qualquer bom sucesso nestas ocasiões não deixa de ser sempre sensível, porque se de uma parte indica o zelo com que se serve a Vossa Majestade arriscando a sua vida e derramando o seu sangue, da outra mostra mui claramente a rebeldia ousando-se resistir tumultuosamente aos seus Ministros quando vão às diligências do seu ofício; bem pode ser daqui por diante fiquem, mediante Deus, mais escarmentados, vendo que não tem conta vencer-se com a fôrça o que não vence a razão e a obrigação de vassalos, e que completas as companhias não haverá necessidade de usar de tantos perdões, como até agora se fazia em casos semelhantes.

§ Eu vou mandando daqui vários Reinóis a estabelecer-se em Pitangui, para que fique de todo segura aquela Vila que tem sido o meu flagelo com as continuas revoluções em que tem andado, espero que se lá acharem o cômodo que alguns desejam, pelo tempo adiante uma das melhores minas dêste govêrno.

§ Com esta ocasião me parece também por na real notícia Vossa Majestade que Eugênio Freire de Andrade até o presente não tem chegado a estas minas, nem

tenho notícia de que esteja no Rio de Janeiro, com que estão em pé tôdas as dificuldades de que tenho avisado a Vossa Majestade necessitava a sua presença.

Deus guarde a real pessoa de Vossa Majestade muitos anos.

Vila do Carmo, 9 de fevereiro de 1720. Conde D. Pedro de Almeida." (16)

Relativamente à regência da Vila, escreveu ao Ouvidor-Geral, a 29 de janeiro de 1720:

"... e em que ao que V. M. me aponta que nomeie algum Capitão-mor para aí ficar regendo essa gente com o poder de duzentas armas, me pareceu neste apertão que o único meio a que tinha recorrer é o que V. M. verá na carta inclusa que escrevi à Câmara de Sabará, mandando a gente dos que der cada um dos que vão no rol incluso, governada por Francisco Duarte de Meireles, que entendendo ser homem pacato e prudente e faço conta de o fazer dilatar aí algum tempo para que reja êsses paisanos enquanto não delibero um Capitão-mor que não queira senhoria nem setiais, e que procure a paz e o sossêgo que a sua vaidade e exaltação, e assim espero que V. M. me aponte algum sujeito, como não seja João Lôbo de Macedo por haver sido o escândalo dessa terra, e se V. M. poder reduzir ao mesmo Francisco Duarte Meireles que aí queira ficar por Capitão-mor julgando é conveniente, estimá-lo-ei muito, porque ainda que seja casado com paulista, não obsta isto sendo êle prudente, antes se mostra ao mundo que se acolhem as pessoas pela capacidade e se não queira contra os paulistas usar de vingança, mas de justiça, e talvez que por essa circunstância seja a uns e a outros mais bem aceito..." (17)

Havia escrito, em 28 de janeiro, a Francisco Duarte de Meireles, genro de Manuel de Borba Gato, para que se não negasse ir a Pitangui comandando os homens que partiriam de Sabará com seus negros armados. (18) Sômente depois do dia 4 de fevereiro Francisco Duarte de Meireles seguiu de Sabará.

Antes de regressar à sede da Comarca em fins de fevereiro, conseguiu o Ouvidor-Geral deixar Francisco Duarte de Meireles na regência da Vila.

(16) Feu de Carvalho — *Obra citada*, páginas 96/100.

(17) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — *Códice* 11:192.

(18) *Idem*, *ibidem* — *Códice* 11:196 verso.

Não descobrimos as instruções que porventura haja deixado ao novo Regente, que se revelou dinâmico e leal vassalo de Sua Majestade, a ponto de percorrer todo o distrito para melhor exercitar o governo de seus habitantes. Entretanto, ainda no primeiro mês de sua administração, pediu ao Governador exoneração do cargo. A negativa foi proferida em carta de 22 de março:

— “Tenho bastantemente ponderado as razões que V. M. me aponta do descômodo que padece na ausência de sua casa, e ainda mais com a doença de sua mulher, mas como reconheço a V. M. por um dos mais leais e fiéis vassallos de Sua Majestade não duvido que V. M. pese nesta ocasião na balança da prudência, qual pesa mais, se sossêgo que eu procuro dar a êsse país por meio de V. M. se o seu descômodo, do qual não deixo de compadecer-me muito com quem o experimenta em si mesmo, e sei o que isto custa, e para V. M. se inteirar bem desta verdade, julgue V. M. em Pitangui donde todos os três dias pode ter novas de sua casa, se eu longe da minha tantas mil léguas, com a incerteza de saber dela apenas uma vez no ano, e vindo para uma distância tão dilatada, poderá ser que quando saísse de Lisboa deixasse minha mulher em maior perigo em que não esteja a de V. M. e depois de cá estar e de me haver morto o único sucessor que tinha na minha casa, fiz todos os esforços com S. Majestade para que me aliviasses dêste governo e agora pelas cartas que recebo de Lisboa vejo que o dito Senhor não foi servido deferir-me ao meu requerimento; antes entendo que me dilata aqui o tempo que eu não quisera, a vista dêste exemplo que El-Rei me dá, porque talvez entenderá que assim convém ao seu serviço julgue V. M. como pelo respeito do mesmo serviço lhe poderei eu deferir, mas se V. M. acha que pode ter conveniência em fazer aí conduzir a sua família razão é que se não prive desta mesma consolação que eu não posso lograr com a minha...”

Reparo em me não avisar V. M. em nenhuma destas cartas do que lhe apontava em uma minha antecedente, de que mandasse preparar alguma casa capaz para quando aí fôsse, e ainda fico esperando êste aviso, com os demais que sobre êste particular lhe participei.

No demais que aqui não posso prevenir, obrará V. M. sempre a moderação e como costuma, assentando sempre que a máxima mais conveniente para o estabelecimento dêste país, é a paz, o sossêgo e a quietação, e

estou mui certo que V. M. obrará sempre conforme êste princípio e como até aqui tenho experimentado. Deus guarde V. M. muitos anos. Vila do Carmo.” (19)

Em 18 de maio de 1721, foi concedida exoneração a Francisco Duarte de Meireles, consoante vem exarado no provimento de Fernando Dias Pais:

— “Porquanto Francisco Duarte de Meireles, que até agora estêve regendo a Vila de Pitangui e seu distrito, muito conforme ao serviço de Sua Majestade e minha satisfação e daqueles moradores, e de presente me pede licença para se recolher a sua casa, alegando o largo tempo em que está ausente dela, e com queixas de que assim êle, como a sua família se não pode curar naquele distrito; atendendo a estas razões lhe concedo licença para ir tratar da sua saúde, e porque na dita Vila de Pitangui fique pessoa que cuide da sua regência com as qualidades e requisitos necessários, e êstes concorrem na pessoa de Fernando Dias Pais, assim pela experiência que tenho do zelo e atividade com que se emprega no serviço de Sua Majestade, como em atenção aos serviços que tem feito ao dito Senhor, seu pai Garcia Rodrigues Pais, Guarda-mor dêste governo, nomeio ao dito Fernando Dias Pais para ficar regendo a dita Vila de Pitangui e seu distrito, fiando dêle que o fará com tôda a capacidade e prudência, conservando aquêlê povo com quietação e sossêgo e dando ajuda e favor à Justiça executar as leis de Sua Majestade e dando parte das pessoas que forem inquietas e revoltosos para se dar o remédio conveniente e esta ordem se registrará nos Livros da Secretaria e da Câmara. Vila do Carmo, 18 de maio de 1721. Conde D. Pedro de Almeida.” (20)

Sòmente a 28 de agosto foi lavrada a patente do mesmo Fernando Dias Pais no pôsto de Capitão-mor da Vila de Pitangui.

Parece-nos, até então não se havia criado o cargo de Capitão-mor da Vila, embora fôsse exercitado por Domingos Rodrigues do Prado e outros.

De fato, em carta de 20 de dezembro de 1719, o Conde de Assumar representava a El-Rei sobre a necessidade da criação do cargo na Vila de Pitangui e na Vila do Príncipe, de modo que o

(19) Feu de Carvalho — *Obra citada*, página 112.

(20) Feu de Carvalho, *Obra citada*, página 123.

Capitão-mor respondesse das diligências que se lhe encomendarem e que dê os avisos do que ocorrer do serviço de Sua Majestade. (21)

Começa com o neto de Fernão Dias Pais a lista dos Capitães-mores que regeram a Vila de Pitangui, enquanto Sua Majestade não mandou o contrário, durante o Século XVIII, depois da carta supra do Governador.

Fernando Dias Pais

De 22 de março de 1721 a junho de 1722, exercitou o pôsto de Capitão-mor de Pitangui.

Em sua carta patente consta:

“... tendo consideração à conhecida capacidade e merecimentos de Fernando Dias Pais, e ser filho de Garcia Rodrigues Pais Leme, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e um dos vassallos desta América que com mais fervoroso zêlo se distinguiram no seu real serviço.... Hei por bem de nomear e prover, como por esta faço, no pôsto de Capitão-mor das Ordenanças da Vila de Piedade de Pitangui e seu distrito para o servir por tempo de três anos, se no entanto eu o houver por bem ou Sua Majestade não mandar o contrário, e a Câmara da dita Vila dará a posse e o juramento dos Santos Evangelhos para bem servir o dito pôsto e com êle gozará de tôdas as honras, prerrogativas e liberdades que diretamente lhe pertencerem pelo que ordeno e mando a todos os moradores da dita Vila e seu distrito, de qualquer qualidade ou condição que sejam, o conheça por seu Capitão-mor e como tal o respeitem e estimem e lhe obedecam e cumpam as suas ordens e mandados em tudo o que fôr do serviço de Sua Majestade e bem comum *daqueles moradores tão pontualmente como devem e são obrigados...* (22)

Era filho de Garcia Rodrigues Pais e de D. Maria Antônia Pinheiro da Fonseca. Casou-se por procuração, em 1727, com Maria Teresa Isabel Pais, filha do Sargento-mor Domingos Jorge da Silva e de D. Margarida de Campos. Não chegou a ver sua espôsa, informa Silva Leme, por haver falecido nas Minas, em 1729.

Morava em Rio das Velhas Acima, no ano de 1728 (23)

(21) A.P.M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 4:767.

(22) A.P.M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 21:43.

(23) Apud Escritura lavrada à página 22 do Livro de Notas da Comarca de Sabará, aberto aos 13 de outubro de 1728.

Por alvará de 27 de setembro de 1725, obteve a mercê de substituto do Guarda-mor-geral em seus impedimentos. Não se verificou nêle essa mercê, por haver falecido. O seu pai requereu à Sua Majestade a transferisse para Pedro Dias Pais Leme. (24)

Possuía em Pitangui as lavras do Ribeirão da Onça, as quais vendeu ao Padre João de Sá Barros, antes de 1724.

Pedro da Rocha Gandavo

Foi nomeado Capitão-mor de Pitangui a 2 de julho de 1722, por três anos.

Vinha declarado na sua patente:

“... e o dito Capitão-mor procurará ter em sossêgo a dita Vila e seu distrito e a tôdas as pessoas de qualquer qualidade que sejam que perturbarem o sossêgo público dos ditos moradores remeterá prêso a bom recado à minha ordem para serem expulsos dêste Govêrno e castigadas nas ordens que tenho de Sua Majestade, que Deus guarde e também remeterá à Cadeia desta Vila Real de Sabará todos os delinqüentes que houver naquele distrito para serem castigados conforme suas culpas o que tudo lhe hei por recomendado e lhe ordeno me dê sempre conta de tudo o que suceder no dito distrito para que eu seja informado e possa dar a providência necessária...” (25)

Era reinol, com muitos serviços prestados a Sua Majestade. Prestou socorro à Vila de São João Del-Rei quando foi assediada pelos paulistas, assistindo ali todo o tempo necessário com dez escravos armados; participou da expedição ao Rio de Janeiro, com gente armada a sua custa, na invasão dos franceses àquela praça; socorreu ao Dr. Manuel da Costa Amorim, Ouvidor da Comarca de Vila Rica, na sublevação dos moradores da Vila de N. S. do Carmo; ocupou o cargo de Juiz-Ordinário de Vila Rica e serviu os cargos de almotacel e vereador da Câmara da mesma Vila; a mandado do Conde de Assumar, conduziu com tôda a segurança os reais quintos da Vila Real de Sabará ao Rio de Janeiro, no ano de 1718; finalmente, acompanhou a expedição do Ouvidor Dr. Bernardo Pereira Gusmão contra os levantados de Pitangui, com dez escravos armados.

Por êsse último serviço, recebeu carta do Governador datada de 3 de fevereiro de 1720, agradecendo-lhe o zêlo e atividade com

(24) A.P.M. — *Idem* — Códice 29:131.

(25) *Idem, ibidem* — Códice 21:81 verso.

que se houve em pôr pronta a gente que levou para Pitangui e recomendando-lhe que requeresse ao Ouvidor a indenização correspondente aos negros mortos e feridos em combate.

Tinha, nessa época, a patente de Coronel.

Fixou residência em Pitangui, onde deixou geração. Foi casado com Ana Maria de Jesus, de quem teve dois filhos: 1 — Manuel da Rocha Gandavo, morador em Sêro Frio; e 2 — Ana, casada com o Capitão João de Almeida.

Descobrimos um Capitão João da Rocha Gandavo, proprietário do Sítio da Boa Vista, sito às margens do Rio de S. João, na metade do Século XVIII. Deve ser parente seu, neto ou sobrinho.

Foi destituído do pôsto em 1725, por se achar criminoso e culpado, conforme vem declarado na patente de seu sucessor.

Em 1736 servia o cargo de escrivão da guardamoria.

Luís de Siqueira Brandão

Por patente de 23 de abril de 1725, foi provido no lugar de Pedro da Rocha Gandavo.

Consta de sua carta patente, assinada pelo Governador D. Lourenço de Almeida:

“... atendendo a ser uma das principais pessoas da dita Vila e se achar com possibilidade e conhecida capacidade e prudência para se ocupar do real serviço e confiar dêle que no de que o encarregar se haverá com grande satisfação e igual acêrto; hei por bem de o nomear e prover no pôsto de Capitão-mor das Ordenanças da dita Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui que exercitava Pedro da Rocha Gandavo, o qual se acha criminoso e culpado e impedido para servir o dito pôsto, o qual exercitará o dito Luís de Siqueira Brandão pelo tempo de três anos...” (26)

Serviu o cargo durante os três anos, apesar de algumas ausências para visitar suas fazendas nos currais.

Em 1744, viria novamente ocupar o mesmo pôsto, conforme carta patente confirmada por Sua Majestade:

“... vago por desistência que dêle fez João Veloso de Carvalho pelos muitos achaques que padece, atendo o mesmo governador a ser o suplicante morador na dita

(26) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Govêrno — Códice 26:

Vila e das principais pessoas dela, e haver já servido três anos o mesmo pôsto por patente de D. Lourenço de Almeida, em cujo tempo mostrou bem ativo, zêlo, com que desejava empregar-se no meu real serviço satisfazendo inteiramente as obrigações do referido pôsto e nos anos de 1736 e 37 cobrar no sertão, com grande cuidado a real capitação nos distritos que lhe foram encarregados, e por esperar dêle em tudo o mais se haverá daqui em diante com a mesma satisfação por tempo de três anos ... Dada em Lisboa, 25 de janeiro de 1744.” (27)

Era filho do Mestre-de-Campo Atanásio de Siqueira Brandão e de D. Catarina de Siqueira e Mendonça, natural da Freguesia de Santo Antônio de Manga, do Bispado de Pernambuco.

Casou-se em Pitangui, a 24 de fevereiro de 1724, com D. Isabel Pires Monteiro, filha de Antônio Rodrigues Velho e de D. Margarida de Campos.

Informa Pedro Taques que Luís de Siqueira Brandão era Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e “*Senhor da Carunhanha e de outras grandes e rendosas fazendas estendidas pelos Rios Paraná e São Francisco, cujos rendimentos passavam de mil cruzados.*”

Faleceu no ano de 1746, na flor dos seus anos, conforme lamentou o grande linhagista.

Foi homem de gênio afável, bondoso e de caráter limpo.

Miguel de Araújo Velho

Sucedeu a Luís de Siqueira Brandão, em 1727.

Sua patente é datada do dia 13 de fevereiro.

Ocupou por alguns anos o pôsto de Capitão-mor das Entradas de Vila Real do Sabará, “*executando pontualmente tôdas as ordens que lhe foram dadas pelos Governadores, meus antecessores, fazendo o mesmo quando serviu o pôsto de Capitão de uma Companhia do Regimento de Cavalaria da Ordenança do Distrito de Paraopeba e do Rio das Velhas por patente do Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, e na condução que fez dos quintos da Comarca do Rio das Velhas para a Vila do Carmo o Sargento-mor João de Sousa Souto Maior, Tesoureiro da Fazenda Real da dita Comarca, o acompanhou o dito Mi-*

(27) Idem, ibidem — Códice 43:83 verso.

guel de Araújo Velho com seis escravos seus armados, portando-se na dita jornada com grande vigilância, cuidado e zêlo, com o qual se houve também em persuadir aos oficiais da Ordenança do Têrmo de Vila Real do Sabará para que nos seus distritos não deixassem sair pessoa alguma, sem pagar os quintos, acompanhando em mais três ocasiões subseqüentes aos condutores dos quintos que se remeteram da referida Comarca do Rio das Velhas para esta Vila Rica, procedendo sempre com muito zêlo nas referidas ocasiões e ainda com despesa de sua fazenda, como tudo *consta de suas certidões... e pelo que ordeno a todos os oficiais e soldados da Ordenança da dita Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e seu têrmo o conheçam por seu capitão-mor e como tal o respeitem e lhe obedeçam e cumpram suas ordens assim por escrito como de palavra tão pontualmente como o devem...*" (28)

Não esquentou o lugar de Capitão-mor, atraído que foi pelas novas minas de Goiás. No fim do ano de 1728 era substituído por João Veloso de Carvalho.

Apareceu em Pitangui, no ano de 1722, com mineração de dezesseis bateias.

João Veloso de Carvalho

Teve carta-patente de Capitão-mor lavrada aos 13 de novembro de 1728:

— *"tendo respeito a que Miguel de Araújo Velho, que com patente minha servia o pôsto de Capitão-mor das ordenanças da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui se acha nas minas novas para onde foi há muitos meses sem licença minha e não voltar e haver necessidade de Capitão-mor na dita Vila para regímen dela e execução das ordens pelo que se faz preciso dar providência nesta matéria; e atendendo aos merecimentos e ... na pessoa de João Veloso de Carvalho uma das principais pessoas da dita Vila e confiança dêle..."* (29)

(28) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 28:133 verso.

(29) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 31:37.

João Veloso de Carvalho era reinol, nascido na Vila Nova de Famelicão, filho de Tomé de Carvalho e de Maria Veloso Rebelo.

Já é encontrado em Pitangui no ano de 1720, ocupado no mister de mineração com seus vinte e quatro escravos.

Serviu nesse ano o difícil cargo de Procurador da Câmara.

Casou-se com D. Gertrudes de Campos, filha de Antônio Rodrigues Velho e de D. Margarida de Campos, havendo o casal dez filhos, todos naturais de Pitangui:

1 — Manuel Veloso de Carvalho, c.c. D. Ana Maria de Jesus (viúva de João da Rocha Gandavo).

2 — Frei José de Santa Maria Veloso.

3 — Páscoa Veloso Rebelo, c.c. Lopo Bernardo Rebelo.

4 — Gertrudes de Campos, c. 1.^a vez c. Pedro Fialho do Rêgo e 2.^a vez c. o Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves.

5 — Maria Teresa Joaquina, c. 1.^a vez c. o Sargento-mor João Cordeiro (natural da Vila de Cintra do patriarcado de Lisboa).

6 — Ana Velho de Campos, c.c. Antônio Velho Cabral (natural da Ilha de São Jorge).

7 — Quitéria de Campos, religiosa.

8 — Isabel Pires de Campos, religiosa.

9 — Rosa Maria de Campos, religiosa.

10 — Jacinto Veloso de Carvalho.

O Capitão-mor João Veloso de Carvalho prestou relevantes serviços à Vila de Pitangui.

Era no entender do Governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença o mais rico das Minas Gerais, *ainda que vivesse muito acanhado no Pitangui.*

Deixou o pôsto de Capitão-mor de Pitangui no dia 6 de fevereiro do ano de 1747, em consequência de achaques que padecia. E faleceu nesse mesmo ano, tendo saído Juiz-Ordinário na eleição de pelouro.

Sua viúva casou-se com o Capitão-mor João Pedro de Carvalho.

Manuel Jorge Azere

Elevou-se ao posto de Capitão-mor de Pitangui por motivo do falecimento de Luís de Siqueira Brandão.

Sua carta-patente é datada de 7 de maio de 1747. (30)

Estabeleceu residência em Pitangui depois de instalada a vila, exercendo atividades comerciais e de mineração.

Na sua patente de sargento-mor dos Auxiliares da Vila de Pitangui, datada de 10 de dezembro de 1732, vêm relatados os serviços que prestou a Sua Majestade:

... *"haver servido a Sua Majestade alguns anos em Portugal em praça de soldado-infante, achando-se em algumas campanhas contra castelhanos e passando ao Rio de Janeiro assentar praça em um dos Terços de sua guarnição, servindo nela alguns anos e vindo depois para estas Minas, ser provido pelo Governador Antônio de Albuquerque no posto de Furriel do Terço pago, que formou para socorro do Rio de Janeiro invadido pelos franceses, procedendo nesta ocasião com muita satisfação e honra, e da mesma sorte nas ocupações de vereador e almotacel da mesma Vila de Pitangui, atendendo em grande zelo e eficácia, não somente dos particulares do Real Serviço, mas também aos do bem-comum, e sendo encarregado da condução dos reais quintos da dita Vila para a Provedoria da Fazenda Real, o executou a sua custa, entregando-os pontualmente na dita Provedoria, tendo nesta diligência grande trabalho e igual despesa pelo zelo com que se emprega no Real Serviço de Sua Majestade e fidelidade que mostrou no levantamento que os paulistas fizeram em Pitangui, dando alojamento e assistindo com mantimentos aos que iam castigar a dita rebelião por ordem do Conde de Assumar e pôr em sossego aqueles moradores, obrando sempre com grande zelo e acerto e fidelidade, o que tudo consta da patente que lhe deu meu antecessor...* (31)

(30) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 88:25 verso.

(31) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 15:67.

(32) Revista do APM, Ano IV, página 739.

Fêz desistência do cargo em 1756 ou 1757, em razão dos muitos anos e alguns achaques. Aliás, já em 1752, o Governador Gomes Freire de Andrade instruiu ao seu irmão José Antônio a respeito do Capitão-mor Manuel Jorge Azere:

— *"Está muito velho, pelo que lhe faltam o respeito, principalmente Fernando Nogueira, homem ali poderoso e que ainda conserva malfetores de que usa..."* (32)

Antônio Dias Teixeira das Neves

Teve carta-patente datada de 18 de julho de 1758.

Era casado com D. Gertrudes de Campos, filha de Antônio Rodrigues Velho e viúva de Pedro Fialho do Rêgo. Deixou descendência em Pitangui.

Como cabeça de casal, possuía mineração no Bairro da Paciência, com água de rêgo tirada do Córrego da Olaria.

Serviu de Juiz-Ordinário da Vila mais de uma vez. Chefiava o Partido chamado dos Castelhanos, tendo como companheiros o Vigário da Vara, Caetano Mendes de Proença, o Capitão João Pedro de Carvalho e o Juiz de Órfãos Miguel de Faria Morato. Promoveu desordens e inquietações de tal monta, que os três camaristas da Vila fizeram representação ao Governador José Antônio Freire de Andrade.

Abriu-se devassa, servindo de ministro Manuel da Fonseca Brandão, Ouvidor da Relação. O Capitão-mor ficou com culpas. Foi prêso e condenado a extermínio das Minas, no ano de 1765. (33). Conduzido para o Rio de Janeiro, ainda estava ausente no ano de 1769. Não sabemos se obteve perdão e voltou à Vila de Pitangui, onde deixara a esposa e os filhos D. Maria Madalena da Cruz, Antônio Dias, José Dias e Luís Dias Teixeira das Neves.

João Pedro de Carvalho

Em reunião da Câmara de 26 de julho de 1769, com a assistência do Ouvidor-Geral, Joseph Francisco Xavier Lôbo Peçanha. "por ser pessoa benemerita", foi proposto na forma da Ordem-Régia para o cargo de Capitão-mor da Vila, vago há quase quatro anos por ausência e legítimo impedimento de Antônio Dias Teixeira das Neves.

(33) APM — Idem — Códice 143:189.

Sua carta patente vem datada de 31 de julho de 1769, assinada pelo Conde de Valadares. (34)

Fôra capitão das Ordenanças do Distrito de Brumado, proposto em 1.º lugar em reunião da Câmara, realizada a 5.VI.1766, “por ser notoriamente limpo de sangue e abastado de bens.” Essa indicação foi impugnada por João de Sousa da Costa, “homem orgulhoso”, morador no distrito do Arraial do Brumado (Pitangui), sob alegação de nulidade da eleição pelo fato de João Pedro de Carvalho estar servindo o cargo de Juiz Ordinário e Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes, o que “era contra o disposto no Regimento dos Capitães-mores (35)

Sua provisão foi assinada pelo Governador Luís Diogo da Silva Lôbo.

Em 1763, “por ser pessoa principal e independente” foi eleito em 1.º lugar para o posto de Sargento-mor da Vila.

Casou-se com D. Gertrudes de Campos, viúva do Capitão-mor João Veloso de Carvalho.

Foi assassinado em Pitangui, no ano de 1787.

Francisco José da Silva Capanema

Nomeado em 7 de dezembro de 1787, teve sua patente confirmada a 21 de julho de 1788, para o cargo de Capitão-mor das Ordenanças, vago por falecimento de João Pedro de Carvalho, *atendendo ser pessoa de conhecida capacidade e prudência, abundante de bens, com tratamento nobre e independente.* (36)

Sua nomeação foi zurzida nas “CARTAS CHILENAS”:

“O chefe Doroteu, só quer dinheiro;
e dando aos militares regalias,
podem os grandes postos, que lhes vende,
subir à proporção, também de preço.

.....
.....
.....

Tu, também, Capanema, assim discorre,
pois largaste seiscentas, por vestires
de capitão-mor vermelha farda.”

(34) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 168:26.

(35) *Idem, ibidem* — Códice 135:57.

(36) *Idem, ibidem* — Códice 252:9 verso.

Antes de sua nomeação tinha loja de retalhos. Instalou mais tarde, loja de fazenda e botica.

Fizeram os povos de Pitangui, em 1798, uma representação contra ele. Alegavam que abusava do poder, antepondo *como lobo faminto* o aumento de seus interesses aos da utilidade pública, e vexava aos pobres, oprimia os desvalidos e fazia o *quanto pode fazer um monstro o mais indômito e mais feroz.* (37)

Entre os fatos catalogados na queixa, constava o seguinte:

“Ele é o próprio que vende as fazendas, e os mais gêneros, porque não tem caixeiro, e logo que abre a porta de *minhã*, porque na mesma rua há outras lojas, põe-se a passear na porta a fim de desviar os particulares a que não vão às outras, pois é o mesmo ver nelas alguma pessoa, que logo declara-se seu inimigo, e procurar pretextos para a vingança que prontamente executa a autoridade e poder do seu cargo, como tem praticado com muitos.” (38)

Não prevaleceram as acusações. Foram desmentidas pelo Ouvidor-Geral da Comarca de Sabará, o Dr. Francisco de Sousa Guerra de Araújo Godinho:

— “Foi V. Exa. servida encarregar-me que informasse do que eu sabia sobre a representação feita pelos Povos de Pitangui a respeito do Capitão-mor Francisco José da Silva Capanema por ser da mesma Comarca, e refletindo bem sobre os capítulos que lhe fazem, e o que dêles sei, e tenho observado pelo conhecimento que tenho do dito Capitão-mor, principalmente nas ocasiões das correições que tenho feito naquela Vila, acho que é verdade ter loja aberta, onde vende a varejo sem a decência devida ao seu emprêgo, e que nas freqüentes ocasiões de carestia que nesta Capitania tem havido de sal, o vendia aos pratos e medidas por preços excessivos, assim como por outras partes o fizeram quase todos, e que por nimiamente grosseiro e malcriado parece que não trata bem as gentes, mas não por insubordinado e régulo, nem por se persuadir que por ser abastado possa fazer o que quiser; porque antes há pouco tempo

(37) M. Rodrigues Lapa — *As Cartas Chilenas* — Ed. do Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro, 1958, pág. 262.

(38) M. Rodrigues Lapa, *Obra citada*, página 364.

foi sujeito a um sumário e condenação que lhe fez o almotacel por ocasião do mesmo sal, de que recorreu por meios ordinários e competentes, e nas diligências que se lhe incumbem se mostra obediente ao serviço e à voz de Sua Majestade, sem que me constasse nunca de violência ou vingança que por ocasião dos seus negócios fizesse aos vassallos da mesma Senhora, antes me persuado que nesta parte os Capítulos estão exagerados e escritos com espírito de vingança. Isto é o que tenho alcançado. V. Exa. decidirá o que fôr servido. Vila Rica, 2 de fevereiro de 1799 — O Ouvidor da Comarca de Sabará, Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho.” (39)

Apesar de o Governador Visconde de Barbacena não demonstrar simpatias pelo Capitão-mor Capanema, fez-lhe justiça quando informou ao Ministro de Estado:

— “Os requerimentos feitos em nome de Povos a Sua Majestade, e por consequência não assinados, quando não são apresentados por autoridades constituídas, levam consigo o caráter da intriga e de ódio particular.” (40)

Faleceu em 9 de março de 1807, no posto de Capitão-mor da Vila.

Casado com D. Rosa Maria Soares, filha do Capitão Manuel Francisco Soares, deixou nobre descendência em Pitangui.

(39) M. Rodrigues Lapa, *Obra citada*, página 366.

(40) *Idem, ibidem* — página 366.

4 — A CASA DA CÂMARA E CADEIA

Levantada a Vila, havia de o povo construir a Casa da Câmara a Cadeia Pública. Era a praxe, em tôdas as vilas criadas nas Minas Gerais, os moradores concorreram para a edificação desse edifício público.

Na Vila de Pitangui, não foi imediatamente construída a Casa da Câmara e Cadeia.

Reuniram-se os camaristas durante muitos anos em casa provisória, presumivelmente alugada. E a Cadeia devia de ser algum cômodo da mesma, tendo tronco de madeira de lei, onde se acorrentavam os presos de modo a impedir-lhes a fuga.

Desde o dia sete de agosto de 1714 havia carcereiro nomeado para a Vila, pois que era *conveniente que no mesmo distrito houvesse Cadeia para prisão dos delinquentes*. (1) Entretanto, em julho de 1715, os senhores do Senado da Câmara recém-instalada se interessaram pela construção da Cadeia e, para tanto solicitaram ao Governador D. Brás Baltasar licença para custearem a obra com o tributo dos barris de aguardente e cargas. Respondeu-lhes o Governador que não tinha poderes para criar tributos e, por isso, deviam recorrer a Sua Majestade. Prudentemente lhes aconselhou que, como a Câmara não tinha rendas para a obra da Cadeia, buscassem algum meio suave com que todos esses moradores concorressem com negros à proporção dos que tiverem para que igualmente e sem vexação de algum se trabalhe na dita obra, a qual deve ser a que baste para recolher os criminosos e na forma que permite os poucos cabedais com que se acha essa Câmara. (2)

Ainda no ano de 1719, andavam os camaristas preocupados com a construção da Casa da Câmara e Cadeia, e, também, da Matriz e de uma Casa para aposentadoria dos governadores capitães-gerais. Escreveram ao Governador Conde de Assumar, pedindo de

(1) A. P. M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — *Códice* 9:139 v.

(2) *Idem, ibidem* — *Códice* 9:42.

nôvo autorização para pôr em arrendamento as aguardentes da terra, a fim de obterem renda para a edificação dessas obras. (3)

Mandou o Conde de Assumar que propusessem essa matéria ao Ouvidor da Comarca de Sabará, Dr. Bernardo Pereira de Gusmão e Noronha, que lhes deferiria como fôsse de justiça.

Eram os governadores useiros em despachar os papéis sem resolver os assuntos.

Tinha a Câmara de Pitangui uma renda miserável.

Não sabemos com que recursos se pôde levantar a Casa da Câmara e Cadeia. Teriam os moradores auxiliado? ... Obteve a Câmara renda subsidiária? ... Não vimos documentos que elucidem esse ponto.

Fato, entretanto, é que no ano de 1742 cuidavam os camaristas de construir a Casa da Câmara e Cadeia e disso dá notícia a ata de vereação realizada em 6 de julho. Infelizmente, não foi possível a leitura integral dessa ata, em que vêm descritas e especificadas as obras contratadas com o carpinteiro Antônio de Sousa.

O Senado continuava reunindo-se ordinariamente na sala da chamada *Casa da Câmara*. Nos fragmentos de atas desse ano, que podemos decifrar no acervo da Câmara de Pitangui (antigamente abandonado num porão do próprio municipal e hoje, — felizmente —, resguardado no Arquivo Público Mineiro), encontramos referências ao local das reuniões, como, v.g., na seguinte:

— “Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e três aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil, setecentos e quarenta e dois (sic), nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e *casas da Câmara dela* (o grifo é nosso), estando em ato de vereação o Juiz-Presidente, o Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes e os vereadores Manuel Prêto Rodrigues, o Alferes José Vieira de Azevedo e o Procurador da Câmara Antônio Machado Pereira, acordaram...”

Em 1743 não estava iniciada ou em andamento a construção, pois em fôlha avulsa e bastante danificada conseguimos, a custo, ler o seguinte, ocorrido em vereação do mês de outubro:

— “Acordaram mandar prender ao Capitão Antônio de Sousa por êste faltar (.) com a fatura da Casa da Câmara (...) sua obrigação.”

(3) Idem, ibidem — *Códice* 11:57.

Pudemos verificar que já no ano de 1764 a obra estava concluída, tanto que na ata da reunião do dia (?) do mês de março, acordaram que fizesse o Doutor Antônio de Abreu Castelo Branco o desatêrro da Praça da Cadeia “*por se oferecer gratuitamente ... sem vigor outra concessão que se havia feito ao Reverendo Pároco (...) com opinião de se lhe conceder duas braças de terra e de como assim o acordam assinaram e eu Miguel da Silva Pinto escrivão da Câmara...*”

A Velha Casa da Câmara e Cadeia

A Casa da Câmara era pegada com a Cadeia, com uma só sala, com três sacadas, a porta de entrada e outra porque se seguia a sala livre. (4)

Devia ser um edifício sóbrio e de construção precária. Essa ilação extraímos da leitura de um ofício do Juiz Municipal, João Crisóstomo Pinto da Fonseca, dirigido em 19 de agosto de 1833 ao Exmo. Sr. Governador da Província, relativo à prisão do Vigário Belchior Pinheiro de Oliveira e outros membros do Partido Restaurador, por crime de sedição.

Vem o edifício descrito minuciosamente no referido ofício:

— “A Casa (neste gênero a mais inferior de toda a Província) é um pequeno sobrado, em cujos baixos é a enxovia, e os altos são divididos da maneira seguinte:

— a metade pouco mais ou menos é a sala das sessões da Câmara, a outra metade é subdividida em duas partes, das quais uma é onde está a escotilha da entrada e saída da enxovia, e a outra é o chamado xadrez, onde se acham reclusos os suplicantes. Ora é certo que êste lugar, além de imundo, é um tanto escuro, é tão apertado que para cada um dos cinco Suplicantes ter aí a sua conta, nenhum espaço lhes podia restar para se moverem, a não se lhes facultar o poderem guiar pelas mais partes da Casa, fora das ocasiões das reuniões da Câmara, como sempre se facultou a pessoas de alguma consideração, quando prêsas em atenção a não haver além da enxovia outra prisão além do dito xadrez...” (5)

(4) (*Livro do Tombo* — Ano de 1804/1805).

(5) (*Revista do A.P.M.* — Ano XVIII, página 220).

Era a mais inferior de toda a Província, declara o Juiz Municipal do Termo de Pitangui.

Percebe-se que os camaristas não obtiveram recursos para fazer obra sólida e condigna ao seu uso. Aliás o mesmo sucedeu à Câmara das primeiras vilas mineiras — Ouro Preto, Mariana e Sabará, que se encontraram na contingência de edificar novas casas antes de decorrido meio século de existência.

O sobrado da Câmara e Cadeia de Pitangui tinha de frente cinco braças e dois palmos e meio, isto é, 11 metros e 55 centímetros. Para um edifício público, era acanhado.

Não há duvidar — repetimos — de que a construção fôsse arquitetonicamente simples e pobre.

No ano de 1826, estava ruínosa, principalmente a parte da enxovia. Acordaram os camaristas que o Procurador mandasse vir pranchões, para o assoalho da mesma e ajustasse os oficiais para as obras, visto que não oferecia “segurança alguma para conservação dos presos culpados, o que era de grande necessidade para tranqüillidade e sossego público e ser única área de malfeitores” (Vereação de 3 de maio de 1826). Poderia ainda o Procurador consultar mestre de obra para regularem se era “mais seguro para a enxovia e mais econômico para o Conselho fazer-se o assoalho de pranchões ou de paus de aroeira, simplesmente, lavrados.”

Temeroso da pouca segurança do prédio, o Juiz de Fora, Dr. Antônio José Leal, que por força da Lei era o Presidente da Câmara, ofereceu a sala de sua moradia para as funções da Câmara (ofício de 30 de agosto de 1826.)

Essa oferta foi peremptoriamente recusada pelos camaristas, que alegaram os seguintes motivos:

1.º) porque, embora fôsse “velha, não estava na ruína suposta em razão a ter feito seu assento e não ter perigo algum como tem mostrado a experiência com grandíssimos ajuntamentos públicos que nela tem havido”;

2.º) porque, apesar de Sua Senhoria fazer “as audiências em uma das salas de sua morada, não era propriamente casa de sessões públicas da Câmara”;

3.º) porque não se podia, na sua sala particular, conservar o arquivo nem guardar os papéis de que se precisa dar solução nas conferências e o selo do Conselho e sua máquina para selarem-se os papéis ocorrentes (Vereação de 7 de setembro de 1826).

Decidiram acertadamente, mesmo porque já o Desembargador e Corregedor-Geral da Comarca, “no livro de vereações número doze estranhou à Câmara em um provimento lavrado às fôlhas vinte e seis verso o ter feito o juntamento no ano de mil oitocentos e dezessete em casa do Juiz e não na casa própria.”

Na verdade, era patente o estado ruínoso do edifício. E dêle os mesmos Vereadores dariam ciência ao Ouvidor-Geral através de ofício de 9 de fevereiro de 1828, do qual trasladamos o trecho mais sugestivo:

“... temos de participar a Vossa Senhoria não poder ser pior a Cadeia desta Vila, já pela sua pequenez, faltam cômodos e divisões necessárias, e já pela nenhuma segurança que tem em razão do estado de ruína irreparável em que se acha, donde tem resultado haver sido por vêzes arrombada, evadindo-se dela todos os presos. Nestes termos torna-se de absoluta necessidade a construção de uma nova, na qual se poderá despendar menos de quatro contos e quatrocentos mil réis em conformidade do orçamento dos peritos...”

E o teimoso Juiz de Fora, em outubro de 1826, de novo participou à Câmara que não iria presidir às “sessões por estar “a Casa e sala dela ruínosa” e em termo “de vir abaixo, pedindo elegessem uma sala conveniente para as ditas sessões” (Vereação de 12 de outubro de 1826.)

Aumentaram no transcurso dos anos os estragos do edifício, a ponto de a Câmara ser transferida para casa alugada, conforme se vê na indicação do vereador Duarte (Flávio Máximo Pereira...), em sessão de 22 de dezembro de 1845:

— “...Que esta Câmara ordene a fatura do conserto da Casa da Câmara antiga, pela melhor forma que puder ser, incumbindo-se a inspeção da obra ao cidadão Tenente José Nunes de Carvalho, que tem a necessária habilitação para bem dirigi-la.” E justificava sua indicação:

“... evite a despesa que esta Câmara faz com os alugueis da Casa para suas sessões que muito bem pode ser a antiga casa, fazendo-se o dito conserto.”

Não se fez o conserto, embora aprovada a indicação.

Foi nomeada uma comissão, mais tarde, para examinar a Casa. O parecer concluiu no sentido de se demolir “todo o massame do segundo andar” e se fazer “um engradamento para construção da

cobertura da enxovia, ficando demolido tudo o mais que estivesse arruinado e dando-se porém lugar a uma escada de tábuas e fazendo-se do lado um quarto para o carcereiro" (Vereação de 17 de setembro de 1850.)

Como a falta de dinheiro sempre affligiu à Câmara, previu-se que o Procurador em oito dias fizesse "a cobrança da multa de João Joaquim de Sousa Machado" ou mostrasse "em andamento esta cobrança pelos meios judiciais, debaixo de pena de responsabilidade, ficando esta medida extensiva aos foreiros que residem na Vila e forem abastados."

Atribuiu-se o encargo da obra ao cidadão Joaquim Felizardo da Fonseca. Ele sugeriu à Câmara a venda das madeiras que sobrassem, quase todas danificadas, evitando-se a ruína das mesmas "se fôsem arrendadas e guardadas."

Os presos foram retirados da Cadeia e transferidos para um dos quartos internos da casa que servia de Câmara.

Indicou o Vereador Duarte, em sessão de 8 de novembro de 1850, se participasse ao Presidente da Província que, "estando a Cadeia pelo seu estado de ruína principiando a desabar, a Câmara mandou retirar os presos para um quarto da casa que servia para suas sessões e, para aproveitamento do massame e telhas, seria demolida a casa"; e, "havendo extrema necessidade de uma casa de prisão nesta antiquíssima Vila, cujo termo é grande, assentou-se de aproveitar a telha e parte melhor do massame para fazer uma enxovia por cima desta um pequeno xadrez para depósito de presos, até que se cuidasse da construção de uma nova Cadeia, para o que tinha sido decretado na lei do orçamento daquele ano a cota correspondente a quatro contos, e que a obra da enxovia e xadrez fôra orçada em 350\$000, quantia essa que se devia solicitar ao Presidente da Província."

Autorizou o executivo provincial a entrega da importância solicitada, em o mês de dezembro.

Estavam terminados os trabalhos de demolição do segundo andar e as chuvas causaram danos "ao pavimento superior à enxovia", razão por que havia urgência na conclusão da obra. Mais uma vez o Vereador Duarte indicou se oferecesse "a quantia de 150\$000, a saber 100\$000 a vista e 50\$000 no fim", a quem quisesse concluir "na forma principiada, e alinhada, rebocada e caiada as paredes, entrando o conserto da grade de ferro da enxovia" (Vereação de 7 de dezembro de 1850.)

Acabou sendo a obra administrada pelo Fiscal-Geral. Não se considerou o officio do cidadão Antônio Alves da Silva, em que ponderava ficar "melhor o conserto se fôsse aumentada até frontear com a rua" (Sessão ordinária de 22 de setembro de 1850).

Em janeiro de 1851, autorizou-se o Procurador "a concorrer com a quantia necessária para se forrar a sala feita na cadeia e mudar-se o alçapão", a fim de ficar "pela maneira mais decente que fôsse possível" pois os camaristas pensavam utilizá-la para suas reuniões, "para que quanto antes a Câmara deixasse de pagar aluguel pela casa de suas sessões."

No fim do mês de janeiro, relatou o Fiscal haver deixado na obra em conserto "um quarto por baixo da escada", que deveria servir para os embriagados, "precisando uma fechadura" para sua porta. (Vereação de 28 de janeiro de 1851.) Concedeu-se-lhe ordem para aquisição da fechadura.

Parece que, por falta de comodidade, a Câmara não voltou a reunir-se no edificio reformado.

Pouco valeram os consertos, como se deduz da indicação do Vereador Barbosa:

— "Que se elegeisse uma Comissão de cinco membros, a qual se incumba visita da Cadeia, informação de seu estado e dos melhoramentos de que carece" (Vereação de 10 de janeiro de 1855.)

Aprovada a indicação, com a nomeação dos seguintes cidadãos Dr. Martinho Xavier Rabelo, Flávio Máximo Pereira Duarte, Manuel Bahia da Rocha Júnior, Padre Vicente Ferreira Guimarães e Joaquim José Fernandes, não sabemos se houve a vistoria na Cadeia.

Continuava precaríssimo o estado dessa histórica casa nas alturas do ano de 1861. Caminhava inexoravelmente para a ruína total.

Designada em 1862, outra comissão concluiu taxativa:

"... que a cadeia que se refere o officio de 13 de março nenhuma reconstrução pode receber, visto como é uma pequena casa sem cômodos, sem (.) e ameaçando completo desmoronamento, que tem até evitado alguns espeques sobre os quais se descansa seu peso e por último que nenhum préstimo tem. Que por isto foi arrematada uma casa para se transformar em prisões públicas, mas que por falta de meios pecuniários ainda nada se fez, tendo já a Câmara representado a respeito ao Governo Provincial..." (Vereação de 8 de abril de 1862).

Demoliram-na. Parte de seu terreno, medindo 19 metros e 80 centímetros de frente, em 3 de outubro de 1878, foi aforado a João Alves Machado, que nêle construiu casa nova, e onde contemporaneamente, funciona uma pensão.

A segunda Casa da Câmara e Cadeia

Denominava-se pomposamente *Edifício da Municipalidade*, a casa adquirida para funcionamento da Câmara e Cadeia. Era o antigo sobrado situado na Rua do Rosário, lado esquerdo, o qual pertenceu ao Capitão Bernardo Xavier Rabelo e media 15 braças e meia de frente, inclusive os muros que foram demolidos. (No seu lote ergue-se hoje o austero edifício do FORUM.)

Na época de sua aquisição não se prestava aos fins almejados, isto é, para instalação conjunta da Câmara e depedências da Cadeia. Desde 1855 vinha a Câmara funcionando nesse sobrado, consoante vem na indicação do Vereador-Presidente, Dr. Silva Campos:

“... que se comunicasse ao Governo, que está feita a aquisição do prédio do falecido Comandante-Superior Bernardo Xavier Rabelo, destinado a servir de Casa da Câmara, do Júri, para Audiências, e para Cadeia, mediante a quantia de 3:201\$000; e a Câmara já se acha de posse do mesmo prédio, celebrando aí suas sessões, não tendo ainda feito a mudança da Cadeia para o mesmo prédio por falta de acomodações seguras e apropriadas a esse fim, cujo serviço é urgentíssimo que se trate de fazer e por essa ocasião a Câmara julga dever lembrar ao Exmo. Governo a conveniência de serem mudados desta para outra Cadeia os presos que nesta se acharem, quando se tratar de construir as novas prisões a fim de que possam ser empregados nelas muitos materiais que ficaram inutilizados na antiga Cadeia.”

Em sessão de 13 de julho de 1860, o Vereador-Suplente Antônio Teixeira Barbosa clamava contra o estado precário dessa casa:

— “Estando arruinadíssima a parede da Casa da Câmara do lado norte INDICO que se mande consertá-la com brevidade para evitar maior ruína. Sendo notável o abuso que se pratica na mesma Casa, servindo-se desta sala das sessões para prisão de Guardas Nacionais — INDICO que se proíba este abuso, permitindo-se para esse fim a pequena sala anterior, proibindo-se igualmente a falta de asseio nos cômodos inferiores, que devem ser fechados, recomendando-se ao Procurador o maior zelo para evitar tais abusos, devendo-se proibir a residência de família nesta Casa.”

No ano seguinte, em sessão do dia 4 de fevereiro, o Vereador Joaquim José Fernandes indicou que se enviasse ao Governo Provincial um ofício, cuja redação apresentou:

— “Por esta ocasião não pode a Câmara dispensar-se de expôr a Vossa Excelência o estado de completa ruína a que está reduzida a antiquíssima casinha, que aqui serve de Cadeia, e conseqüente vexame, provações e insalubridade a que no seio da sã sociedade de critãos e em nome da Justiça são sacrificados os míseros ali recolhidos. Multiplicadas representações tem esta Municipalidade levado ao conhecimento do Governo a êste respeito, porém a insistência a êste respeito é o principal de seus deveres, principalmente por considerar que às expensas do Governo se comprou aqui há anos um prédio destinado a servir para as sessões do Júri, da Câmara e de Cadeia, e que a todos êstes misteres se presta excelentemente mediante os reparos convenientes.”

Sòmente em 1869 seriam iniciadas as obras de adaptação dessa casa para tais finalidades. Destinou-se a parte superior para as sessões da Câmara; a inferior, para cômodos da prisão.

Tomando medidas indispensáveis ao início das obras, foi proposto em sessão extraordinária de 19 de julho:

— “O Senhor Presidente pondo em discussão a necessidade de alugar-se uma morada de casa que tenha os cômodos necessários para a Câmara Municipal funcionar em suas sessões e igualmente servir de Casa de Júri e audiências, — INDICO que a mesa nomeie uma comissão de dois membros para tratar de alugar uma morada de casas para as suas sessões.”

Nomeados os cidadãos Machado e Bahia, na 5.ª sessão extraordinária a 30 de julho, representaram:

— “Haver alugado as casas de sobrado do falecido Matias José de Sousa Lobato a razão de dez mil réis mensais, com a condição de entregá-la no mesmo estado que a receberam, e que sendo necessário derrubar-se uma parede para fazer um salão mais apropriado e fazer-se a mudança do arquivo e móveis pertencentes à mesma, isto por ter-se de principiar-se a fazer os reparos necessários na Casa da Câmara, era de parecer que a Câmara aprovasse e ordenasse ao Procurador para fechar o con-

trato de aluguel pelo tempo que fôsse preciso, que igualmente fizesse as despesas necessárias com a demolição da parede necessária e mudança dos móveis e arquivo.”

Na sessão de 12 de fevereiro de 1870, o Vereador Fernandes propôs:

— “Sendo de reconhecida utilidade a demolição da casa contígua à nova Cadeia, pertencente ao Major Manuel Bahia da Rocha, para aformoseamento daquela praça, proponho que de acôrdo como o proprietário da mesma se mande avaliar a mesma casa e terreno, e depois avaliar-se todo o material aproveitável separadamente. Propõe para louvados a José Marcelino e Antônio Joaquim César e que se peça ao Exmo. Govêrno consignação para pagamento do que faltar, recebendo o proprietário o material aproveitável por conta.”

Prova de que os trabalhos da reforma da Casa da Câmara estavam em ritmo acelerado é a comunicação do Vereador Francisco Teodoro de Mendonça, em sessão de 27 de outubro de 1869:

— “... não comparecia por estar ocupadíssimo com a obra da Casa da Câmara, sendo-lhe preciso assistir pessoalmente a certos serviços em que causaria grave transtôrno a sua ausência.”

No fim dêsse ano, em sessão do dia 12 de dezembro, o Vereador Fernandes leu a seguinte indicação, que mereceu apoio unânime:

— “INDICO que a Câmara autorize ao Fiscal ou ao Procurador da mesma para mandar envidraçar e assear o prédio para as sessões: êste asseio do prédio consiste em mandar caiar e olear o mesmo.”

Em 1870, as obras estavam concluídas, permitindo o funcionamento no prédio da Câmara e Cadeia.

EM 1933, seria demolido êsse respeitável prédio para dar lugar ao atual edifício do FORUM.

A Terceira Casa da Câmara

Em 7 de março de 1893, foram instaladas a Câmara e Forum no sobrado apelidado da “Tangará”. A Cadeia continuou no edifício que pertenceu ao Capitão Bernardo Xavier Rabelo.

Em gesto nobre o Comendador José Maria Teixeira de Azevedo, atendendo desejo de sua consorte D. Beralda Celestina (neta do Sargento-mor Inácio Joaquim da Cunha), fêz doação à Municipalidade da importância de seis contos de réis (6:000\$000) para a aquisição dêsse edifício, cuja destinação vinha mencionada na carta do teor seguinte:

— “Rio de Janeiro, 4 de junho de 1891. Exmos. Srs. Presidente e mais membros da Intendência de Pitangui. Querendo minha mulher, a Sra. Beralda Celestina de Azevedo, dar um testemunho do quanto preza e deseja o engrandecimento da Cidade de Pitangui, lugar de seu nascimento, oferece a essa Intendência a soma de 6:000\$000 para fazer-se a aquisição do prédio do sobrado que foi do finado Major Inácio Joaquim, passando a ser propriedade dessa Intendência a fim de nêle celebrar suas sessões e trabalhos de Fôro dessa Cidade. Queiram, pois, V. Exas. designar-me a quem devo entregar aqui ou onde ordenarem-me, a referida quantia. Com a mais subida consideração, sou de V. Exas. muito atento criado. J. Maria Teixeira Azevedo.”

Em segunda carta, de 31 de julho de 1891, revela o elevado pensamento do Sargento-mor Inácio Joaquim quando edificou tão singular sobrado na Vila de Pitangui, nas alturas do ano de 1830:

— “Com a intenção de que tal prédio deveria servir para a residência presidencial, visto que imaginava a possibilidade de ser a velha Pitangui capital da Província.”

Até o ano de 1907, a Câmara e o Forum permaneceram nesse prédio. Em consequência de projeto de autoria do então Presidente da Câmara, Sr. José Joaquim Cordeiro Valadares (Zezé Valadares) foi doado ao Estado para nêle manter um Grupo Escolar (o 1.º de Pitangui).

5 — A SESMARIA DA VILA

Era costume dar-se uma porção de terreno às Vilas para “servir de rório e baldios do Concelho e êste poder nas ditas terras estabelecer suas rendas para suprir as despesas que costumam fazer.”

Na carta de sesmaria da Vila de Nossa Senhora do Carmo, o Governador D. Brás Baltasar da Silveira fêz declarar que Sua Majestade foi servido ordenar-lhe “desse por sesmarias a cada uma das Câmaras das Vilas destas Minas uma data de meia légua de terras em quadra no distrito das ditas Vilas para os fins acima especificados.” (1)

Concedeu sesmarias às Vilas de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica, Sabará e S. João del-Rei.

Recusara a Câmara de Nossa Senhora do Carmo a primeira sesmaria que lhe fôra concedida, conforme vem referido em carta de 28 de maio de 1716, escrita a Sua Majestade. (2) Nessa carta o governador justifica a EL-REI não haver sido pródigo na concessão de sesmarias e que “sòmente as que dei nos sertões de Pitangui para currais de gado foram com mais largueza, tanto porque naquelas partes era tudo inabitável, se fazia preciso convidar os homens com esta abundância as povoassem...”

Esqueceu de conceder sesmaria à Vila de Pitangui, cuja fundação ordenara ao Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas fôsse efetivada, no ano de 1715.

Possivelmente envolvidos pelos problemas decorrentes da vida agitada da Vila, não se lembraram os camaristas de requerer a sesmaria. Em consequência, não tiveram terras baldias para fazerem aforamentos e, com isso, obterem renda que acudisse às despesas públicas da Vila.

(1) *Revista do APM*, Ano IV (1899), Fascículos 1 e 2, pág. 169.

(2) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 4:436.

Sòmente no ano de 1734 perceberam os vereadores a utilidade da sesmaria e nesse sentido representaram ao Rei Dom João que determinou em Carta-Régia, datada de Lisboa, 15 de dezembro:

— “... que por parte dos oficiais da Câmara de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui dessas Minas me representou a mesma Câmara se acha em suma pobreza pela falta de rendas que padecia, por cuja razão não podia celebrar as festividades reais que costumam as mais Câmaras dessa Minas nem cumprir com as obrigações e encargos a que estavam obrigadas as mesmas Câmaras, e nem ainda se lhes dera de sesmaria a que eu por minha resolução fôra servido ordenar se lhes desse pediam mandassem que se lhe constituísse renda para a Câmara e lhe desse sesmaria fazendo pião na Casa da Câmara.” (3)

Embora a resposta do governador fôsse contrária à concessão, a 29 de outubro de 1742 a Vila de Pitangui recebeu a sua carta de sesmaria, datada de Vila Rica e assinada pelo Governador Antônio Gomes Freire de Andrade:

— “FAÇO saber aos que esta minha “carta de sesmaria virem, que tendo respeito a me representar por sua petição os Juizes, Vereadores e mais Officiais da Câmara da Vila de Pitangui, que pela falta de bens e rendimento com que suprir as precisas despesas daquele Senado necessitava de uma data de terras que Sua Majestade lhe concedia na mesma Vila, como às mais desta Capitania, para aforarem os chãos na forma que se pratica e com esta renda poder melhor conceder a dita data na forma das ordens; ao que atendendo eu § Hei por bem conceder em nome de Sua Majestade à Camara da Vila de Pitangui meia légua de terras em quadra, fazendo pião no pelourinho da dita Vila para que possam os officiais dela aforar a dita terra a quem lhes parecer, com declaração que as casas que já estiverem situadas dentro do circuito não serão os donos obrigados a pagar fôro algum, mas sim das que daqui em diante se levantarem e erigirem; e a dita Câmara ser também obrigada a fazer demarcar judicialmente a dita meia légua de terras em quadra, sendo para êsse efeito notificados os vizinhos com quem partirem para alegarem o que fôr a bem de sua justiça; e compreendendo ambas as mar-

(3) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 35:90.

gens de algum rio navegável, ficará livre de uma delas o espaço de meia légua para o uso público, não impedindo os caminhos e serventias públicas, que nesta sesmaria houver, a qual possuirão com condição de nela não succederem religiões, porque acontecendo possuí-las será com o encargo de pagarem dízimos como quaisquer seculares: e outro sim, será obrigado a mandar requerer a Sua Majestade pelo seu Conselho Ultramarino, dentro em quatro anos, confirmação desta sesmaria, que lhe concedo salvo o direito régio e prejuízo de terceiro.” (4.)

Foi demarcada no ano de 1743, sendo Juiz Ordinário o Capitão Manuel Alves do Lago e, servindo de Pilôto, Manuel Pinto Pereira e de Ajudante, Domingos Maciel Aranha.

João Cordeiro era o Escrivão da Câmara.

Cumprindo preceito exarado na carta de sesmaria, no ato da demarcação, o porteiro do Senado da Câmara, João da Cruz, apregoou: “pelos seus nomes a Pedro Fialho do Rêgo, Antônio Rodrigues Nogueira, Crispim dos Santos, o Capitão João de Souza Pôrto, Miguel Prêto Fôrro, o Capitão Antônio Rodrigues Velho, o Alferes Gaspar Teixeira de Magalhães como procurador bastante do Capitão Miguel de Araújo Velho, Bernardo Veloso e João Pacheco, a quem eu Escrivão notifiquei por mandado do dito Juiz para verem fazer a dita medição e dizerem se tinham algum impedimento, ou dúvida com que virem a ela. E logo apareceu Pedro Fialho do Rêgo e por êle foi dito que êle tinha um serviço de minerar da parte de lá do Córrego da Paciência com água tirada em três partes, e protestava continuar com êle por onde melhor conveniência lhe fizesse, requerendo ao dito Juiz fizesse a sua medição sem prejuízo do dito serviço e ao contrário oferecia o seu requerimento por embargos à medição e protestava reduzi-lo a pública forma; pelo dito Juiz foi dito se continuasse a dita medição sem prejuízo do serviço do dito Pedro Fialho do Rêgo e, sendo caso em alguma pessoa quizesse fazer casas por baixo do rêgo do dito serviço seria com a obrigação de as demolir a sua custa no caso em que se achasse ouro por baixo delas, do que tudo mandou o dito Juiz fazer êste auto, que assinou; eu João Cordeiro, escrivão o escrevi e assinei.” (5)

Gastaram-se dias na medição e demarcação da sesmaria.

(4) Revista do APM, Ano III, Fascículos 3 e 4, pág. 876.

(5) APM — Livro do Tombo da Vila de Pitangui, ano de 1804.

Posta a agulha no pé do pelourinho, processou-se a medição da seguinte maneira:

1.º) *Rumo poente* (Início no dia 13 de fevereiro): Mediram-se trinta e oito braças até o barranco do Córrego do Pilar (*O córrego era faisqueira e como tal comum ao povo*). Continuando no mesmo rumo, mediram-se mais setecentas e vinte e duas braças, que acabaram “em um caminho de gado que vai sair à capoeira do defunto José de Campos.”

Assinaram como testemunhas dessa medição, o Dr. Antônio da Costa Columbreira, André de Souza e João de Abreu Guimarães.

2.º) *Rumo leste* (Início no dia 21 de fevereiro) — Partindo do pelourinho, caminharam cento e sessenta e oito braças, que foram dar no tanque artificial de Pedro Fialho do Rêgo, “homem mineiro, que no dito tanque junta água para o exercício de minerar.” Medindo mais quinhentas e oitenta e duas braças, foram “acabar no mato da roça de João Pacheco Ferreira, sita na cabeceira do Córrego de Santo Antônio, na paragem que unida ao Morro que corre fronteiro à Vila vai afocinhar sôbre o Córrego do Bromado.”

Apareceu João Pacheco Ferreira, que fêz o seu protesto:

— “... que êle protestava que esta medição que se havia feito alcançava o seu sítio, de que estava de posse por seus antecessores antes da fundação da Vila, e que assim protestava de lhe não prejudicasse em tempo algum a dita medição, nem por ela seria obrigado a pagar fôro das casas necessárias para o uso e manejo do dito seu sítio.”

Testemunharam a medição e assinaram o respectivo termo o Tenente Rafael Ferreira de Azevedo, André de Souza e João Pacheco Ferreira.

3.º) *Rumo sul* (Início no dia 23 de fevereiro) — Mediram-se setecentas e cinqüenta braças, indo “finalizar no sítio do Capitão João de Souza Pôrto”, num córrego que atravessa a sua roça.

O Capitão João de Souza Pôrto lançou o seu protesto:

— “... que êle é senhor e possuidor da dita roça em que se pôs a demarcação, usando dela de plantas e protestava que lhe não prejudicasse a dita medição, tanto atendendo à posse em que está atual por si e seus ante-

cessores como a força dêste requerimento, que ao pregar do dito marco fêz.”

Foram testemunhas presentes o Licenciado Diogo Vaz Pinto e o Capitão João de Souza Pôrto.

4.º) *Rumo norte* (Início no dia 1.º de março) — Foram medidas as setecentas e cinqüenta braças, “que vieram acabar em uma grota que corre leste a oeste, no fim do sítio que foi de Gaspar Teixeira.”

Assinaram o termo de medição, como testemunhas presentes, Manuel Alves Duarte e André de Souza e João de Abreu Guimarães.

Medida e demarcada a sesmaria da Vila, deveriam os oficiais da Câmara requerer a sua confirmação a Sua Majestade, no prazo de quatro anos.

Não foi requerida.

Em 1765, o Juiz Ordinário Leandro Ferreira Siqueira preocupou-se com a situação irregular da sesmaria e, nesse sentido, escreveu ao Governador D. Luís Diogo Lôbo da Silva. A resposta não lhe foi tranquilizadora, como se verá:

— “...porém como me diz V. Mercê que a sesmaria não está confirmada e caduca a mercê dela pela preterição, como suponho, dos quatro anos para a sua confirmação, ainda que se consiga passados os ditos quatro anos, é conveniente que se peça e denuncie por devoluta a mesma sesmaria obtida nova carta se meça e estabeleçam os fôros das propriedades que novamente se fabricarem, como por êste modo a Câmara com o legítimo título para as ações de que deve usar, confirmando dentro do tempo a segunda sesmaria, tocando a Vossa Mercê e aos vereadores e mais oficiais proporem esta matéria em Câmara e darem conta de sua deliberação ao Corregedor para a deixar em provimento, lembrando-lhe que a obrigação de seus cargos lhes não é arbitrária, mas vinculada a indispensáveis Leis... Vila Rica, 23 de abril de 1765.” (6)

Estaria devoluta a sesmaria se fosse denunciada.

A verdade é que a tradição faz lei: A validade da sesmaria em tempo algum foi contestada.

(6) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 143:31 verso.

6 — DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DA VILA

O arraial das minas de Pitangui foi iniciado no *Monte* fronteiro ao *Morro do Batatal*.

Presume-se que nessa vertente do *Monte* não houve ocorrência de veios auríferos, razão por que nêle se foram construindo as palhoças dos primeiros descobridores e entrantes, desde o *Córrego da Paciência* ao da *Cachoeira*; depois, estenderam-se ao *Alto do Monte* e alcançaram a *Cachoeira* e *Cavallhada*; saltaram o *Córrego da Lavagem* e subiram ao *Morro do Batatal*, em direção ao *Caruru*; espalharam-se pelo *Morro da Paciência*, entremeadas às catas auríferas, e atingiram o *Baiacu*; finalmente, margearam a *estrada real* até as minerações do *Morro de Santo Antônio*.

Nessas alturas, o arraial já era Vila — a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui.

As primeiras habitações não eram melhores do que “choupanas de pastores”, diria em 1718 o iracundo Conde de Assumar.

Foram sendo construídas aqui e acolá, dispersas, sem o alinhamento de fachadas previsto nos arruamentos. Por isso que, em 1800, o Dr. José Vieira Couto teria dela a impressão registrada nas *Memórias sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais*.

— “A Vila fica sobre a lomba de uma montanha de suave pendor, é grande e merece o título de Vila; porém, seu arranjo é mau. As casas, muitas delas boas e nobres, quase tôdas foram edificadas segundo os caprichos de seus donos, sem arruamento e ordem; e ao longe avistam-se como espalhadas aqui e ali pela montanha abaixo”. (1)

Seu núcleo principal era a chamada *Praça da Cadeia*, onde foi levantado o pelourinho na instalação da Vila e se construiu a primeira Casa da Câmara e Cadeia.

(1) Revista do APM, ano X, Fascículos 1 e 2, pág. 91.

Do Livro do Tombo da Vila (1804) transcrevemos a seguir o termo da medição dessa Praça, a fim de que os amantes da História possam reconstruí-la na atual Rua do Pilar, que a substituiu com a modernização da *urbs*:

— “Que a casa tôda da Cadeia tinha de frente em comprimento cinco braças e dois palmos e meio; e de largura tem quatro braças e dois palmos e fica fronteira ao Pelourinho e frente ao nascente; declararam mais que do esteio do fundo da casa da Câmara, pelo lado do norte, até umas casinhas do Tenente Francisco Soares de Faria, que estão edificadas nos fundos do quintal da casa que êle tem na Rua de Baixo, com frente ao poente e em que tem loja de fazenda sêca, o Capitão Miguel Gomes Duarte, cujas casinhas fazem frente ao norte pelo beco por que se descepara a dita Rua de Baixo, vão seis braças e meia de extensão; e que pelas mesmas casinhas, correndo pelos fundos dos quintais da dita casa de baixo até topar com a cozinha da casa do Padre Mestre Régio, Luís Alvaro dos Santos Bueno, que deita janelas pelo lado do norte para um beco e portão tapado com muro para a casa do dito Padre Mestre, mas pertencente ao Conselho para qualquer obra da Cadeia que seja necessária fazer-se, vão sete braças e meia; e que correndo para o lado do nascente, seguindo pelo comprimento da cozinha que se segue pela largura da casa do dito Padre Mestre, que tem frente ao nascente e faceia com a Cadeia e Casa da Câmara desde o fim do muro da casa de baixo do Tenente Francisco Soares até o primeiro esteio do lado da Cadeia na frente da casa do dito Padre Mestre, vão dez braças; e que do dito esteio da Casa do Padre Mestre até o primeiro esteio da varanda da Casa da Cadeia, pela parte do sul em que está o sino ou sineta, entrando o dito beco por ser pertencente ao Conselho segundo uma obrigação que passou o fundador da dita casa nos Livros desta Câmara, vão três braças e seis palmos; e que ao lado do sul da Cadeia desce uma rua de casas por que se segue para a Ponte da Paciência, cuja bôca da rua tem de largura desde o dito esteio da casa do mencionado Padre Mestre Régio até o esteio da casa do Reverendo Vigário, o Doutor Domingos Soares Tôrres Brandão, que lhe são fronteiras com a frente ao poente, quatro braças e seis palmos; e que do dito esteio, pela largura da casa dita do Reverendo Vigário e portão e uma estrebaria que ficava no seu pátio até fazer esquina em que pelo lado do sul da Cadeia se fecha a praça, tem

sete braças e meia; e que desta esquina correndo pela largura de um muro de pedras, que está por detrás da Capela de Santa Rita, e são fundos do quintal de outras casas do Reverendo sobredito Vigário, com frente para o nascente e adro da Igreja Matriz, contígua ao seu sobrado, tem oito braças e seis palmos; declararam que desta esquina do muro até topar na esquina de um pedacinho de muro de pedra, fundos da casa do Patrimônio de Santa Rita, que tem a frente ao nascente mesmo defronte das escadas por que se segue para a porta da Igreja Matriz no adro, tem seis braças e seis palmos de bôca a rua que fica neste meio e ao lado do nascente do Pelourinho; declararam mais que desta esquina do muro do fundo da casa do Patrimônio de Santa Rita até topar no muro da casa de Ana Gonçalves Moreira e suas irmãs, cuja frente fica ao poente e no lado do norte do Pelourinho, tem uma braça; declararam mais, que desde o esteio que estão no último e inferior degrau da escada da Cadeia por que se sobe para a Casa da Câmara, indo para a Igreja, até topar na dita esquina do muro de pedra do fundo do quintal das referidas casas do Patrimônio de Santa Rita, onde faz o maior comprimento da praça, tem de extensão doze braças; declararam mais que do primeiro esteio da casa de Ana Gonçalves e suas irmãs, que fazem frente ao poente e que fica faceando quase com a capela de Santa Rita, até o último esteio dela, onde parte com a do Ajudante Francisco Lopes Antime, tem seis braças e seis palmos e três quartos de palmos declararam mais que a praça ocupa também da casa do dito Ajudante Francisco Lopes Antime, desde onde parte com as de Ana Gonçalves e irmãs, até o portal da porta da rua do dito Antime, o que fica a esquerda no entrar e mais ao norte, duas braças, por ser aqui o tiro do esquadro no rumo direito que atravessa a rua ao lado do norte do Pelourinho a fechar a Praça por êste lado com a esquina da casa do Guarda-mor José de Sousa de Macedo, que lhe fica fronteira e que estão mais saídas à rua, com o que ultima a extensão da largura com que vem a rua desde a Cadeia; declararam mais que êste mais estreito da rua, desde o portal até a dita esquina que fica ao lado sul da casa do dito Guarda-mor, por serem frente ao nascente, tem quatro braças e meia, cuja rua continua chamando-se Rua de Cima; declararam mais que êste esteio da casa do Guarda-mor José de Sousa de Macedo faz uma viva esquina no meio da rua e ficam

suas moradinhas de casas unidas a que pertence ao Padre Paulo Mendes de Carvalho, mais recolhidas e centrais, de maneira que principiam a facear na parede desta casa pelo lado sul dela quase pelo fim da dita casa assombrada e vem o ponto do rumo direito das duas casinhas a fazer tiro em o terceiro esteio da do dito Guarda-mor para o fundo, principiando-se a contar os três esteios da frente, que é a nascente, e tem esta seu sossobrar duas braças e seis palmos; declararam mais que unido a êste terceiro esteio, fica o beco tapado de varas que era portão de uma das duas casinhas do dito Padre Paulo Mendes e medindo ambas as frentes, pegando o dito terceiro esteio, incluindo o beco até a esquina das mesmas, correndo dali para o sul, tem dez braças e dois palmos e meio; declararam mais que esta casa e esquina fica sossobrada da Casa da Ópera, por ser esta inteiramente central e construída depois do último lanço das mesmas casas e que do esteio da dita esquina, correndo pelo sul do lado da dita casa até (*) com o esteio do norte da Casa da Ópera, cujas frentes de ambas ficam ao nascente, vão cinco braças e um palmo e meio. Declararam mais que a rua que desce da Cadeia para a Rua de Baixo, desde o último esteio do fundo da Cadeia e Casa da Câmara, em tiro de ponto direito, até topar com o esteio do sul da frente da Casa da Ópera, ocupa duas braças e sete palmos. Declararam mais que por detrás da Cadeia até se encontrar com a casinha e muro que ficam sendo fundos da casa que o Tenente Francisco Soares de Faria tem na Rua de Baixo, com frente a opoente, ficava um espaço de terra desocupado e que tinha seis braças e meia como fica declarado no princípio da medição. E por esta forma haviam por feita e medição da Cadeia, seu círculo e Praça...

A Vila tinha praticamente três bairros: o de Santo Antônio, o da Paciência e o do Batatal. Todos situados em terreno aurífero, eram pouco populosos de casas e somente com o declínio da mineração foram sendo povoados.

Pode ser feita a descrição das principais ruas existentes na Vila no fim de século XVIII. Ver-se-á que a Cidade conservou a forma da Vila, na sua parte central, embora modernizada e embelezada.

Rua da Ponte da Paciência à Cadeia

(Primeiro trecho da atual Rua Martinho Campos)

Era verdadeiramente um beco: tinha 3 braças e 3 palmos de largo.

Do lado esquerdo, começava nos muros de uma casa com frente para o nascente; seguiam-se mais duas casas até atingir um beco público, tapado e pegado à Casa da Câmara e Cadeia.

Do lado direito, vinham muros mais casa e muros até topar a casa do Reverendo Vigário Tôrres Brandão, tudo com frente ao poente.

Dêsse ponto a rua continuava com o nome de *rua da Cima*.

Esse beco era também chamado de *Rua da Cadeia*, conforme se vê no protesto do Reverendo Vigário Tôrres Brandão:

— “Que a casa da *Rua da Cadeia* (o grifo é nosso) foi edificada antes da concessão da sesmária e juntamente à casa de sua residência, situadas nas terras do assento da Igreja muito antes da concessão da sesmária; que os ditos assentos são privilégios para não pagar tributos — *Lei da Ordenação, Livro 2.º, título 22* —, sendo que o estilo e Direito nestas Minas serem privilegiados e isentos de tributos um quarto de légua ao redor das Igrejas e a dita rua está compreendida como é notório no dito privilégio.”

Rua de Cima

(Segundo trecho da atual Rua Martinho Campos)

A primitiva Casa da Câmara e Cadeia tinha a frente para o nascente. Ficava-lhe fronteira a Capela de Santa Rita.

Do lado norte e faceando com a Casa da Câmara e Cadeia, descia um beco para a *Rua de Baixo*, também dito *Beco da Matriz para a Rua de Baixo*.

Recuada do alinhamento e do outro lado dêsse beco, estava a Casa da Ópera. Sossobradas e contíguas à Casa da Ópera, vinham duas casas, bastante velhas e no mesmo alinhamento da Casa da Câmara.

Nesse mesmo correr da rua, ficava uma casa do Guarda-mor José de Sousa de Macedo, um córrego seco de 1 braça e 2 palmos de largo outra casa do mesmo Guarda-mor, seguida de um beco que descia para a *Rua de Baixo*. Contíguo ao beco vinha terreno an-

tigo, apossado antes da sesmaria de Vila e pertencente ao Tenente Francisco Soares de Faria.

Voltando ao início, do lado direito, depois da Capela de Santa Rita e distanciada dela, vinha uma casa, seguida de outra pertencente ao Ajudante Francisco Lopes Antime. O muro dessa casa ia até o beco que subia para *Rua da Matriz*, fronteiro ao beco (atual Rua Antônio Fulgêncio) que descia para a *Rua de Baixo*. Depois daquele beco, vulgarmente denominado do *Viana*, ainda no lado direito da rua, havia duas casas e um muro. Aí ficava outro beco que subia à *Rua da Matriz*, faceando o sobrado do Capitão José Fernandes Valadares (atual edifício da Municipalidade).

Dessa altura em diante a rua continuava com o nome de *Rua de Cima* ou *Rua Direita*.

Rua de Cima ou Rua Direita

(Terceiro trecho da atual Rua Martinho Campos)

Tinha dezesseis casas, tôdas do lado esquerdo e com frente ao nascente, as quais o Furriel Pedro Nolasco Cordeiro declarou em seu protesto “eram isentas de foros por serem casas antiquíssimas desta Povoação de muito antes que fôsse concedida a carta de sesmaria a êste Senado, e por isso protestavam lhes não fôsse prejudicial esta medição a fim de serem por bem dela compelidos a pagarem os foros delas e serem conservados na posse pacífica de suas moradas, sem ônus, por suas antiguidades.”

No lado direito dessa rua não havia morada alguma de casa com frente para o poente, por estar nessa altura o *chão da Matriz Velha*, assinalado por uma cruz, e o *campo do Jôgo da Bola* (Hoje estão os jardins da Praça Benedito Valadares).

A primeira casa pertencia a Dona Beatriz Cândida de Faria (mais tarde, Antônio Xavier da Silva Capanema a demoliu e “levantou outra mais alta até cobrir-se com telhas e por seu falecimento foi comprada para o *teatro* e depois desmanchada para acrescentar-se, como acrescentou-se, à *casa velha*, ficando o terreno com (*) braças e dois palmos de frente.” Em 1871, pertencia a Alexandre de Lacerda Rocha).

Era do Furriel Pedro Nolasco a última casa (em 1871, pertencia a Dona Niquelina de Moraes Navarro e tinha cêrca de 13 metros de frente).

Ficava no fim dessa rua o beco (atual Rua Pe. Jesuíno) pelo qual se descia da *Rua da Matriz Velha* para a *Rua de Baixo*. Em

seguida ao beco, vinham duas casas com frente ao nascente e, depois, um bequinho por onde corriam as águas do *Monte* e ia sair no começo da *Rua da Lavagem* e fim da *Rua de Baixo*, com 1 braça e 4 palmos.

Do lado direito e fronteiro a êsse bequinho havia a última casa da *Rua da Matriz Velha*.

Rua da Intendência

(Atual Des. Frederico)

No ponto mencionado atrás começava a *Rua da Intendência*.

Na esquina do bequinho não havia casa, mas, os muros da casa do Padre Domingos Gonçalves Pereira, que tinha frente no princípio da *Rua da Lavagem*. Depois dêsse muro (lado esquerdo), com frente para o nascente, estava a Casa da Intendência, onde funcionou a cobrança dos quintos. Media 9 braças e um palmo de frente.

Fronteira a essa casa (lado direito), havia uma casa chamada o *Portão*, pelo fato de ser recolhida e possuir na frente um portão de entrada.

Ao lado da *casa do Portão* subia para a *Rua da Cachoeira e Cavalhada*. Depois do beco, estava um terreno aforado.

No alto e fim da rua, no mesmo correr para a Cachoeira, ficava uma casa inclinada para o norte, que era apelidada o *Céu*. Nessa casa terminava a *Rua da Intendência*.

Rua da Calçada

(Atual Rua Antero Eduardo)

Era continuação da *Rua da Intendência* e por ela se saía na *Rua da Cachoeira* e na *Cavalhada*, correndo a direção oeste-este.

Tinha uma braça e seis palmos de largo. Não passava de um beco.

Possuía cinco casas do lado direito e duas do lado esquerdo. Começava à altura da casa chamada o *Céu*.

Da *Rua da Lavagem* subia um beco para essa rua, entrando no seu lado esquerdo (atual Travessa Tiradentes).

Atravessava-se um rêgo, que vinha da Cachoeira e ia regar os quintais das casas da *Rua da Intendência* e da *Lavagem*.

Na verdade essa era o final da *rua* que, desde a Ponte da Paçiência, vinha com os nomes de *Rua da Cadeia*, *Rua de Cima* ou *Direita*, *Rua da Intendência* e *Rua da Calçada*.

Beco do Maciel

(Ladeira de Sá Rita, depois Travessa Dom Silvério)

Começava depois da Ponte da Paciência, por cima de um rêgo que trazia água do córrego para os quintais das casas da *Rua de Baixo*.

Do lado esquerdo, corria um muro até encontrar o portão e os muros dos fundos da casa que o Vigário Tôrres Brandão possuía na *Rua da Cadeia*. O muro continuava até topar o sobrado pertencente ao mesmo Vigário e sito quase em frente ao adro da Matriz Nova. Contíguo ao sobrado, vinha outra casa do Vigário, em frente ao nascente e fazendo esquina no beco que saía na *Praça da Cadeia*.

Do lado direito, começava o beco nos muros de pedra que faziam uma volta em direção ao barranco do Córrego da Paciência. Em continuação havia o muro da chácara de Vitória Gonçalves de Carvalho, com um portão, tudo medindo 10 braças e 2 palmos. Esse muro terminava noutro do sobrado do Capitão-mor Francisco José da Silva Capanema, com frente para o sobrado do Vigário Tôrres Brandão e a outra face voltada para a Matriz Nova (Esse sobrado foi comprado por Luís Carlos Pereira e nele morou seu genro Flávio Soares. Hoje pertence ao espólio do Monsenhor Vicente Soares).

Rua da Matriz Velha

(Em 1869 passou a denominar-se Rua 7 de Setembro. Atual Rua José Gonçalves).

Começava depois do *Beco do Maciel*.

No lado esquerdo, entre a casa do Vigário Tôrres Brandão e a casa do Patrimônio de Santa Rita, havia um espaço medindo seis braças e sete palmos, por onde se comunicava com a *Praça da Cadeia*.

A casa do Patrimônio de Santa Rita ficava fronteira à escada do adro da Matriz Nova. Tinha de frente 4 braças e 8 palmos, mais 3 braças de muro. Contígua vinha a casa de Francisco de Faria Morato, com portão e muro (Esta foi demolida antes de 1871). Seguiu-se outra casa até o beco (*Beco do Viana*) que vinha da Rua de Baixo e da Cadeia.

Em frente a essa casa situava-se um terreno que o Padre José Rodrigues Braga comprou por ficar diante da sua e ao lado da Matriz, para que se lhe não tapasse a vista (Na época da medição não existiam os vestígios da casa antiga e arruinada que aí estivera, e o povo estava de posse do terreno para as funções públicas).

Esquinando com o *Beco do Viana* e no correr do lado esquerdo da rua, estava um terreno desocupado de obras e pertencente ao

sobrado do Capitão José Fernandes Valadares (Atual edifício da Prefeitura Municipal), medindo de frente o terreno e o sobrado 22 braças e 2 palmos.

No lado direito, depois do terreno apossado pelo povo, tinha o Padre Braga uma casa com frente para o Sul, olhando para a Matriz e outra com a frente para o norte, fazendo fundos uma com a outra. O muro dessas casas corria fronteiro ao terreno e sobrado do Capitão Valadares.

A casa do Padre Braga situada com frente para o norte e para o beco que subia para a *Rua do Rosário*, estava colocada na esquina de cima e o seu muro media, desde a esquina fronteira ao sobrado do Capitão Valadares até o princípio da casa, cerca de 10 braças. A casa media de frente 5 braças e um palmo.

Entre o sobrado do Capitão Valadares e o *chão da Igreja Velha*, descia o beco para a *Rua de Cima* ou *Direita*, com a largura de 4 braças e 4 palmos e meio. Em seguida ao *chão*, estendia-se o *Campo do Jôgo da Bola*.

No lado direito, em continuação à entrada do beco que vai à *Rua do Rosário* (chamou-se depois Rua do Patrocínio), o Capitão João de Moraes Navarro possuía uma casa, com frente ao norte, cujo muro fazia a rua e fazia esquina em frente à *cruz que estava no lugar da Matriz Velha*. Essa esquina tinha o apelido de o *Tabernáculo*.

Na outra esquina dessa casa e fazendo volta, subia outro beco até dar no que passava à porta do Padre Braga.

Atravessando esse beco, no mesmo correr da rua, existiam três casas até topar-se outro beco (*Beco do Tenente Freitas*), que subia para a *Rua da Cavallhada* e da *Cachoeira*.

Dêsse ponto, atravessando a *Rua de Cima*, começava o beco (Rua do P. e Jesuino) pelo qual se ia dessa rua para a *Rua de Baixo* e a *da Lavagem*, medindo 2 braças e 1 palmo.

Rua de Baixo

(Em 1869 ficou sendo Rua Municipal. Atual Rua Padre Belchior)

Começava na Ponte do Córrego da Paciência.

Existiam trinta e seis casas nessa rua, das quais quatorze eram velhas e antigas.

No lado esquerdo, vinha a chácara ou quintal murado, com frente para o nascente e fundos para o Córrego da Paciência, pertencente a Francisco de Araújo Silva (depois passou a Bento Silva). Seguiam-se mais três casas pertencentes a Francisco Cardoso.

Do lado direito, desde o princípio da rua até a sétima casa do lado esquerdo, não havia casas com a frente para o poente e sim, fundos das casas da *Rua da Cadeia*. A rua vinha desde a entrada do *Beco do Maciel*, nesse lado direito, seguindo os fundos dos quintais até a casa do Padre Mestre Régio. Pegado e faceando os muros do fundo do quintal da casa do Padre Mestre Régio, existia uma casa com frente ao poente e na sua esquina seguia o beco que vinha da Casa da Câmara e Cadeia, com 3 braças e 8 palmos de entrada.

Do outro lado do beco, ainda na *Rua de Baixo*, existia uma casa de estalagem, pertencente a Teodósio Rodrigues Galvão. Fronteiro ao beco e depois dessa casa, havia um beco que levava à *Fonte do Baiacú*, medindo 1 braça e 3 palmos (É a atual Rua da Escadinha).

À frente desse beco (lado esquerdo), a terceira casa foi arre-matada da herança do Capitão Luís Leite de Brito pelo Capitão-mor Francisco José da Silva Capanema (era a casa da botica). Adiante morava Joaquim Corrêa, que tinha o apelido de *O Miúdo*. Contíguo vinha o célebre sobrado do Capitão-mor Francisco José da Silva Capanema (esse sobrado foi edificado sobre um Córrego Sêco, que ele calçou e encanou, com licença do Senado da Câmara. O córrego arruinava todas as obras que o Senado mandava ali fazer, conforme explica o protesto do dito Capitão-mor:

“... que ele protestava não pagar das duas braças que mais se lhe mediu sobre o Córrego Sêco, e que ele havia tapado, além das seis de que paga atualmente fôros, porque ele encanou o dito Córrego sobre que edificou e fez um portão com grande custo e perigo e isto lhe fôra permitido pelos Senadores que então serviam em razão a maior utilidade e segurança pública da rua, por ser um córrego que corre picado com grande vertente e arruinava todas as obras que o Conselho ali fazia e ele possuidor o conserva e segura coberto e encanado inteiramente a sua custa.”)

Do lado direito, depois que o *Córrego Sêco* atravessava a rua, vinham os fundos do quintal da casa do Guarda-mor José de Souza de Macedo. (A casa tinha a frente para o nascente, na *Rua da Cadeia*). Da esquina desse quintal subia um beco (Rua Antônio Fulgêncio) que ligava a *Rua de Baixo* com a *Rua de Cima* e levava à *Rua da Matriz*.

Junto a esse beco (lado direito) havia um terreno, com 12 braças, que pertencera à Fazenda dos Guardas e era isento de fôros (Em 1805, pertencia ao Tenente Francisco Soares de Faria).

Do lado esquerdo, mais à frente desse beco, saía outro que levava ao *Córrego da Lavagem*.

Do lado direito, na altura desse último beco, até o fim da rua, não havia casas e sim, os fundos das casas situadas na *Rua de Cima*. Existiam, apenas, duas Capelinhas: a da Senhora da Conceição, frente à casa da viúva e herdeiros de Manuel de Souza Gomes, e a da Senhora do Socorro, no fim da rua e fundos da casa do Furriel Pedro Nolasco Cordeiro.

Contíguo à Capela do Socorro, seguia um beco para a *Rua de Cima* e a da *Matriz Velha*. E o correr da rua, depois desse beco (Rua Pe. Jesuíno), era chamado de *Rua da Lavagem*. (Hoje há pequena praça, denominada de Teodoro de Vasconcelos).

Rua da Lavagem

(Mais tarde Rua do Comércio — Hoje Floriano Peixoto)

Até o Córrego da Máquina, essa rua tinha quarenta casas, sendo quinze do lado direito e vinte e cinco do lado esquerdo.

No lado direito da rua, depois da primeira casa, vinha o beco para a *Rua da Intendência*, medindo na entrada 7 palmos, e de onde descia um Córrego Sêco. Seguiam-se dez casas numa extensão de cerca de 68 braças e meia e 8 palmos. Nesse ponto ficavam os fundos de uma casa que tinha a frente para o poente na *Rua da Calçada* e findavam num beco de 1 braça e 1 palmo, que marcava o começo da dita *Rua da Calçada*. Vinha em seguida o *Largo da Lavagem* e depois, uma casa e dois terrenos devolutos (no último havia uma cruz voltada para o poente) e mais quatro casas (estas ocupando uma extensão de 45 braças e meia), findando-se no beco perto do Córrego da Máquina e por onde passava um rêgo, cuja água ia mover os mon-jolos de minerar, pertencentes ao Capitão Alexandre Dias Maciel (Todos os pertences do Capitão Alexandre eram isentos de fôros, porque ele havia tapado um buraco nesse lugar, aterrara a rua livrando-a de um lamaceiro, e construíra o calçamento desde a casa do Furriel Pedro Nolasco até o adro da Matriz Nova).

O beco e córrego tinham 2 braças de largura. Seguia-se-lhes o largo junto à Fonte Pública da Mina da Máquina.

Do lado esquerdo da rua, depois do Córrego Sêco, vinha um terreno de 3 braças e nove casas, até o bequinho que descia para o *Córrego da Lavagem*, ocupando as frentes das casas cerca de 23 braças e 14 palmos. (O bequinho era chamado da Comissão, e media 5 palmos e meio.) Seguiam-se mais três casas, com 18 braças e 6 palmos de frente. E nesse ponto a rua fazia uma pequena volta e se abria o pequeno *Largo da Lavagem*, seguido da *Ponte da Lavagem*. No barranco norte do córrego saía um beco para o *Morro do Batatal e Lavrados*, e para a *Rua do Tamanduá*, medindo 5 palmos. Continuava a rua com a frente de cinco casas, medindo 19 braças e meia

e 4 palmos, e, em seguida, vinha a *Casa de Comissão*, de Dona Joaquina do Pompéu, fronteira aos chãos da cruz. Seguiam-se mais quatro casas com 12 braças e 8 palmos de frente, e, nessa altura, passava um desvio de água das lavras do *Morro do Batatal* e saía o beco onde havia o *caminho do carro onde passavam as procissões* e em terra do *Morro do Batatal* do lado do *Engenho do Morcêgo*. Em continuação, vinham os chãos da demanda de Manuel Cordeiro com Alexandre Dias Maciel e mais duas casas com 11 braças e meia e 3 palmos de frente. (Nos chãos da demanda pretendeu Manuel Cordeiro fazer uma casa. Chegou a fincar os esteios, que foram arrancados pelo Capitão Alexandre Dias Maciel com o fundamento de serem suas tôdas as lavras altas e correr ali a água que vinha das minas velhas. Resultou renhida demanda, terminada com a vitória que fêz o Desenbargador e Ouvidor-Geral da Comarca, em 23 de junho de 1804.) Ao norte da última casa, ficava a fonte da *Mina da Máquina*.

Dessa altura a *Rua da Lavagem* continuava até os fundos da *Rua do Fogo*, tendo sete casas do lado direito e nove do esquerdo.

Continuando, depois da *Fonte*, portanto no correr do lado direito, encontravam-se quatro casas com 17 braças e meia e 6 palmos, até um beco que saía na *Rua do Fogo* (Rua Nova da Serra da Cruz do Monte), onde se topava um córrego que se atravessava na vargem (*Largo da Lagoa*). No princípio da subida para a *Rua do Fogo*, estava uma casa com muros, medindo 34 braças e 6 palmos. Acima do rêgo e fronteira à *Chácara*, vinham duas casas, medindo de frente 21 braças e 4 palmos, e, em seguida, dava-se nos fundos da *Rua do Fogo*.

No lado esquerdo, em frente os muros da casa que estava na subida da *Rua do Fogo*, havia uma casa com 8 braças e 3 palmos de frente. Contadas mais quatro casas, com 39 braças e 9 palmos de extensão, encontrava-se um rêgo que vinha da *Rocinha* do Vigário Tôrres Brandão e pertencia á Sociedade do Morcêgo. Seguiam-se-lhe o beco, a casa da *Chácara* com 15 braças de frente e mais três casas com 20 braças e meia de rua.

Nesse ponto ficavam os fundos da *Rua do Fogo*. E havia uma casa com frente para o *Córrego do Caruru* com 10 braças de frente. Atravessando êsse rêgo, começava-se uma rua nova sem âforamentos e existia uma casa por baixo do rêgo de minerar do *Engenho do Morcêgo*.

Por aí principiava a *Rua do Piolho*, que subia ao *Morro do Batatal*.

Rua da Matriz para a Ponte de João Cordeiro
(Depois Rua do Pilar. Hoje Rua... até a casa n.º 68; daí até a esquina, Rua Jacinto Alvares)

Não tinha casa do lado esquerdo. Corria na direção poente-nascente, e tôdas as casas estavam voltadas para a Matriz Nova, olhando para o norte.

A primeira casa ficava na esquina do *Beco do Maciel* ou da *Ôrsula*: Era um sobrado de propriedade do Capitão-mor Francisco José da Silva Capanema. Seguiam-se-lhe um terreno com esteios para construção de casa, a casa dos herdeiros do Capitão Estanislau da Silva da Fonseca (mais tarde Pedro Azevedo faria muros no lugar da casa), com 5 braças e 3 palmos, a casa dos herdeiros do Capitão Antônio Lopes de Faria (êsse lugar ficou conhecido com o nome de *Sítio dos Santos*), a casa de Dona Maria da Silva Vieira, medindo 13 braças e 6 palmos, e fechando a rua que desce do Rosário e fronteira à esquina.

Nesse ponto a largura da rua media 2 braças e 4 palmos.

Continuava a esquina da casa de um muro, que pertencia ao Capitão Antônio Mendes da Silva e foi do seu pai Manuel Mendes da Silva. (No fim dêsse muro, Antônio Joaquim de Medeiros fêz uma casa nova unida ao sobrado do Capitão Antônio Mendes da Silva.)

Depois do sobrado continuava o muro, que fazia esquina para a *Rua da Ponte de João Cordeiro* e distava 2 braças e 6 palmos dos muros do quintal do Padre Gabriel João da Silva.

Os quintais dessas casas ficavam em terreno aurífero, conforme ficou esclarecido no protesto do Capitão Antônio Mendes da Silva:

— "... porque logo adiante das casas de Dona Maria da Silva Vieira e entre elas e a sua propriedade (que é foreira) havia um muito grande rasgão de minerar, que atravessava onde hoje está a rua de norte a sul para o Córrego da Olaria, e Manuel Mendes da Silva, pai dêle, protestante, que tinha sido quem fêz a dita propriedade, fêz com os senadores que serviam na Câmara desta Vila, no ano de mil setecentos e cinqüenta e quatro, contrato de encher o referido rasgão e fazer o caminho franco para passarem os viandantes seguros de perigo e conservar o caminho todo o tempo nesta forma, dando-se-lhe isento de fôros e livres dêste ônus o território que mediava entre estas duas propriedades, como constava do documento que apresentava com o alvará de licença passado no dia vinte e seis de janeiro de mil setecentos e

cinquenta e quatro; e por esta forma possuía isento de fôros o território do dito muro, dentro do qual está Antônio Joaquim de Medeiros fazendo casa e todo êle ocupa com extensão da dita casa nova dez braças e dois palmos de frente. Que quanto ao outro muro de pedra que se segue no mesmo correr da rua e imediato a sua casa de sobrado e no lado do nascente dela e faz esquina para dar a volta no tope por que se desce para a Ponte de João Cordeiro, também lhe eram isentos de fôros não só porque seu pai as comprou ao Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves, como consta do escrito de venda que disso lhe passou no ano de mil setecentos e setenta por serem suas terras minerais, como porque além disso, havendo o Córrego da Paciência uma ponte chamada de João Cordeiro, que jamais se fazia segura e livre de ocasionar perigos públicos, que ali ocorriam, o dito seu Pai se convencionou com os Senadores da Câmara que serviam no ano de mil setecentos e setenta e sete a fazer aquela ponte de aroeira e conservar a mesma por si e seus sucessores, conforme despacho que presente exarado em Câmara de cinco de março de mil, setecentos e setenta e sete ...”

Fronteiro ao muro do sobrado do Capitão Antônio Mendes da Silva, atravessando a rua na ladeira íngreme que desce para a Ponte de João Cordeiro e no mesmo correr da rua, estava a esquina do muro de Manuel Mendes de Siqueira Bastos, por cima de sua casa. Esta esquina fazia face pela frente da casa ao poente para a Ponte e pela face do muro, que corria de poente a nascente, para a rua que seguia para a Olaria.

Beco ou Rua da Olaria

A entrada dêsse beco situava-se entre a esquina do muro da casa de Manuel Mendes de Siqueira Bastos e os fundos do quintal da casa do Padre Gabriel João Silva. (Foi do Padre José Moreira dos Santos Silva). Media uma braça e sete palmos.

No correr dêsse beco (lado direito), vai-se seguindo o muro de Manuel Mendes de Siqueira em grande extensão até a casa do Reverendo Padre Anastácio Gonçalves Pimentel, Vigário-Encomendado e um dos descobridores do Diamante de Abaeté. Era casa pequena, com frente para o norte e fundos para o Córrego da Olaria, tendo muros dos lados.

Adiante dêsses muros estava o Brejo da Olaria e pelo seu barranco corria um reguinho d'água, que regava o quintal do Vigário-Encomendado e o de Manuel Mendes de Siqueira Bastos.

Passava-se o Córrego ou Brejo da Olaria, no lado direito de um caminho para as roças de Ursula Joaquina de Vasconcelos, e por baixo de um rêgo dos herdeiros do Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves, ficava a Chácara do Dr. João Antônio da Silva Vieira. Do lado esquerdo e fronteiro, estava a chácara de André Domingues Maia Velho.

E os medidores declararam que:

— “... pelo Córrego da Olaria acima e no barranco da nascente do córrego, em muito grande longitude e quase fronteira ao princípio do rêgo do mesmo Córrego, havia uma olaria antiga que deu nome ao Córrego que principiava com o nome de Pedreira. E que essa olaria foi da herança do Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves e na época estava pública aos que nela quisessem fazer telhas.”

Rua do Nascente

Começava em frente à casa do Padre Anastácio Gonçalves Pimentel, situada no *Beco da Olaria*, e ia sair na *Cavallhada*.

Tinha quatro braças e meia de largura.

Era rua nova e todos os seus terrenos pagavam foros.

Do lado direito, fronteiro à casa do Padre Anastácio, ficava a casa de Teodoro Valentim da Silva, com cinco braças e meia de frente. Seguiam-se-lhe mais quatro casas, numa extensão de 28 braças e 9 palmos e meio.

Em frente a essa última casa, no lado esquerdo, saía um *beco* com 8 palmos e meio, por cima dos muros da casa que Félix João de Araújo tem na *Rua Detrás das Casas da Rua do Rosário*.

Acima dêsse *beco*, no lado esquerdo, havia uma casa com 10 braças e meia de testada.

Do outro lado havia uma casa com 6 braças de testada.

Acima dessa casa, atravessava a rua um rêgo de água, que servia à casa do Padre Gabriel João da Silva.

Depois do rêgo (lado direito), existiam duas casas, com 10 braças e 13 palmos de frente, e, em seguida, a passagem de 5 braças e meia para a *Fonte da Bica do Rosário*.

Contígua a essa passagem, no mesmo correr da rua, estava a última casa, com oito braças de testada (Nela morreu Romana Lázara).

Rua Detrás dos Quintais da Rua do Rosário
(Atual Rua Luís Orsini)

Para medir essa rua os medidores designados no Tombamento de 1804, foram “buscar o princípio no beco porque da *Rua da Matriz* e *Ponte de João Cordeiro* se segue para a Olaria, onde Antônio de Oliveira Rocha fêz casa com frente ao poente, olhando para os fundos do quintal da casa do Padre Gabriel João da Silva, e onde a esquina da casa do dito Rocha vem fazer tiro de rumo direito no muro de Manuel Mendes de Siqueira Bastos.”

Todo o lado esquerdo dessa rua era fundo dos quintais da *Rua do Rosário* para a Matriz Nova.

Do lado direito, a rua começava no sobrado de Antônio de Oliveira Rocha, com 5 braças e meia de frente, e continuava com duas casas, medindo 16 braças e 3 palmos no correr da rua.

Nessa altura, por baixo do rêgo de água da casa do Padre Gabriel, saía o beco que da *Rua do Nascente* vai à *Matriz*.

Muito acima, Maria Teresa de Campos aforou terreno de 5 braças com frente para os fundos do quintal de Joaquim Ferreira da Silva, onde havia tenda de ferreiro. Contíguo vinha outro aforamento de 5 braças e 2 palmos, e mais outro de 6 palmos. (O primeiro aforamento estava sôbre um tanque velho de acumular água para mineração). A seguir vinha casa com 8 braças de testada, onde findava a rua. (Dizia-se que nesta casa viveu e morreu a Romana Lazarenta).

Rua da Cachoeira
(Atual Avenida Antônio Fiúza)

A direita dessa rua, indo para a *Cachoeira*, seguia um beco para a *Cavallhada*, medindo 2 braças de abertura.

Do lado esquerdo, ficavam as casas de Antônio Xavier Borges e de Manuel Antônio da Silva. (No terreno dessas casas, o Capitão Inácio Joaquim da Cunha construiu um sobrado, que foi adquirido por sua neta Dona Beralda, mulher do Conselheiro José Maria Teixeira de Azevedo, e doado à Intendência Municipal. Em 1891, nêle funcionou o Forum e, atualmente, serve de Grupo Escolar).

Pouco à frente dessas casas (lado esquerdo) saía um beco que descia para a *Rua da Matriz Velha*.

Do lado direito, nessa altura, estava um terreno desocupado e pertencente ao Mestre Régio de Gramática Portuguesa, — José Rodrigues Domingos de Meireles.

Quase no fim da rua, sem casas, saía um beco que vinha da *Cavallhada*.

Do lado esquerdo, ficava o beco que vinha da *Rua da Calçada*.

Até chegar-se ao *Córrego da Cachoeira*, havia uma grande extensão sem casas, terminando num beco.

Ao sul do *Córrego da Cachoeira*, entre êle e a última casa, corria um rêgo para a casa do Padre Domingos Gonçalves Pereira, a qual estava no princípio da *Rua da Lavagem*.

No fim dessa rua, do lado esquerdo do córrego, subia um caminho para a serra.

Rua da Cavallhada
(Depois Rua da Misericórdia)

Começava na *Rua da Cachoeira*, em seqüência ao caminho que ia para a *Rua da Calçada*.

Do lado esquerdo da rua, havia um *curral de taipa*, com duas porteiras opostas. A frente dêsse curral, saía a rua que da *Calçada* ia à *Cavallhada*.

A direita e quase em frente ao *curral de taipa*, havia o terreiro onde se corria a cavallhada.

Dêsse ponto seguia-se para o *Rosário*.

A esquerda, seguia o beco que ia à *Rua Detrás do Rosário*. A partir dêsse beco, a rua passava a chamar-se *Rua do Rosário*.

Rua do Rosário

Nessa rua estava construída a Capela do Rosário, no seu lado esquerdo.

Atrás da Capela havia um largo. Ela tinha frente para o poente e, no lado esquerdo, estava um adro para as procissões.

A direita da Capela dava para a *Rua da Cachoeira*.

Mais à frente, do lado direito, estava outro beco “porque se desce pela *Rua da Cachoeira* para a *Rua da Matriz Velha*, em frente ao sobrado do Capitão José Fernandes Valadares.”

Por baixo dêsse beco, estavam fincados uns esteios com frente ao nascente e fronteiros à Capela do Rosário. Mais à frente, passando por uma extensão sem casas, continuava a rua descendo para o adro da Matriz Nova. (Esse trecho da rua ia sair na casa do Padre José Roiz Braga, com frente para o sul e olhando o adro da Matriz).

Dêsse lado (lado direito) a rua ia terminar no adro da Matriz Nova e casa do Dr. João Antônio da Silva Vieira.

Do lado esquerdo a rua começava na Capela do Rosário.

A terceira casa depois da Capela pertencia a Dona Joaquina Bernarda da Silva Castelo Branco (Dona Joaquina do Pompéu): Tinha frente ao poente e se encontrava muito arruinada. Houve corte de carne verde nela. Media de frente 9 braças).

Fronteiro aos fundos da sacristia da Matriz, Miguel José Fernandes possuía casa com frente ao poente fazendo esquina onde a rua tinha uma ladeira ou tope íngreme, num *beco* que seguia para a *Rua Detrás do Rosário*.

Atravessado o *beco*, fazendo esquina, estava a casa da fábrica da Matriz ou do Santíssimo, em que se guardavam "alguns dos seus materiais." Contígua vinha a casa do Padre Gabriel João da Silva, fazendo esquina com a rua que vem da Cadeia, ao lado da Epístola da Matriz Nova (Rua do Pilar).

As seis casas acima dessa, — quatro do lado esquerdo e duas do direito — pagavam fôros ao Santíssimo Sacramento.

E nesse ponto ficava concluída a descrição topográfica da parte central da Vila de Pitangui, no fim do século XVIII.

Agora vamos continuar com a descrição perfuntória dos bairros.

BAIRRO DA PACIÊNCIA E SANTO ANTÔNIO

Estava num terreno aurífero. Aí o Padre Serrão arrematou datas de terras mineiras, no comêço da Vila. Nesse bairro, também minerou Pedro Fialho do Rêgo, primeiro marido de Dona Gertrudes de Campos.

Havia motivo para não ser muito populoso.

Começaremos sua descrição pela *Rua da Ponte de João Cordeiro*.

Rua da Ponte de João Cordeiro (Depois Rua São José)

Começava essa rua na ladeira situada entre o sobrado do Capitão Antônio Mendes da Silva e a casa de Manuel Mendes Siqueira, vindo da *Rua do Pilar*.

No ano de 1760, essa rua era uma estrada, conforme se deduz da escritura de venda que Antônio Dias Teixeira das Neves e sua mulher Dona Gertrudes de Campos fizeram a Manuel Mendes da

Silva, de um pedaço de terreno que ficava da estrada para baixo e que partia com as casas do comprador, correndo pelo córrego acima.

Também na petição que Manuel Mendes de Siqueira Bastos, em 1784, dirigiu ao Senado da Câmara, consta:

— "... que êle é hoje senhor de umas casas novas, sitas na ladeira que desce para a Ponte chamada de João Cordeiro, *estrada geral desta Vila* (o grifo é nosso), que no presente tem muito pouco uso pelos graves incômodos dos passageiros, assim por ser muito levantada como pelo escorregadíssimo de seu terreno no tempo das chuvas, em que freqüentemente padece graves ruínas pelas copiosas águas que por ela se precipitam ao córrego, cujos incômodos todos quer o suplicante obviar, fazendo a sua custa, desde a esquina do quintal das casas de Manuel Mendes da Silva até a Ponte, uma calçada nova de pedra com a obrigação de conservá-la para o futuro no território respectivo às ditas suas casas, com tanto que o suplicante e seus sucessores tão sômente fiquem sujeitos de hoje em diante a pagarem a êste Conselho uma oitava de fôros, aplicando o mais para esta obra e sua conservação..."

(Em dezembro de 1784, a obra estava concluída e foi aceita pelo Senado da Câmara, que a inspecionou incorporado e a julgou digna de aceitação).

Contíguo aos muros de Manuel Mendes de Siqueira Bastos (lado esquerdo), fêz Manuel de Sousa Lagares uma morada de casas sôbre o barranco do córrego, em aforamento que tinha feito o Furriel Domingos Monteiro Guimarães, medindo 5 braças e 7 palmos com o portão. (Nessa casa residiu e faleceu o Maestro Quito. Tinha o número 39. Foi recentemente demolida).

Nessa altura passava o *Córrego da Olaria*, sôbre o qual ficava a dita casa e a *Ponte de João Cordeiro*. (O córrego corre de este-oste. A ponte media 1 braça de largura. Depois o córrego continuava com o nome de Paciência).

Do lado direito, contígua á Ponte, vinham os muros e casa do Porta-Estandarte Manuel Calvão Pântano, com frente para o nascente. Seguia-se-lhe outra casa, com muro de um e outro lados, medindo tudo 13 braças e 8 palmos. Por cima dessa casa, passava o rêgo baixo das águas do *Córrego da Olaria*, com que mineravam os herdeiros do Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves, e por cima e a volta dêle seguia um beco de 2 braças e 3 palmos que ia sair na *Paciência*. (Atual Rua Chiquinho Teodoro).

Contíguo ao beco, estava a Chácara de João Pereira Guimarães, correndo 31 braças de rua, e a casa de sua cunhada Dona Bárbara Maria Moreira, com 4 braças de frente. (Tanto a chácara como os terrenos da casa pertenceram ao Padre Antônio Pereira Marques, que fôra coadjutor na Freguesia).

Do lado esquerdo, contígua à Ponte, principiavam os muros da casa de Dona Joaquina do Pompéu, que foram construídas pelo Sargento-mor João Cordeiro, medindo 45 braças. (A casa ficava recolhida e no seu quintal passava o rêgo mencionado de mineração dos herdeiros do Capitão-mor Antônio Dias. Morava nessa casa o Vigário da Vara, José Teixeira Camargo. Entrava-se para a casa por um portão grande, localizado acima do rêgo).

Dessa esquina, correndo ainda por um muro de pedra pertencente à mesma casa, até a esquina findava por baixo de um rêgo sêco dos herdeiros do Capitão-mor Antônio Dias, mediram-se 110 braças e 3 palmos. (O rêgo estava sêco porque a água fôra cedida para o chafariz da Praça da Cadeia).

Em seguida à casa de Dona Bárbara (lado direito), vinham duas casas, com muros, medindo tudo 9 braças e 8 palmos de testada, e uma grande extensão do terreno devoluto e sem obra alguma, até a *rua que vinha da Paciência* para esta (atual Rua Quito Nunes), em cuja esquina o Capitão José Antônio de Sousa Carneiro aforou 5 braças.

Quase na face da rua que vinha da Paciência, havia uma casinha com frente ao nascente, medindo 2 braças e 3 palmos, ficando-lhe pelo lado sul 4 braças e 1 palmo livres para largura do beco.

Na esquina de cima, estava outra casa, com 3 braças de frente e 3 braças e 1 palmo de muro. Por cima dela, ficavam um terreno cercado e aforado, medindo 5 braças, e um rancho do pedreiro Atanásio (prêto cativo).

Dai até o rêgo alto dos herdeiros do Capitão-mor, não havia casas e o terreno estava sem aforamento.

Nesta altura passava a caixa do rêgo do *Alto da Paciência*, cujas águas foram cedidas para o *Chafariz da Praça*.

Continuando no mesmo lado da rua, e por cima do rêgo, vinham muros e casa, medindo 8 braças. Fronteira a essa casa, no lado esquerdo, estava uma casa pequenina, com muros de um lado e outro, tudo medindo 10 braças. Seguiam-se-lhe três casas, ocupando uma extensão de 23 braças e meia e 11 palmos. Contíguo corria um muro de taipa, com 11 braças e meia e um espaço sem murar de 4 braças.

Mais à frente saía uma estrada para a roça de Úrsula Joaquina de Vasconcelos. Do lado esquerdo, indo para *Santo Antônio*, havia um grande espaço de terras sem casas até topar a casa de Joaquim José de Araújo, no *Alto do Adão*.

Rua de Santo Antônio

Era a antiga estrada para a Vila, vindo-se do Brumado.

Possuía 27 casas, sendo 7 antigas. Tinha uma casa de estalagem, no lado esquerdo e fazendo fundo no barranco do *Córrego de Santo Antônio*, com frente ao sul.

Vinha essa terminar no *Alto do Adão*, onde se comunicava com a de João Cordeiro.

Rua do Alto do Adão à Ponte da Paciência

(Depois Rua da Paciência. Atual Rua Visconde de Rio Branco)

Possuía quarenta e oito casas, sendo dezessete antigas.

No lado esquerdo da rua, havia uma casa de Joana Ribeira, cujo terreno não foi aforado, porque se dizia pertencer a Nossa Senhora das Mercês. Tinha frente para o nascente.

No lado direito, e com frente para o poente, distante cêrca de 15 braças do beco (Rua Quito Nunes), que levava à *Rua de João Cordeiro*, José de Freitas Vieira aforou 3 braças e meia de terreno para um campo do *Jôgo da Bola*.

Nesse mesmo lado, ficava uma casa antiquíssima, com frente ao poente, pertencente aos herdeiros de Leandro Ferreira de Siqueira, medindo 4 braças. Contígua a ela, estava outra casa antiga, livre de fôro, que pertencia ao Padre Francisco Martins, com 4 braças e meia de testada. Imediata a esta casa, vinha outra casa antiga, livre de fôro, com frente para o poente, olhando para o correr do corpo da Capela-mor do Senhor Bom Jesus da Paciência.

Fronteira à Capela do Senhor Bom Jesus da Paciência, no lado direito, havia uma casa com frente ao poente e com muros de pedra que desciam até topar o rêgo de baixo que ali atravessava a rua de nascente a poente. Media 9 braças e meia de terras livres de fôro.

No outro lado da Capela, ficava um largo, ao poente.

Abaixo da Capela, e depois do beco e rêgo que vinham da *Rua de João Cordeiro*, tinha José dos Reis Sousa e sua filha Úrsula, apelidada a *Sussu*, uma casa com grande extensão cercada de muro do lado de cima e também amurada do lado de baixo, com bananal, medindo tudo 22 braças de terra.

Contígua ao Córrego e à Ponte da Paciência, no final da rua, com frente para o poente, possuía o Capitão José Caetano Rodrigues Costa duas casas unidas, uma velha e baixa e outra de sobrado construído sobre uma casa velha. Ficavam no correr do lado direito da rua e tinham de extensão 10 braças e meia.

Beco que desce da Capela do Senhor Bom Jesus para o Baiacu

Pelo lado da Epístola da Capela, entre as casas de João Teles e de José de Sousa Botelho, se ia à casa do Sargento-mor Carlos Facian Osório.

Essa casa foi construída pelo Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves, que tinha mineração nesses terrenos da Paciência. Ficava central na parte do poente de um beco, que vinha do *Alto da Cigana* por detrás dos quintais da *Rua da Paciência* e descia para o *Baiacu*. Tinha a frente para o nascente e corria na direção sul para norte, com 12 braças e meia de frente, e mais um portão e muro com 3 braças e meia.

Partia dessa casa um muro, com direção poente para nascente, com frente para o sul e construído na mesma época, com extensão de 22 braças.

No correr da dita casa, seguia um muro na direção norte para sul, que ficou tapado por um acréscimo que o Sargento-mor fez da parte de fora, fronteiro ao muro anterior. Esse acréscimo fechou no correr do poente a nascente com a esquina do outro muro do lado do *Baiacu* e daí subia pelo beco que vem da *Cigana* até fecharem um barranco do *lavrado* dos herdeiros do Capitão-mor Antônio Dias. (Esse *lavrado* ficavam de frente aos muros do quintal da casa de José Ferreira do Amaral Siqueira, que fôra de Isabel Antunes Maciel e seu marido João do Rêgo). Esse muro media 24 braças.

Entre o muro da casa do Sargento-mor Carlos Facian e o da casa de João Teles ficava um beco que descia da *Cigana* para o *Baiacu*.

Fonte do Baiacu

O povo servia-se da *Fonte do Baiacu* para lavagem de roupa e coradouro.

Da esquina do muro da chácara de Teodósia Rodrigues Galvão (foi de Pedro Fialho do Rêgo) até o *Córrego* que vinha da *Lavagem*, atravessando por cima a *Fonte do Baiacu*, havia 8 braças de largo; e pelo caminho que vem dessa chácara pela fonte para a *Rua de Baixo* até o leito do *Córrego da Paciência*, que ali mesmo faz barra no da

Lavagem, há de extensão 22 braças. Não havia de uma e outra parte da fonte, com exceção da dita chácara, nenhuma outra casa que impedisse os coradouros de roupa e servidão da fonte.

Passando-se o *Córrego da Lavagem* na pinguela e subindo-se pelos lavrados acima até bem ao *Alto do Baiacu* não havia casa alguma, salvo a do falecido Sargento-mor Manuel Veloso de Carvalho, que possuía diversas senzalas de capim.

Da *Fonte do Baiacu* saía-se por um beco na *Rua de Baixo*. Esse beco, mais tarde, ficou sendo a *Rua da Escadinha*.

BAIRRO DO BATATAL

É a parte de maior importância histórica na Vila, e hoje Cidade de Pitangui.

No *Morro do Batatal* foi descoberto o primeiro ouro e nêle os paulistas levantaram rústica Capela, voltada para o arraial nascente.

Ficou o Bairro localizado nos melhores terrenos auríferos da Vila.

No fim do século XVIII, contava esse Bairro com seis ruas pouco povoadas e tôdas mal alinhadas: *Rua do Batatal*, *Rua do Fogo*, *Rua do Piolho*, *Rua do Tamanduá*, *Rua da Penha até a Olaria* e *Rua do Morcêgo*.

Rua do Batatal

Era a mais importante. Começava na *Rua da Lavagem*, na ponte do *Córrego da Máquina*, onde havia uma casa com 9 braças, no lado esquerdo, seguida de outra com 3 braças e 8 palmos.

Do lado direito, começava na casa de Joana da Silva Teixeira e correndo quatro casas com 30 braças e 7 palmos de frente, dava-se no Rêgo do Morcêgo, que corria de norte a sul. Daí seguiam-se mais três casas com 19 braças e 8 palmos de frente. Dessa última casa até o mais alto do *Morro do Batatal*, no ponto onde se seguia pela *Rua do Tamanduá*, não havia casas. Nessa altura, depois de uma casa de 10 braças e 5 palmos de testada, vinha a *Casa de Taipa*, dos herdeiros de Joana Maria Bicudo. Em frente a esta casa, estava um terreno desocupado, onde existiram as senzalas e ranchos que foram construídos antes da sesmaria da Vila.

Bem no alto do *Morro*, ficava a Capela de Nossa Senhora da Penha.

Continuando a rua, pelo lado esquerdo, por detrás de um muro de pedras existente acima de um rêgo, que corria para a Capela, saía uma *rua* ou *beco* com 3 braças e meia de largo.

Da parte de baixo dêsse rêgo. (nêle corria a água para as lavras altas do Batatal) só existiam os esteios de uma casa, seguidos de uma casa de 4 braças e terrenos com 10 braças até a casa do Capitão Alexandre Dias Maciel, com frente para o nascente e olhando o lado da Capela de Nossa Senhora da Penha. Depois dessa casa vinha outra com 7 braças e 4 palmos de frente. (Essas casas e posses eram tôdas recolhidas e por baixo do rêgo, com exceção de uma que João Francisco da Cruz fêz quase nos fundos da Capela de Nossa Senhora da Penha, com frente ao nascente. Da parede da Capela-mor até a frente desta casa mediam-se 4 braças).

Depois dessa casa, vinha um largo e mais duas casas com 27 braças e meia, até um rêgo das lavras do Batatal, que atravessava a rua de nascente para poente. Depois dêsse rêgo vinha outra casa de 3 braças e meia.

A rua continuava além do *Córrego da Olaria*, no caminho que vai para o Caruru. No lado esquerdo havia uma olaria, que fôra de Inácio Cotrim.

Voltando atrás, no correr do lado direito da rua e em frente aos muros de pedra, ficava a casa de Dona Maria Rosa de S. José e os muros de outras casas, os quais atravessavam pelo lado direito da Capela da Penha até uma passagem que ia sair no caminho para a *Rua do Fogo*.

Da esquina da parede da Capela até os muros do fundo do quintal da casa de Dona Maria Rosa, mediam-se 8 braças. (Encostado a êsse muro, seguia-se pela frente da casa e lado da Capela para a *Casa de Taipa*, que ficava muito desviada e no fundo da mesma Capela).

Entre os muros dessa casa e os da *Casa da Taipa* havia um beco que descia para a *Rua Nova*, que se estava abrindo e ia sair no córrego que se atravessava indo da *Rua da Lavagem* para a do *Fogo*.

A *Casa da Taipa*, com frente para o Sul e olhando para os fundos da Capela da Penha, media de extensão 31 braças.

Fazia-se um largo detrás da Capela.

Rua do Tamanduá

Principiava quase fronteira à casa dos herdeiros de Dona Joana Maria Bicudo, pelo mais alto do *Morro do Batatal*, indo-se da Capela da Penha.

Tinha do lado esquerdo sòmente uma casa.

Do lado direito, tinha uma casa de capim com frente a leste, seguida de duas outras também de capim, um terreno, mais duas casas, mais outra com muros de pedras que era seguida por um beco. Media'êsse beco 1 braça e 4 palmos, e ia para as lavras do *Morro*. Seguia-se-lhe um muro de pedras e outro beco.

* * *

A descrição topográfica de Vila mostra que as maiores modificações foram empreendidas nos bairros, onde as ruas não tinham alinhamento e mais pareciam caminhos.

A parte central foi modernizada. Foram destruídas muitas casas. As ruas ganharam alinhamento. Apesar disso, a planta cadastral não sofreu alterações profundas e que apagassem os traços topográficos da Vila.

Em 1828, julgavam os camaristas a Vila em "estado de atraso e acanhamento em progredir", conforme registro da sua descrição topográfica que remeteram ao Conselho-Geral da Província e que copiamos a seguir:

"Tem a sesmaria da Vila meia légua em quadra na direção dos quatro ventos cardeais, cujo centro é o Pelourinho; abrange terrenos de proprietários em que se acham fundadas algumas casas, que não pagam foros à Câmara, assim outros a pretexto de mineração.

<i>Ruas — suas denominações .</i>	<i>Rumos</i>	<i>Casas</i>
1 Direita	Norte a sul	28
2 Da Intendência	Norte a sul	25
3 Da Lavagem	Norte a sul	24
4 De Baixo	Norte a sul	36
5 Da Paciência	Norte a sul	50
6 Alto do Adão	Sueste a noroeste	4
7 Da Cadeia	Norte a sul	5
8 Do Maciel	Norte a sul	5
9 Da Matriz para João Cordeiro	Este a oeste	10
10 Para Olaria	Este a oeste	10
11 Do Nascente	Sul a norte	13
12 Detrás do Rosário	Sul a norte	8
13 Da Matriz para o Rosário . .	Sul a norte	13
14 De Cima do Rosário	Sul a norte	9
15 Cavallhada	Este a oeste	5
16 Da Cachoeira	Norte a sul	9

17	Travessa da Calçada	Este a oeste	3
18	Da Cachoeira para a Matriz Velha	Norte a sul	4
19	Descida do Rosário para Matriz	Este a oeste	3
20	Lavagem além do Córrego	Noroeste a sueste	15
21	Ponte da Mina	Noroeste a sueste	6
22	Do Fogo	Norte a sul	10
23	Do Piolho	Este a oeste	4
24	Do Batatal	Este a oeste	38
25	Do Tamanduá	Norte a sul	19
26	Do Engenho	Este a oeste	6
27	Do Baiacu	Este a oeste	21
28	De João Cordeiro	Norte a sul	25
29	Do Bairro de Santo Antônio	Norte a sul	24

Contava a Vila, em 1830, com 432 casas, incluindo-se as cobertas de capins, foreiras e não foreiras.

Em 1855, a Vila foi elevada a Cidade e estimava-se tinha mais de 500 fogos.

O Presidente da Câmara indicou a conveniência de dar-se nova denominação às ruas, “algumas com nomes impróprios” (Sessão ordinária de 3 de novembro de 1869). Foi encarregado dessa comissão o vereador Gabriel Fernandes.

Aprovou-se em sessão ordinária de 5 de novembro de 1869 a nova denominação das ruas, que ficaram assim apelidadas:

Largo de Santa Rita — compreendendo o terreno na praça onde se acha edificada a Capela dessa invocação.

Rua do Pilar — principia do largo de Santa Rita, subindo, e acaba na casa que faz esquina na rua S. José.

Rua de S. José — principia na última casa da Rua Pilar e finda na última casa do Alto do Adão (Antiga João Cordeiro).

Rua da Olaria — principia da esquina da Rua de S. José e finda na ponte da Olaria.

Rua do Amparo — principia na ponte da Olaria e finda no Alto do Adão.

Rua do Nascente — principia na Rua da Olaria e finda na que passa no Cemitério.

Rua do Rosário — principia na Rua do Pilar, por detrás da Matriz, até entroncar na que vai ao Cemitério.

Largo da Matriz — compreende tôda a praça onde se acham edificados a Matriz e o Chafariz.

Rua 7 de Setembro — da esquina da Rua do Pilar e termina no Beco do Comércio.

Rua da Intendência — principia na casa que faz esquina no Beco do Comércio e termina na da Rua do Comércio.

Rua da Misericórdia — principia na Santa Casa de Misericórdia e termina na que faz esquina cortando de nascente a poente.

Rua do Patrocínio — principia na esquina do Largo da Matriz e segue rumo de norte, e termina na esquina da Rua da Misericórdia.

Rua Direita — principia no Largo de Santa Rita termina no encontro da Rua 7 de Setembro e Beco do Comércio.

Campo da Misericórdia — tôda a extensão atualmente denominada Cavallhada, vindo do Cemitério, São Francisco e os fundos da Rua do Patrocínio.

Rua das Oliveiras — na esquina da Rua da Olaria e termina no Largo da Misericórdia.

Rua Municipal — principia na Ponte Municipal e termina na esquina da Rua e Beco do Comércio.

Rua da Penha — compreende todo o Batatal, principiando na última casa da Rua do Comércio e termina no Córrego denominado Lavapé.

Rua da Soledade — principia na Ponte da Lagoa e segue até encontrar a Rua da Penha.

Rua da Floresta — principia na Ponte da Lagoa e segue rumo da Santa Cruz do Monte.

Rua do Bom Jesus — principia na Ponte Municipal e termina no Largo da Capela do Senhor Bom Jesus.

Rua da Paciência — principia no Largo da Capela do Senhor Bom Jesus e termina no Alto do Adão.

Beco do Comércio — principia na Rua Municipal e termina na esquina da Rua Direita.

Em 1891, surgiram na Cidade as seguintes ruas novas:

Rua Nova

Rua entre a Nova e a do Batatal

Rua do Patrocínio para a Cachoeira

Da Cachoeira para João Pedro

Rua da Misericórdia

Rua do Pingacho

Rua Nova da Paciência

Do Chapadão para Miranda

Rua Nova para Baiacu

Rua da Rocinha

Rua da Rocinha à esquerda

Esse é o destino das ruas. Surgem com nome ou sem nome. Desenvolvem-se e modernizam-se. Dão-lhes nomes e mudam-se-lhes os nomes, muitas vezes sem atentarem à origem histórica.

Pitangui é a sétima Vila criada nas "Minas Gerais". Fundada pelos paulistas. Nela os bandeirantes de primeira água, na segunda década do século XVIII, plantaram os ranchos de capim, formadores do *Arraial das Minas de Pitangui*. Foi elevado a Vila por auto-rização do governador D. Brás Baltazar da Silveira, datada de 6 de fevereiro de 1715.

Em velho documento anterior ao ano de 1717, de cronista anônimo, há referências à Vila de Pitangui: — "A última e sétima Vila é a Piedade, sítio antes nomeado Pitangui, para onde se ajuntaram muito número de Paulistas; também não direi dela senão que tem um sêrro aonde atualmente se minera, e em uma paragem dêle a que chamam Batatal se tiraram muitos quintais de ouro em pedaços de grande pêso e que ainda nêle se trabalha freqüentemente *et brevitatís causa non ulterius prosequor* em outra ocasião *ex- professo* tratarei esta matéria mais diffusamente se todavia a aceitação dêste pequeno, porém útil desvêlo, me lisongear a curiosidade." (2)

Talvez porque ficasse muito retirada, seu progresso foi lento com o declínio da mineração.

Sempre foi reconhecida como Vila de aspeto bonito.

Hodiernamente pode a Cidade constituir-se em centro de atração turística, por sua história e seus monumentos.

Este capítulo tem o objetivo de despertar os pitanguienses para as curiosidades históricas de sua bela Cidade.

(2) UM MAPA HISTÓRICO, por Orville Derby, in *Revista do IMGSP*, Ano 1896, Volume II, página 197.

A CÂMARA

"Logo que Vossa Mercê chegar a Pitangui, usará de todos os meios que lhe ditar a sua prudência para conseguir a quietação daqueles moradores, procurando acomodá-los uns com os outros, fazendo desvanecer tôdas as parcialidades..."

Das INSTRUÇÕES ao primeiro regente do Distrito de Pitangui, em 9.IV.1714.

"...pois da capacidade e prudência de Vossas Mercês me não posso prometer mais que acertadas direções para o aumento dêsses moradores, aos quais Vossas Mercês devem fazer justiça reta, com modo e suavidade, e assim o fio de Vossas Mercês."

De uma carta do Governador D. Brás Baltazar da Silveira aos oficiais da primeira Câmara, a 14.VII.1715.

"Procurará que nas eleições da Câmara entre sempre número de Reinóis que de Paulistas, havendo os capazes, advertindo que sobre isto há ordem expressa de Sua Majestade."

Das INSTRUÇÕES a João Lôbo de Macedo para a regência da Vila, em 28.VII.1718.

A CÂMARA

1. O Senado da Câmara
2. Vereações
3. Camaristas
4. Bens do Conselho
5. Rendas do Conselho

1 — O SENADO DA CÂMARA

O território da Capitania era dividido em Comarcas.

As Comarcas constituíam-se de Têrmos. Ficava nas vilas a sede dos Têrmos e a da Comarca, na cidade ou vila principal.

A Vila era a menor unidade administrativa.

Pertencia a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui à Comarca do Rio das Velhas, cuja cabeça era a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.

Sede de um termo vastíssimo, dilatavam-se suas fronteiras além da margem esquerda do Rio São Francisco, no rumo oeste; limitavam com o Rio Paraopeba na direção leste e norte; e esbarravam na cordilheira do Itatiaiuçu, no rumo sul.

Representava a Câmara o Poder Administrativo no Termo. Competia-lhe resolver todos os assuntos de ordem local, tanto os de natureza administrativa como judicial e policial, dentro das limitações estabelecidas nas *Ordenações*.

Comumente nas Minas Gerais, as Câmaras arrogavam-se o título honorífico e especial de *Senado da Câmara*. A de Pitangui não fugiu ao abuso e, também, denominou-se a si mesma de *Senado da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui*.

Durante o século XVIII, o Senado da Câmara de Pitangui foi composto por dois *Juizes Ordinários* ou *Juizes Presidentes*, três *Vereadores*, um *Procurador* e um *Escrivão*.

Chamavam-se *Oficiais da Câmara* aos Vereadores e Procurador

Eram eleitos pelo voto indireto os Juizes e Officiais. Dizia-se *eleição de pelouro*. Quando por impedimento ou morte do eleito havia de se escolher o seu substituto procedia-se à *eleição de barrete*, e o eleito se designava por *juiz de barrete* ou *vereador de barrete*, conforme o caso.

Processava-se a *eleição de pelouro* de conformidade com as *ORDENAÇÕES FELIPINAS*, publicadas em 1603.

Antes de acabar o mandato, nas oitavas do Natal, os Officiais do Senado da Câmara reuniam-se em Câmara com os *homens bons e o povo*; o Juiz mais velho ou se presente, o Corregedor da Comarca providenciava a nomeação, por votação secreta, de seis homens para eleitores. O *Escrivão* da Câmara ia tomando de cada votante o voto e escrevia o nome votado em um livro; terminada essa votação, os Juizes e Vereadores escolhiam os seis que tiveram mais votos, "aos quais seria logo dado o juramento dos Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente escolham para os cargos do Conselho as pessoas que mais pertencentes lhes parecerem, e que tenham segredo e não digam os que assim nomearem a outra pessoa alguma."

Separados de dois em dois os seis eleitores, mandava-se que cada par, apartados e incomunicáveis entre si, desse por escrito dois nomes de pessoas indicadas para juizes, num papel; em outro, três nomes para vereadores; e, finalmente, num terceiro, um nome para procurador. Essas listas triplices eram encerradas nos pelouros e guardadas no cofre do Conselho.

Obtinham-se, dessa forma, três pelouros, que iriam indicar os eleitos para servirem num período de três anos.

Fazia-se essa eleição quando se esgotavam os pelouros isto é, de três em três anos.

A fim de conhecer os nomes dos que iriam servir cada ano, os officiais reunidos em Câmara, sempre na primeira oitava do Natal, e com assistência do povo, mandavam um menino menor de sete anos meter a mão no cofre dos pelouros e retirar um, cujo rol continha os nomes dos juizes, vereadores e procurador do ano seguinte. Por conseguinte, era anual esse sorteio.

Mas, previam as *ORDENAÇÕES* — "E se uma pessoa, que em algum pelouro sair, fôr falecida ou ausente, de maneira que não se espere vir cêdo, ou fôr impedido de impedimento prolongado, jun-

tar-se-ão os officiais da Câmara com os homens bons que nos pelouros dela soem andar, e às vozes escolherão quem sirva o officio em lugar do morto, ausente, ou impedido, enquanto durar a ausência ou impedimento; e da mesma maneira se fará, quando depois de servir o official, falecer, ou se ausentar, ou fôr impedido. E a este que assim elegerem, darão em Câmara o juramento, que bem e verdadeiramente sirva o seu officio."

Parece-nos, o Senado da Câmara de Pitangui não seguia à risca as formalidades eleitorais prescritas nas *ORDENAÇÕES*. Se não, veja-se o auto de vereança de 30 de novembro de 1744:

— "Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e quatro, aos trinta dias do mês de novembro do dito ano, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e Casa da Câmara dela, estando em ato de vereação o Juiz Presidente Antônio Rodrigues Nogueira e o vereador Sebastião Barbosa Pereira e o procurador da mesma Câmara, Joaquim Pereira do Lago, acordaram o seguinte:

"ACORDARAM abrir a eleição dos juizes e mais officiais que hão de servir o ano que vem de mil setecentos e quarenta e cinco.

"E logo no dito mês e ano acima declarados e Casa da Câmara desta Vila, onde se achava o Juiz Ordinário Antônio Rodrigues Nogueira e o Vereador Sebastião Barbosa Pereira e o Procurador do Conselho Joaquim Pereira do Lago, para abrir o pelouro da nova eleição que o Doutor Geral desta Comarca havia feito dos novos officiais que hão de servir nesta república o ano pelo dito Juiz foi aberto o pelouro e nêle se acharam nomeados para juizes, Miguel de Matos Cota e José Antônio Fortes de Magalhães, e para vereadores, Pedro Fialho do Rêgo e Manuel Soares Filho e Francisco Leite, e para procurador da Câmara, João Pereira Serpa e mandaram publicar a eleição pelo pregoeiro do auditório e fixar o seu treslado na porta da Câmara para que chegue à noticia de todos (...) fiz este termo que assinou o dito Juiz e vereador e procurador e eu Pedro Barbosa de Lima (...), *escrivão* da Câmara no impedimento do atual, João Cordeiro, o escrevi. Nogr.a — Barbosa — Lago."

"E por não haver mais que determinar, houveram esta vereação por bem feita, finda e acabada, de que mandaram fazer este termo... (o resto está destruído pelas traças)"

Também se mostra lacônico e omisso quanto às formalidades referidas para eleição de pelouro o termo de vereação do dia 30 de novembro de 1763. Estiveram presentes os juizes ordinários, o Guarda-mor José Antônio Fortes de Magalhães e o Licenciado Inácio de Oliveira Campos, e os mais oficiais e o procurador da Câmara, acordando abrir e mandar publicar o pelouro dos juizes e mais oficiais “que hão de servir no ano seguinte: Juizes — o Capitão Miguel de Faria Morato e o licenciado Inácio de Oliveira Campos; vereadores — Antônio de Souza Machado, Francisco Soares Branco e o Capitão Domingos de Moraes; procurador — Francisco José da Silva.

Houve eleições de barrete.

Em 1742, o Dr. Ouvidor Geral escreveu ao Senado da Câmara mandando que “se fizesse eleição de juiz de barrete em lugar do defunto, o Capitão-mor João Veloso de Carvalho, e dois vereadores em lugar dos impedidos.”

Em sessão de 27 de dezembro do mesmo ano, depois de aberta e conhecidos os termos da referida carta, os oficiais acordaram se escrevessem “cartas às pessoas da governança desta Vila para efeito de se fazerem o juiz e vereadores que faltam pela morte do juiz e impedimento dos dois vereadores.”

A eleição foi procedida consoante o termo de vereança:

— “Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e três, aos trinta dias do mês de dezembro de mil setecentos e quarenta e dois (sic), nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e casa da Câmara dela, estando em ato de vereação o juiz presidente, o Capitão Antônio Rodrigues Velho e o juiz mais môço, o Sargento-mor Francisco de Souza Pontes, e os vereadores, o Capitão Manuel Prêto Rodrigues, Antônio Velho Cabral e o Alferes João Vieira de Azevedo, e o procurador da mesma Câmara, Antônio Machado Ferreira, acordaram o seguinte:

“Acordaram fazer juiz de barrete por falecimento do juiz presidente por eleição, o Capitão-mor João Veloso de Carvalho por votos dessa Câmara e das pessoas da governança que foram convocadas, para juiz de barrete o Licenciado Antônio Ferreira da Silva, e para vereadores também de barrete João Veloso Ferreira, digo, Veloso Rabelo Vilanova e (o resto está ilegível)”

Da mesma forma, no ano de 1745 houve eleição de barrete. Em vereação de 8 de fevereiro *acordaram* fazer vereador de barrete, sendo eleito o Licenciado Tomás de Aquino Colaço.

Prescreviam as *ORDENAÇÕES* que *ninguém fôsse escuso* de exercer os cargos de juizes, vereadores e procuradores da Câmara. Não sendo remunerado o exercício dêsses cargos, concediam-se honrarias aos que o servissem, o que era muito estimado pelos homens e importante para suas famílias.

O Conde de Assumar prometeu aos oficiais do Senado da Câmara de Pitangui os mesmos privilégios concedidos aos paulistas que serviam na Câmara da Cidade de São Paulo.

Era datada de 15 de janeiro de 1715 a Carta Régia, que concedeu privilégios aos paulistas, e dela constava o seguinte:

— “...que me fizeste sôbre ser conveniente aos que servirem na Câmara dela a nobreza e privilégio de cavaleiros para com ela obrigar aos sujeitos da melhor capacidade a servirem os officios da república, fui servido fazer mercê por resolução de sete do presente mês e ano aos paulistas que servirem na Cidade de São Paulo de juizes ordinários, vereadores e procuradores do Conselho, fiquem com a nobreza de Cavaleiros e logrem os privilégios dêles e isto no caso em que nas devassas gerais não fiquem culpados.” (1)

A verdade é que, com honrarias ou sem elas, os senhores do Senado da Câmara de Pitangui levavam a sério as suas obrigações, a ponto de estabelecer-se a multa de 2\$000 ao official que faltasse à vereança nos dias de sábado.

E os encargos não eram poucos nem leves.

Os juizes ordinários deviam *trabalhar* para que na Vila e seu termo *se não façam maleficios, nem malfeitorias*. *E fazendo-se, provejam nisso e procedam contra os culpados com diligência*.

Ambos, quando podiam, compareciam às reuniões e um dêles — o mais velho — presidia a vereação da Câmara e resolvia, com os officiais, o que entendia *ser bem comum, direito e justiça*.

Cumpriam, também, o regimento dos juizes de órfãos. E cada um, na sua semana, fazia as audiências, despachando por si só os feitos.

(1) A.P.M. — Seção colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 4:116.

Aos vereadores pertencia *ter cargo de todo o regimento da terra e das obras do Concelho, e tudo que poderem saber e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver e nisso hão de trabalhar*.

Competia ao procurador recolher as rendas do Conselho e fazer as despesas autorizadas pelo Senado da Câmara.

As rendas, que não fôsem arrendadas, eram arrecadadas por ele, *sob pena de as pagar de seus bens*.

Não recebi a dinheiro nem efetuava pagamento sem a presença do escrivão da Câmara, que em livro próprio ia lançando a receita e a despesa.

Para servirem os cargos, dependiam da aprovação do Governador todos êsses membros eleitos para a Câmara.

Deviam obrigatoriamente os juizes ordinários tirar a chamada *carta de usança*, sem a qual não podiam presidir a Câmara e exercer as demais funções do cargo.

Embora as ORDENAÇÕES não obrigassem, era costume os demais oficiais obterem também a sua *carta de usança*, conforme se vê na ata de sessão ordinária de 8 de maio de 1742:

— “Acordaram dar posse e juramento ao vereador Antônio Velha Cabral por apresentar a sua carta de usança.”

E na vereação de (.) de janeiro de 1743, acordaram dar posse e juramento aos novos juizes, vereadores e procurador da Câmara, constando do respectivo termo de vereação:

— “E logo na mesma dita vereação, apareceram presentes os ditos novos juizes, o licenciado Antônio Ferreira da Silva e Manuel Alves do Lago, e os vereadores Antônio Rodrigues Nogueira e João Veloso Rabelo Villanova, e o Procurador José de Abreu Guimarães, e sendo por êles apresentados as suas cartas de usança para servirem cada um o seu emprêgo que a cada um toca, aos quais o juiz presidente, o Capitão Antônio Rodrigues Velho, a vista das ditas cartas de usança do Doutor (.) Caldeira da Costa e Mendonça, Corregedor da Comarca, lhes deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles, sob o cargo do qual lhes encarregava a cada um de per si (.) cada um o seu cargo, que lhe tocava, guardando o segredo da justiça e fazendo justiça às partes em nome (?) de Sua Majestade, que Deus guarde, e sendo por êles recebidos o dito juramento

debaixo dêle assim o prometeram fazer como lhes era encarregado, do que fiz êste termo de juramento e posse, que assinaram os novos juizes e vereadores, e eu, João Cordeiro, escrivão o escrevi.”

O escrivão da Câmara era provisionado pelo Rei ou pelo Governador da Capitania.

Antes, da instalação da Vila, a 20 de março de 1715 foi provisionado o primeiro escrivão da Câmara de Pitangui, Manuel de Sousa Coutinho. (2)

Houve uma exceção, em 1720: O ouvidor da Comarca, Dr. Bernardo Pereira de Gusmão, depois de devassar os crimes de rebelião e acalmar a situação na Vila de Pitangui, nomeou para escrivão da Câmara o cidadão Manuel Cabral Deça e essa nomeação, posteriormente, teve confirmação do Governador da Capitania. (3)

Podia o escrivão nomear seu substituto eventual, consoante vem na ata de 27 de setembro de 1743. Nela o escrivão Pedro Barbosa de Lira declara:

— “que sirvo de escrivão da Câmara na ausência do atual, João Cordeiro, por nomeação sua na forma da provisão de Sua Majestade, que Deus guarde...”

O escrivão exercia a função de secretário, competindo-lhe lavar atas, termos de licença e alvarás, editais, cartas e ofícios, e outros papéis. Funcionava, também, na parte judicial, da competência do juiz ordinário, e como escrivão da procuradoria da Câmara.

Era cargo remunerado.

Êsses os membros do mui nobre Senado da Câmara, que se reuniam em função deliberativa no *Paço do Conselho* e percorriam, de quando em quando, as ruas da Vila e as povoações do Termo em *vereações*.

Obrigatoriamente o juiz ordinário usava uma vara vermelha, símbolo de sua autoridade, quando andava pela vila em exercício de seus encargos. Se fôsse achado sem ela, pagava multa de *quinhetos réis*.

Os vereadores traziam vara, bem como o procurador, somente nas festividades. A vara de vereador era encarnada, mas diferia da do juiz ordinário.

(2) Idem, ibidem — Códice 9:181.

(3) Idem, ibidem — Códice 11:124v.

Em 1804, constava entre os bens do Conselho *cinco varas de vereadores, encarnadas de nôvo, e duas ditas delgadas para os juizes ordinários*.

Havia, por outro lado, varas para uso em dias de luto.

Tinham os oficiais da Câmara o traje de rigor para as ocasiões solenes: a capa e a volta.

A capa era uma vestimenta sôlta dos ombros aos joelhos.

Constava a volta de uma faixa de linho ou algodão, de cor branca, usada em volta do pescoço.

Admirável ver-se o Senado da Câmara *sair incorporado, de capas e voltas e varas alçadas*.

Não podiam os oficiais da Câmara cuidar sôzinho do *verea-*mento da terra. Tinham como auxiliares, alguns de sua nomeação, os almotacés, os alcaides, os juizes de vintena e os quadrilheiros.

Ajudavam-nos êsses elementos na governança econômica, judicial e policial da vila e seu termo.

Em número de dois, os almotacés eram nomeados para *servirem* apenas dois meses no ano. E escolhiam-se de preferência *aquêles* homens que já haviam pertencido ao Senado da Câmara.

Competia ao juiz ordinário fiscalizar se os almotacés *usam de seus ofícios como devem*, isto é, se julgavam as infrações de posturas do Conselho e despachavam brevemente os feitos da almotacaria relativos às obras e construções.

O juiz Ordinário dava posse e juramento aos almotacés para que bem cumprissem e desempenhassem as obrigações do cargo:

— “Aos onze dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e três, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, em casa de residência do juiz ordinário, o licenciado Inácio de Oliveira Campos, e sendo aí presente o Licenciado Antônio Ferreira Barreto, a quem êle dito juiz ordinário deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles, sôbre o cargo do qual lhe encareceu que bem e verdadeiramente servisse o cargo de almotacel, fazendo justiça às partes e observando a lei do seu regimento e portarias do Senado, cumprindo em tudo com a obrigação do seu cargo, e recebido por êle o dito juramento, assim o prometeu fazer; logo o dito juiz lhe deu posse do dito cargo para servir no presente mês e futuro e eu fiz êste termo em que assina o dito juiz e eu, Miguel (.) Pinto, escrivão da Câmara que o escrevi.”

Podiam e deviam os almotacés, por palavra, saber de testemunhas se os oficiais carnicheiros, padeiros, vendeiros, almocreves, alfaiates, sapateiros, ferreiros, carapinas etc., obedeciam e cumpriam as posturas municipais.

Tinha alguma importância o cargo de almotacel. Tanto que, conforme o caso, recebia instruções diretamente emanadas do Governador e Capitão-General, como aconteceu a Felipe de Sousa. Êste, servindo de almotacel no mês de maio de 1773, escreveu ao Conde de Valadares sôbre assunto ligado ao subsídio voluntário e teve resposta datada de 15 do mesmo mês, de que vai transcrito o seguinte trecho:

— “Em carta de 5 do presente me dá Vossa Mercê parte de haver nessa Vila cinco casas chamadas da Comissão as quais vendem fumo, cachaças e outros gêneros; tôdas elas devem pagar subsídio, não só daqui em diante senão também do ano de 1769 até o presente e semelhantemente tôdas as mais casas que houver desta natureza nessa Vila e seu termo...” (4)

Era gente boa os proprietários dessas casas de Comissão: Capitão Antônio Jacome Bezerra, Antônio de Guimarães Portilho, Francisco Ferreira Campos, Francisco de Araújo e Silva e Capitão João Gonçalves Paredes.

O alcaide não era propriamente nomeado pelo Senado da Câmara, mesmo porque a renda dêsse ofício pertencia à Real Fazenda. Aliás, Carta Régia de 23 de dezembro de 1725 proibiu que as Câmaras das Vilas proovessem o ofício de alcaide e seus escrivães, como era costume.

Cabia ao Senado da Câmara mandar apregoar o cargo, quando estivesse vago, e o arrematante era, posteriormente, provisionado por Sua Majestade, ou pelo Governador da Capitania.

No ano de 1745, João Alves Pôrto arrematou o ofício de alcaide da Vila, pelo valor de dez oitavas de ouro. O termo de arrematação foi lavrado a 10 de março dêsse ano, e nêle assinaram como testemunhas presentes João Vieira da Silva e José Pinto Ferreira, conforme se encontra na vereação de mesma data.

Em vereação de 28 de abril, os camaristas resolveram dar-lhe provimento, pelo tempo de dois meses, até que apresentasse a provisão do Senhor Capitão-General da Capitania.

(4) Idem, ibidem — Códice 196:45.

Já no ano de 1763, o Senado da Câmara aparece nomeando alcaide: Em vereação do dia 2 de julho, o Alcaide Clemente José Soares apresentou-se para desistir do officio. Aceita a sua desistência, acordaram os camaristas elegerem Antônio de Moraes Sarmiento e mandaram passar-lhe o respectivo provimento para exercer o cargo.

Reboiçava a Vila a praça do officio de alcaide, pois o porteiro do auditório tomava "*um ramo na mão e com elle ia pela praça pública da Vila apregoando em alta e intelligivel voz, dizendo tantas oitavas de ouro lhe davam por donativo a Sua Majestade pelo officio de alcaide. Apregoava e afrontava os lanços até chegar ao maior; então, batia o ramo verde no ombro do que maior lanço ofereceu e, dando-lhe o donativo arrematado, dizia: — "Bom proveito!"*

O escrivão da vara de alcaide era nomeado pela Câmara, apesar da Carta Régia referida atrás. Acompanhava o alcaide em tôdas as suas diligências e rondas.

Não se pode descobrir as funções do alcaide pelas pouquíssimas atas da Câmara de Pitangui conhecidas. Todavia, as ORDENAÇÕES impunham ao alcaide, dito pequeno, os deveres de guarda da vila, de noite e de dia, de modo que não ocorresse malefício nem roubo algum; *idem* de tanger o sino a mandado dos juizes ordinários como sinal de recolher aos moradores; *idem* de aprisionar malfeitores e criminosos que topasse em ronda diurna ou noturna; *idem* de desarmar as pessoas portadoras de armas proibidas; enfim, cabia-lhe o policiamento da Vila e seu termo.

Não topamos nas escassas atas da Câmara, no século dezoito, designação de quadrilheiros e juizes de vintena.

Os quadrilheiros seriam funcionários encarregados do policiamento, nomeados pela Câmara para servirem durante três anos. Valiam como a polícia civil da localidade.

Os juizes de vintena, também chamados de *pedâneos*, funcionavam nos arraiais ou povoados. Julgavam de pé e as suas sentenças eram executadas perante elles próprios. Os processos eram verbais. Só podiam conhecer das querelas entre os moradores de sua jurisdição, como, por exemplo, das coimas ou multas impostas aos que deixavam seus animais depredarem plantações de outrem.

Em 1815, o cargo de juiz ordinário foi extinto, com a criação do Juizado de Fora da Vila de Pitangui (Alvará de 15-VII-1815).

Este foi criado a pedido dos moradores. Em 29 de outubro de 1814, o Governador informou favoravelmente à petição de José Antônio Gonçalves Guimarães, procurador da Câmara, e aos mais

papéis dos moradores, relativos à criação do cargo de Juiz de Fora (5).

O Bacharel Plácido Martins Pereira foi provido no cargo em 6 de junho de 1818. De então não houve mais juiz ordinário, como previam as ORDENAÇÕES.

Os Juizes de Fora eram assim chamados porque *enviados de fora*, por nomeação régia, ao contrário dos juizes ordinários, que eram da terra ou lugar.

Trazia vara branca. Era letrado, ou melhor, togado, e tinha alçada sobre *Crime e Órfãos da Vila*, além das obrigações administrativas na qualidade de presidente da Câmara. Servia durante um triênio.

O Senado da Câmara findou-se com a lei de 1.º de outubro de 1828. Surgiu, então, a chamada Câmara Municipal, cujos membros eram eleitos pelo voto direto do povo.

(5) Idem, ibidem — Códice 366:57v.

2 — VERAÇÕES

Tinha o Senado da Câmara de Pitangui, como o de qualquer Vila, vasto poder político-administrativo. Cabia-lhe administrar, policiar e fazer justiça na Vila e seu termo.

É verdade que estava sob contrôlo do Governador da Capitania e a correção do Ouvidor da Comarca. Um e outro podiam desmanchar os feitos do Senado da Câmara, reformar ou anular seus atos, ainda que estritamente obrados na conformidade das leis de Sua Majestade.

Em 25-4-1718, por exemplo, o Conde de Assumar censurou a Câmara porque permitiu que diversos oficiais exercessem suas funções sem a indispensável provisão e declarou nulo todos os atos desses oficiais. (1)

Algumas vezes o próprio Rei se dirigia ao Senado da Câmara, profligando-lhe atos ou censurando procedimentos de seus oficiais.

Em virtude de Carta Régia de 5 de setembro de 1704, deviam os oficiais da Câmara obedecer aos Governadores em tudo que respeitasse ao real serviço.

Ao ser instalada em 1715, a Câmara de Pitangui estava sujeita a essa ordem régia.

Não existia nos primeiros tempos a separação nítida de poderes. Reunia a Câmara todos os poderes, desde que restringidos à esfera local ou regional. Até em assuntos eclesiásticos se atrevia imiscuir.

Mostrou Caio Prado Júnior que, de um modo geral, "havia nesse terreno atordoadora confusão, exercendo as mesmas autoridades funções públicas de qualquer natureza, limitadas quantitativamente pela definição, nem sempre clara, das suas atribuições e subordinadas a um contrôlo gradativo, que subia até ao Rei." (2)

Em conseqüência, muitas vezes procediam os oficiais como senhores todo-poderosos donos da Vila.

(1) Códice 11:30 — A.P.M. — Seção colonial, Livro da Secretaria do Governo.

(2) *Formação do Brasil Contemporâneo* — Editora Brasiliense Ltda., 1957 — São Paulo — Pág. 297.

Reunia-se o Senado da Câmara, via de regra, duas vezes por semana.

Reunidos em função deliberativa, era um corpo composto do juiz ordinário (um) e vereadores (três). Quando compareciam os dois juizes ordinários, o mais velho presidia.

O procurador estava sempre presente às reuniões, embora sem função deliberativa. Assinava a ata juntamente com os oficiais.

Chamava-se *vereação* ou *vereaça* à reunião por causa do costume de saírem o juiz e vereadores, de tempos em tempos, incorporados, *vendo* as obras do Conselho e o estado da Vila e dos povoados, tomando as providências cabíveis e precisas *ao bom governo da terra*, inclusive multando os infratores. Por isso a Câmara, também foi, chamada de Conselho de Vereadores.

Competia-lhe exercer o vereamento ou governo da terra. Verear significava governar ou reger a terra, estabelecendo bom regime e boa polícia.

Eram diversificadas as funções do Senado da Câmara. Dentre muitas podem ser citadas as seguintes:

- (1) Cuidar de assuntos relativos à lavoura e pecuária;
- (2) verificar a falta ou carestia de gêneros e mantimentos e tomar as medidas necessárias ao abastecimento;
- (3) fazer correição geral na vila e nos arraiais;
- (4) promover festas religiosas, inclusive a de São Francisco de Borja-Patrono e Protetor de Portugal. (As outras eram a da Padroeira, Corpo de Deus, Anjo Custódio e Visitação de Nossa Senhora);
- (5) determinar a limpeza e asseio da vila;
- (6) zelar pela moralidade pública;
- (7) providenciar a segurança física dos moradores e o sossêgo público;
- (8) cuidar da saúde pública;
- (9) ordenar os consertos das estradas e caminhos e mandar construir e reparar as pontes;
- (10) canalizar a água potável para o consumo dos moradores e manter o seu abastecimento;
- (11) conservar os logradouros públicos, principalmente os necessários à extração de lenha para o consumo doméstico dos moradores;
- (12) fazer calçadas públicas para a boa conservação e trânsito das ruas e becos;
- (13) fiscalizar o comércio livre e o estabelecido;
- (14) escolher e nomear almotacéis, vintenários etc.;

- (15) indicar as pessoas para os postos de Companhias de Ordenanças de Pé;
- (16) indicar três nomes de pessoas capacitadas para o cargo de Capitão-mor da Vila, quando vago;
- (17) pôr em arrematação as rendas do Conselho;
- (18) estabelecer as posturas da Câmara e fazê-la obedecer;
- (19) conceder aforamento de lotes da sesmaria da Vila;
- (20) policiar a especulação do comércio e impedir a ação dos atravessadores.

Em casos determinados, reunia-se a Câmara com os “homens da governança, Nobreza e Povo” para resolver assunto de importância e de interesse público.” Chamou um escrivão de *Câmara redonda* a essa reunião especial.

Convocava-se, também, a mesma gente para assistir a eleições da Câmara — de pelouro ou de barrete.

Não raro, o povo invadia a Câmara e coagia os camaristas a deliberarem segundo a sua vontade. Disso dá notícia, em 1718, o Conde de Assumar ao Ouvidor da Comarca, encaminhando-lhe a carta dos camaristas acompanhada de uma espécie de informação judicial que fizeram obrigados pelo povo.

Havia épocas de trabalho árduo na Câmara; em outras, decorriam tranquilas as reuniões.

É o que se poderá ver nas atas extratadas, a muito custo, de fôlhas rendilhadas e dispersas de velhos livros do Século XVIII.

Ano de 1718

= Vereação do dia 5 de outubro =

Em petição do Capitão Domingos Vicente Garcia, Capitão Miguel de Faria Sodré e João de Almeida Figueiredo, deram o despacho seguinte:

— “Consedemos Licença ao Soplicante as tres Datas de tera que pede na Sua Petição não prejudicando a terceiro villa de Nosa Senhora da Piedade em Camera Sinco de oitubro de mil e setecentos e dezoito anos — pires — Cardozo — franco — Silva — Rodrigues — Morais.”

E acordaram mandar passar o respectivo Alvará do teor seguinte:

— “Os oficiais da Câmara desta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui abaixo assinados, que servimos êste presente ano por eleição de Sua Majestade, que Deus guarde, — Por êste nosso ALVARÁ e Carta de data de terras mineiras, havendo respeito ao que nos apresenta o suplicante em sua petição, lhe concedemos estas Datas de Terras por devolutas, não prejudicando a terceiro, com suas quadras e sobrequadras, na forma do Regimento, e poderão trabalhar nela sem empedimento de pessoa alguma por êste ALVARÁ não haja que lhe impeça os (*algumas palavras apagadas*) assim o regimento da Guardamoria (*palavras ilegíveis*) no capítulo oito do dito regimento, donde diz que os ditos empossados lavrem as suas datas em termo de quarenta dias aliás a perderão: e visto o deduzido na petição atrás concordamos dar-lhe êste ALVARÁ e o tabelião lhe dará posse das ditas terras na forma do estilo. Dado nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade, em Câmara cinco de outubro de mil setecentos e dezoito e eu José Dias Maciel, escrivão da Câmara, que o escrevi. — Antônio Rodrigues Velho — Bento Pais da Silva — Antônio Ribeiro da Silva — José Pires Monteiro — João Cardoso — Lourenço Franco do Prado.”

Ano de 1742

= Vereação do dia 8 de maio =

Acordaram dar posse e juramento ao vereador dêste ano, Antônio Velho Cabral, por apresentar a sua carta de usança.

Nota: Vem o termo de posse.

= Vereação de 15 de maio =

Acordaram abrir uma carta do Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor desta Comarca, escrita ao Senado.

E sendo aberta a dita carta, acharam mandar o dito Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca que a quinze do mês de junho do presente ano se há de achar nesta Vila e há de principiar a correição que há de nas partes públicas. (*) da Vila e seu termo os editais para a dita correção.

E por não haver mais

= Vereação de 6 de julho =

"Acordaram na arrematação (...) da dita obra se declara fazer de pé direito a dita enxovia de doze (?) palmos até o assoalho do sobrado de cima ficava a dita obra com haver prejuízo na enxovia que ficava em baixo e com facilidade poderem os presos a dita Cadeia pela parte do sobrado por ficar muito baixo, acordaram que se fizesse a dita obra a dita enxovia de dezesseis palmos de pé direito e o sobrado da casa da Câmara de quatorze palmos também de pé direito, de cuja maneira (?) há de fazer a dita obra de duas copiares (?) e ajustaram em câmara com o arrematante da dita obra o mestre dela Antônio de Sousa, que presente estava dos ditos quatro mil cruzados por tem arrematado a obra se lhe darão os pagamentos, a saber: até o último dêste duzentos mil reis, e até o fim do ano outros duzentos, e outros mil cruzados que faz (.) para completar a conta de sua arrematação, pagarão quatro oitavas de ouro e quatrocentos mil reis (.) em forma que em três anos fique pago o dito arrematante e para firmeza notificado tem êle arrematante obrigado aos camaristas (.) o rendimento do Conselho sem que antes se possam exterminar (?) a enxovia desta república antes que a Casa da Câmara e Cadeia esteja paga pela muita necessidade que de uma e outra casa há na república, a ao que (...) o Ouvidor executar José Alves da Silva e deixou por provimento em correição. E êle dito arrematante se obrigou por sua pessoa e bens a dita obra, dando por fiador Pedro Daniel (...), o qual estando presente por êle foi dito que era muito de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma, ficava por fiador do dito arrematante Antônio de Sousa acabar (?) da dita obra acima declarada e que obrigava sua pessoa e todos os seus bens havidos e por haver, do que mandaram fazer êste auto de arrematação e assinaram com o dito arrematante e fiador e eu João Cordeiro, escrivão da Câmara, o escrevi. Pontes — Roiz — Azevedo — Ferreira — Antônio de Sousa."

= Vereação de 29 de julho =

Acordaram mandar passar edital para que pessoa alguma de qualquer condição que seja não possa arrematar casas nesta Vila sem (?) Cadeia e Senado, pena de dez oitavas pagas da Cadeia.

= Vereação de 7 de setembro =

Acordaram dar posse e juramento aos novos almotacéis dos presentes meses de setembro e outubro.

= Vereação de 13 de setembro =

Acordaram fazer correição geral.

E por não haver mais que determinar ...

= Vereação de 27 de dezembro =

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e três anos aos vinte e sete dias do mês de dezembro de mil setecentos e quarenta e dois, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e casas da Câmara dela, estando em ato de vereação Juiz-Presidente, o Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes, e os vereadores Manuel Prêto Rodrigues, o Alferes José Vieira de Azevedo e o Procurador da Câmara, Antônio Machado Ferreira, acordaram o seguinte:

"Acordaram abrir uma carta do Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca escrita a êste Senado.

E sendo aberta a dita carta acharam mandar o dito Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca fizessem eleição de Juiz de Barrete em lugar do defunto, o Capitão-mor João Veloso de Carvalho, e dois vereadores no lugar dos impedidos.

Acordaram escrevessem cartas às pessoas da governança desta Vila para efeito de se fazerem o Juiz e vereadores que faltam pela morte do Juiz e impedimento dos dois vereadores.

"E por não haver mais que determinar, houveram esta vereação por bem feita, finda e acabada, do que mandaram fizesse êste termo do encerramento, do que eu Pedro Barbosa de Lira, que sirvo de escrivão da Câmara na ausência do atual, João Cordeiro, por nomeação sua na forma da provisão de Sua Majestade, que Deus guarde, o escrevi. Pontes — Azevedo — Roiz — Ferreira."

= Vereação de 28 de dezembro =

Acordaram mandar arrematar as rendas dêste Senado no maior lance que nelas houvesse e ficar por arrematado neste Senado a arrematação das rendas das aferições e cabeças de gado.

= Vereação de 30 de dezembro =

Acordaram fazer juiz de barrete por falecimento... juiz por eleição, o Capitão-mor João Veloso de Carvalho, e saiu a votos desta Câmara e do povo da governança que foi convocado

para juiz de barrete, o Licenciado Antônio Ferreira da Silva e para vereadores também de barrete, João Veloso Rebelo Vila Nova e José Jacome Bezerra e se procedeu a fatura (*) juiz e mais oficiais por assim o ordenar o Corregedor da Comarca por carta que escreveu a este Senado.

E por não haver mais que determinar, mandaram e houveram esta vereação por bem feita e acabada mandaram fazer este termo de encerramento, que eu, Pedro Barbosa de Lira, escrivão da Câmara, o escrevi. Velho — Pontes — Roiz — Cabral — Ferreira.

— Vereação de 31 de dezembro —

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e dois, aos trinta e um dias do mês de dezembro de mil setecentos e quarenta e dois, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e casas da Câmara dela, estando em ato de vereação o juiz-presidente, o Capitão Antônio Rodrigues Velho, o juiz mais moço, o Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes, e os vereadores o Capitão Manuel Rodrigues Prêto, Antônio Velho Cabral e o Alferes João Vieira de Azevedo, e o procurador da Câmara, Antônio Machado Ferreira, acordaram o seguinte:

Acordaram mandar arrematar a renda da Cadeia desta Vila no maior lanço que nela houvesse.

E por não haver mais que determinar...

Ano de 1743

— Vereação de (?) de janeiro —

Acordaram dar posse e juramento aos novos juizes, o Licenciado Antônio Ferreira da Silva e Manuel Alves do Lago, e os vereadores Antônio Rodrigues Nogueira, João Veloso Rebelo Vila Nova e o procurador José de Abreu Guimarães.

"E logo na mesma (.) vereação apareceram presentes os ditos novos juizes, o Licenciado Antônio Ferreira da Silva e Manuel Alves do Lago e os vereadores Antônio Rodrigues Nogueira e João Veloso Rebelo Vila Nova e o procurador José de Abreu Guimarães, e sendo por eles apresentadas as suas cartas de usança para servirem cada um o seu emprêgo, que a cada um toca, aos quais o Juiz Presidente, o Capitão Antônio Rodrigues Velho, à vista das ditas cartas de usança do Doutor (.) Caldeira da Costa e Mendonça, Corregedor da Comarca, lhes deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles, sob o cargo do qual lhes encarregava a cada um de per si cada um o seu cargo, que lhe tocava, guardan-

do o segrêdo da justiça e fazendo justiça às partes (.) de Sua Majestade, que Deus guarde, e sendo por eles recebidos o dito juramento debaixo dêles assim o prometeram fazer como lhes era encarregado, do que fiz este termo de juramento e posse, que assinaram os novos juizes e vereadores, e eu, João Cordeiro, escrivão o escrevi. Velho — Pontes — Antônio Ferreira da Silva — M. el Alz. Lago — Antônio Roiz Nogueira — João Rebelo Vila Nova — José Abreu Guimarães."

— Vereação de 9 de fevereiro —

Acordaram mandar que tôdas as pessoas de qualquer qualidade e condição que seja testadas e quintais até o Córrego do Pilar (.) Rio abaixo até a ponte da (.) como também os moradores desta Vila e seu termo consertarem os caminhos pertencentes a suas fazendas e testadas a elas pertencentes em forma que se possam andar por elles livremente e pontes, com pena de dez oitavas de ouro pagas da Cadeia e se lhe fazer a sua custa, como também todo o cativo que fôr achado em venda de noite, depois do sino corrido, será prêso e trazido à Cadeia desta Vila e levado ao pelourinho e lhe serão dados cinquenta açoites e o dono da venda onde fôr achado pagará dez oitavas de ouro pagas da Cadeia condenação para as despesas dêste Senado

Acordaram mandar notificar os moradores da Paciência para que consertem a ladeira da parte da Paciência até a ponte em forma que atalhem a água para que não (.) a dita ponte, e da ponte da Paciência para adiante os moradores desde a dita ponte até o córrego sêco para consertarem a dita ladeira e atalhar as águas para que não vão à ponte, pena de quatro oitavas de ouro cada um para as despesas dêste Senado, pagas da cadeia.

"E por não haver mais que determinar Lago — Nogueira — Vilanova — Guimarães."

— Vereação de (?) de fevereiro —

Acordaram mandar passar edital para que todos os moradores desta Vila e seu termo, de qualquer qualidade e condição que sejam, dêem escritos a seus escravos pelo tempo que lhes parecerem e todo o que fôr achado sem elle serão presos e levados ao pelourinho donde levar cinquenta açoites por uma vez seu senhor e terá de condenação três oitavas de ouro para o oficial ou capitão satisfazer a dita condenação e bem assim todo negro ou mulato cativo que fôr achado com arma de fogo, espada, faca de ponta não indo na companhia será prêso e levado ao pelourinho, donde lhe darão cinquenta açoites por um vez

senhor pagará oitavas de ouro de seu trabalho e não querendo pagar as ditas trezentas assim mais tôda negra ou mulata cativa que fôr achada com vendas pelas lavras ou faisqueiras nesta Vila e seu termo será prêsa e levada ao pelourinho desta Vila, onde levará vinte açoites nas costas por uma vez (.) pagar de condenação seu senhor ou senhora três oitavas de ouro para os oficiais de (.) ou capitão do mato que a achar (.....) lavras ou faisqueiras.....”

— Vereação de 23 de fevereiro —

Têrmo de obrigação que fêz Antônio de Sousa, oficial de carapina, de consertar a ponte do Córrego da Paciência.

“E logo no dito dia, mês e ano acima declarados, apareceu presente Antônio de Sousa, oficial de carapina, morador nesta Vila, e por êle foi dito que êle fôra notificado por ordem dêste Senado para não conduzir madeiras para esta Vila pela ponte do Córrego da Paciência pela não arruinar com as ditas madeiras e carros, que êle por êste têrmo se obrigava por seu pessoa e bens a concertar a dita ponte do Córrego da Paciência...”

— Vereação de 2 de março —

“Acordaram sair em correição geral por esta Vila corregendo as lojas e tudo mais pertencente à dita correição e mais cousas pertencentes aos nossos editais.”

.....

“Bento João de Araújo, morador nesta Vila condenado por requerimento do aferidor Gervásio Gonçalves Pereira em quatorze oitavas de ouro, a metade para a Câmara e a outra metade para o aferidor por se achar vendendo bacalhau às arrôbas e meias arrôbas sem ter aferido conforme”

“Antônio José Campos, morador nesta Vila, em correição geral se acharam sua loja fechada sendo sabedor da correição”

“Miguel da Silva Ferreira foi condenado a apresentar os pesos de sua venda...”

“Tomé Luís Cardoso, morador no têrmo desta Vila, condenado em correição geral em duas oitavas de ouro para as despesas da Câmara por não mandar fazer as testadas de sua casa e fundos de seu quintal que (.) a parte da Rua de Baixo, conforme se mandou em edital do Senado...”

— Vereação de (?) de março —

(Depois do dia 19 de março)

Têrmo de obrigação que faz Leandro Vaz de Oliveira

“E logo no mesmo dia, e ano declarados, apareceu presente Leandro Vaz de Oliveira, morador nesta Vila, e por êle foi dito que êle se obrigava a pôr a rua tôda a sua testada de suas casas que está fazendo junto ao *jôgo de bola desta Vila perto da Cadeia* ficando a dita rua calçando...”

— Vereação de (?) de junho —

Elejeu-se Antônio Jacome Bezerra vereador de barrete para completar a terceira vaga.

— Vereação de (?) de junho —

Acordaram nomear almotacéis para os dois meses de julho e agosto e saíram a mais votos Antônio da Costa e Serafim Vieira.

— Vereação de 5 de agosto —

Acordaram sair em correição geral.

“Logo no dia, mês e ano acima declarados, saíram em correição por esta Vila os juizes e mais oficiais da Câmara desta Vila acima nomeados, corregendo as lojas, vendas e ofícios e tudo o mais pertencente à dita Correição e aos (..) editais e fizeram as condenações seguintes:

“O Licenciado Sebastião da (.) de Almeida, morador nesta Vila, condenado em quatro oitavas de ouro para as despesas do Senado da Câmara desta Vila, mais custas, por fazer duas, janelas nas suas casas na fronteira da rua em lugar de duas portas, sem (...) licença dêste Senado.”

Condenaram...

— Vereação de 10 de agosto —

“Acordaram mandar notificar a Sebastião Barbosa Pereira para no têrmo de vinte e quatro horas demolir uns esteios que meteu na Rua de Baixo em baldios dêste Senado sem licença dêle, pena de o não fazendo se mandar fazer a sua custa e se aforar o chão a quem o quiser.”

“E por não haver mais que determinar....

“Lago — Nogueira — Vila Nova — Bezerra — Guimarães.”

— Vereação de 28 de agosto —

Acordaram fazer almotacéis para os meses de setembro e outubro e foram eleitos Crispim dos Santos e José Dias Maciel.

E por não haver mais que determinar...

— Vereação de 29 de agosto —

Acordaram condenar o Procurador dêste Senado, José de Abreu Guimarães, em duas oitavas de ouro por ser acusado pelo Alcaide João Alves (?) para levar despesas dêste Senado.

Acordaram fazer um almotacel para os dois meses de setembro, em lugar de Crispim dos Santos (...) por ser vista a (.) representando a êste Senado que não podia exercer o emprêgo de almotacel por se achar com um crime em aberto, que lhe resultou da correição de quarenta e um, cujo crime se achava com apêlo na Relação, por cuja causa o houveram por (.) do dito emprêgo, visto as razões que apresentou...

Acordaram nomear para almotacel para servir com o dito José Dias Maciel a José de Campos...

— Vereação de 7 de setembro —

Foi dada posse aos dois almotacéis, José de Campos Monteiro e José Dias Maciel, que serviram nos meses de setembro e outubro.

— Vereação de 28 de setembro —

Acordaram absolver o Procurador dêste Senado, José de Abreu Guimarães, da condenação que lhe haviam feito de dez oitavas de ouro na correição de dois do corrente mês de setembro por...

— Vereação de (?) de outubro —

(Anterior à do dia 23)

Acordaram mandar prender ao Capitão Antônio de Sousa por êste faltar (.) com factura da Casa da Câmara (..) a sua obrigação...

— Vereação de 30 de outubro —

Acordaram fazer almotacéis para os dois meses de novembro e dezembro e saíram a mais votos Alexandre Gonçalves e Tomás de Aquino Colaça..."

Acordaram que visto Leandro Vaz de Oliveira não fazer a calçada da (.) da porta e testada das suas casas perto da Cadeia desta Vila (.), conforme termo de vereação que se acha neste livro de fôlhas vinte e sete (..), acordaram mandar fazer a dita calçada a custa do dito Leandro Vaz de Oliveira..."

E por não haver mais que determinar...

Silva — Nogueira — Vila Nova — Bezerra — Guimarães.

— Vereação de (?) de dezembro —

Acordaram se escrevessem às pessoas que têm servido a êste Senado para cima para assistirem a eleição que se há de fazer no dia trinta do corrente, pelas duas horas da tarde para juizes e mais oficiais da Câmara (...) ano de mil setecentos e quarenta e quatro.

E por não haver mais que determinar...

Silva — Nogueira — Bezerra.

Ano de 1744

— Vereação de 15 de novembro —

Deu-se posse aos almotacéis eleitos para os meses de novembro: Licenciado Pedro Fialho do Rego e Antônio Dias de Abreu.

— Vereação de 26 de dezembro —

Acordaram abrir uma carta do Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão-General destas Minas e Rio de Janeiro..."

Acordaram mandar registrar a ordem digo a cópia da ordem de Sua Majestade, que Deus guarde..."

E por não haver mais...

— Vereação de 30 de dezembro —

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e quatro anos aos trinta dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e casa da Câmara dela, estando em ato de vereação o Juiz-Presidente Antônio Rodrigues Nogueira e o Vereador Sebastião Barbosa Pereira e o Procurador da Câmara, Joaquim Pereira do Lago, acordaram o seguinte:

"Acordaram abrir a eleição dos juizes e mais oficiais que hão de servir o ano que vem de mil setecentos e quarenta e cinco.

"E logo no dito mês e ano acima declarados e Casa da Câmara desta Vila, onde se achavam o Juiz-Ordinário Antônio Rodrigues Nogueira e o Vereador Sebastião Barbosa Pereira e o Procurador da Câmara Joaquim Pereira do Lago, para se abrir o pelouro da nova eleição que o Doutor Ouvidor-Geral desta Comarca havia feito dos novos oficiais que hão de servir nesta República o ano que vem de mil setecentos e quarenta e cinco. E logo pelo dito juiz foi aberto o pelouro e nêle se acharam nomeados para Juizes Miguel de Matos da Costa e José Antônio Fortes de Magalhães, e para vereadores Pedro Fialho do Rêgo, Manule Soares Silva e Francisco Leite, e para Procurador da Câmara João Ferreira Serpa, e mandaram publicar a eleição pelo pregoeiro do auditório e fixar o seu traslado na porta da Câmara para que chegue à notícia de todos, do que fiz êste termo, que assinou o dito juiz e vereador e procurador, e eu Pedro Barbosa de Lira (...), escrivão da Câmara no impedimento do atual, João Cordeiro, o escrevi.

Nogr.a — Barbosa — Lago."

"E por não haver mais que determinar, houveram esta vereação por bem feita, finda e acabada, de que mandaram fazer êste termo...."

— Vereação de (?) de novembro —

"Acordaram mandar passar editais para proibir não vendessem os moradores desta Vila e seu termo carregação de farinha para Paracatu por vários requerimentos que se fizeram a êste Senado."

"Acordaram fazer almotacéis para servirem os meses de novembro e dezembro e saíram a mais votos Pedro Fialho do Rêgo e Antônio Dias de Abreu."

"E logo no mesmo dia, mês e ano o juiz presidente, vereador e procurador vendo a reposta dos (.) de carpina atrás nomeados e os dois louvados, o Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes e Joseph Rodrigues Santiago, tomaram posse e se (.) por entregues da dita casa da Câmara a Cadeia, e de como assim o disseram fiz êste termo que assinaram e eu Pedro Barbosa de Lima, escrivão da Câmara, que sirvo no impedimento do atual, João Cordeiro, o escrevi."

Nogueira — Barbosa — Lago

"E logo no dito dia, mês e ano atrás declarado, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e Casa da Câmara dela, estando em ato de vereação o juiz Presidente Antônio Rodrigues Nogueira

e o Vereador Sebastião Barbosa Pereira e o procurador desta Câmara Joaquim Pereira do Lago, apareceu presente Joseph Rodrigues Santiago e por êle foi apresentado um provimento do Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca (.) Caldeira da Costa e Mendonça, para servir de avaliador do Conselho e Órfãos e Partidor desta Vila, por tempo de seis meses, de que o dito juiz ordinário lhe deu posse e juramento para bem exercer as ditas ocupações, o que êle assim prometeu fazer de baixo do mesmo juramento, do que fiz êste termo que assinou com o dito juiz e eu Pedro Barbosa de Lima, que sirvo de escrivão da Câmara no impedimento do atual, João Cordeiro, escrevi."

Ano de 1745

— 20 de janeiro de 1745 —

Deram posse ao ex-vereador Sebastião Barbosa Pereira no cargo de almotacel, nos dois meses de janeiro e fevereiro.

"E logo por ser presente Sebastião Barbosa Pereira, ao qual o juiz presidente, o Capitão Miguel de Matos Costa, deu posse do emprêgo de almotacel por lhe pertencer êstes dois meses presentes de janeiro e fevereiro por ter acabado de vereador mais velho juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles sob o cargo do qual lhe encarregou servir ao dito emprêgo (.) os presentes dois meses, guardando em tudo o sêgrêdo da justiça, servindo a Deus e a Sua Majestade, que Deus guarde, dizendo por êle recebido o dito juramento, assim prometeu fazer como lhe era encomendado, de que fiz êste termo que dito juiz assinou como o dito almotacel e eu, Manuel Gonçalves Lima, que sirvo de escrivão da Câmara no impedimento do atual, João Cordeiro, o escrevi."

ass.) Matos — Sebastião Barbosa Pereira.

Acordaram escrever ao Doutor Ouvidor Geral "dando-lhe parte da falta que se acha nesta Vila de Alcaide, escrivão da Vara porteiro e, outrossim, consultar ao dito Ouvidor Geral sôbre a forma que havia de tomar a arrematação da renda do Conselho, por estarem os lanços tão baixos que não cobre a renda do Conselho digo *tam baixos* que não cobrem a metade do que o ano passado renderam."

Acordaram dar uma portaria por dois meses a Antônio Marques do Couto para servir de alcaide, enquanto se recorre ao Senhor Ouvidor e por não haver mais que acordar mandaram fazer êste....

Matos — Fortes — (.) — (.)

— 25 de janeiro de 1745 —

Juiz: Capitão Miguel de Matos da Costa
Vereador: Licenciado Pedro Fialho do Rêgo
Procurador: João Pereira Serpa

Acordaram dar posse ao nôvo vereador *Manuel Soares Silva* que há de servir neste presente ano, por apresentar a sua carta de usança.

“E logo no dia, mês e ano acima declarados, no ato de vereação, por ser presente o nôvo vereador, Manuel Soares Silva, para servir êste presente ano e por êle foi apresentada a sua carta de usança para servir o seu nôvo emprêgo, e sendo vista e lida em Câmara a dita carta de usança, logo em virtude dela o dito juiz presidente deu posse ao nôvo vereador, Manuel Soares Silva, do seu nôvo emprêgo lhe deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles sob cargo do qual lhe encarregou servisse o seu cargo que lhe tocava bem e verdadeiramente, guardando em tudo o segredo da justiça, direito às partes e servindo a Deus e a Sua Majestade, que Deus Guarde, sendo por êle recebido o dito juramento debaixo dêle assim o prometeu fazer como lhe era encarregado, do que o dito juiz presidente mandou fazer êste têrmo em que assinou com o dito nôvo vereador, Manuel Soares Silva, e eu, Manuel Gonçalves Lima, que sirvo de escrivão da Câmara no impedimento do atual, João Cordeiro, o escrevi. Matos // Manuel Soares Silva.”

E por não haver mais que determinar.....

— 3 de fevereiro de 1745 —

“Acordaram nomear um homem para levar os quintos de Sua Majestade, que Deus guarde, a entregar na Intendência de Sabará por requerimento que fêz o Intendente Comissário e Tesoureiro, o Sargento-mor a Manuel Jorge Azere, fizeram nomeação em José Francisco Rodrigues, morador na Capela da Onça, e me ordenaram a mim escrivão avisasse ao dito José Francisco por carta para que se ponha pronto para a dita conduta.”

“Acordaram mandar passar editais para que todos os moradores desta Vila e seu têrmo fizessem suas estradas e caminhos limpos e que os moradores desta Vila que tenham as ruas limpas de suas portas e as testadas de suas casas e fundos dos seus quintais roçados e descobertos de matos, o que farão por si e as casas que não tiverem moradores, que os procuradores dos donos das ditas casas o façam, com pena de pagarem para as despesas da Câmara quatro oitavas de ouro.”

E por não haver mais que determinar
Matos — Rego — Silva — Serpa

— 6 de fevereiro de 1745 —

Acordaram chamar a contas ao Tesoureiro do ano passado, Joaquim Pereira do Lago, da sua receita e despesa.

E por não haver mais

— 10 de fevereiro de 1745 —

Juiz: José Antônio Fortes de Magalhães
Vereadores: Pedro Fialho do Rêgo e Manuel Soares Silva
Procurador: João Pereira Serpa

Acordaram abrir uma carta do Doutor Ouvidor e Corregedor-Geral da Comarca em resposta de outra que êste Senado lhe tinha escrito.

Acordaram mais que se desse parte às pessoas que têm servido na governança para que domingo que se contam quatorze do corrente mês, se achem nesta casa para se fazer a votos um vereador de barrete como mandou o Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor da Comaraca.

— 14 de fevereiro de 1745 —

Acordaram fazer um vereador de barrete, conforme determinação do Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca.

Acordaram mais mandar arrematar a Cadeia.

Acordaram mais mandar cobrar as rendas da Câmara por conta da mesma Câmara, por serem os lanços muito diminutos do ano passado, fazendo pensão a um homem que fizesse por conta do Senado, encarregado Antônio Marques do Couto, dando-lhe a pensão de trinta oitavas de ouro.

Acordaram mais mandar passar editais para aferições e caminhos, na forma de estilo.

E por não haver mais que determinar

— 28 de fevereiro de 1745 —

Acordaram dar posse ao nôvo vereador feito de barrete, na forma das ordens do Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor desta Comarca, o Licenciado Tomás de Aquino Colaça, que há de servir êste presente ano para apresentar a sua carta de usança.

(Vem a posse do vereador)

Acordaram fazer novos almotacéis, de que fizeram nomeação no vereador do ano passado Francisco de Sousa e segundo (?) Antônio Machado Ferreira e que se lhes desse parte para tomarem posse.

Acordaram mais mandar por em praça o terreno do . . .
. praça a mesma Casa da Câmara.

Acordaram mais mandar por em praça as rendas da Câmara para ver se havia quem lançasse nas ditas rendas e não havendo lançadores cobrarem por conta da mesma Câmara.

— 1.º de março de 1745 —

Acordaram dar posse ao Almotacel Francisco de Sousa da Fonseca, vereador que serviu o ano passado, e Antônio Machado Ferreira, que iam servir os dois meses de março a abril.

Segue o termo de posse.

E por não haver mais...

— 2 de março de 1745 —

“Acordaram escrever carta às pessoas de maior graduação desta Vila e seu termo para na entrada de *Sua Excelência* (...) pegarem nas varas do pátio (...) e que o escrivão fizesse as ditas cartas às pessoas seguintes: o Capitão Antônio Rodrigues Velho, o Guardamór Luís Alves Colaça, o Licenciado Antônio Ferreira da Silva, o Capitão Manuel da Mota Botelho, o Capitão Fernando Nogueira Soares, o Capitão Antônio Ribeiro da Silva, o Sargento-mor Francisco de Sousa Pontes.”

— (?) de março de 1745 — (anterior ao dia 10)

Acordaram mandar por o ofício de alcaide em praça para ser arrematado por donativo para este se mandar pagar na Fazenda Real, que apresentado o arrematante conhecimento em forma em como pagou o dito donativo para se passar o provimento ao arrematante como fôr estilo.

Acordaram mais mandar passar provimento de escrivão da vara de alcaide a Amaro Homem Terra (?), em vista da necessidade que há de oficial para o dito ofício e que se desse posse a Amaro Homem Terra

Nota: — Serviu por um ano (1743), conforme Prov. de 13.XII.1742
— (Cód. 79:122 v.º)

— 10 de março de 1745 —

Acordaram mandar notificar a tôdas as pessoas que devem cabeças e rendas da Câmara para que dentro do (.) três dias venham pagar o que deverem à dita Câmara.

Acordaram escrever ao Senhor General sobre os *capins* que dá o povo desta Vila ao soldado que se acha destacado nesta Vila no serviço de El-Rei; o capim que se dá ao cavalo do dito soldado para o povo com grande discômodo.

Acordaram dar posse ao nôvo escrivão da Câmara e Almotaçaria e Tabela do Público, Judicial e Notas e escrivão (...), Miguel Caetano Gongo, que apareceu em Câmara apresentando uma provisão real pela qual lhe...

Termo de arrematação do ofício de Alcaide

“Aos dez dias do mês de março de mil setecentos e quarenta e cinco, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e Casa da Câmara dela e nos paços do Conselho, estando juntos e em ato de vereação o juiz-presidente, o Capitão Miguel de Matos Costa, e os vereadores, o Licenciado Pedro Fialho do Rêgo, o Licenciado Tomás de Aquino Colaça e o prcurador da Câmara, João Pereira Serpa, e logo mandaram o porteiro do auditório, João Rodrigues Soares, que visto ter andado em praça a pregão os dias da lei a quem mais desse de donativo a Sua Majestade pelo ofício de Alcaide desta Vila por três anos, tomasse um ramo na sua mão e com êle fôsse pela praça pública desta Vila apregoando em alta e inteligível voz dizendo dez oitavas de ouro lhe davam por o donativo a Sua Majestade pelo ofício de alcaide afrontei e arrematei o dito donativo de Sua Majestade no dito lanço de dez oitavas de ouro pelo ofício de alcaide desta Vila na pessoa de João Alves Pôrto, por ser o lanço maior que houve e logo dito o juiz e vereadores houveram o dito donativo por arrematado a dito João Alves Pôrto no dito lanço de dez oitavas de ouro pelo ofício de alcaide desta Vila por três anos, por ser o lanço maior que houve, para ir pagar o dito donativo ou dar fiança a êle na Procuradoria da Fazenda Real da Vila Real na forma das ordens de Sua Majestade, e de tudo mandaram fazer este termo que o dito arrematante assinou com as testemunhas presentes estavam João Vieira da Silva e José Pinto Ferreira, moradores nesta Vila, pessoas reconhecidas por mim escrivão pelas próprias que as nomeei.

= 28 de abril de 1745 =

Acordaram passar provimento a João Alves Pôrto, pelo tempo de dois meses, dentro dos quais apresentaria provisão do Excelentíssimo e Ilustríssimo General e “que também se desse ao dito procurador rol das pessoas que haviam almotaçado no mês de janeiro para se cobrarem delas as aferições, em cuja determinação acordaram uniformemente os juizes ordinários, Miguel de Matos da Costa e Joseph Antônio Fortes de Magalhães, Tomás de Aquino Colaça, vereador, e o mesmo procurador João Pereira Serpa, e eu escrivão da Câmara, que o escrevi.”

Matos — Fortes — Colaça — Serpa

= 3 de maio de 1745 =

Deram posse aos almotacéis Antônio Pacheco de Macedo e José Francisco Rodrigues, para servirem nos meses de maio e junho.

ANO DE 1751

= ? de março =

(anterior ao dia 14)

Fizeram correição geral.

Bernardo Soares de Andrade foi condenado em duas oitavas de ouro por não apresentar dos Juizes dos officios de carpinteiro e sapateiro.

= 14 de março =

Acordaram nomear almotacéis para servirem nos meses de março e abril e saíram nomeados João de Freitas Silveira e José Pinheiro, que tomaram posse nesse mesmo dia.

E por ser presente João Gonçalves ... official de ferreiro ...

= 17 de março =

Acordaram abrir uma carta fechada e remetida a êste Senado e sendo aberta, acharam uma provisão assinada e outra por Diogo Rangel de Almeida de Castelo Branco, Luís de Carvalho e Jacinto (...) que Sua Majestade, que Deus guarde, foi servido haver por bem tirar os quintos a estas Minas

= 11 de abril =

Fizeram almotacéis para os meses de maio e junho, sendo nomeados o Tenente João de Freitas Silveira e Brás Gomes da Mota, que serviram os dois meses passados.

= 25 de abril =

Acordaram abrir uma carta de El-Rei Nosso Senhor, remetida a êste Senado pelo Conselho Ultramarino, que *abrindo-se* achou ter uma provisão alcançada por Joaquim Miguel da Cunha na qual se manda as propinas que é costume pagarem às Câmaras eleitas, a qual mandaram se registrasse no livro de registro.

Requeru o procurador dêste Senado se passasse mandado executivo contra as pessoas que foram condenadas na correição geral que se fêz nesta Vila e assim o mandaram.

E por não haver mais que determinar

= 19 de maio =

“Acordaram que por ser queixa geral dos moradores desta Vila e seu termo de que o Capitão do Mato José Rodrigues Betim não só fazia a sua obrigação como também se sabia não ter cumprido com a obrigação do cargo o dito Capitão do Mato não tem feito nem (.) nem fêz diligências (.) e portanto mandam fôsse notificado o dito Capitão do Mato para que diligencie do que para constar mandam fazer êste acórdão que eu, João Cordeiro, escrivão da Câmara, o escrevi.”

= 7 de junho =

“Acordaram mandar passar editais para que tôda pessoa, de qualquer estado e condição que seja, limpa e (.) as suas testadas das suas casas e quintais desta Vila a procissão de Corpo de Deus, ornando as portas e janelas que puder ser, pena de que não o fazendo serem condenadas em quatro oitavas de ouro para as despesas da Cadeia e que os officiais ...”

E por não haver mais...

= 10 de junho =

“Acordaram haver mais que determinar do que alguns despachos de petições, houveram esta vereação por bem feita e acabada, que mandaram fazer êste termo de encerramento que assinaram e eu João Cordeiro, escrivão da Câmara, o escrevi.”

Pacheco — Rêgo — Silveira

= 16 de junho =

“E por não haver mais que determinar do que alguns despachos de petições, houveram esta vereação por bem feita e acabada do que mandaram fazer êste termo de encerramento que eu João Cordeiro, escrivão da Câmara, o escrevi.”

= 20 de junho =

Acordaram nomear almotacéis para os dois meses de julho e agosto a Francisco José Ferreira e Melo e Alexandre (.) Ferreira Rebelo e mandaram se lhes notificassem para se porem prontos para a correição que se há de fazer no dia quatro de julho.

E por não haver mais que determinar e eu, João Cordeiro, escrivão da Câmara, que o escrevi.

Pacheco — Gondim — Rêgo — Silveira

= 28 de junho =

Reuniram-se e “por não haver mais que determinar, houveram esta vereação por bem feita e acabada, do que mandaram fazer êste termo de encerramento que assinaram e eu João Cordeiro, escrivão da Câmara, que o escrevi.

Pacheco — Rêgo — Brito — Silveira

= 4 de julho =

Acordaram dar posse aos novos almotacéis Alexandre (.) Ferreira Rebelo e Francisco José Ferreira e Melo.

E por não haver mais...

= 17 de julho =

“Acordaram mandar vir a esta Câmara o Mestre Carapina José Gonçalves Ferreira para efeito (..) o tabuado para fazer e por assim (..) o dito oficial, mandaram fazer êste termo de obrigação que assinaram com o dito oficial e eu escrivão.”

= 7 de agosto =

E por não haver mais que determinar do que alguns despachos de petições, houveram esta vereação por bem feita e.....

Barbosa — Gondim — Rêgo — Brito — Silveira

= 21 de outubro =

Acordaram dar posse a Antônio Corrêa Ribeiro do cargo de Escrivão da Câmara e Tabelião do Judicial e Notas

= 3 de novembro =

Acordaram nomear almotacéis para servirem nos meses de novembro e dezembro os mesmos que serviram nos meses antecedentes, o Licenciado Manuel Ferreira da Costa e o Licenciado Antônio Mendes Ribeiro.

= 6 de novembro =

Acordaram abrir uma carta ...

= 23 de dezembro =

Acordaram dar posse e juramento a Antônio Corrêa Ribeiro do officio de Escrivão da Câmara e Tabelião da Almotacaria desta Vila e seu termo, por apresentar a provisão do Ilustríssimo e Exce-lentíssimo Capitão-General

(Vem o termo de posse e o sinal público de que faria uso).

E por não haver mais que determinar ...

= 27 de dezembro =

Deram posse ao Capitão-mor da Vila, Manuel Jorge Azere.

ANO DE 1752

= 30 de janeiro =

Deram posse ao Juiz de Órfãos, na forma da carta de usança que apresentou, o Licenciado Francisco José Corrêa e Melo.

= 16 de fevereiro =

Despacharam várias petições.

Requeru o Procurador da Câmara se mandasse vir o Procurador do ano próximo passado, o Tenente João de Freitas Silveira, para no termo de vinte e quatro horas entregar os padrões da Câmara dela, marcos, pesos de ferro, medidas e tudo mais pertencente aos padrões

Pontes — Faria — Teixeira — Ferreira

ANO DE 1763

= 28 de janeiro =

Acordaram despachar petições às partes.

Acordaram abrir uma carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador desta Capitania.

= 25 de março =

Abriram uma carta do Ouvidor-Geral e outra da Câmara de Sabará.

Despacharam petições às partes.

Deram posse ao almotacel Antônio Luís Cardoso.

= 26 de março =

Na falta do Vereador Antônio de Faria Morato, foi chamado o Vereador do ano passado, o Dr. Bento do Rêgo da Silva Souto Maior.

Acordaram dar resposta a uma carta da Câmara da Vila de Sabará e escrever a Sua Majestade uma proposta, representando-lhe várias matérias do bem comum.

E por não haver mais que acordarem Francisco José da Silva, escrivão da Câmara, que o escrevi.

Campos — Freitas — Colaça — Rêgo — Resende

= 16 de abril =

Acordaram despachar várias petições.

“Acordaram em mandar chamar o arrematante das rendas das aferições, José de Sousa Coelho, para em Câmara o primeiro quartel que deve das mesmas na primeira vereação a vinte e dois do corrente mês, pena de não o fazendo ser preso.”

“Acordaram em que se notificasse o Procurador do ano passado, Santos (?) Ferreira Guimarães, para vir dar contas das rendas desta Câmara.”

“Acordaram em mandar consertar o cofre desta Câmara, por se achar danificado e sem chaves, de sorte que se abria pelo fundo, dois pelouros, um para o ano de 1764 e outro para o de 1765, auto de devassa e pautas, que tudo se achou no dito cofre fechados e lacrados sem vício algum por estarem as ditas portas seladas com o sê-lo da Câmara e mais na forma do estilo, acordaram em que ficassem

fechados em uma gaveta na Casa da Câmara e que ficasse (?) o Procurador da Câmara com a chave da mesma (...) até se consertar o dito cofre.”

E por não haver mais ...

Fortes — Freitas — Colaça — Morato — Resende

= 22 de abril =

Acordaram em despachar várias petições.

“Acordaram em que se passe mandado de prisão contra o Aferidor José de Sousa Coelho, arrematante das rendas das aferições, por não trazer o primeiro quartel da dita renda para o que foi notificado, como consta da certidão do Escrivão que nesta apresentou, cujo mandado será passado para qualquer Oficial de Justiça ou Capitão do Mato, o qual mandado se entregará ao Procurador dêste Concelho para mandar fazer a diligência.”

Acordaram se notificasse (...) para avaliar a madeira da Ponte da Paciência, conduzida pelo defunto Manuel Salgado.

E por não haver mais ...

= 30 de abril =

Acordaram despachar várias petições.

“Acordaram em fazer almotacéis, por serem findos os dois meses, para servirem os meses de maio e junho e saíram a mais votos (.) Francisco Dias dos Santos e José Fernandes Adão e mandaram que eu lhes escrevesse para virem tomar posse no dia três de maio.”

“Acordaram em tomar contas ao Procurador do ano passado, Santos (?) Ferreira Guimarães, e logo por ser presente mandaram eu escrivão lançasse as contas no livro ...

(Vem em seguida a posse do almotacel)

= 9 de maio =

Acordaram em ir assistir às Ladainhas de Nossa Senhora ...

Acordaram despachar petições às partes.

Acordaram em que o Corregedor da Comarca acharam Câmara fechada quatro do presente mês, o qual do procurador.”

E por não haver mais que acordarem

= 25 de maio =

"Acordaram que para a festividade do Corpo de Deus, que é a dois de junho, se mandasse passar edital para fazer saber os oficiais de todos os officios para acompanharem a procissão e como também aos officios de carpinteiro e ferreiro para porem pronto o estandarte de São João e assim mais aos moradores desta Vila para limparem as suas testadas e adornarem as suas portas e janelas na forma estipulada, pena de seis mil pagos na cadeia (...) de prisão."

"Acordaram mais que se convidassem para pegar nas varas do pátio no dito dia do Corpo de Deus ao Doutor Manuel Ferreira da Silva, ao Doutor Antônio de Abreu e ao Doutor Bento do Rêgo da Silva Souto Maior, ao (ilegível), ao Doutor João Alberto da Mota, ao Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves."

"Acordaram dar de propinas aos officios da Câmara três libras de cêra ..."

"Acordaram que o Procurador do Senado ajustasse a música pelo menor que pudesse ser para a dita festa."

E por não haver mais

Campos — Colaça — Rêgo — Resende

= 11 de junho =

Acordaram despachar várias petições.

"Acordaram mandar passar edital para a revista das aferições e licenças no termo de quinze dias da publicação do dito edital e que eu escrevão o passasse ao porteiro para o publicar e afixar."

"Acordaram que os almotacéis dessem providência nos cortes para que não matassem as reses no dia sexta-feira, mas, sim, no sábado depois (?) de ser o dia claro, com pena de dois mil réis pagos da cadeia para as despesas da Câmara e que eu escrevão lhes intimassem êste acórdão em cuja pena incorrerão da data dêste a oito dias."

E por não haver mais ...

(Vem em seguida o termo de posse do almotacel, o Licenciado Antônio Ferreira Barreto, em casa do juiz ordinário, o Licenciado Inácio de Oliveira Campos).

= 18 de junho =

(É a seguinte á do dia 28 de maio)

Acordaram despachar várias petições.

"Acordaram mais em mandar publicar um edital sobre várias coisas pertencentes a e que êste se para se cumprir como nêle se contém."

"Acordaram mais em tornar a passar os pelouros das eleições para a caixa do cofre por (...) consertando êste e sendo primeiro examinados pelos vereadores (...) presentes e por mim escrevão, do que dou fé, se acharam sem vício algum por onde se presumisse haver sido abertos, foram os dois fechados no cofre com três chaves, das quais uma ficou em poder do juiz ordinário, outra em poder do vereador mais velho e a outra em poder do procurador."

E por não haver mais Francisco José da Silva, escrevão da Câmara, o escrevi.

Campos — Freitas — Colaça — Resende

= 25 de junho =

Acordaram despachar várias petições.

"Acordaram em que fôssem condenados todos vereadores dêste Senado que faltassem no dia de sábado para se fazer vereação, em dois mil réis para as despesas do Conselho e que se o escrevão lhe (.) a esta Câmara (.) por cada vez que faltassem algum, que eu escrevão seria obrigado acusá-lo, fazendo carga ao Tesoureiro dois mil réis, com pena de suspensão do meu officio se assim não fizer."

"Acordaram fazer almotacéis para os dois meses de julho e agosto e mais votos saíram eleitos Bartolomeu Bueno da Silva e Antônio Ferreira Barreto, e que eu escrevão os notificasse..."

E pelo procurador do Conselho, José da (.) Resende, ... dizendo que os vereadores João de e Antônio de Faria lhe têm se não fizesse eleição êles se acharem impedidos mandou o juiz-presidente proceder eleição dos ditos (...) juiz com o procurador e vereador Tomás de Aquino Colaça e o Doutor Bento do Rêgo da Silva, vereador que foi o ano passado e que costuma sempre assistir em falta de algum dos atuais, o que mandou fazer o juiz-presidente por ser findo o tempo e senão achar almotacel nenhum nesta Vila e ficar muito distante a Câmara de sábado que vem, e para haver tempo de se escreverem os novos eleitos para o primeiro do mês virem tomar posse e poderem exercer seu cargo dentro dos dois meses e fazer obrigação e o Procurador assinará por convencido nos dois votos."

E por não haver mais

Campos — Colaça — Rêgo — Resende

= 26 de junho =

"Acordaram que visto se acharem sem juiz os officios do officio de seleiro, prover a Manuel Ribeiro de Araújo e para escrevão

dêste officio João Ferreira da Costa, por acharem sem mais peritos no dito officio e que se lhes passasse provisão.”

“Acordaram mandar passar provisão para juiz do officio de ferreiro a João Rodrigues Siqueira e para seu escrivão a João Gonçalves por serem os mais peritos no dito officio ...”

“Acordaram mandar passar provisão a Antônio de Moraes Sarmiento para juiz do officio de alfaiate por ser o mais perito no dito officio, que tomará juramento para ocupar o dito cargo, que servirá como escrivão já eleito Manuel Ferreira ...”

“Acordaram que se passasse provisão a Francisco dos Santos para servir de juiz de officio de carpinteiro por ser mais perito, para o que tomará juramento e servirá como escrivão já eleito (.) Pereira de Barros.”

“E por não haver mais ...”

“Acordaram que visto não comparecer a nobreza e o povo que foram chamados no dia de hoje para determinarem o justo sobre o requerimento de Antônio Estêves Leme e outros, que fossem juntadas aos autos as petições e se fizessem os termos dos autos.”

“Determinaram mais que notificasse por carta a todos os bons do povo que tenham andado na governança, moradores dentro desta Vila, para que no dia quatro de julho se acharem em Câmara, pelas nove horas da manhã, com pena de que não o fazendo serem julgados como desobedientes.”

= 2 de julho =

“Acordaram ir a Igreja na forma de estilo por ser dia...”

“Apareceu presente Clemente José Soares, alcaide desta Vila, que declarou que desistia do officio ... e de como assim disse assinou.”

“Acordaram fazer alcaide, visto desistir o atual, e mais votos saiu eleito Antônio de Moraes Sarmiento, que mandaram se lhe passasse provimento por tempo de três anos se antes não mandarem o contrário.”

“Acordaram em dar juramento e posse ao almotacel Bartolomeu Bueno da Silva.”

“Acordaram se passasse provimento a Manuel de Araújo para servir ... por tempo de estilo, enquanto se não mandar o contrário e para escrivão do mesmo officio Antônio Nunes da Silva.”

“Acordaram que se passasse provimento a Manuel Fernandes de Araújo para servir de juiz do officio de seleiro, por tempo de estilo enquanto se não mandar o contrário.”

“Acordaram que se notificasse ao arrematante das rendas do Conselho, José de Sousa Coelho, para trazer o segundo pagamento no termo de vinte e quatro horas, pena de prisão.”

E por não haver mais que determinar ...

Campos — Freitas — Colaça — Morato — Rezende

— 4 de julho —

“Acordaram em que eu, Tabelião do Público, Judicial e Notas e mais anexos e escrivão da mesma Câmara, na forma da provisão do Juiz da Fazenda da Cidade do Rio de Janeiro, em virtude da qual havia tomado posse destes officios e juramento perante o Juiz Ordinário, e ordenam que neste livro fizesse o sinal público de que devia usar, o qual eu sobredito escrivão fiz o dito sinal público que é o de que hei de usar.”

“E em testemunho (sinal público) da verdade

Miguel da Silva Pinto

“E na mesma vereação o juiz-presidente houve por condenados os dois vereadores Tomás de Aquino Colaça e Antônio de Faria Morato na quantia de dois mil réis a cada um por não se acharem nesta vereação que era necessária e dela sabiam, e que o Tesoureiro os cobrasse das propinas destes para as despesas do Conselho na forma já determinada em Câmara.”

Campos — Rêgo — Resende.

— 11 de julho —

Acordaram dar posse do cargo de almotacel ao Licenciado Antônio Ferreira Barreto.

Térmo de posse

“Aos onze dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e três, nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, em casa de residência do juiz ordinário, o Licenciado Inácio de Oliveira Campos, e sendo aí appareceu presente o Licenciado Antônio Ferreira Barreto, a quem êle dito juiz ordinário deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles sob o cargo do qual lhe encareceu que bem e verdadeiramente servisse o cargo de ALMOTACEL fazendo justiça às partes e observando a lei do seu regimento, portarias do Senado, cumprindo em tudo com a obrigação do seu cargo, e recebido por êle o dito juramento assim o prometeu fazer, logo

o dito juiz lhe deu posse do dito cargo para servir o presente mês e futuro (.) e eu fiz este termo em que assina com o dito juiz e eu, Miguel da Silva Pinto, escrivão da Câmara, o escrevi.”

— 17 de julho —

Acordaram em sair incorporados para a Igreja Matriz desta Vila em homenagem ao dia de hoje.

Acordaram despachar varias petições.

— 30 de julho —

“Aos trinta dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e três anos, nos Paços do Conselho desta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, donde foi vindo o juiz presidente e mais oficiais da Câmara abaixo assinados...”

“*Acordaram* despachar várias petições às partes e por não haver mais que determinar...”

— 2 de agosto —

Acordaram despachar algumas petições às partes.

“*Acordaram* fôsse arrematada a *Ponte da Paciência*, que com efeito se arrematou, por preço de cinqüenta oitavas de ouro e para pagamento do mestre da dita obra, por ser útil e necessária, se consignou o último quartel da renda dêste Conselho, por assim ajustar com o mesmo arrematante com preferência a tôdas as mais despesas, no que convieram todos os vereadores e por não haver mais que acordarem, deram esta vereação por acabada e assinaram, e eu, Miguel da Silva Pinto, escrivão da Câmara, que o escrevi.

Fortes — Freitas — Colaça — Resende

— 27 de agosto —

Acordaram despachar várias petições.

“*Acordaram* mandar po reeditais que tôda pessoa de qualquer qualidade que seja que vier (?) a esta Vila a vender os gêneros seguintes: carne seca de porco ou de vacas, toicinhos, peixes secos ou frescos, farinhas e outros comestíveis, serão obrigados a correr tôdas as ruas desta Vila *per* os vender ao povo (.) e daqueles gêneros que não tiveram *corrução* (corrupção) devem os reter em si três dias da lei, depois dos quais poderá vender por cento (?) a quem lhos comprar, pena de que não o fazendo assim serem condenados em quatro mil réis pagos da cadeia e na mesma pena incorrerão os

avanzadores e o mesmo se observará nos arraiais que tiverem cinqüenta vizinhos para cima e ordenam os almotacéis os (.) pena de se lhes tirarem culpas.”

“*Acordaram* fazer almotacéis para os dois meses de setembro e outubro e foram eleitos para os ditos cargos Manuel da Mota Reis e Antônio Lopes de Faria e que eu escrivão os avisasse por cartas para virem tomar posse na primeira Câmara e por não haver mais...”

— 3 de setembro —

Acordaram despachar várias petições às partes.

“*Acordaram* propor ao Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor Governador três homens para o pôsto de Capitão da Ordenança de Pé do Arraial da Onça, os quais foram propostos em primeiro lugar Luís José Pinto Coelho, em segundo o guardamôr Antônio José Fortes de Magalhães, em terceiro a José Francisco Grilo, em que preside o Capitão-mor desta Vila Antônio José Teixeira das Neves por (.) uma carta do Excelentíssimo Conde de Bobadela, que se acha registrada.”

“*Acordaram* nomear escrivão para o officio de seleiro por ter felecido o que servia atual e mais votos se elegeu a Manuel (.) Salim e que eu lhe passe e que tomará posse...”

Campos — Freitas — Colaça — Resende

— 6 de setembro —

Térmo de juramento e posse do almotacel Manuel da Mota Reis, dada aos 6 de setembro de 1763 “nesta Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, em casa de morada do Juiz Ordinário Inácio de Oliveira Campos, aonde eu escrivão ao diante nomeado fui vindo, sendo aí presente o Almotacel Manuel da Mota Reis”

— ? de setembro —

(*Vereação anterior à do dia 22*)

Acordaram despachar várias petições às partes.

“*Acordaram* em Câmara de proporem três pessoas das principais desta Vila para o pôsto de sargento-mor da mesma em razão de o atual (.), uniformemente propuseram em primeiro lugar a João Pedro de Carvalho, por ser pessoa principal desta Vila e independente, em segundo lugar a Manuel Veloso de Carvalho, por ser sujei-

to abastado de bens e filho do Capitão-mor que foi desta Vila João Veloso de Carvalho, e em terceiro ao Doutor Manuel Ferreira da Silva, por ser pessoa também das principais desta Vila, dotado de bom gênio e abastado de bens.”

— 22 de setembro —

“Ano do nascimento e em casa da Câmara dela, donde foi vindo o juiz-presidente, o guarda-mor Ant.º Fortes de Magalhães, e mais oficiais da Câmara abaixo assinados para efeito de proverem algumas cousas do bem comum.”

“Acordaram de ir à Igreja assistir à festividade de São Francisco de Borges e por não haver mais que despachar deram esta vereação por acabada...”

— 22 de outubro —

“Acordaram abrir quatro cartas do Conselho Ultramarino e (.) e mandar que eu escrevão as registre.”

Acordaram despachar várias petições às partes e por não haver mais que...

— 29 de outubro —

Acordaram despachar algumas petições às partes.

“Acordaram fazer almotacéis e foram eleitos Antônio Campos Lopes Barros e Manuel Rodrigues Braga, aos quais se escreveu (.) para virem tomar posse para a vereação de sábado e por não haver mais...”

— 13 de novembro —

“Acordaram ir à Igreja assistir à festividade de Nossa Senhora...”

Deram posse ao almotacel Manuel Rodrigues Braga.

— 30 de novembro —

Estavam presentes os juizes ordinários, o Guarda-mor José Antônio Fortes de Magalhães e o Licenciado Inácio de Oliveira Campos, com os mais oficiais.

“Acordaram abrir e mandar publicar o pelouro dos juizes e mais oficiais que hão de servir para o ano de mil setecentos e sessenta e quatro e acharam por eleitos...”

Juizes: Capitão Miguel de Faria Morato

Licenciado Inácio de Oliveira Campos

Vereadores: Antônio de Sousa Machado

Francisco Soares Branco

Capitão Domingos de Moraes

Procurador: Francisco José da Silva

“Acordaram mandar passar mandado ao Tesoureiro para que se pagassem as propinas concedidas por Sua Majestade aos oficiais da Câmara dêste presente ano e que o escrevão passe mandado para o tesoureiro...”

— 25 de dezembro —

“Acordaram despachar várias despesas e pôr em praça as rendas do Conselho. E determinaram mais que o procurador e tesoureiro pague no Juízo dos Ausentes o maior lanço que nêle arrematou por ordem do mesmo Senado para o pôsto de escrevão desta Vila por preço de dez oitavas e duzentos tostões de ouro. E por não haver

Campos— Freitas — Colaça — 1763

ANO DE 1764

— 1.º de janeiro —

“Acordaram dar posse aos juizes e mais oficiais que hão de servir o presente ano, que apresentaram suas cartas de usança, menos o vereador Francisco Soares Branco por se ver embargos que por parte do Procurador dêste Senado se ofereceu.”

“E logo por serem presente so Capitão Miguel de Faria Morato e o Licenciado Inácio de Oliveira Campos, juizes ordinários eleitos para o presente ano, que com os mais oficiais abaixo assinados deferiu o dito juiz o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles...”

Fontes — Miguel de Faria Morato — Inácio de Oliveira Campos — Antônio de Sousa Machado — Francisco José da Silva.

— 3 de janeiro —

“Acordaram dar posse ao vereador Francisco Soares Branco por ter cessado o impedimento dos embargos em que se tinha oposto à dita posse o procurador que foi da Câmara, José Resende, por termo de desistência que havia assinado, do que eu escrivão informe ao juiz presidente.”

“E logo compareceu Francisco Soares Branco, vereador eleito, o qual apresentou sua carta de usança (.) ao qual o juiz presidente lhe deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles sob o cargo do qual lhe encarregou que servisse o cargo de vereador guardando em tudo o serviço de Deus e Sua Majestade e direito das partes e recebido por êle o dito juramento debaixo dêle prometeu assim fazer...”

E por não haver mais...

— 15 de janeiro —

Acordaram despachar várias petições.

“Acordaram em ir à Igreja para assistir à festa de São Sebastião na forma das ordens de Sua Majestade e que desse a propina de duas libras de cêra a cada um dos oficiais da Câmara e mais que (.) para a Igreja que são doze libras de cêra...”

— 20 de janeiro —

Acordaram despachar várias petições das partes.

“Acordaram mandar chamar a esta Câmara Antônio de Faria Morato e José Resende, vereador e procurador que saíram o ano passado, para se lhes darem juramento e posse nas varas de almotaçéis por não assistirem nesta Vila os atuais, José Antônio Fortes de Magalhães e José de Freitas Silveira, sendo para isso notificados por mim escrivão na forma da ordem que se me haviam dado, sem embarde que tiveram notícia que o dito José Antônio Fortes de Magalhães fôra para as Gerais (.) e que eu informe na falta de assistência dos ditos haver grave prejuízo no Real Subsídio (...)”

“E logo apareceu José Resende a quem os presentes deferiram o juramento...”

(Vem o termo de juramento e posse)

E por não haver mais...

— 22 de janeiro —

Acordaram despachar petições.

Acordaram que se arrematassem as rendas das aferições e cabeças de gado pelo maior lanço houver em praça. E por não haver mais...

— 28 de janeiro —

Acordaram despachar várias petições às partes.

Acordaram abrir uma carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador.

— ? de fevereiro —

Acordaram despachar várias petições.

“Acordaram nomear procurador para ir assistir à junta de dez... dêste presente ano para que o Governador e Capitão General desta Capitania os convocou para nomearem procuradores, por carta datada de dois de janeiro do presente ano, fôsse Antônio de Sousa Machado, vereador dêste Senado, eleito por êles, o qual leve procuração que logo assinam para na sua falta substabelecesse em primeiro lugar no procurador da Câmara da Vila de Sabará (.) para a dita junta e em segundo lugar no do procurador de Vila Rica e que ao dito procurador se desse o que por Sua Majestade está determinado em semelhante caso e por não haver mais...”

(Nota: Depois desta vereação vem a do dia 8 de fevereiro e no verso da fôlha as de 10 e 22 do mesmo mês.)

— 10 de fevereiro —

Acordaram informar algumas petições que se lhes apresentaram despachadas pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador desta Capitania e por não haver mais...

— 22 de fevereiro —

Acordaram despachar várias petições.

“Acordaram fazer almotacéis para os meses de março e abril e mais votos saíram Jacinto Borges da Costa e Rafael Coelho Ferreira e que eu escrivão...”

E por não haver mais...

— 29 de fevereiro —

Acordaram dar posse ao almotacel Jacinto Borges da Costa.

E logo apareceu o almotacel...

E por não haver mais...

— 2 de março —

Acordaram despachar várias petições.

Deram posse ao almotacel Rafael Coelho Ferreira.

E por não haver...

— 14 de março —

Acordaram despachar petições às partes.

"Acordaram em que se não pagassem despesas algumas antigas sem que primeiro se satisfizessem às despesas ordinárias dêste presente ano e que das sobras se poria a Francisco Soares Brás (?) o que se lhe deve do último ano em que foi procurador dêste Senado e por não haver mais que..."

Campos — Sousa — Morais — ? — Silva

— 20 de março —

"Acordaram despachar petições às partes e informar algumas (.) do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador."

"Acordaram que novamente fôsse o Procurador Antônio de Sousa Machado na forma do aviso que nos fêz o Excelentíssimo Governador e Capitão-General desta Capitania na carta que se acha (.) às fôlhas (.) do livro de registro desta Câmara dêle que se ponha e requeira a favor dos povos em termos mais convenientes na forma que entre todos nós se tem resolvido e praticado e por não haver mais..."

Campos — Sousa — Morais — Branco — Silva

— 11 de abril —

"Acordaram que passe mandado para ser notificado Antônio Gomes Fraga para que dentro em três dias, com pena de prisão e de se proceder a sua custa conserte e ponha direito o caminho ou rua que vai para a Igreja do Rosário e consta que êle dito Fraga (.) e desfizera o mesmo caminho na passagem para os moradores que saem desta Vila para aquela parte

e os que vêm das roças (.) do mesmo para esta Vila, cuja notificação seria feita pelo alcaide desta Vila com pena de suspensão de seu officio..."

"Acordaram mais que fizesse o Doutor Antônio de Abreu Castello Branco o desatêrro da praça da Cadeia por se oferecer gratuitamente e fôsse tido sem vigor outra concessão que se havia feito ao Reverendo Pároco desta Freguesia com (.) de se lhe conceder duas braças de terra e de como assim o acordaram o assinaram e eu Miguel da Silva Pinto, escrivão da Câmara, o escrevi."

Campos — Morais — Branco — Silva

— 3 de maio —

Acordaram despachar petições às partes e acordaram dar posse aos almotacéis eleitos para os meses de maio e junho, Francisco Dias do Santos e Manuel Francisco Soares.

"Acordaram que o procurador tirasse rol das pessoas que devem alguns atrasados para se passar mandado para a cobrança, como também que (.) do subsídios reais se não têm remetido por falta de procurador seguro que o conduza (....) Conselho e de que se daria (....) para o mandarem buscar (.) quando lhe parecer e por não haver mais..."

— 9 de maio —

Acordaram despachar várias petições.

"Acordaram mais em que desde hoje em diante os almotacéis presentes e futuros não despacham almotaçaria alguma sem que primeiro tenham pago o real subsídio, o que há de constar pelo bilhete do procurador dêste Senado, o qual será primeiro registrado por mim escrivão em poder de quem tocará e passará bilhete para os almotacéis almotaçarem e sem o que não almotaçarão e (.) para e por não haver mais..."

— 23 de maio —

Acordaram despachar várias petições.

"Acordaram mais que o procurador mande consertar a calçada ao pé da Ponte da Paciência e a consertar de nôvo e por não haver mais..."

— 25 de maio —

"Acordaram que o Procurador da Câmara do ano próximo passado fôsse notificado para que no dia quarta-feira próxima viesse dar contas pena de ser prêso."

Acordaram despachar algumas petições às partes e por não haver mais...

Morato — Morais — Branco — Silva

— 5 de junho —

"Acordaram despachar algumas petições às partes e abriram uma carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador, de vinte e oito de maio do presente ano, e outra do Doutor Corregedor desta Comarca do dito ano, elegeram dois homens para se acharem na Vila de Sabará até dia dezanove do presente mês e para o mesmo efeito, elegeram a João Francisco Grilo e a Alonso Parreira Siqueira e que, eu escrevão os notificassem por carta (...) e por não haver mais..."

— 11 de junho —

"Acordaram informar petições e que se passe editais para se porem prontas e limpas as ruas para a procissão do Corpo de Deus, e para os juizes dos officios mecânicos acompanharem com suas bandeiras e por não haver mais que acordarem..."

— 18 de junho —

Acordaram despachar várias petições e por não haver mais...

— 26 de junho —

Acordaram o seguinte:

"Nomear em virtude do aviso do Doutor Ouvidor Geral pessoas que ajudassem fazer as listras (sic) a Alonso Parreira de Siqueira e João Francisco Grilo — para São João Acima e seus pertences, Antônio Salim Bezerra e João Antunes da Silva — *Patáfúfo* e Paciência, Manuel Dias Ferreira e o Licenciado Manuel de Lemos — São Joanico, Paraopeba, Rio do Peixe até o Morro da Vila, Antônio Campos Lopes Torres e José Alves Ribeiro — do Pará, Lambari da parte de lá, Tomás de Aquino Colaça e João Ferreira do Vale — Tapicirica e Pará de uma e outra parte até a ponte do São João, Lambari da parte de cá, Francisco José de (...) Melo e João de Morais Navarro — os quais

todos sendo juramentados fariam listas em cada uma das paragens respectivas e as levarão aos sobreditos dois procuradores para êles (...) nos que fizeram."

"E outrossim elegeram para almotacéis a Manuel Antônio Teixeira e Manuel Mateus de Sousa e que fôssem convocados para virem tomar posse e por não haver mais..."

"E logo no mesmo dia pelo vereador Antônio de Sousa Machado foi requerido o protesto de que enquanto se não fizessem as despesas que a lei reputa (?) precisas cumprir propinas dos officiais da Câmara como são as despesas que deviam pagar aos procuradores nomeados pela mesma Câmara para as Juntas que o Ilustríssimo e Excelentíssimo General convoca por ordem de Sua Majestade, pontes, fontes, calçadas e outras de semelhante natureza, porquanto, *tem noticia que o mesmo Ilustrissimo e Excelentissimo General desta Capitania há de vir a esta Vila (ilegíveis algumas palavras)* despesas que na sua chegada se devem fazer aos (...) referidos procuradores, poderão não chegar a supri-las plenamente da dita Câmara e outrossim requereu o protesto não fizesse Câmara fora dos dias determinados sem se fazer aviso a êle vereador pelo alcaide, porque a tôdas quer ser presente e que se desse de propina das laidinhas de maio próximo pretérito, que é certo dar-se, por se não ter praticado o dar-se naquela ocasião a dita cêra na Igreja para o justo e (...) ministro para que Sua Majestade manda assistir com ela e mandou êle juiz ordinário que se lhe escrevesse seu protesto dêle e se lhe passe certidão."

— 2 de julho —

"Acordaram despachar algumas petições e que se desse posse aos almotacéis Manuel Antônio Teixeira e Manuel Mateus de Souza Soares."

(Vem o termo de posse e juramento)

"Acordaram mais fazer *correição* e que se passasse editais para a revista dos pesos e medidas e que os *tesseloins* aferissem por uma só vez vara e pesos, meias libras para baixo enquanto (...) pesos, vara e balanças."

"E condenaram Antônio Rodrigues e (...) de Melo Garcia, e Antônio de Brito e Domingos Marques Guimarães, e João Barbosa Ferraz e Manuel de Freitas Vieira em *huma* oitava de ouro cada um, aquêles por não terem escalas (?) de aferição e êste por em si já ter-lhe aferido e não lhe ter passado (...) e não ter seus pesos iguais e aferidos, condenaram mais em uma oitava ao mesmo aferidor porque usando também de venda aberta, êle mesmo aferidor devia

requerer este Senado se lhe nomeasse aferidor para se lhe aferir e acordaram nomear-lhe para aferidor José Ferreira da Silva Lôbo, escrivão do alcaide, a quem se lhe desse juramento para esse efeito e se lhe trouxesse duas partes do salário de aferição.”

“E no mesmo auto appareceu presente Manuel de Freitas, aferidor atual, e por elle foi dito que Gervásio Gonçalves Pereira tivera loja aberta nesta Vila, vendendo publicamente ao povo fazenda seca até o mês de junho próximo passado sem aferir balanças e pesos de que tinha obrigação, e que presentemente estava vendendo secos e outros gêneros ao povo pelo miúdo sem aferir balanças, pesos, medidas, no que tudo se segue prejuízo a elle aferidor (...) reque-rendo fôsse condemnado o mesmo Gervásio na forma da lei e obrigado a aferir e pagar a elle rendeiro as aferições e se determinasse que o alcaide notificasse ao dito Gervásio Gonçalves Pereira na primeira Câmara seguinte se vir condemnar e se mandasse que o tesoureiro cobrasse as condemnações para as rendas do conselho e assinaram e eu, Miguel da Silva Pinto, escrivão da Câmara, que o escrevi.”

Campos — Sousa — Moraes — Branco — Silva

— 7 de julho —

“Acordaram sair incorporados, no dia de hoje, para a Igreja Matriz.”

— 30 de julho —

Acordaram despachar vários papéis às partes.

3 — OS CAMARISTAS

Os membros do Senado da Câmara — *juizes ordinários, vereadores, e procurador* — deviam ser escolhidos entre os homens de maior capacidade, probos e independentes.

Mandavam as ORDENAÇÕES os eleitores elegessem *as pessoas que mais pertencentes lhes parecerem*.

Eram organizados os pelouros de modo que não ficassem juntos os parentes e que os mais práticos servissem com os menos experimentados.

Não podiam servir na Câmara os culpados por sentença ou criminosos julgados.

Para o cargo de juiz ordinário eram indicados *as pessoas principais, sem nota nem rumor em contrário*.

Proibiu a Carta Régia de 22-1-1726 que fôsse “eleito vereador ou juiz ordinário, nem andar na governança das vilas dessa Capitania, homem algum que seja mulato dentro nos quatro graus em que o mulatismo é impedimento; e da mesma sorte não possa ser eleito o que não fôr casado com mulher branca ou viúvo dela.”

Foi esta Carta Régia registrada nos livros da Câmara e nos das Ouvidorias, a fim de que se cumprisse a ordem exarada nela.

O Conde de Assumar concedeu, em nome de Sua Majestade, que as pessoas que no Senado da Câmara de Pitangui servissem *as ocupações de juiz, vereadores e procurador dela por eleição, gozassem dos privilégios de Cavaleiros na forma que o dito Senhor os concedeu à Câmara da Cidade de São Paulo*.

Não vimos confirmação régia dessa mercê. Seja como fôr, os membros do Senado da Câmara tinham honrarias de posição durante o exercício de seus cargos. Terminando o exercício, seus atos e procedimentos eram devassados, principalmente os dos juizes ordinários. Não se lhes encontrassem culpas, ficavam gozando o privilégio de homem bom do povo ou da governança da terra.

Era extensiva à família essa nobreza de posição. Por isso que, em 1793, os oradores Jorge de Oliveira Castelo Branco e D. An-

tônia Maria de Jesus, naturais da Vila de Pitangui e nela residentes, poderiam alegar no pedido de dispensa de impedimento de 4.º grau de consangüinidade:

— “são pessoas nobres, qualificadas por seus Pais e Avós, os quais na dita Vila de Pitangui foram muitas vêzes Vereadores, Juizes Ordinários e de Órfãos, e Capitães de Infantaria e Cavalaria, e como tais se tratavam sempre com a estimação devida a sua nobreza...” (1)

Da mesma forma, Antônio Dias Teixeira das Neves e D. Maria Eufrásia de Abreu Castelbranco, impedidos de 3.º grau de consangüinidade, justificaram no pedido de dispensa:

— “que os oradores são da mais nobre e antiga família daquela Vila, que seus ascendentes ocuparam sempre e ainda ocupam os maiores cargos tanto militares como políticos.” (2)

Não é embalde, por conseguinte, levantar-se o rol das pessoas que, por seus méritos e distinções, prestaram serviços ao Senado da Câmara de Pitangui.

Governadores do Distrito de Pitangui

— 1714/1715 —

Bartolomeu Bueno da Silva
Domingos Rodrigues do Prado
Francisco Jorge da Silva
Jerônimo Pedroso de Barros

CAMARISTAS

— 1715 —

J. — Fernando Dias Falcão
Lourenço Franco do Prado

— 1716 —

?

— 1717 —

(1) Cônego R. Trindade — *Velhos Troncos Mineiros*, 1953 — Volume III, pág. 32.

(2) Cônego R. Trindade — *Ob. cit.*, pág. 33.

J. — Jerônimo Pedroso de Barros

— 1718 —

J. — Antônio Rodrigues Velho
Bento Pais da Silva

V. — José Pires Monteiro
João Cardoso
Lourenço Franco do Prado

P. — Antônio Ribeiro da Silva
Escrivão — Joseph Dias Maciel

— 1719 —

J. — Manuel de Figueiredo Mascarenhas

V. — Antônio Leme do Prado
Estevão Paulo de Melo

P. — José Rodrigues Lima
Escrivão — Manuel Cabral Deça

— 1720 —

J. — Joseph de Campos Bicudo
Miguel de Faria Sodré

V. — Francisco do Rêgo Barros

Joseph Rodrigues Betim

P. — João Veloso de Carvalho
Escrivão — Manuel Cabral Deça

— 1721 —

?

Escrivão — Joseph Rodrigues Santiago

— 1722 —

J. — Francisco Nogueira Soares (Sargento-mor)

Escrivão — Joseph Rodrigues Santiago, depois, Dionísio de Parada Pina e Almeida

— 1723 —

J. — Nicolau de Sousa Deça (Mestre de Campo)
Escrivão — Dionísio de Parada Pina e Almeida

— 1724 —

J. — Gaspar Pacheco Freire (Capitão)
Escrivão — Dionísio de Parada Pina e Almeida

— 1725 —

?

— 1726 —

?

— 1727 —

?

— 1728 —

?

— 1729 —

?

Escrivão — Manuel Pinto Pereira

— 1730 —

?

— 1731 —

J. — Francisco Nogueira Soares (Capitão)
Escrivão — Manuel Cabral Deça

— 1732 —

J. — Francisco Ribeiro da Silva (Capitão)
Antônio Ribeiro da Silva (Capitão)

— 1733 —

?

— 1734 —

?

Escrivão — Antônio Bernardes de Moraes

— 1735 —

J. — Antônio Ferreira da Silva (Licenciado)
Crispim dos Santos (Capitão)
V. — Antônio Rodrigues Nogueira
Escrivão — Manuel de Castro Ferreira, depois, Martinho Roiz Montanha

— 1736 —

J. — Antônio Rodrigues Velho (Capitão)
Fernando Nogueira Soares (Capitão)
V. — Joseph Dias Maciel
Escrivão — Martinho Roiz Montanha

— 1737 —

J. — Manuel Jorge Azere (Sargento-mor)
Miguel de Matos da Costa (Capitão)
Escrivão — José Leitão de Abreu

— 1738 —

?

— 1739 —

J. — Antônio Ferreira da Silva (Licenciado)
Escrivão — Antônio de Abreu Guimarães

— 1740 —

?

Escrivão — Antônio de Abreu Guimarães

— 1741 —

J. — Luís de Siqueira Brandão
Escrivão — João Cordeiro

— 1742 —

J. — Antônio Rodrigues Velho (Capitão)
Francisco de Sousa Pontes (Sargento-mor)
V. — Manuel Prêto Rodrigues (Capitão)
Antônio Velho Cabral
João Vieira de Azevedo (Alferes)
P. — Antônio Machado Ferreira
Escrivão — Pedro Barbosa de Lira, substituto por nomeação de João Cordeiro

— 1743 —

J. — Antônio Ferreira da Silva (Lic. do) — Juiz de Barrete
Manuel Alves do Lago (Capitão)
Francisco Miguel de Faria (Capitão)

- V. — Antônio Rodrigues Nogueira
João Macedo Rabelo
Antônio Jacome Bezerra — vereador de barrete
João Veloso Rebelo Vilanova — vereador de barrete

- P. — João de Abreu Guimarães
Escrivão — João Cordeiro

— 1744 —

- J. — Antônio Rodrigues Nogueira
Joseph Dias Maciel
V. — Sebastião Barbosa Pereira
Francisco de Sousa Fonseca

- P. — Joaquim Pereira Lago
Escrivão — João Cordeiro

— 1745 —

- J. — Miguel de Matos da Costa (Capitão)
José Antônio Fortes de Magalhães
V. — Pedro Fialho do Rêgo (Licenciado)
Manuel Soares Silva
Francisco Leite
Dr. Tomás de Aquino Colaça — vereador de barrete
P. — João Pereira Serpa
Escrivão — Manuel Gonçalves de Lima, no impedimento de
João Cordeiro; depois, Miguel Caetano.

— 1746 —

- J. — Miguel de Matos Costa (Capitão)

— 1747 —

?

— 1748 —

?

— 1749 —

?

— 1750 —

?

— 1751 —

- J. — Baltasar José Barbosa
Manuel Pacheco Tavira (Capitão)
V. — Faustino Alves Godim (Tenente)
Dr. Bento do Rêgo da Silva Souto Maior
Luís Leite de Brito
Manuel da Costa Moura — serviu como substituto
João Veloso de Carvalho — serviu como substituto

- P. — João de Freitas Silveira (Aspençada)
Escrivão — João Cordeiro e, como seu substituto, Antônio
Corrêa Ribeiro

— 1752 —

- J. — Francisco de Sousa Pontes (Sargento-mor)
Manuel dos Santos Lisboa (Capitão)

- V. — Francisco Leite de Faria
Antônio Dias Teixeira das Neves
José de Almeida

- P. — Tomás Marques Ferreira
Escrivão — Antônio da Cunha Ribeiro, depois Alexandre da
Silva Portugal

— 1753 —

- J. — Manuel da Silva da Fonseca (Capitão)
Dr. Bento do Rêgo da Silva Souto Maior
V. — Manuel de Sousa Portugal (Capitão)
Manuel Soares Braga (Sargento-mor)
João de Moraes Navarro

- P. — Manuel Fernandes Pereira
Escrivão — Alexandre da Silva Portugal

— 1754 —

- J. — José Antônio Fortes de Magalhães
Dr. Bento do Rêgo da Silva Souto Maior
João Cordeiro (Sargento-mor)

- V. — Manuel Dias de Carvalho
João Vieira Diniz
João Vieira Chaves

- P. — Domingos Marques Guimarães
Escrivão — Manuel Pereira Pôrto

— 1755 —

?

— 1756 —

- J. — Baltasar José Barbosa
Antônio Lopes de Faria
V. — Antônio de Abreu Guimarães (como vereador mais velho ser-
viu de juiz ordinário, no impedimento do efetivo)

— 1757 —

- J. — Antônio Jacome Bezerra
Francisco José Corrêa e Melo

— 266 —

— 1758 —

J. — Antônio Jacome Bezerra
Antônio Alvares da Silva

— 1759 —

J. — Antônio Alvares da Silva

— 1760 —

J. — Francisco Leite de Faria (Licenciado)
Antônio Dias Teixeira das Neves (Capitão-mor)

V. — Manuel da Costa Moreira
Jacob João dos Santos
Luís Leite de Brito

P. — José de Vasconcelos

— 1761 —

J. — Gabriel da Silva Pereira (Sargento-mor)
Dr. Antônio José de Abreu Castelo Branco

— 1762 —

J. — José Bahia da Rocha
Dr. Manuel Ferreira da Silva

V. — Dr. Bento do Rêgo da Silva Souto Maior

P. — Santos Ferreira Guimarães

— 1763 —

J. — José Antônio Fortes de Magalhães (Guarda-mor)
Inácio de Oliveira Campos (Licenciado e Capitão)

V. — Tomás de Aquino Colaço
José de Freitas Silveira
Antônio de Faria Morato
Dr. Bento do Rêgo da Silva Souto Maior (Substituto)

P. — José de Resende
Escrivão — Francisco José da Silva, depois, Miguel da Silva
Pinto

— 1764 —

J. — Miguel de Faria Morato (Capitão)
Inácio de Oliveira Campos (Licenciado e Capitão)

V. — Antônio de Sousa Machado
Francisco Soares Branco
Domingos de Moraes (Capitão)

P. — Francisco José da Silva
Escrivão — Miguel da Silva Pinto

— 267 —

— 1765 —

J. — Manuel Rodrigues Braga
Leandro Ferreira Siqueira
João de Moraes Navarro

V. — Antônio Alves da Cunha
João de Sousa de Macedo
José de Sousa Coelho

P. — Antônio Lopes de Faria

— 1766 —

J. — Antônio de Abreu Guimarães (Licenciado)
João Pedro de Carvalho

— 1767 —

J. — Caetano Gonçalves Mascarenhas (Capitão)
João Pedro de Carvalho (Capitão)

— 1768 —

J. — Leandro Ferreira Siqueira
João Antônio (?) da Silva

— 1769 —

J. — Caetano Gonçalves Mascarenhas
João de Moraes Navarro (Capitão)
José da Fonseca de Almeida

— 1770 —

J. — José Francisco Rodrigues
Dr. João Alberto da Mota, por comissão do juiz ordinário
José Francisco Rodrigues
Manuel da Silva Carneiro

— 1771 —

J. — Antônio Gonçalves Fraga
José Prêto Rodrigues

V. — José Antônio das Neves — (também serviu de juiz ordinário
em substituição a José Prêto Rodrigues
Escrivão — José da Fonseca de Almeida

— 1772 —

J. — João Antônio da Silva (Sargento-mor)
Domingos de Moraes (Capitão)

— 1773 —

J. — João de Moraes Navarro (Capitão)
Caetano José Rodrigues (Capitão)

— 1774 —

- J. — Antônio Jacome Bezerra (Capitão)
Inácio de Oliveira Campos (Licenciado e Capitão)
Antônio Alvares da Silva (Tenente)

— 1775 —

- J. — Manuel Rodrigues Braga (Capitão)
José Prêto Rodrigues (Alferes)
V. — Antônio Alves da Cunha
João de Sousa de Macedo
José de Sousa Coelho
P. — Antônio Lopes de Faria

— 1776 —

- J. — Antônio Mendes da Silva (Capitão)
Antônio Gonçalves Fraga
V. — Francisco José Corrêa e Melo (Licenciado)
Antônio Ferreira
Manuel Gonçalves
P. — Domingos de Morais

— 1777 —

- J. — Antônio de Magalhães Portilho (Alferes)
José Francisco Rodrigues
V. — José Fernandes Valadares
João Fialho do Rêgo
Felipe de Melo Garcia
P. — Davi de Magalhães Coelho
Escrivão — João Barbosa de Sousa

— 1778 —

- J. — Luís Leite de Brito (Capitão)
José Cardoso da Silva (Alferes)
V. — Antônio Barbosa Sandoval
Antônio Alves Corgozinho (Licenciado)
José da Fonseca de Almeida
P. — Roberto Alves de Araújo

— 1779 —

- J. — José da Fonseca de Almeida
Domingos Francisco Rodrigues
V. — José Teixeira Pinto (Licenciado)
Francisco Soares Branco
Antônio Carvalho Lago
P. — Manuel de Sousa de Macedo, depois
José Antônio de Sousa
Escrivão — Pedro Vaz de Sousa e Melo

— 1780 —

- J. — José de Sousa Coelho (Tenente)
Antônio de Sousa Mesquita (Capitão)

— 1781 —

- J. — José Antônio de Sousa (Quartel Mestre)
Luiz Leite de Brito (Capitão)

— 1782 —

- J. — João Pedro de Carvalho (Capitão-mor)
João de Sousa Macedo (Capitão)
José Antônio de Sousa Furriel-mor
V. — Antônio Alves
José Prêto Rodrigues
Antônio de Melo Garcia
P. — Antônio Pereira de Abreu

— 1783 —

- J. — Caetano José Rodrigues (Capitão)
José Antônio de Sousa (Furriel-mor)
Manuel de Sousa de Macedo (Capitão)
V. — Domingos Alves de Oliveira (Ajudante)
Jerônimo Dias Macedo
José da Fonseca de Almeida
P. — Antônio Lopes de Faria

— 1784 —

- J. — José Cardoso da Silva (Capitão)
Antônio de Sousa Coelho (Capitão)
V. — Pedro Vaz de Sousa Melo
Antônio Mendes da Silva
Manuel Ferreira Guimarães
P. — Gabriel José da Silva

— 1785 —

- J. — Antônio Alves Corgozinho
José Cardoso da Silva (Capitão)

— 1786 —

- J. — Dr. Antônio Mendes da Silva (Capitão)
Manuel Rodrigues Braga (Capitão)
V. — Antônio de Melo Garcia
Joaquim José Corrêa de Melo
João Ribeiro Guimarães
P. — Manuel de Freitas Vieira

— 270 —

— 1787 —

- J. — José Prêto Rodrigues
V. — Manuel da Silva Ribeiro
Antônio Ferreira do Amaral
Francisco Lopes Antime
P. — Francisco Xavier Rabelo

— 1788 —

- J. — José Cardoso da Silva
V. — Luís José de Faria

— 1789 —

- J. — Francisco Xavier Rabelo (Capitão)

— 1790 —

- J. — José Caetano Rodrigues Horta (Capitão)
J. — Manuel Veloso de Carvalho
José Cardoso da Silva (Capitão)
V. — José Corrêa de Melo
Francisco Luís Antime
João Ribeiro Guimarães
José Ferreira do Amaral
P. — Pedro Nolasco Cordeiro

— 1791 —

- J. — José Caetano Rodrigues Horta (Capitão)

— 1792 —

- J. — José de Sousa Coelho (Capitão)
Manuel Gonçalves de Sousa (Capitão)

— 1793 —

- J. — Jerônimo Dias Maciel (Alferes)

— 1794 —

?

— 1795 —

- J. — José de Sousa Coelho (Capitão)
V. — Manuel Lopes Cançado
José de Sousa de Macedo (Capitão)
P. — Francisco Lopes Antime

— 1796 —

- J. — David Magalhães Coelho (Capitão)
Antônio Mendes da Silva (Capitão)

— 1797 —

- J. — Manuel Antônio Teixeira

— 271 —

— 1798 —

?

— 1799 —

- J. — Alexandre Dias Maciel (Capitão)
V. — Manuel Rodrigues da Silva Braga
Custódio Coelho Duarte
Antônio Daniel César da Fonseca
P. — Gabriel José da Silva

— 1800 —

- J. — Manuel Rodrigues Braga
Antônio Mendes da Silva (Capitão)
V. — Gabriel José da Silva
João Rodrigues dos Santos
José Júlio César da Fonseca Bueno
P. — Bento José Ferreira
Escrivão — Inácio Joaquim da Cunha

Nota: O Capitão João Rodrigues Braga foi dispensado por ordem do Governador, datada de 30-XII-1800. Elegeu-se vereador de barrete para substituí-lo.

— 1801 —

- J. — Miguel José Fernandes
V. — Francisco de Paula dos Santos Bueno
José Júlio César da Fonseca Bueno
P. — Francisco Soares Faria

— 1802 —

?

— 1803 —

?

— 1804 —

- J. — José Caetano Rodrigues Horta
V. — Manuel Preto Rodrigues
Inácio Carvalho Lopes
Francisco de Paula dos Santos Bueno
P. — Francisco Soares de Faria
Escrivão — Inácio Joaquim da Cunha

— 1805 —

?

- P. — Manuel Ferreira Vale (Tenente)

— 1806 —

- J. — Francisco Lopes Antime

— 272 —

— 1807 —

?

- V. — Manuel Galvão Pentana (Tenente)
João Ribeiro Guimarães (Furriel)

— 1808 —

- J. — Carlos de Faria Osório Facian (Sargento-mor)
V. — Alexandre José da Silva Cardoso (Alferes)
Antônio Barbosa Sandoval (Tenente)
Miguel Gomes Duarte (Capitão)
João Cordeiro Valadares (Alferes)
P. — José Antônio Gonçalves Guimarães

— 1809 —

?

— 1810 —

?

— 1811 —

?

— 1812 —

?

— 1813 —

?

— 1814 —

- P. — Pedro Nolasco Cordeiro (Furriel)
V. — Manuel Antônio Saldanha
Honório Fidélis de Sousa Coelho (Quartel Mestre)
Fidélis de Sousa Coelho
P. — José Ferreira Rates

— 1815 —

- P. — Pedro Nolasco Cordeiro (Furriel)
V. — Manuel Antônio Satiro
Miguel Gomes Duarte
José Ferreira Rates

— 1816 —

- P. — José Pinto da Fonseca
V. — José Joaquim Cordeiro
Miguel Rodrigues Braga
Joaquim Antônio de Oliveira Campos
P. — José Antônio Gonçalves Guimarães (Ajudante)

— 273 —

— 1817 —

- P. — Félix de Oliveira Campos
V. — José Moreira de Carvalho
Francisco Xavier Rabelo
Antônio Alves de Araújo
P. — Manuel da Silva Guimarães

— 1818 —

- P. — Martinho Alvares da Silva (Capitão)
V. — José Máximo Pereira
Inácio Joaquim da Cunha (Sargento-mor)
Miguel Gomes Duarte (Capitão)
P. — José Antônio Alves Guimarães (Ajudante)
Escrivão — João Silvério de Barros

— 1819 —

?

— 1820 —

?

— 1821 —

Presidência do Juiz de Fora, Dr. Plácido Martins Pereira

— 1822 —

Vereadores nomeados pelo Governo Provincial Provisional, a 8.1.1822:

- V. — Inácio Joaquim da Cunha (Sargento-mor)
Miguel Gomes Duarte (Capitão)
João Cordeiro Valadares (Capitão)
P. — Manuel da Silva Guimarães (Capitão)

— 1823 —

?

— 1824 —

?

— 1825 —

?

— 1826 —

Juiz-Presidente — Antônio José Leal (Juiz de Fora)

- V. — Pedro Nolasco Cordeiro (Capitão)
João Carvalho Lage (Capitão)
Antônio Teodoro de Mendonça (Capitão)
José Júlio César da Fonseca Bueno (Capitão)
Miguel Gomes Duarte (Capitão)
José Antônio Gonçalves Guimarães (Ajudante)
P. — Bento José Ferreira
Escrivão — Joaquim Luís dos Santos

— 274 —

— 1827 —

?

— 1828 —

Juiz-Presidente — Dr. Antônio Pinto Chichorro da Gama

V. — Miguel Gomes Duarte
Inácio Joaquim da Cunha
Miguel Rodrigues Braga
João Bahia da Rocha

— 1829 —

Juiz-Presidente — Dr. Antônio Pinto Chichorro da Gama

V. — Joaquim José Fernandes
Miguel Dias Maciel
Inácio Joaquim da Cunha
Miguel Gomes Duarte
José Júlio César da Fonseca Bueno
Francisco Severino da Silva Capanema
Antônio Teodoro de Mendonça

— 1830 —

Juiz-Presidente — ?

V. — Antônio Alves da Silva
José Júlio de Araújo Viana
Miguel Rodrigues Braga
José Júlio César da Fonseca Bueno
Bernardo Xavier Rabelo

— 1831 —

Juiz-Presidente — ?

V. — Joaquim José Fernandes
Martinho Alvares de Sousa
Miguel Gomes Duarte
Francisco Severino da Silva Capanema
José Júlio César da Fonseca Bueno
José Júlio de Araújo Viana
Honório Fidélis de Sousa Coelho
Jacinto Bahia da Rocha (suplente)

— 1832 —

?

— 1833 —

Juiz-Presidente — Antônio Alves da Silva (Juiz-substituto)

V. — Honório Fidélis de Sousa Coelho
Padre Belchior Pinheiro de Oliveira

— 275 —

José Júlio César da Fonseca Bueno
Miguel Rodrigues Braga
Joaquim José Fernandes
Joaquim Lopes Cançado (suplente)
Silvério de Freitas Mourão (suplente)
Jacinto Bahia da Rocha (suplente)

— 1834 —

?

— 1835 —

?

— 1836 —

?

— 1837 —

?

— 1838 —

?

— 1839 —

?

— 1840 —

?

— 1841 —

?

— 1842 —

?

— 1843 —

Juiz-Presidente — Manuel Jacinto Rodrigues Vêu, que se ausentou
para o Termo da Vila Nova de Formiga, sendo
substituído por Antônio Alves da Silva.

V. — Jacinto Bahia da Rocha
José Nunes de Carvalho
Miguel Rodrigues Braga
Silvério de Freitas Mourão Pinheiro
Flávio Máximo Pereira Duarte (suplente)
Inácio Joaquim da Cunha (suplente)
Manuel Bahia da Rocha Júnior (suplente)
Secretário — Joaquim Cecílio dos Santos

— 1844 —

?

— 1845 / 1848 —

Pres. — João de Freitas Mourão
V. — Cândido José Tolentino
Joaquim Honório de Faria

Inácio Joaquim da Cunha
José Ferreira de Oliveira
Jacinto Alvares Ferreira da Silva
Miguel Pereira da Fonseca

— 1849 / 1852 —

P. — ?

V. — Inácio Joaquim da Cunha
Antônio Alves da Silva
Miguel Pereira da Fonseca
Jacinto Bahia da Rocha

Suplentes:

Flávio Máximo Pereira Duarte
Manuel Bahia da Rocha Júnior
Antônio Xavier da Silva Capanema
Padre Francisco Soares de Faria
Jacinto Rodrigues Braga

P. — José Alves Machado
Secretário — Joaquim Cecílio dos Santos

— 1853 / 1856 —

P. — Dr. Francisco Alvares da Silva Campos

V. — Bento de Oliveira Barbosa
Bento José da Silva
Leonel Pereira da Fonseca
Zacarias Fernandes Xavier Rabelo
Felício Flávio dos Santos

4 — OS BENS DO CONSELHO

No ano de 1804, entregues à guarda do contínuo Manuel Alves de Araújo Velho, inventariaram-se os seguintes bens pertencentes ao Concelho:

Um tinteiro de prata, com três copos do mesmo, para tinta, areia e obreiras.
Um dito de estanho, com tinteiro e areieiro sòmente.
Um estandarte nôvo de damasco branco com franjas de ouro e armas reais.
Um saco de aniagem em que se guarda o mesmo.
Uma lança de pau para o mesmo estandarte.
Uma choupa de ferro para a dita lança.
Cinco varas de vereadores, encarnadas de nôvo.
Duas ditas delgadas para os Juizes Ordinários.
Duas ditas para os juizes almotacéis.
Nove Tamborettes de risso e capas de damasco de lã.
Dois ditos da mesma forma, mas quebrados.
Uma mesa grande, com duas gavetas e chaves.
Dois bancos de encôsto.
Um dito, que também serve de caixão.
Um dito, sem encôsto.
Uma campainha pequena de bronze.
Duas chaves de portas da Casa da Câmara.
Um sino de bronze, com porca, na varanda da Casa para tocar nas audiências e sessões da Câmara.
Um pano fino de cobrir a mesa, com quatro côvados, e tersa de pano entre-fino.
Um armário com chave, que serve de arquivo para guardar papéis e com duas gavetas.
Dois livros — da Ordenação e Prática Judicial.
Onze tochas de cêra branca e brandões para a Câmara.
Um cofre grande do dinheiro do Concelho.
Um dito pequeno da eleição dos pelouros e que está dentro dêle.

Dois cadernos de receita e de despesa do Concelho em papel selado.

Sete varas de vereadores e juizes almotacéis para luto.

Sente-se a falta de uma Bíblia nessa relação, indispensável na posse e juramento de pessoas eleitas para cargos públicos.

É verdade que, muitos anos depois, em 1859, a Câmara ainda não possuía uma bíblia, tanto que o Vereador Saldanha indicou, em sessão de 10 de novembro:

— “Não tendo a Câmara em seu arquivo um livro dos Santos Evangelhos — Indico que se autorize ao Procurador para a compra de um, e que dêle se faça o uso necessário.”

O Procurador deve ter adquirido a Bíblia para a Câmara, pois, três anos mais tarde, o Presidente Capanema indicaria que o mesmo Procurador fizesse remessa ao Pároco de um volume da *Santa Biblia*, edição de Londres, *por ser proibida*, bem como do segundo volume da obra — *Voz Evangélica* —, ambas existentes no arquivo da Câmara, para que o mesmo Vigário desse o valor e o destino que merecessem.

Foi aprovada essa indicação e, dessa sorte, novamente ficou a Câmara sem o *livro dos Santos Evangelhos*.

Deve-se notar, outrossim, que os numerosos livros da Câmara, como os de vereação, os de passagem, os de registro de correspondência, e tantos outros, não foram inventariados, em 1804. Possivelmente estivessem danificados.

Em 1845, não deviam estar bem conservados os livros existentes, tanto que na sessão ordinária de 27 de janeiro o Secretário da Câmara informou que não havia *cumprido com a passagem indicada por se achar o livro delas em estado de se não poder escrever, pela ruína proveniente das traças*.

Em sessão ordinária de 11 de outubro de 1862, o Vereador José Nunes de Carvalho indicou que fôsse ordenado ao Procurador pusesse à disposição do Secretário o quarto próximo à varanda e que formava o centro da Casa da Câmara, a fim de que nêle fôsem guardados os *livros e papéis pertencentes à Câmara*.

Por conseguinte, não é para se estranhar não haja chegado aos nossos dias os livros manuscritos do Senado da Câmara de Pitangui.

Quanto ao *cofre grande de dinheiro do Concelho*, provavelmente seja o mesmo que os camaristas acordaram, em sessão de 16 de abril de 1763, mandar consertar *por se achar danificado e sem chaves*, de sorte que se abria pelo fundo, onde estavam depositados os *dois pelouros, um para o ano de 1764 e outro para o de 1765 e um autto de devassa, que tudo se achou no dito cofre fechados e lacrados, sem vício algum*.

Sob a responsabilidade do afilador ou fiador do rendeiro, João Soares Teixeira, foram arrolados:

Uma balança de pesar ouro, com marco de quarto.

Um marco de 1/2 libra.

Uma balança de ganchos de ferro.

Um guilhão de ferro.

Um dito de meia arrôba, de ferro.

Um dito de oito libras, de ferro.

Um dito de quatro libras, de ferro.

Um dito de duas libras, de ferro.

Um dito de uma libra, de ferro.

Uma quarta de medir sêcos.

Uma meia quarta de medir sêcos.

Uma medida de sal.

Cinco medidas de fôlhas de flandres de molhados.

Em poder e sob guarda do carcereiro, Francisco Ferreira de Sousa, havia:

Um livro de assento de presos da Cadeia.

Um dito de alvarás dos mesmos presos.

Uma corrente de ferro chamada *Gibóia*.

Um quilhão de ferro.

Cinco colares chatos e grandes.

Um colar chato e grande, sem chaveta.

Um dito de pé.

Um cadeado.

Um tronco de pau na enxovia.

Um barril nôvo.

Duas candeias velhas.

Uma candeia grande, quebrada.

Sete chaves: a saber: Cinco de portas e duas de janelas.

Desnecessário explicar-se o uso dêsses bens.

Em 30 de agosto de 1844, o Delegado de Polícia do Município oficiou à Câmara requisitando *duas correntes e seis colares* para remessa a Sabará dos *recrutas*, que se achavam na cadeia da Vila. Respondeu-se-lhe que não tinha a Câmara *ferros alguns*, porque os que possuía estavam em Sabará, para onde foram *na condução de recrutas e criminosos*.

Durante a Guerra do Paraguai foram êsses instrumentos frequentemente utilizados, principalmente na condução de recrutas.

5 — AS RENDAS DO CONSELHO

Ontem, como ainda hoje, não tinham as Câmaras rendas suficientes para custear as despesas a que eram obrigados, como as de obras públicas, de festividades religiosas, de propinas e cêras dos oficiais e outras mais.

Eram limitadas as fontes de renda e, com muita razão, os membros do Concelho evitavam aumentar ou criar os tributos de sua competência. O povo já andava escorchado devido aos tributos cobrados para o Real Tesouro: os quintos reais, os dízimos, os donativos e subsídios voluntários, as passagens de rios, os direitos de entradas *et coetera*.

Como as demais Câmaras, a de Pitangui extraía suas rendas das seguintes tributações: *aferição de pesos e medidas, cabeças ou meia palaca, carceragens, multas de ver e fôros*.

Previam, entretanto, as ordenações: “E porque muitas vêzes as rendas do Concelho não bastam para as coisas que os oficiais das Câmaras são obrigados por seus Regimentos prover e fazer, mandamos que, quando lhes parecer lançar finta, e não houver para elas dinheiro do Concelho, o escrevam ao Corregedor da Comarca, como a querem pedir, declarando para que coisas a necessidade que dela têm.”

Ninguém era escuso da *finta*, se destinada às despesas de obras públicas, como fontes, calçadas, muros e pontes.

As *aferições de pesos e medidas* incidiam sobre todos os mercadores da Vila e seu termo.

Anualmente toda pessoa estabelecida com venda de gênero medido ou pesado, quer de sua colheita quer fabricado ou comprado para revenda, era obrigada a fazer *aferição* de seus pesos e medidas.

Cabia aos almotacéis fiscalizar a lisura dos pesos e medidas.

Usava-se a *medida* para avaliar o azeite, o vinagre, o vinho, a aguardente e outros líquidos; com a *quarta* e o *prato* mediam-se as farinhas, o milho em grão, o feijão, o arroz, o sal etc.; pesavam-se

com a *libra*: toucinho, banha de porco, carne do sertão, peixe sêco, açúcar etc.; com *avara* e o *côvado* podia-se medir o fumo de corda e outros gêneros.

Geralmente o Senado da Câmara arrendava *as aferições* pelo maior lance oferecido em pregão público.

É de se presumir que essa renda fôsse diminuta nos primeiros tempos da Vila, em consequência do pequeno número de mercadores existentes:

Ano de 1718	4 lojas e vendas
Ano de 1719	5 lojas e vendas
Ano de 1720	5 lojas e vendas
Ano de 1721	?
Ano de 1722	20 lojas e vendas
Ano de 1723	10 lojas e vendas
Ano de 1724	18 lojas e vendas

E podem ser citados os nomes dos vendeiros:

Ano de 1718: Sebastião Machado Lima, Pedro de Góis da Veiga, Manuel Jorge Azere e Diogo da Costa Afonseca.

Ano de 1719: Os anteriores e mais Miguel de Faria Sodré.

Ano de 1720: Os anteriores (exceção de Diogo da Costa Afonseca, que foi assassinado) e mais João de Siqueira.

Ano de 1722: Amaro da Silva Barreto, Antônio Guerra da Silva, Caetano Cabral, Caetano de Sousa, Domingos Pereira, Esperança Tavares (fôrra), João Rodrigues Prêto, Joseph dos Santos, Luís Pereira da Costa, Manuel Diniz Barbosa, Manuel da Costa Abreu, Manuel Ferreira (fôrro), Manuel de Sousa Ribeiro, Miguel do Espírito Santo, Miguel de Sousa e Silva, Pedro de Góis da Veiga e Salvador Estêves.

As *cabeças* ou *meias patacas* eram os tributos cobrados pelo corte de gado.

Pagava o cortador meia pataca por cabeça de gado que abatesse.

Costumava-se também pôr em pregão público, anualmente, a renda das cabeças.

Dava o Senado da Câmara garantias ao arrematante, estando este obrigado a prestar fiança.

Qualquer pessoa que matasse ou cortasse rês na Vila ou seu termo devia pagar meia pataca ao arrematante, sob pena de prisão e multa.

Nem sempre os pagamentos eram feitos pontualmente. Em vereação de março de 1745, por exemplo, os camaristas acordaram se notificassem a todas as pessoas que deviam cabeças e rendas da Câmara para virem pagar.

Chamava-se de *carne verde* a carne de gado abatido para venda à população.

Em 1718, o problema da distribuição da *carne verde* agitou o Senado da Câmara por haver concedido exclusividade de corte ao Sargento-mor Gaspar Gutierrez. Arrepentidos ou receosos os camaristas fizeram publicar o indispensável edital para validar a licença. Sentindo-se prejudicado, o Sargento-mor requereu ao Governador que o Regente da Vila fizesse observar a dita licença. Seu pedido foi deferido, em 24 de janeiro de 1719:

— Executasse o despacho da Câmara. (1)

Os camaristas haviam escrito ao Governador sugerindo êle anulasse êsse *contrato desastroso*, porque era contrário aos interesses do povo.

Repeliu o Governador o pedido da Câmara, conforme expôs em carta ao Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas:

— *Aqui me escreveram algumas pessoas da Câmara falando sempre, como costumam, em ruínas que estão para suceder com o povo por uma espécie de contrato que essa Câmara fez de carnes, dizendo-se também que tinham assinado termo, e eu lhes respondi que me não metia nesse particular porque me parecia muito mal que elles em público dissessem que convinha e assinassem um termo e sub-repticiamente me avisassem que não convinha e que desfizesse o que elles tinham feito, e como não queria acostumar mal as Câmaras a que obrassem contra o que entendiam fiados os Governadores lhes servissem de rodela me não metia na matéria; porém que se houvesse algum reboliço, elles me haviam de responder dêle; e convém que vossa mercê não diga que eu lhe*

(1) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo. — Códice 14:8.

fiz este aviso, senão que esteja a mim haver o que eles fazem, porém quando haja a suspeita de haver alguma inquietação, fio da prudência de vossa mercê a procure atalhar pelo melhor modo. Deus guarde a vossa mercê muitos anos. Vila do Carmo, 15 de abril de 1720. Conde D. Pedro de Almeida. (2)

Esses aborrecimentos não se repetiriam, porque a Ordem Régia de 15-V-1722 proibiu os contratos da *carne verde* com o fito de salvaguardar o bem do povo.

É evidente que a missão dos vereadores não estava isenta da influência dos poderosos. Por vezes, eram intimados pelo povo a comparecerem ao Paço do Concelho e, sob coação, deliberarem segundo o desejo geral, embora contrariando as justiças e leis de Sua Majestade.

O fato é que o abastecimento de *carne verde* à população de quando em vez criava dificuldades à Câmara.

Ainda na metade do século XIX, os camaristas não estavam livres dessas amolações, como se vê na ata da sessão ordinária de 10 de novembro de 1859:

— Os abaixo-assinados encarregados de dar o parecer sobre a pretensão do cidadão João Querino Alves da Cunha Alvarenga em relação ao contrato do fornecimento de carnes verdes à população desta Cidade, são de parecer que não se lhe permita elevar o preço da carne, porque não se verifica a condição que o autorizava em vista do § 2.º do Art. 1.º do contrato — a alta do preço do gado — mas como o referido cidadão se acha prejudicado, são igualmente de parecer que se rescinda o contrato, cuja rescisão terá lugar no último do corrente mês, para a Municipalidade tenha tempo de fazer chegar ao conhecimento dos que anteriormente tinham costume de trazer suas reses ao mercado e cortá-las, e possa continuar a fazer, para que não sofra o povo a falta desse alimento de primeira necessidade, além de outros — Saldanha — Lobato. (3)

A renda da cadeia provinha de carceragens.

(2) A.P.M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 11:124 verso.

(3) Idem, ibidem — Livros de ATAS da Câmara de Pitangui.

Inicialmente o valor da carceragem era de duas oitavas de ouro por pessoa, conforme vem explícito na provisão do primeiro carcereiro do distrito de Pitangui:

— e sendo conveniente que no mesmo distrito haja Cadeia para prisão dos delinquentes e que nela se ponha pessoa que sirva de carcereiro que tenha os requisitos necessários para bem exercer esse ofício; hei por bem de prover na serventia dêle a João de Barros para o exercitar por tempo de um ano, se no entanto eu o houver por bem ou Sua Majestade não mandar o contrário, e ordeno ao Superintendente do mesmo distrito, Antônio Pires de Avila, lhe dê posse e juramento dos Santos Evangelhos, para bem servir o dito ofício com qual haverá de carceragem por cada pessoa que fôr à Cadeia duas oitavas de ouro Dada nesta Vila de Nossa Senhora do Carmo aos sete dias do mês de agosto de mil, setecentos e quatorze anos. (4)

Não descobrimos quanto rendia anualmente a carceragem na Vila de Pitangui. Sempre houve presos e a cadeia, como dissera um vereador, era a única área de malfeitores.

Os delinquentes abundaram na Vila e seus arredores desde seus primeiros dias. Em 1722, o Capitão-mor da Vila escreveu ao Governador avisando-lhe que era preciso que o Ouvidor da Comarca fôsse com a brevidade possível àquele distrito fazer correição a respeito dos muitos criminosos que se acham nêle, que sempre é bom, ou pô-los em livramento ou afugentá-los para se evitarem as desordens que fazem. (5)

Em 1752, o Governador Gomes Freire de Andrade dizia, na instrução a seu irmão José Antônio Freire de Andrade para o governo da Capitania, que Pitangui era a Vila onde havia ainda alguma sombra da forma antiga das Minas e que nela havia colhido dois maladores, e recomendava-lhe dissipar nela o ajuntamento de pés-rapados, caribocas e mulatos, que são os executores das insolências. (6)

Em abril de 1770, o Conde de Valadares expediu ordem ao Capitão Inácio de Oliveira Campos para prender na cadeia pública o prêto Pedro, de nação Angola monjolo, por alcunha o Portugal, pelo fato de ser mesmo calhambola. (7)

(4) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 9:42.

(5) Idem, ibidem — Códice 17:98 verso.

(6) Revista do APM, Ano IV, página 739.

(7) APM — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 177:35.

E em maio desse ano, o Capitão-mor João Pedro de Carvalho recebia ordem para prender Antônio Dias. (8)

Mas não só os malfeitores eram trancafiados.

Não acordaram os camaristas, em sessão ordinária de outubro de 1743, mandar prender o Capitão Antônio de Sousa por haver faltado com a obrigação da fatura da Casa da Câmara e Cadeia? ...

Não esteve preso, à ordem do Governador, o Capitão-mor da Vila, Francisco José da Silva Capanema? ...

Não se ameaçavam com a pena de prisão os moradores que descuidassem de conservar *sem perigo e limpas as capoeiras e de paus a suas testadas* dos caminhos, e não consertassem *as pontes e mais passagens perigosas*? ... (9)

Não se intimou, sob pena de prisão, a José Teixeira, morador nos Guardas, reconstituir a estrada real da Vila, que havia mudado *do solais dos morros do Ribeirão de sua roça em diretura à chapada de Manuel de Sá e Figueiredo para o alto dos morros em grave prejuízo dos passageiros viandantes e vizinhos*. (10)

Não foi preso o Capitão-mor Antônio Dias Teixeira das Neves, remetido para o Rio de Janeiro e exterminado das Minas, por haver planejado um levante na Vila, em 1760, e promovido desordens na qualidade de Juiz-Ordinário? (11)

Presos não faltaram naqueles buliçosos tempos coloniais da Vila.

Prendia-se ainda por dívida, por desacato às autoridades, e por uma porção de outras causas.

De preferência a Câmara punha em arrematação a renda da Cadeia, como por exemplo, na vereação de 31 de dezembro de 1742, em que os Senadores *acordaram mandar rematar a renda da cadeia no maior lanço que nela houvesse*.

As *rendas de ver* correspondiam às multas por infrações topadas nas vistorias ou correições.

Percorriam os Senadores as ruas públicas da Vila fazendo *vereação na forma da lei*. Também, iam aos distritos e arraiais com o mesmo fim.

Fôsse o caso, multavam a *Fulano* por ter venda oculta, sem aferição e sem licença; a *Beltrano*, porque não limpou a testada de sua casa; a *Sicrano*, que vinha vendendo aguardente da terra sem a

(8) *Idem, ibidem* — Códice 177:52.

(9) *Idem, ibidem* — Códice 118:54.

(10) *Idem, ibidem* — Códice 118:54.

(11) *Idem, ibidem* — Códice 143:189.

imprescindível licença; a *Fuão*, pelo fato de menosprezar o Senado da Câmara que o havia notificado por isso ou por aquilo; e assim por diante.

Em sessão de 3 de fevereiro de 1745, decidiram os camaristas mandar passar editais para que todos os moradores da Vila tivessem limpas as ruas e testadas de suas casas e os fundos de seus quintais roçados e descobertos de matos, *sob pena de pagarem, para as despesas da Câmara, quatro oitavas de ouro*. E nas casas cujos moradores estivessem ausentes, os procuradores os fizessem ...

Pois bem, teria bastado um morador ou seu Procurador deixar de cumprir as obrigações do edital, para os camaristas em *vereação* lhe cominarem a pesada multa. Se não pagasse, tomava cadeia.

Havia *outras multas* além das de ver.

Na sessão de 25 de junho de 1763, por exemplo, ficou deliberado que o camarista *que faltasse no dia de sábado para se fazer vereança* seria condenado a pagar dois mil réis para as despesas da Câmara.

Dois mil réis era um dinheirão. Nenhum vereador faltaria sem motivo justo.

Essa medida permaneceu por longo tempo, tanto que na metade do século XIX encontramos os faltosos, apresentando justificativa.

Algumas eram deveras interessantes.

Em sessão ordinária de 3 de novembro de 1848, o Vereador Suplente Manuel da Rocha Bahia Júnior, *expondo que sendo de urgente necessidade fazer certas preparações de remédios para uma enferma não podia continuar nos trabalhos da Câmara*. Foi dispensado.

Em sessão ordinária de 8 de janeiro de 1845, o Vereador Jacinto Alves Ferreira da Silva comunicou por ofício que *havia amanhecido em estado de não poder estar assentado por causa de uma escandescência* e impossibilitado de comparecer à reunião. Julgou-se justificada a falta.

Na sessão de 14 do mesmo mês e ano, participou não podia estar presente por se achar muito *incomodado e por aproveitar a estada do Doutor Francisco Cordeiro, a quem ia consultar*. A Câmara ficou inteirada.

Em sessão extraordinária de 18 de abril de 1845, o Vereador Joaquim Inácio da Cunha participou *que, por estar em uso de remédios mercuriais e o dia chuvoso, não podia comparecer*.

Na sessão ordinária de 7 de julho de 1852, o Vereador Antônio Alves da Silva dispensa de comparecer às próximas sessões *enquanto ia entregar uma boiada a um comprador*. Sendo adiada a votação

por falta de número, ele comunicou à Câmara que não iria comparecer às sessões futuras pelo motivo já declarado.

Nessa mesma sessão, o Vereador Fonseca comunicou *não poder comparecer pelo resto da sessão por estar-se prontificando para ir a Ouro Preto*.

Na sessão de 13 de janeiro de 1853, o Vereador Zacarias Fernandes Xavier Rebelo requereu fôsse dispensado da multa que lhe havia sido imposta na sessão antecedente, *pois não tendo ouvido as horas e estando ocupadíssimo, por isso não tinha comparecido*. Ficou dispensado de pagar a multa.

Na sessão ordinária de 18 de julho de 1853, o Vereador Reverendo José Joaquim Ferreira comunicou *não comparecer por estar com um pé pisado e tendo-se inflamado, achava-se privado de poder calçar*. A Câmara ficou ciente.

Na sessão ordinária de 26 de março de 1860, o Vereador Fortunato Lopes Cançado solicitou dispensa dos trabalhos para ir à Restinga ver seu Pai, que se encontrava mortalmente enfermo.

Nem sempre as justificativas de faltas prevaleciam. Na sessão ordinária de 12 de junho de 1863, por exemplo, o Vereador Fortunato Lopes Cançado requereu: *Estando ontem com o cidadão Francisco Bahia da Rocha e Miguel Rodrigues Braga, vi que o primeiro está restabelecido do pé e o segundo sem o menor incômodo; portanto indico que sejam novamente convocados para os trabalhos ordinários, uma vez que a nossa boa-fé foi ontem iludida pela persuasão em contrário*.

No fim do século XVIII, as Câmaras da Capitania de Minas Gerais estabeleceram a multa de 6\$000 para as despesas do Conselho e de 30 dias de prisão em caso de reincidência, para os lavradores que deixassem de plantar trigo e mandioca e igualmente, matar as aves que costumam destruir as ditas plantações e apresentar as cabeças das mesmas ao Procurador.

Essa providência das Câmaras fôra influenciada pela Secretaria de Estado do Reino de Portugal, que levantou a política de incrementar o desenvolvimento da agricultura na Capitania.

A Câmara de Pitangui — conta o Desembargador Onofre Mendes — *passou a cuidar, com acendrado zelo, da lavoura, estimulando as searas e determinando severas medidas no sentido de protegê-las contra as pragas, das quais a mais séria eram os pássaros-prêtos que, conforme a linguagem da época, arrancavam as sementes das covas e ainda prejudicavam as plantas na sua granação*. (12)

Mas... essas rendas fortuitas pouco pesavam na receita.

(12) In Revista ACAIACA, Ano 1955, n.º 72 — Lendas e Realidades de Pitangui.

O aforamento era a renda correspondente ao *dever de fóro* ou tributo devido à posse de uma propriedade urbana.

Medida e demarcada a sesmaria da Vila, pôde ver o Conselho aumentada a sua miserável renda com o aforamento de terrenos para edificação.

Já na medição da sesmaria houve protestos de moradores da Vila no sentido de salvaguardar os seus direitos de propriedade e isenção de fôros.

Nos tombamentos da Vila, entretanto, é que os protestos surgiram mais numerosos e veementes.

O primeiro livro de tombo da Vila não é conhecido, mas se pode deduzir que houve protestos dos moradores, cujas posses datavam de época anterior à sesmaria da Vila, obrigando o Juiz Ordinário Leandro Ferreira de Siqueira a solicitar esclarecimentos ao Governador D. Luís Diogo Lôbo da Silva, relativos à questão. E a resposta veio em carta de 25 de abril de 1765:

— *As propriedades que antes da concessão e medição da sesmaria da Vila não pagavam fóro, as deve conservar a Câmara nessa isenção; não assim as que depois se edificaram, que o devem satisfazer*. (13)

Aliás, a concessão da sesmaria tinha o principal escopo de garantir à Câmara terras para baldios onde pudesse fazer aforamentos e tirar dêles algumas conveniências para as despesas da dita Câmara e obras públicas, conforme vem explícito na sesmaria da Vila de S. João del-Rei, datada de 17 de agosto de 1714.

No segundo tombamento da Vila de Pitangui, iniciado no ano de 1804, numerosos moradores protestaram isenção de fôros, o que motivou recriminação do Dr. Antônio Luís Pereira da Cunha, Desembargador e Ouvidor-Geral da Comarca de Sabará, em carta endereçada ao Juiz Ordinário, o Capitão José Caetano Rodrigues Horta:

— ... *Vejo com admiração que algumas pessoas dessa Vila, debaixo de pretextos, só pretendem isentar de satisfazer a pensão de seus aforamentos, negando um direito à Câmara que de sorte alguma lhe pode ser disputado. Eu creio que esta mal fundada opinião nascera somente da ignorância e falta de inteligência, pois não posso persuadir-me que ela tenha a sua origem em orgulho ou falta de obediência às Leis, por que da prática que tive*

(13) A.P.M. — Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo — Códice 143.311.

dos habitantes dessa Vila e seu Termo no tempo da minha correição, me fizeram ver a sua docilidade e grande respeito que conservam às Reais Ordens de Nosso Augusto Soberano. Cumpra Vossa Mercê os seus deveres como Juiz Presidente dessa Câmara em conformidade dos providimentos de correição e das Leis do Estado, que sobretudo se deve observar, cobrando os fóros e limitando a cada um nas porções de terreno compreendidos em seus aforamentos, se porém algum houver que embarace a execução de seu ofício por qualquer sorte que seja, Vossa Mercê me dará imediatamente parte para que em passando a essa Vila execute as obrigações do meu ofício; ficando Vossa Mercê na inteligência de que de seus procedimentos a este respeito praticados deve conceder aos que lhe requer os recursos da Lei para por meios legítimos mostrarem o seu direito e justiça e é desta sorte que respondo ao seu ofício que agora recebo, com data de dois dêste mês.

Era evidente a penúria do Conselho por falta de rendas.

Em 1745, na sessão ordinária de 20 de janeiro, os camaristas deliberaram consultar ao Ouvidor-Geral sobre a forma que se devia dar à arrematação da renda do Conselho por estarem os lanços tão baixos que não cobrem a metade do que no ano passado renderam. E na sessão de 10 de fevereiro, acordaram que a renda fôsse cobrada por conta da Câmara à vista dos lanços baixos.

Em 1777, conforme vem na *Instrução para o Govêrno* da Capitania de Minas Gerais, do Desembargador José João Teixeira Coelho, a renda calculada da Comarca de Pitangui atingia apenas a importância de 887\$300, sendo:

dos aforamentos	776\$000
da Cadeia	38\$400
de fóros	72\$700

Lamentavelmente nenhum orçamento da Câmara pôde ser encontrado, relativo ao século XVIII.

Mas, no século XIX a pobreza do Conselho ainda era de causar dó e somente por milagre de bico de pena podiam as comissões estabelecer equilíbrio orçamentário.

Vão a seguir, como amostras, copiados os orçamentos dos anos financeiros de 1844/1845 e 1845/1846.

— Sessão ordinária de 15 de janeiro de 1844.

A Comissão encarregada de apresentar o orçamento da Receita e Despesa da Câmara, pelo exame que procedeu, achou que as rendas anuais seriam:

Renda certa

Afiliações e cabeças	1.000\$000
Fôros	120\$000
Licenças e emolumentos da Secretaria	200\$000
Multas em geral e quebramento de Fianças	300\$000
	1.620\$000

Despesas

Com o Secretário	300\$000
Com o Porteiro	40\$000
Com o carcereiro para limpeza e iluminação da cadeia	60\$000
Com funções eleitorais, jurados e caminheiros	200\$000
Com aposentadorias do Juiz de Direito	60\$000
Com a procissão do Corpo de Deus	50\$000
Com a criação de expostos	57\$600
Com o expediente da Secretaria	20\$000
	787\$600

Com obras necessárias, a saber:

Com o encanamento d'água para chafariz	1.200\$000
Com as estradas para entradas na Vila	400\$000
Com consertos nas calçadas, fatura e conclusão de outras	600\$000
Com despesas eventuais	300\$000
	2.507\$600
Soma	1.287\$600

N.B. — Além das dívidas passivas pretéritas excedentes a 3:000\$000. Sala das sessões, 15 de janeiro de 1844 — João Batista de Araújo — Silvério de Freitas Mourão.

— Sessão ordinária de 23 de janeiro de 1845.

Rendas certas

Afiliações e cabeças, até	1.000\$000
Foros, até	200\$000

Rendas eventuais

Licenças e emolumentos da Secretaria	120\$000
Multas em todos os ramos e quebra- mento de fianças etc.	300\$000
	1.620\$000

Despesa certa

Com o Secretário	300\$000
Com o Porteiro	40\$000
Com a limpeza e iluminação da ca- deia	60\$000
Com a procissão de "Corpus Christi"	50\$000
Com o expediente	20\$000
Com os expostos, atualmente	28\$800
Com aluguéis de casas para sessões e para os Juizes de Direito	120\$000
Com obras públicas, em reformas de calçadas, pontes, fontes e entradas na Vila	781\$200
Para despesas com eleições públicas	60\$000
Para despesas eventuais	160\$000
	1.620\$000

N.B. — Há dívidas passivas documentadas exceden-
tes a 3:000\$000. Sala das sessões, a 23 de janeiro de 1845.
Inácio Joaquim da Cunha — Miguel Ferreira da Fon-
seca.

ÍNDICE

	PÁGS.
<i>O</i> DESCOBRIMENTO	5
<i>O</i> <i>Descobrimto</i>	7
<i>A</i> MINERAÇÃO	21
<i>A</i> <i>Mineração</i>	23
<i>O</i> POVOAMENTO	67
<i>O</i> <i>Povoamento</i>	69
<i>Cartas de Sesmarias</i>	95
VILA	117
<i>Vila</i>	119
1 — <i>Criação e Instalação</i>	119
2 — <i>A Instabilidade da Vila</i>	125
3 — <i>Regência da Vila</i>	137
4 — <i>A Casa da Câmara e Cadeia</i>	163
5 — <i>A Sesmaria da Vila</i>	174
6 — <i>Descrição Topográfica da Vila</i>	179
A CAMARA	207
<i>A Câmara</i>	209
1 — <i>O Senado da Câmara</i>	209
2 — <i>Vereações</i>	220
3 — <i>Os Camaristas</i>	259
4 — <i>Os Bens do Conselho</i>	277
5 — <i>As Rendas do Conselho</i>	281

BELO HORIZONTE
1965